

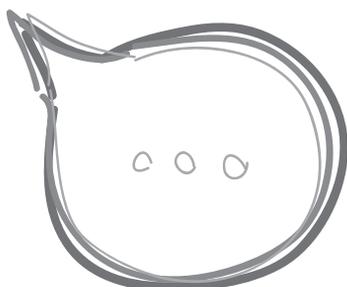
# COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO E COMPREENSÃO



Dimas A. Künsch | Guilherme Azevedo  
Pedro Debs Brito | Viviane Regina Mansi

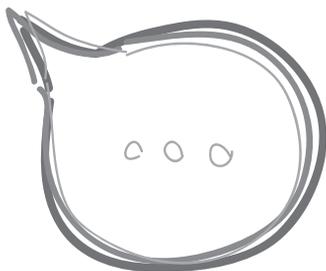
**Organizadores**

# COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO E COMPREENSÃO





# COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO E COMPREENSÃO



Dimas A. Künsch | Guilherme Azevedo  
Pedro Debs Brito | Viviane Regina Mansi

**Organizadores**

2014  
São Paulo

**eP** editora  
**Plêiade**



# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

CONVERSANDO A GENTE SE ENTENDE..... 11

## PREFÁCIO

A COMPREENSÃO COMO MÉTODO ..... 17

Luís Mauro Sá Martino

## O PENSAMENTO DA COMPREENSÃO

COMPREENSÃO DA ASTROLOGIA: DIÁLOGOS HOMEM-COSMOS  
INTERMEDIADOS PELA MÍDIA .....41

Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz

O DIÁLOGO DE PINÓQUIO..... 51

Carolina Chamizo Henrique Babo

ANDANÇA MÁGICA EM OUTRA HISTÓRIA:  
UMA CONVERSA SOBRE A NARRATIVA DO MITO .....63

Cremilda Medina e Dimas A. Künsch

EL DÓLAR QUE VENERA “TIROFIJO”: UNA HISTORIA  
DE AMOR E INDISCIPLINA GUERRILLERA.....79

Gonzalo Medina Pérez

**RESIDÊNCIA NO MEIO DA COMPREENSÃO... *VEM FALAR*  
COMIGO PARA TECER A REPORTAGENSAIO.....91**  
Raúl Hernando Osorio Vargas

**O PAPEL DIALÓGICO DO ENSAIO  
NA CONTEMPORANEIDADE.....103**  
Rodrigo Volponi

**EN DIÁLOGO CON LA ANCESTRALIDAD CONTEMPORÁNEA..115**  
Selnich Vivas Hurtado

## **A PESQUISA COMPREENSIVA**

**BELO MONTE E O PROJETO DE UM (VELHO) BRASIL  
SEM DIÁLOGO.....129**  
Juliana Arini

**DIÁLOGO COM O OUTRO, OU O NÃO-OUTRO NA COBERTURA  
DA CRISE DO PARAGUAI.....141**  
Luciana Pelaes Rossetto

**Os (DIVERSOS) DIÁLOGOS POSSÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES..153**  
Viviane Regina Mansi

**RUEDA DE CONVERSACIONES SOBRE MEMORIA HISTÓRICA:  
APRENDIZAJES DESDE ALEMANIA PARA COLOMBIA  
Y GUATEMALA .....165**  
Ximena Forero Arango

## **A PRÁTICA DA COMPREENSÃO**

**DIÁLOGO NOS CENÁRIOS DE RISCOS DE DESASTRES .....179**  
Cilene Victor

<b>CRIANÇA, O GRANDE MOTIVO DE UMA NARRATIVA DE MUITAS VOZES.....</b>	<b>193</b>
Dulcilia Schroeder Buitoni	
<b>O UNIVERSO DO PALHAÇO, O DIÁLOGO E A COMPREENSÃO NA COMUNICAÇÃO HUMANA.....</b>	<b>209</b>
Felipe Domingos de Mello	
<b>DIÁLOGO ENTRE DOCENTES E DISCENTES MEDIADO POR TECNOLOGIAS.....</b>	<b>221</b>
Gabriel Lage Neto	
<b>CANÇÃO DO CAMINHO: ITINERÁRIO LÍRICO DE UMA BUSCA POR CONHECIMENTO E COMPREENSÃO.....</b>	<b>231</b>
Guilherme Azevedo	
<b>GUERRA E PAZ: AS NARRATIVAS DO JORNALISMO EM CONFLITO.....</b>	<b>249</b>
Júlio César Degl'lesposti	
<b>MEDIAÇÃO: O AMADURECIMENTO DO DIREITO.....</b>	<b>263</b>
Lúcia Cristina Guimarães Deccache	
<b>OUVIR BEM PARA SE VIVER BEM: AS EXPERIÊNCIAS DAS CASAS DE MEDIAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA.....</b>	<b>275</b>
Pedro Debs Brito	
<b>(In)SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>287</b>
Pedro Ortiz	
<b>LA UNIVERSIDAD EN LA CALLE: EL RECORRIDO URBANO COMO DESCUBRIMIENTO.....</b>	<b>299</b>
Ramón Darío Pineda Cardona	







## CONVERSANDO A GENTE SE ENTENDE

Todo fim representa ao mesmo tempo um começo. Fim e começo nem existem de fato, porque, no mundo real, as coisas se misturam, se configuram e reconfiguram, se hibridizam. Os sentidos se produzem e reproduzem incessantemente. Novas histórias se compõem a partir de histórias antigas. A memória traduz e (re)produz a seu modo os significados das coisas.

É assim com a história deste livro. De alguma forma, ele fecha e conclui o ciclo de quatro anos (2010-2014) que durou o projeto de pesquisa “Conversando a gente se entende”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero.

Mas o fechamento é, sobretudo, uma abertura. Eis que um novo projeto se descortina, previsto para 2015-2017: “A compreensão como método”. Sintomaticamente, confirmando essa ideia de mistura e hibridização, “A compreensão como método” constitui, apropriadamente, o título do prefácio desta obra, que traz a assinatura de Luís Mauro Sá Martino.

O próprio professor Martino, aliás, ocupa na história do “Conversando a gente se entende” a função-ponte de ligar e religar tempos, pensamentos, descobertas teóricas e práticas. Ele foi integrante do projeto em suas origens, participando ativamente de vários de seus momentos mais importantes, como o do lançamento do livro *Comunicação, jornalismo e compreensão*, em 2010.

Mesmo quando, por necessidade do Programa, migrou para outra linha de pesquisa do Mestrado, abrindo, lá, um projeto de pesquisa sob sua responsabilidade, Martino não deixou de estar o tempo todo em contato próximo e em solidária interlocução com o grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão”, do CNPq, ao qual o projeto “Conversando a gente se entende” desde o começo esteve vinculado.

Agora, o autor do prefácio faz-se de novo protagonista, generoso e competente, nesse momento de fechamento-abertura. O texto que ele escreve traz uma leitura por dentro do projeto de pesquisa que está sendo concluído. Interpreta essa força, ou energia, que compõe a alma dessa pesquisa: o tema da compreensão. Liga o antes e o depois, o projeto que se conclui e o que é inaugurado, por meio daquilo que estamos chamando de uma epistemologia da compreensão.

O livro que o leitor tem em mãos, de fechamento e de abertura, inaugura ainda outro início, dos mais auspiciosos. No final deste ano de 2014, a Cásper Líbero assinou um convênio de cooperação acadêmica com a Universidade de Antioquia, de Medellín, Colômbia. O tema da compreensão, nesse contexto de relações acadêmicas de tipo Sul-Sul, trouxe para dentro do livro a participação especial de cinco autores colombianos: os professores Gonzalo Medina Pérez, Ramón Darío Pineda Cardona, Raúl Osorio Vargas, Selnich Vivas Hurtado e Ximena Forero Arango. Quatro dos textos desses professores são reproduzidos em espanhol, num tributo à língua-irmã.

A Faculdade Cásper Líbero e a Universidade de Antioquia continuarão compreensivamente unidas no desenvolvimento do novo projeto de pesquisa, “A compreensão

como método”. Não por acaso, esse fechamento-abertura assume um primeiro momento de consagração com o lançamento deste livro na Universidade de Antioquia, durante encontro em que será debatida a participação conjunta de brasileiros e colombianos no novo projeto.

Dividido em três partes – “O pensamento da compreensão”, “A pesquisa compreensiva” e “A prática da compreensão” –, este livro reúne textos, os mais diversos, de diferentes gêneros e estilos de escrita, numa tentativa de trazer para o campo da expressão do pensamento comunicacional o melhor de uma atitude compreensiva, que abraça sentidos, inclui, integra, faz dialogar.

O fio condutor, se algum fio condutor precisa haver entre partes de um livro com divisões muito fluidas, é o do exercício da compreensão. Representa o desejo, mais ou também menos bem-sucedido, de aplicar ao necessário rigor, que a academia exige, o vigor que a compreensão igualmente cobra, o vigor da vida, da experiência, da relação de tipo Eu-Tu (Martin Buber), sujeito-sujeito, mais que essa relação de tipo Eu-Isso, que o mais das vezes assume fortes marcas de arrogância, reducionismo ou, até, de uma atitude dominadora e imperialista nos domínios da produção do saber.

Nas páginas a seguir, a história do guerrilheiro colombiano famoso e de seu cachorro Dólar conversa amigavelmente com os infortúnios indígenas em sua relação com a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Brasil. O diálogo com os astros reveste-se da mesma dignidade que o diálogo – necessário e ausente – entre Brasil e Paraguai no contexto da cobertura jornalística do tema dos brasiguaios.

Mito e razão, a experiência cotidiana, o gênero ensaio e o gênero artigo, a crônica e a reportagem, a comunicação com empregados e o palhaço que acompanha a dor em

hospitais do Brasil e de outros países, Pinóquio e o uso de tecnologias no ensino, esses e outros muitos assuntos compõem o quadro multicolorido, multiperspectívico (Nietzsche), compreensivo, de teorias, pesquisas e práticas comunicativas de matriz dialógica.

A compreensão, tanto no sentido ético – entre humanos e destes com a natureza e toda forma de expressão da vida – quanto em seu sentido cognitivo – de produção de conhecimentos a partir da dialogia entre teorias, autores, saberes, experiências –, constitui, na visão de Morin, um dos sete saberes necessários à educação do futuro.

Tendemos a pensar que a compreensão – o pensar e agir compreensivamente – possa representar mais que uma exigência, das mais necessárias e urgentes, apenas para o campo da educação. Preferimos acolher essa proposta de Morin, compreensivamente, na linha do que ele afirma quando, falando sobre a complexidade, diz que é preciso reformar o nosso modo geral de pensar o mundo, a vida, a ciência, o saber.

O projeto “Conversando a gente se entende”, apostando nisso, apresenta aqui alguns caminhos possíveis.

*Dimas A. Künsch*  
*Guilherme Azevedo*  
*Pedro Debs Brito*  
*Viviane Regina Mansi*  
**Organizadores**



PREFÁCIO



## A COMPREENSÃO COMO MÉTODO

Luís Mauro Sá Martino

*Compreender é alguma coisa mais do que entender: significa abraçar, no sentido físico e também no espiritual.*

Octávio Paz (1998, p. 672)

Deixar claros os lugares de fala, isto é, de onde se fala e se pensa, pode representar uma abertura para sublinhar algo óbvio que, como toda obviedade, quando examinada, revela-se uma trama de potencialidades. Este ensaio pensa a compreensão como método. Para isso, dialoga com várias vozes, questionando e ouvindo respostas – o exercício é o da escuta, não o da crítica, e isso nos permite reunir ideias que, em seu núcleo, talvez só de maneira oblíqua concordem. Mas, por outro lado, a proposição aqui não é concordar, e sim perguntar. Acertar algumas das perguntas é o objetivo do texto.

As palavras “compreensão” e “método” nem sempre andam juntas, exceto provavelmente em algumas ressonâncias de certa sociologia alemã do início do século 20 – Weber, Dilthey e, em menor escala, talvez Simmel.

Mas não é dessa compreensão apenas que trata este ensaio. Pensar a compreensão como “método” não implica apenas uma questão “epistemológica”, mas, como lembra Hei-

degger (2009, p. 148), também um “meta-odos”, uma trilha, o “caminho para a alteridade”. “O envolver-se”, diz o filósofo alemão, “é um caminho inteiramente diferente, um método muito diferente do método científico, se soubermos usar a palavra ‘método’ em seu sentido original, o ‘caminho para’”.

O encontro com essa alteridade – cognitiva, ética, epistemológica – pode se dar a partir da Comunicação. Como lembra Paulo Freire (1992, p. 12), “sem a relação comunicativa entre os sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível, desapareceria o ato cognoscitivo(...) O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”. Isso não significa que toda comunicação implique imediatamente a compreensão do outro – só há comunicação, para Wolton (2011), quando há essa abertura reflexiva das alteridades. Na síntese de Morin (2005, p. 110), “a comunicação não promove *ipso facto* a compreensão humana. A compreensão (...) sempre necessita de uma disposição subjetiva”.

Inventar a vida humana é uma tarefa de permanente desconstrução. Aos olhos rápidos do cotidiano, a vida humana aparenta muitas vezes ser algo estático, imóvel em suas convicções e perspectivas, ancorado em certezas que, se desafiadas ou destruídas, mostram-se vazias de um significado maior, tornando aparente a fragilidade sobre a qual repousam.

Nesses momentos em que, impelido pelas circunstâncias, o movimento para fora é quase obrigatório, efetivamente se constitui a existência, no sentido latino original do “mover-se de dentro para fora” – o *ex-sistere* –, quando o indivíduo sai de dentro de si, se conhece ou se reconhece como algo diferente do que era, embora ainda não tenha chegado a um novo ponto de partida.

A desconstrução das certezas nas quais repousa a vida cotidiana oferece ao ser humano ao mesmo tempo o esvaziamento de algumas concepções anteriores e a concretização de novas. Para tanto, faz-se necessária uma disposição para a ação, para a energia, no sentido grego de *energeia*, “movimento”, não só para o *ex-sistere* (o sair de um “si” que se era para se chegar ao “si mesmo”, que reside no devir, no futuro a ser criado a todo momento – Nietzsche: “Torne-se quem você é”), mas também no *ex-plicare*, no “desdobrar” das condições e situações a partir das quais se pode, ou se deve, ser alguém.

Nos meandros da existência cotidiana, geralmente apenas um único plano da vida humana é valorizado. O estritamente racional, na esfera do cálculo, da racionalização excessiva, acaba por reduzir todo o humano a um conjunto de algoritmos a ser lido por máquinas, tornando o ser vivo um “funcionário” da máquina que ele opera – no sentido dado por Flusser – e racionalizando também seu próprio modo de ser.

Evidentemente não se deixa de lado, de modo algum, as contribuições da racionalidade e a excelência dessa dimensão do ser. Ato de coragem, como nos lembra Kant, o uso da razão é um componente fundamental do ser humano. Abdicar da racionalidade é deixar de lado a própria condição humana, no sentido de deixar de lado um dos traços distintivos de nós mesmos que a natureza teve tanto trabalho para criar.

No entanto, é justamente no sentido de não desvalorizar a razão que ela não pode ser superdimensionada. Se for tornada a única dimensão do ser humano, essa mesma razão mostra sua incompletude, suas fissuras inter-

nas irreconciliáveis, e irreconciliáveis porque estão fora do plano da razão, da racionalidade, do *logos* – é o que Wittgenstein (1997) chamaria daquilo que se revela, o “místico”, o “inefável”.

O além da razão não se explica nem se reduz ao racional. Exige um questionamento constante da própria racionalidade, não apenas a partir de uma matriz igualmente racional – que é o exercício ininterrupto do autoquestionamento, evitando a transformação da razão em dogmatismo –, mas também de outros componentes do ser humano que uma racionalidade magnificada não consegue apreender.

É nesse ponto, e porque o apreender encerra apenas uma dimensão possível do ser, que entram outras dimensões para pensar a vida humana em seus múltiplos aspectos – não em sua inapreensível totalidade, mas em sua compreensível complexidade. É nesse momento que entram, em conjunto com a razão, os afetos, as paixões da alma, os devaneios e todo o oceano do inconsciente em seu jogo contínuo de aproximações, continuidades e rupturas com o racional. E, então, a racionalidade da explicação ganha seu outro no espaço ampliado, complementado pela compreensão.

Os planos em que se tecem as tramas da vida humana não podem ser separados, do mesmo modo que não podem ser pensados em uma unidade totalizante, igualmente fictícia. Ao que tudo indica, trata-se de um aglomerado de processos contínuos, assimétricos, paralelos e descontínuos, nos quais os momentos de conjunção e concentração não são mais importantes, em essência, do que os momentos de disjunção e mesmo de dispersão.

Com a mesma intensidade, as escolhas, os critérios de escolha e os julgamentos de valor, colocados o tempo todo,

de maneira mais ou menos perceptível, como pontos cardinais da experiência humana, são igualmente convidados a ser pensados na esfera – ou nas esferas – da compreensão: a ordem do encontro com o outro, que difere, mas não necessariamente diverge, do encontro com o si-mesmo, não deixa de requerer também o reconhecimento de uma racionalidade que dialoga com o afeto e com seu duplo, o irracional. É nesse espaço que se coloca, talvez ainda mais diretamente, o problema da compreensão: entender como é possível se aproximar desse outro, dessa alteridade absolutamente fechada e ao mesmo tempo aberta para mim, na medida em que também estou pronto para adotar, perante mim mesmo, uma postura reflexiva.

É a partir do cognitivo, do epistemológico e do relacional que se busca pensar aqui a compreensão como denominador comum racional-afetivo a esses três planos. E, imediatamente, desconfia-se desse modelo. A desconfiança da compreensão, no entanto, não é a que leva ao ceticismo, mas aquela que duvida de si mesma sempre que parece estar muito certa de tudo.

#### COMPREENSÃO E CONHECIMENTO NAS NARRATIVAS COTIDIANAS

A interrogação humana sobre o conhecimento é uma das questões mais antigas feitas pela nossa espécie. Em suas variadas formulações, ela parece apontar para um ponto comum existente fora do sujeito, objetivado na pergunta “O que é?”. Essa pergunta, nas múltiplas respostas propostas, encontra uma contrapartida possível na questão “O que sei eu?”, na perspectiva de desafiar as certezas do próprio conhecimento – não uma dúvida metódica no sentido cartesiano, mas, ao que parece, uma lembrança dos limites do próprio conhecimento e do ser cognoscente diante do mundo.

O mundo das ações cotidianas muitas vezes escapa à reflexão, aparecendo como um fenômeno corriqueiro, normal, e, por isso mesmo, indigno de atenção. Figurando diante de nossa visão como uma sucessão quase ininterrupta de imagens, formando em nossa tela mental quadros que não se organizam senão a partir desse “lugar de todos os lugares” que é o ser, na expressão poético-filosófica de Evaldo Coutinho, a realidade muitas vezes é reduzida a essa linearidade que nos acompanha. Talvez nossa necessidade de reduzir a realidade a uma perspectiva linear – adequada à nossa compreensão limitada e limitante de uma percepção que, aparentemente, é muito mais vasta – seja responsável por uma redução ontológica do real. Redução, por sua vez, complicada, na medida em que isso implica uma exclusão de tudo o que não se consegue operar dentro dessa linearidade, a começar da linearidade do outro.

Quando contamos uma história, esse fenômeno toma contornos mais claros. Ao narrarmos, devemos necessariamente transformar a sincronia de uma realidade complexa na diacronia das palavras, temas e assuntos mais ou menos encadeados. Apenas reduzida a um fio condutor a trama consegue ser comunicável, narrada – talvez pensada.

As inclusões e exclusões dessa narrativa, ao se “contar o que aconteceu”, não se limitam a dar formato a uma história, mas também a um mundo – por exemplo, o “mundo possível” do jornalismo entendido como narrativa, na expressão de Miquel Alsina, que se contrapõe a todos os outros “mundos possíveis” criados por outras narrativas. Enfrenta-se, dessa maneira, o problema da representação do mundo tecida nas narrativas cotidianas – não é apenas nas narrativas jornalísticas que se constroem mundos; em cada

pequeno relato, em cada comentário, história, *post* em redes sociais, há todo um mundo sendo tecido na miríade de narrativas que, como lembra Gerbner (1999), criam a realidade interpessoal. As histórias que contamos, afirma o autor estadunidense, formam o mundo em que vivemos. A visão de mundo de uma pessoa parece estar diretamente ligada aos seus modos de agir. A percepção da realidade, em toda a sua vasta processualidade, inclui uma dimensão relativa à forma com que se vai interagir com esse mundo percebido.

A naturalização das narrativas e, por conseguinte, das representações, tende a se constituir como uma forma de naturalizar o mundo, neutralizar os elementos da história, da política e da cultura nele presentes e responsáveis, em alguma medida, por sua formação. A realidade, quando deixa de ser vista em sua complexidade e como produto de narrativas e representações, pode deixar também de ser problematizada. Vista como “natural”, perde seu potencial de mudança, tornando estéreis os esforços para pensá-la melhor e inócua a crítica. Se algo “é” – e os esforços de naturalização geralmente apontam nesse sentido – então sua ontologia está definida e mudanças, se possíveis, acarretam numerosos esforços. Quando algo “está”, a transformação é pensada como inerente.

Um pensamento compreensivo parece se dirigir a entender que se “está”, na medida em que o “é” refere-se a uma dimensão do ser talvez inapreensível – a representação, quando naturalizada, deixa de “estar” para “ser”. Não por acaso, o problema das representações nas narrativas não poupa esforços para desnaturalizar as representações e apresentá-las de outra maneira – como representações construídas dentro de contextos materiais, históricos e sociais de

produção a partir dos quais seus contornos são tensionados. Ao longo das últimas décadas, diversos pensadores – Said, Bhabha, Spivak, Butler, Negra, Hooks e outros – discutiram o problema da representação em suas implicações políticas, destacando o modo como o ato de representar está profundamente enraizado nos espaços sociais, sobretudo no sentido de se constituir como verdade, ainda que fundado em narrativas constituídas.

A perspectiva da compreensão, nesse aspecto, procura lembrar o tempo todo a pluralidade das narrativas, dos pontos de vista e das possibilidades de se narrar/construir o mundo. O que vejo não é senão o que vejo, em variados graus e em múltiplas relações. Ainda que isso seja visto por muitos, por uma comunidade, por quase todos – e são essas representações coletivas exatamente o ponto de partida para a alocação de indivíduos e grupos nos sistemas hierárquicos e axiológicos normativos, responsáveis muitas vezes por acionar políticas de valorização ou desvalorização deste ou daquele.

Abraçar outras narrativas é compreender outros conhecimentos, outros modos de ver o mundo, como possibilidades para se ver também outros mundos. É entender as narrativas do outro como os seus modos de me apreender nessas narrativas, da mesma maneira como minhas narrativas sobre o mundo são contínuas apreensões desse mundo. O pensamento compreensivo, operacionalizado em termos metodológicos, pauta-se na abertura para tentar ver o que o outro está vendo, conhecer o mundo pelo conhecimento do outro – não apenas no resultado de entender os meandros de uma “visão de mundo” no sentido estritamente weberiano, mas de compreender o modo como se chega a uma de-

terminada visão, de entender os andaimes do pensamento, ao mesmo tempo em que se revelam os fatores de construção do próprio pensamento.

O conhecimento do cotidiano, tornado comum pela repetição variada de suas práticas, ganha cores a partir da proposta de desconstrução que tem em mente a compreensão como método para questionar visões elaboradas e, recusando um dogmatismo – que nem por isso será incompreendido como tipo de conhecimento –, se articula para a pergunta, quase um desafio, lançada por Montaigne, “O que sei?”.

#### COMPREENSÃO NO DIÁLOGO ENTRE EPISTEMOLOGIAS

Um segundo problema vinculado a pensar a compreensão como método diz respeito a uma dimensão que pode ser caracterizada como epistemológica. Se, no item anterior, a questão trabalhada dizia respeito ao conhecimento instaurador de sentidos comuns em uma realidade assistemática, aqui a interrogação se dirige ao que se poderia chamar de “conhecimento científico” ou, em outras palavras, do conhecimento responsável por atender a uma determinada ordem epistemológica.

Saber legítimo e legitimado por instâncias específicas, por lugares sociais responsáveis por atestar a validade *inter pares* de determinados tipos de conhecimento em detrimento de outros, a ciência erige-se, ao menos desde o século 19, como um ponto decisivo do conhecimento humano que abandona paulatinamente tudo aquilo que escapa do mensurável e do quantificável. Os saberes científicos, fundados sobre uma base anterior da chamada Filosofia Natural, distingue-se progressivamente de outros tipos de saberes e promete uma determinada forma de decifrar o mundo, en-

tendendo-o em sua totalidade. Esse projeto, com várias raízes e desenvolvimento em espiral, pode ser associado com os múltiplos tipos de racionalismo que, em alguns períodos, presidem a atitude humana frente ao mundo – o nascimento e o apogeu da filosofia na Grécia antiga, alguns aspectos da ciência medieval, o Renascimento e o Iluminismo podem ser indicados, no caso ocidental, como representativos desse tipo de abordagem.

Bachelard (2004), em seus estudos sobre o que denomina “espírito científico” moderno, levanta questões fundamentais para se pensar o que é a ciência e o fazer científico, e, em particular, a variante humana dessa questão. A ciência, feita por seres humanos, não deixa de lidar sempre com problemas em perspectivas dimensionadas por essa condição.

Os saberes científicos, embora residam em uma tradição de se autoapresentarem como evidentes – uma condição daquilo que Bourdieu (1983) chamaria de uma *ilusão* do campo científico –, repousam sobre um conjunto de condições que permitem sua materialidade, em um ponto no qual o político e o científico parecem convergir. A constituição dos discursos disciplinares, recorda Foucault (2004), parece depender pouco da capacidade propriamente explicativa dos conhecimentos, dirigindo-se mais, talvez, para as condições a partir das quais essa capacidade explicativa é *atribuída* aos conceitos. A disciplinarização dos saberes é acompanhada de uma clivagem de relações de poder referentes ao alcance específico de um ou outro tipo de saber, bem como de sua legitimação e validade.

Esses conhecimentos, por sua vez, orientam uma determinada visão da realidade por eles filtrada: o visto é epistemologicamente construído para ser visto dessa maneira e

não de outra. No entanto, como esse movimento propriamente epistemológico não é sempre colocado em questão, os discursos científicos tendem a ser percebidos como “naturais”. A isso é possível somar as condições de autorreivindicação de prestígio formuladas pelo campo científico, objetivado, por exemplo, na forma do *status* social manifesto em remunerações, prêmios e mesmo nas representações midiáticas.

Se conceitos são espaços de disputa de sentidos, à afirmação “A significa B” o pensamento compreensivo endereça a pergunta “Por que e desde quando A significa B?”, percorrendo as trilhas existentes na construção do conhecimento científico. O reconhecimento da *possibilidade de validade* de outras teorias, conceitos, objetos e métodos dentro de uma área do saber é uma perspectiva do pensamento compreensivo. O jogo epistemológico de luzes e sombras é tecido a partir da observação panorâmica da complexa pluralidade das teorias que, cada uma com seus potenciais e limites, podem explicar a realidade.

A unidade do mundo não pode ser deixada de lado pelo recorte dos saberes. Certamente importantes para tornar possível o estudo da realidade, esses recortes, que acabam por se constituir em disciplinas autônomas e muitas vezes enclausuradas de tal modo em suas concepções que se recusam ao diálogo, deixam de lado o fato de que à totalidade inapreensível da natureza soma-se a totalidade inapreensível do ser humano. Nessa intersecção, uma teoria tem espaço de explicação limitado – importante, mas limitado.

A compreensão como método entende que a vida intelectual pode ser separada das outras instâncias do ser, e o espírito da compreensão procura questionar e autoquestio-

nar essa separação. O trabalho epistemológico, se é possível uma apropriação oblíqua de Bachelard, comporta uma poética ou uma estética. E mesmo uma dimensão atrelada ao prazer, destacada por Aristóteles em sua *Metafísica* e ressaltada por Montaigne (1987, I, p. 225), quando ele considera estranho que, em seu tempo, “a filosofia não seja, até para gente inteligente, mais do que um nome vão e fantástico, sem utilidade nem valor, na teoria quanto na prática”. Montaigne acredita que isso “se deve aos raciocínios capciosos e embrulhados que lhe atopetaram o caminho. Faz-se muito mal em a pintar inacessível aos jovens e em lhe emprestar uma fisionomia severa, carrancuda e temível. Quem lhe pôs tal máscara falsa, lívida, hedionda? Pois não há nada mais alegre, mais vivo e diria quase mais divertido”.

A vida afetiva não deixa de encontrar espaço mesmo no momento agudo do trabalho epistemológico com os conceitos. As teorias, os métodos, os fazeres intelectuais mais típicos do chamado “campo acadêmico” não deixam de encerrar, em si, elementos do afeto. Todos temos autores, conceitos, teorias e objetos com os quais nos identificamos, que se tornam operadores epistemológicos para a composição de uma visão de mundo.

Evidentemente, os dispositivos do discurso acadêmico não permitem a formulação direta desses vínculos afetivos. Ninguém inicia uma conversa com a pessoa ao lado perguntando “Qual sua teoria favorita?”. No entanto, muitas vezes, o calor das discussões na ciência permite entrever que ao lado dos argumentos formados no *logos* existe um substrato do *pathos*, do afeto, mas do afeto-pela-teoria, o “amor pela verdade” – ou, em outro registro, da “amizade” (*philos*) pela sabedoria (*sophia*).

Como lembra Hugo de São Vitor (2007, p. 53), escrevendo no século 12, “é bonito que ele [Pitágoras] chame os pesquisadores da verdade não de sábios, mas de amantes da sabedoria, pois a verdade total está tão escondida, que, por mais que a mente arda do seu amor, por mais que se empenhe em sua inquirição, é difícil chegar a entender a verdade como ela realmente é”.

Assim como a compreensão, em termos cognitivos, implica o reconhecimento da validade da alteridade das narrativas de conhecimento do outro, a compreensão como método leva em consideração a epistemologia como *espaço da alteridade* com o qual se dialoga. A abertura epistemológica reside, entre outros fatores, em se pensar que outras teorias, conceitos e métodos podem ser – e são – igualmente importantes para a construção de uma imagem do mundo. E reconhecer que, diante da complexa unidade da realidade, conceitos podem dialogar – afinal, estão falando de recortes diferentes de um mesmo mundo.

Como recorda Jenkins (2007), a divisão da realidade entre saberes é apenas humana. Diante da mesma paisagem, o economista verá problemas econômicos, o sociólogo pensará em questões sociais e o geógrafo não deixará de prestar a atenção, digamos, no relevo. O rigor da epistemologia não pode esperar o mesmo rigor da realidade; é um rigor que se desafia continuamente em suas capacidades de explicação. É em outro nível que o pensamento compreensivo opera, observando que os discursos teóricos só podem ser entendidos em suas articulações tensionais.

O diálogo entre saberes implica o reconhecimento compreensivo da alteridade epistemológica. É entender que, na disputa de significados nos espaços disciplinares científicos,

a compreensão está em entender, nesse outro, um interlocutor a partir do qual outras instâncias da realidade podem ser sonhadas – vistas, talvez até explicadas.

E não deixa de ser possível destacar aspectos da epistemologia da complexidade, proposta por Morin (2005) na passagem do século 20 para o 21, retomando Hugo de São Vitor (2007, p. 155), escrevendo oitocentos anos antes, ao apontar três aberturas para o saber: 1) Não reputar de pouco valor nenhuma ciência e nenhum escrito; 2) Não ter vergonha de aprender de qualquer um; e 3) Não desprezar os outros depois de ter alcançado o saber.

O item 3 implica uma dimensão ética no saber: controlar o poder de desprezar os outros, de criar assimetrias derivadas do saber atribuído ao poder – ecos distantes em Wittgenstein (1997, p. 74): “A medida do gênio é o caráter”.

### COMPREENDER O OUTRO EM SI MESMO

Uma terceira dimensão da compreensão diz respeito ao sentimento humano evocado pela palavra em suas ressonâncias contemporâneas. Compreender, em seu sentido de uma razão prática voltada para o outro, define uma ética – ao menos *alguma* ética – das relações.

A alteridade é demarcada pela diferença, e a diferença muitas vezes espanta. O diferente, o estrangeiro, é visto em numerosos agrupamentos humanos como uma ameaça direta. Ele é o “outro”, o que “não pertence”, o diferente, e essa sua diferença pode ser discursivamente trabalhada em termos mais ou menos visíveis – narrar o outro é classificar o outro e a si mesmo nessa relação. Apenas em um passado relativamente recente, com Locke e Voltaire, se começou a falar em “tolerância”, isto é, no exercício de

suportar a alteridade *apesar dela*; mais recentemente ainda se passou a falar de um “entendimento”, com Kant, Weber e Habermas. E apenas desde o final do século 20 se começou com maior ênfase a se falar no passo seguinte, que é o de entender o outro – um passo, como se aponta, não isento de contradições.

A compreensão da alteridade, desse nosso “semelhante dissemelhante”, segundo Octávio Paz, procura ir além dos movimentos iniciais e necessários da tolerância e do entendimento. Compreender o outro não é um processo delimitado no espaço ou no tempo, mas uma ação constante, imensa, no entretecer contínuo de um espaço em que o sujeito reconhece a si mesmo como incompleto e, nessa incompletude, encontra na alteridade pistas para entender o relacional. Se, nos itens anteriores, o pensamento compreensivo recusa-se ao fechamento diante do conhecimento comum e da epistemologia, aqui esses dois elementos se tornam uma chave para o reconhecimento do outro: eu, tu, ela, ele somos nós.

Com um “nós”, as alteridades tecem a reflexividade da diferença. Compreender o outro, nesse sentido, é tentar ver nele a mesma complexidade que reivindicamos para nós, e suportar a mesma falta de lógica, de coerência e de sentido da qual damos mostra. Não deixa de ser paradoxal: no cotidiano, muitas vezes exige-se da alteridade uma coerência linear que o eu é incapaz de oferecer – o outro *deve ser* racional, coerente, claro, linear e bem resolvido; o eu pode ser fragmentário, afetivo, passional, não linear.

Essa assimetria da relação entre um “eu” que tudo pode e um “outro” que tudo deve é questionada pelo pensamento compreensivo. Não nessa assimetria, mas nos predicados

dos quais ela deriva: o “eu” não pode tudo quando deve fazer algo; o “outro” não deve tudo se pensado como alguém igual ao “eu” em seus paradoxos e contradições. Na afirmação de Jung (1987, p. 5), “a natureza humana não é constituída apenas de pura luz, mas também de muita sombra”.

Isso não significa que o pensamento compreensivo seja um exercício de leniência. Ao contrário. Como lembra Morin (2005, p. 121), “compreender não significa justificar”. Para o filósofo, “a compreensão não acusa nem desculpa. Favorece o juízo intelectual, mas não impede a condenação moral. Não leva à impossibilidade de julgar, mas à necessidade de complexificar nosso julgamento”. É possível compreender as razões daquele que comete um crime e ponderá-las sem justificar a ação cometida ou deixar de submetê-la ao escrutínio das leis.

O que é diferente de emitir um julgamento condenatório sacralizado “pela palavra”, como recorda Agamben (2009), destituindo o ser humano dessa condição para torná-lo apenas um “algo”, um “isso”, como recorda Buber, coisificado no bojo das relações contemporâneas. Pensar o outro, na perspectiva compreensiva, é tentar igualmente pensar como o outro e a partir do outro. É buscar entender suas concepções de mundo, os discursos que alimentam suas práticas, as maneiras que ele tem de se inventar como trama. Isso significa, em alguma medida, pensar o outro.

A alteridade, uma das categorias mais problemáticas tanto da Filosofia quanto das Ciências Humanas, é um outro do qual é possível se aproximar sem necessariamente se intercalar. Não é possível habitar a alteridade, mas é possível ao menos tentar observar o mundo a partir dela. O mundo do outro, em sua oposição complementar ao meu, é um ponto a partir do qual posso ver nuances de meu ser eventualmente

invisíveis de mim mesmo no cotidiano. Esse deslocamento de si mesmo é, em sua energia, um deslocamento também das posições de um observador absoluto para ver-se a si mesmo como um ponto de vista relativo, e, portanto, passível de ser informado pelas outras observações da alteridade.

Daí que o exercício de aproximação da alteridade não deixa de ser, nessa perspectiva, igualmente um afastamento de mim, uma possibilidade de questionamento dos pontos de observação da realidade a partir da qual me constituo. Como recorda Jung (1999, p. 18), “as pessoas, quando educadas para enxergarem o lado sombrio de sua própria natureza, aprendem ao mesmo tempo a compreender e amar seus semelhantes; pelo menos assim se espera”. A consciência da própria sombra pode levar à compreensão da alteridade: diante da própria sombra, o direito auto-outorgado de julgamento da alteridade se torna mais fluido.

Esse movimento, evidentemente, demanda a abertura para o outro. O enclausuramento de si mesmo geralmente está ligado ao fechamento não só *para*, mas também *da* alteridade dentro das categorias que construo para ela. Raramente me pergunto a partir de quais categorias *ela* – a alteridade – quer ser conhecida e, em um momento mais profundo, a partir de quais categorias *eu* sou conhecido por ela. Se a apropriação do outro por um “eu” é um movimento quase “natural”, com todas as aspas, do cotidiano, e a partir de seu olhar o eu julga, ordena, classifica, prescreve, não podemos esquecer que a compreensão do outro, no sentido pensado por Levinas (2012, p. 64), implica uma “hermenêutica do outro”. O “desejo do Outro”, afirma o autor, é também uma oportunidade de um desvelar contínuo de mim mesmo, em dimensões desconhecidas que, mais do que na ontologia, se revelam na

relação – um homem, por exemplo, só conhece a intensidade da experiência de ser pai no momento singular do encontro com seu filho.

Reconhecer a essência do outro em sua dimensão como fenômeno é um desafio de aproximação, no sentido de Levinas, para tornar nítidos os contornos dessa alteridade dentro da abertura que se recusa a um olhar prévio de captura do outro e de si mesmo no outro. O jogo constante de aproximação e distanciamento entre alteridades é um dos elementos fundamentais para se pensar o método da compreensão: não posso nem devo habitar o outro, mas posso me aproximar de seu espaço e compreender algumas de suas práticas e discursos.

Entender o outro como um “tu”, recorda Buber (2004), é valorizá-lo no mesmo patamar em que se espera a valorização. Em tempos de amizades fugidias pontuadas na velocidade das mídias digitais, é importante pensar em que medida, na interação via telas, é possível uma compreensão da alteridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão como método está ligada a uma postura de abertura em ao menos três instâncias: primeiro, como uma abertura aos modos de ser e conhecer da alteridade, sedimentados nas experiências do cotidiano; segundo, como uma abertura epistemológica a outros saberes, propondo o diálogo entre ciências e singulares; e, terceiro, como abertura para o outro pensado de forma relacional e dialógica em um movimento reflexivo de apropriação mútua. Certamente existem inúmeras outras dimensões relacionais e questionadoras, mas, para os limites deste texto, essas três podem ser um início. Não “o” início: um pensamento compreensivo talvez busque mais artigos indefinidos, na representação desconstrutiva do questio-

namento sobre o Ser feito por Heidegger (1969) que, mais do que respostas, procura a construção das perguntas.

E, sem dúvida, o autoquestionamento constante como fuga à cristalização dos saberes e das práticas, na busca por uma compreensão da alteridade que talvez não se realize, mas se torna método cotidiano – cognitivo, epistemológico, ético – no próprio ato de procurar.

### Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GERBNER, George. Stories we tell. **The Peace Review**, nº. 12, vol. 1, 1999, p.1-15.

HEIDEGGER, Martin. **Seminários de Zollikon**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o problema do Ser**. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

JENKINS, Keith. **Rethinking History**. Londres: Routledge, 2007.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1987.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1999.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outras obras**. Lisboa: Edições 70, 1999.

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaaios**. Livro I. Brasília: Editora UnB, 1987.

MORIN, Edgar. **O método 6: Ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PAZ, Octavio. **Soror Juana Ines de La Cruz: as armadilhas da fé**. São Paulo: Mandarim, 1998.

SÃO VITOR, Hugo de. **Didascálicon**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cultura e valor**. Lisboa: Ed. 70, 1997.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

---

**Luís Mauro Sá Martino** é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Nascido em 1977, foi pesquisador-bolsista da Universidade de East Anglia, no Reino Unido, e é autor dos livros *Teoria das mídias digitais* (Vozes, 2014), *Teoria da comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e identidade* (Paulus, 2010), *The mediatization of religion*, publicado na Inglaterra em 2013, entre outros. É professor do Pro-

grama de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, em que dá aulas também para a graduação, e do Curso de Música da Faculdade Cantareira. Suas pesquisas dirigem-se preferencialmente aos estudos de teorias da comunicação, comunicação e política e processos de mediatização da religião.





O PENSAMENTO  
DA COMPREENSÃO



# C ompreensão da Astrologia: diálogos homem-cosmos intermediados pela mídia

Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz

Em um tempo não muito distante, éramos todos conectados com o Céu. Nossos antepassados olhavam para as estrelas e, além de conversarem com os deuses e deusas que ali habitavam, estabeleceram diálogos profundos com o cosmos. Este lhes oferecia respostas e apontava caminhos.

Éramos filhos do Céu (Morin, 2008), miniaturas desse cosmos que também estava dentro de nós. O homem, como microcosmo, refletia o macrocosmo. Ele ficava doente e se curava segundo os ritmos dessa conexão. Ele via o Céu refletido na Terra. Observando os ciclos celestes, sabia o destino da humanidade – e sabia o seu próprio destino. Até porque o Céu era sagrado e, por isso, um guia privilegiado para a humanidade.

Por meio desses diálogos sempre indicativos da relação entre o Céu e a Terra, nossos antepassados começaram a observar esses ciclos com atenção cada vez maior. Aprenderam a fazer cálculos que permitiam saber quando um determinado evento celeste iria se repetir, fazendo previsões cada vez mais precisas sobre eventos coletivos, especialmente relacionados aos reis e aos dirigentes, além de outros assuntos

que diziam respeito a toda a sociedade. Surge assim a Astrologia. Por muito tempo, a Astrologia compreendia também a Astronomia, sem que houvesse uma distinção clara entre os dois saberes.

#### A RUPTURA DE UM DIÁLOGO

A relação homem-cosmos também era pessoal. Cada observador tinha como traçar seu próprio destino com base nos ciclos celestes. Sabia, por exemplo, que, quando determinado planeta, digamos, não estava bem, a pessoa podia desenvolver certas enfermidades que só eram curadas sob a proteção e influência daquele mesmo astro. Sabia, ainda, que determinados eventos celestes indicavam nascimento ou morte de pessoas importantes. Como reis, por exemplo.

Essa profunda relação entre o homem e os astros gerou civilizações importantes, organizadas sob o modelo cósmico, com ritos religiosos que garantiam a harmonia entre o homem e o mundo (Petrossian, 1972, p. 15). Ciclos do Sol e da Lua contavam ao homem quando plantar ou colher, quando caçar e como organizar a própria vida.

Ainda hoje sabemos quanto esses ciclos influenciam a agricultura, as marés e diversos ciclos da natureza, incluídos os ciclos humanos, como a menstruação e a gestação. O ciclo do Sol comanda as estações do ano, que se ligam intimamente ao percurso aparente do grande astro pelo zodíaco. Esses ciclos foram os primeiros contadores do tempo.

A partir do século XVII, a Astrologia separou-se ao mesmo tempo da ciência e da religião. Perdeu seu *status* e passou a ser vista de forma negativa. E, desde então, vem buscando uma recolocação na sociedade. Um grande impulso para isso foi dado, desde o início do século passado,

com o surgimento da psicologia e, em especial, das teorias de Carl Gustav Jung. Nesse contexto, a Astrologia volta à cena um tanto “psicologizada”, mais aplicada ao indivíduo e ao autoconhecimento, mas sempre tentando encontrar um novo lugar e se firmar como um saber complexo.

A figura do astrólogo sempre existiu. No entanto, mais recentemente, desde o retorno da Astrologia, o astrólogo desempenha um papel importante, já que o homem perdeu o hábito de olhar para o Céu. Para compreender o que o cosmos quer dizer, há necessidade de um profissional habilitado a interpretar as estrelas. Um mediador.

A Astrologia ainda não encontrou um lugar definitivo, e não são poucos os que a consideram um saber à margem do conhecimento. Porém, apesar de termos nos tornados órfãos do Céu (Morin, 2008), nunca deixamos de ser filhos dele. Por isso, tudo o que diz respeito ao cosmos toca nossa alma e nos reconecta, de alguma maneira, às nossas origens.

Talvez por essa conexão entre homem e cosmos, que no fundo nunca deixou de existir, a Astrologia seja algo tão presente na mídia. Ela está nos principais jornais, revistas e portais. Aparece especialmente em sua narrativa mais resumida, o horóscopo, que, em sua versão autêntica, conta em poucas palavras como está o céu num determinado período e como isso pode influenciar a vida humana. Em geral, o horóscopo é dividido em doze partes, que são os doze signos, e oferece conselhos e informações para a sociedade.

Por mais que constitua uma forma bastante simplificada e represente uma pequena parte de todo esse saber complexo que é a Astrologia, o horóscopo é uma forma de lembrar que temos alguma relação com as estrelas e, de alguma maneira, estamos todos interconectados.

Talvez por isso a Astrologia presente nesses veículos midiáticos tenha tanta audiência e atraia tantos olhares, críticos ou também compreensivos, tanto de quem prefere acusá-la como superficial quanto de quem opta por se aprofundar e conhecer mais o assunto.

#### ASTROLOGIA NA INTERNET

Nossos ancestrais se reuniam para conversar sobre o Céu e os seus ciclos. Esses encontros fortaleciam a certeza de que Céu e Terra, macro e microcosmos, eram reflexos um do outro. Com o tempo, como dissemos, esse diálogo se perdeu, mas tem sido recuperado, graças especialmente à mídia. A mídia trouxe a Astrologia de volta à pauta social, fazendo com que as pessoas pudessem conversar sobre o assunto. Mesmo após o retorno da Astrologia como objeto de estudo, o público leigo continuou dependendo da existência de um astrólogo. Este o ajudava a manter algum contato mais direto e forte com o tema e a se aprofundar nele, o que era algo nem sempre acessível. Hoje, com todo esse conhecimento sobre Astrologia colocado à disposição, ficou mais fácil entrar novamente em contato com os ritos celestes.

Em sua forma de horóscopo, a Astrologia surge no Brasil na década de 1950. Primeiro foram as revistas, que publicavam as previsões astrológicas mensais. Os jornais, por sua vez, trataram de popularizá-la ainda mais, transformando em diário o que até então era mensal. O horóscopo, também, sempre esteve presente no rádio e na televisão.

Desde o seu surgimento, o horóscopo foi uma forma de popularizar a Astrologia e resgatar esse diálogo humano com o Céu. A conversa, no entanto, é desigual, porque um fala e o outro escuta. O astrólogo (ou quem escrevia o ho-

róscopo, nem sempre um profissional habilitado) contava sobre o Céu, e as pessoas decidiam seguir ou não aqueles conselhos cósmicos.

A internet vem mudar essa relação. Ela traz diálogos muito mais ricos e relações mais compreensivas entre as pessoas e a Astrologia. O primeiro avanço ocorreu basicamente com o surgimento dos *sites* pessoais dos astrólogos. Eles começaram a publicar conteúdo mais profundo e complexo, dirigido ao seu público. Com isso, a Astrologia passou a ir além do horóscopo e a dialogar mais intensamente com os interessados.

Mas a grande mudança ocorre realmente com o surgimento das redes sociais, que trouxeram novidades na forma de utilizar a internet, com repercussões nas relações pessoais. A comunicação ganhou velocidade. Mais conteúdo está sendo produzido e mais informação, disponibilizada.

Desde o pioneiro *Orkut* foram criados grupos para falar sobre Astrologia e esclarecer dúvidas dos interessados. Foi a primeira aproximação entre astrólogos e destes com o seu público, o que permitiu retomar as conversas sobre o tema, ainda que no mundo virtual. O processo se intensificou de forma surpreendente e ganhou novo formato com o *Twitter* e o *Facebook*.

Os astrólogos começaram a utilizar as redes sociais para dialogar e divulgar o seu trabalho, aprofundando com o tempo as conversas sobre o tema. Eles compartilham cada vez mais o seu conhecimento, em forma de previsões astrológicas diárias ou de conteúdos mais complexos e explicações sobre temas astrológicos diversos. Há uma intensa troca de informação entre profissionais e entre os astrólogos e o público leigo. À medida que esses diálogos se intensificam,

surge uma maior compreensão acerca do que é a Astrologia, especialmente por meio da percepção de sua aplicação prática na vida cotidiana.

A relação direta entre astrólogos e seus leitores, permitida pelas redes sociais, trouxe o assunto para mais perto de suas vidas. A linguagem mais simples e ao mesmo tempo objetiva e profunda faz com que as pessoas se sintam mais à vontade com o tema. Até porque as redes sociais permitem uma participação que lembra de alguma forma a ágora grega (Künsch, 2009). As redes sociais criam experiências, como rodas de conversa, que permitem uma troca constante e o crescimento de cada um dos envolvidos nesses diálogos de naturezas tão diversas e com distintos graus de profundidade.

As redes sociais, com as relações que criaram entre os diversos produtores de conteúdo e os seus intercâmbios, é uma prova eloquente de que conversando a gente se entende. A gente se entende, inclusive, sobre assuntos que até então pareciam ocultos, nebulosos, místicos ou herméticos demais, como a Astrologia. Graças às redes sociais, quem se interessa pelo assunto pode questionar diretamente um astrólogo e, com isso, ter maior acesso a determinado conteúdo.

A interação entre astrólogos, inclusive de cidades, estados e países diferentes, permite uma troca maior e mais qualidade nas informações compartilhadas. Essa convivência de maior proximidade entre público e astrólogo, por meio das redes sociais, também contribui para a humanização desse profissional. Até então, ele era ainda comparado por muita gente a um guru, alguém com uma vida diferente da vida das pessoas comuns e, até, detentor de “poderes sobrenaturais”.

Antes da internet, a busca pela Astrologia se resumia quase que completamente à leitura de horóscopo em jornais e revistas e a eventuais consultas a um astrólogo. Hoje, com as redes sociais, a Astrologia faz parte do dia a dia de muita gente, que pôde, assim, retomar o diálogo com o cosmos.

#### ASTROLOGIA NA TELEVISÃO (E SUA CONVERSA COM A INTERNET)

A Astrologia também está presente, há tempo, na televisão. Muitos programas abrem espaço para esse saber. Em geral, contudo, é diferente do que acontece na internet. A tevê privilegia o horóscopo ou certos assuntos, como previsões para celebridades e combinações entre signos.

Em 2012 e 2013 foi exibido pelo Canal GNT o programa *No Astral*, apresentado pela astróloga Cláudia Lisboa. Foram quatro temporadas, tendo a primeira sido sobre temas variados, a segunda sobre amor e relacionamentos, a terceira sobre vocação e carreira e a última com “miniaulas” de Astrologia. Nas quatro temporadas, o final de cada programa incluía a previsão astrológica para aquela semana.

Um outro exemplo é o programa *Mulheres*, exibido há quase 30 anos na *TV Gazeta*, de São Paulo. Desde praticamente suas origens, a emissora mantém um quadro astrológico, com a participação de um astrólogo que apresenta as previsões da semana. Desde dezembro de 2013 eu sou a astróloga do programa e, semanalmente, em conversa com a apresentadora Cátia Fonseca, abordo as previsões astrológicas da semana. O formato é o mesmo dos horóscopos. Primeiro conversamos rapidamente sobre as previsões gerais para aquela semana. Em seguida, a apresentadora pergunta “*como está o céu da semana?*” para cada um dos doze signos. Eventualmente,

questiona sobre áreas específicas, como amor, trabalho e saúde para cada um dos signos.

O tempo de participação varia de 15 minutos a 30 minutos, tendo já chegado a 40, sempre ao vivo e com intervalos para os *merchandisings*, que variam de um a três, dependendo da semana. Não existe, atualmente, outro programa na televisão aberta brasileira que disponibilize todo esse espaço para a Astrologia. Porém, apesar de todo tempo disponível, a pauta limita-se ao horóscopo, ou seja, a previsões superficiais e genéricas da semana para cada signo.

Está aí uma das principais diferenças entre a Astrologia na televisão e na internet. Apesar de os dois veículos permitirem conversas com o público, a internet, especialmente as redes sociais, possibilita o aprofundamento desses diálogos. No entanto, a televisão atrai muito público para as redes sociais. Um casamento perfeito permite a utilização de ambos os canais como forma de divulgação e compartilhamento de informações. O que se fala na televisão desperta curiosidade nas pessoas, e isso as leva a acessar a internet. E assim, nas redes sociais, abrem-se à possibilidade de dialogar com astrólogos e especialistas para compreender melhor o assunto.

#### A GALÁXIA MIDIÁTICA E AS CONVERSAS SOBRE O COSMOS

Desse modo, as redes sociais permitiram que o Céu se tornasse novamente centro de rodas de conversa, retomando o diálogo que os antigos tinham com o cosmos. Nesse contexto, Edgar Morin (2008, p. 37) nos lembra que “habitamos neste universo que é também uma história de quem somos”. Morin compreende que “o céu-cosmo é ressonância de questões imemoriais”.

Aquele mundo encantado, cheio de alma e de deuses que habitavam o Céu, pode ser resgatado graças à internet, que não deixa de ser uma galáxia, refletindo também em seu formato esse cosmos sobre o qual estamos conversando.

As redes sociais possuem uma espécie de aura mágica, a sensação de infinito e a possibilidade de incontáveis conexões. Por isso também a internet é conhecida como uma galáxia.

Talvez por ressonância, as redes sociais sejam o campo mais apropriado para que a Astrologia seja compreendida em toda sua complexidade. E também para que possamos (re)lembrar que o universo, finito ou não, pode “ser fonte de inspiração para que nós, os filhos do céu, realizemos infinitas conversas”. Afinal, “o universo é verbo”, e nós “permanecemos no mundo, por mais longe que a viagem nos conduza para dentro e para fora dele” (Morin e Cassé, 2008, p.126).

### Referências

CASTRO, Ana Cristina Vidal de. **Astrologia nas redes sociais: uma nova forma de compartilhar o céu.** Monografia de Lato Sensu (Faculdade Cásper Líbero). São Paulo, 2011.

KÜNSCH, Dimas A. Os deuses voltam à cena: ciberespaço, razão e delírio. In: VÁRIOS AUTORES. **Esfera pública, redes e jornalismo.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 32-47.

MORIN, Edgar e CASSÉ, Michel. **Filhos do Céu: entre vazio, luz e matéria.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar; et alli. **O retorno dos astrólogos.** Lisboa: Moraes, 1972.

PETROSSIAN, Lena. Do nascimento ao renascimento da astrologia. In: MORIN, Edgar; et alli. **O retorno dos astrólogos**. Lisboa: Moraes, 1972, p. 15-27.

---

**Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz** (Titi Vidal) é astróloga e terapeuta. Autora do *CBA* (Caderno Brasileiro de Astrologia) número 19, "Amor e Astrologia: em busca de relacionamentos melhores", e coautora dos livros *Comunicação em cena* volumes 2, 4 e 5. Colunista de *sites*, revistas, jornais e televisão. Formada em Direito e especialista em Direito da Família e das Sucessões, já atuou como advogada. Pós-graduada em Jornalismo e mestranda em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Seu objeto de estudo no Mestrado é a relação entre a Astrologia e a mídia, especialmente sobre a presença das narrativas astrológicas nos meios de comunicação. Autora do *site* [www.titividal.com.br](http://www.titividal.com.br).

# diálogo de Pinóquio

Carolina Chamizo Henrique Babo

Dialogar, conversar, discutir, debater. Verbos difíceis de ser conjugados em nossos tempos. Tempos de certo **ou** errado, bem **ou** mal, bonito **ou** feio, isto **ou** aquilo, sim **ou** não, razão **ou** emoção, ser **ou** não ser, eu **ou** você, consciente **ou** inconsciente.

Tempos em que os opostos se afastam, se repelem, se anulam, quando melhor seria se eles se aproximassem, misturassem, embaralhassem, complementassem, integrassem. Aí, então, teríamos tempos marcados por certo **e** errado, bem **e** mal, bonito **e** feio, isto **e** aquilo, sim **e** não, razão **e** emoção, ser **e** não ser, eu **e** você, consciente **e** inconsciente...

E como falar em relações dialógicas sem lembrar de Martin Buber (2004), o filósofo do diálogo, o profeta da relação? Um pensador responsável por compreender aquilo que de essencial acontece entre os seres humanos e entre estes e Deus. “No princípio era a relação”, já diria Buber. Por meio da relação, o outro se reconhece em mim e eu me reconheço no outro. Eis aí a base mais profunda do diálogo. Do diálogo difícil de acontecer.

Ora, mas se o diálogo com o outro já se mostra uma tarefa tão complicada, como será que lidamos com ele den-

tro de nós mesmos? Como fazer com que o Eu consciente converse com o Tu inconsciente? Ou seria o contrário? O Eu inconsciente se encontraria no Tu consciente?

Pensarmos em nosso mundo consciente parece uma tarefa relativamente fácil. Trata-se de um lugar que conhecemos muito bem. É o local em que habitamos quando pensamos de maneira racional, quando o *logos* se manifesta, quando a civilização se impõe, com suas regras e normas. O reino do Ego.

#### UM MUNDO DE POSSIBILIDADES

Mas e o inconsciente, esse nosso outro lado? Essa parte esquecida, ou mesmo rejeitada, por ser não racional, por ser desconhecida e por conter conteúdos que preferimos esconder? É nela que, de acordo com Carl Gustav Jung (1996; 2012), habita a nossa sombra, essa faceta que não queremos que ninguém conheça (e, quando falamos em ninguém, incluímos aqui, muitas vezes, a nós mesmos), já que representa o nosso outro lado.

Mas como poderia haver luz sem sua sombra respectiva, que a completasse? Como pensar numa luz que não projetasse também as sombras daquilo que ilumina?

A sugestão de Jung é clara: cabe enfrentar a nossa sombra e integrá-la. Jamais rejeitá-la.

Esse mundo também revela o lado mais inspirador da raça humana. Ah, o inconsciente e suas possibilidades! Seus sonhos, recados da alma. Suas histórias mágicas, os mitos e os contos de fada. Narrativas que a humanidade inventa e reinventa, conta e reconta, há tanto tempo. Lendas de deuses e deusas, príncipes e princesas, fadas e bruxas, dragões e feitiços que nascem e vivem dentro de nós. Temas que nos

conectam com o resto do mundo, que fazem com que nos conheçamos melhor, que nos ajudam a enfrentar perigos e desafios, que nos orientam em nossa jornada, essa aventura perigosa e encantadora que se chama vida.

Para Jung, o inconsciente se divide em pessoal e coletivo. O inconsciente coletivo representa uma camada mais profunda, enraizada, que nos liga com toda a humanidade. Nele vivem estruturas semelhantes, os arquétipos. Imagens primordiais, disposições, energias, formas que se manifestam nos sonhos e narrativas e portam ensinamentos. Quem nunca ouviu uma voz cochichar em seu ouvido em uma situação de necessidade? Ah, sim! Era um arquétipo mostrando sua força.

Integrar as duas parcelas de nossa psique é o desafio dos desafios, fazendo com que elas conversem, dialoguem, se relacionem (à maneira de Buber). Que uma saiba ouvir a outra. Que uma se deixe guiar pela outra. Que uma se reconheça na outra.

Aprendendo a ouvir nossa consciência e nosso mundo inconsciente, realizamos aquilo que Jung chama de “princípio da individuação”, o diálogo capaz de fazer com que o ser humano se perceba como pleno, que busque a plenitude.

– Essa não me parece uma tarefa fácil – você certamente argumentará.

Mas quem disse que seria?

## SONHOS E MITOS

Uma das maneiras como esse diálogo pode ser realizado acontece por meio dos sonhos. Para a psicologia analítica, os sonhos devem ser analisados e compreendidos em conjunto, de forma dinâmica, complexa. Quando presta aten-

ção neles e nas mensagens que eles enviam ao consciente, o ser humano pode emergir para uma nova forma de entendimento, para um mundo realmente seu, um mundo de equilíbrio possível, em que ambas as partes são ouvidas. Quando o indivíduo volta-se para apenas um dos lados (seja qual for), torna-se enfermo. Jung chama isso de unilateralidade.

O próprio Jung costumava dizer que sonhos são como cartas. Aquelas que são desprezadas ou esquecidas seriam como mensagens não lidas. Haveria algo de muito importante nelas. Um conselho, um alerta, um segredo, uma sugestão. Entretanto, se forem evitadas, nunca saberemos de seu conteúdo. Imaginem, por um momento, se Harry Potter jamais tivesse aberto a carta de Hogwarts? Vocês não querem nem imaginar, não é mesmo?

Assim, o indivíduo que tenta compreender seus sonhos, “ler as suas cartas”, realiza o primeiro passo em direção à individuação, esse importante diálogo que podemos estabelecer entre consciente e inconsciente, os dois mundos que habitamos diariamente. Os sonhos surgem como guias, poderosas ferramentas desse processo de conhecimento.

Os sonhos nascem do núcleo da psique, uma estrutura a que Jung deu o nome de *Self*, ou Si-mesmo. Essa talvez seja a parte, digamos, mais divina do homem, que vive em nosso coração, habita nossa alma e, ainda assim, abrange o mundo inteiro. Manifestado em nossos sonhos como um homem sábio ou uma mulher superior, um mentor ou uma deusa, um velho ou uma fada-madrinha, esse arquétipo é essencial para o diálogo entre consciente e inconsciente. Ele deverá conversar com o Ego e revelar a sua magia a um mundo que custa em acreditar nela. Mas que, quando se convence, se entrega, se integra.

Outra maneira de realizar a conversa entre esses mundos que habitamos dentro de nós mesmos acontece por meio das histórias fantásticas que chamamos de mitos e contos de fada. Conhecer melhor essas narrativas universais – não somente aquelas que dizem respeito à nossa própria cultura, mas também as histórias de outros povos e outras sociedades – parece ser uma atividade fundamental para quem quiser conhecer a si próprio um pouco melhor. Isso porque elas também são sonhos. Claro que são. Mas não os meus **ou** os seus. Os meus **e** os seus. Os sonhos do mundo.

Ao termos acesso a elas, ao (re)conhecê-las, ao compará-las, perceberemos que não são assim tão diferentes. Pelo contrário, são bastante parecidas, como indica o mitólogo Joseph Campbell (2010; 1990). Quem não se lembra de um herói que enfrenta diversos desafios? Que encontra um mentor para ajudá-lo em sua jornada? Que morre e renasce transformado? Que salva a princesa adormecida (ou seria ela quem salvaria o herói)? Que vence uma terrível e difícil batalha, retornando ao seu mundo transformado por essa experiência?

Podemos pensar em antigos (ou novos) mitos, antigos (ou novos) contos de fada. Esse tema está lá. Porque ele reflete nossa própria vida, nossa própria jornada. Nascido do inconsciente coletivo, ele auxilia o consciente humano em suas dúvidas e desafios. Ora, se o herói de determinada história conseguiu, eu também conseguirei. Nem precisamos ser os primeiros, reflete Campbell (2010).

Assim como os sonhos, essas narrativas ancestrais guiam o homem em sua caminhada. Assim como os sonhos, elas nos revelam segredos. Até mesmo o segredo que buscamos neste texto, o do diálogo. Basta lembrarmos... de Pinóquio.

## ENTRE A FADA E O GRILO, O *SELF* E O *EGO*

Peço licença a você, leitor, para lhe narrar uma história. Acredito que já a conheça ou tenha pelo menos ouvido falar dela. Tomo a liberdade de recontá-la e salientar a beleza que esse conto carrega, em uma das mais poéticas metáforas sobre o processo de individuação que o ser humano realiza.

Ela começa assim... Era uma vez um homem muito solitário que desejava ter um filho. Para suprir essa necessidade de companhia, constrói um boneco de madeira. Mas esse boneco não tinha vida e não se movimentava, caso o próprio homem não o fizesse. Até que um dia, depois de muito desejar, uma fada o visita à noite (ah, o mundo dos sonhos!) e concede vida ao boneco. Mas, apenas se fosse “valente, sincero e generoso”, o boneco poderia se transformar. Só assim ele se tornaria um menino de verdade.

Nessa jornada de descobertas e dificuldades em busca de sua humanidade, Pinóquio, o menino de madeira, recebe a ajuda de um Grilo Falante, que se revela como sendo sua consciência. Ele precisa dela para escapar de alguns perigos que se impõem em seu caminho. Assim como necessita também da visita de sua Fada Azul, as raízes de seu inconsciente coletivo, para receber conselhos valiosos. Pinóquio precisa do *Ego* e do *Self*. Claro que precisa.

Durante esse processo, nosso pequeno herói terá que enfrentar ainda diversas provações, bastante semelhantes àquelas que encontramos em nossa vida diária, como resistir a outras facetas de sua própria personalidade, vestir diversas máscaras e enfrentar a sua sombra, representada por um garoto conhecido por seu mau comportamento, Espoleta. Aquilo que o boneco não pode ser. Mas também aquilo que ele é. Um mentiroso cujo nariz só faz

crescer, uma criatura que não quer ter nenhuma obrigação. O contrário do que sua Fada e seu Grilo lhe sugeriram e o orientaram a fazer.

Em meio a tantas provas, tentações, lições e ensinamentos, Pinóquio realiza, por fim, a jornada do herói, tão conhecida pelas teorias de Campbell. Ao integrar consciente e inconsciente, entra sem medo no mais difícil de seus desafios, atira-se ao desconhecido, representado aqui, literalmente, pela barriga de uma enorme e perigosa baleia. Pinóquio morre boneco e renasce menino.

Assim como todos nós em nossas vidas, quando sabemos realizar esse diálogo, quando conseguimos seguir o Grilo sem esquecer a Fada que nos visita em nossos sonhos e nos carrega para reinos encantados e sombrios, que nos aconselha por meio de suas mensagens e nos dá, finalmente, a tão sonhada plenitude humana. A plenitude, não a perfeição!

Já não somos mais de madeira, bonecos forjados de troncos de árvores, agora somos humanos. No entanto, jamais devemos nos esquecer de onde viemos. Assim como Pinóquio, não teríamos também nascido das árvores? Não teríamos uma incrível semelhança com elas, com suas copas, troncos e raízes? Esses seres habitam nossas histórias, nossas fantasias, nossas vidas. Aprendamos um pouco, então, com elas.

#### DAS ÁRVORES VIEMOS, ÀS ÁRVORES VOLTAREMOS

Para mergulhar ainda mais profundamente nesse diálogo entre consciente e inconsciente, talvez possamos tecer outra metáfora, inspirada pelo conto que acabamos de observar. Imaginemos que todos viemos da mesma substância de Pinóquio. Todos já fomos (ou somos) árvores.

Escolho essa imagem, não apenas em decorrência da jornada do menino de madeira, mas também devido à importância que ela exerce em diversas culturas, com o símbolo da vida em eterno ciclo de destruição e regeneração. Os celtas, por exemplo, acreditavam que todo homem e toda mulher carregavam dentro de si uma árvore, responsável por seu desenvolvimento pessoal e por sua ligação com o cosmos.

Já os nórdicos reconheciam em Yggdrasil o eixo do mundo. Localizada no centro do universo, ela interligava os nove espaços de sua cosmologia. Foi também debaixo de uma árvore que Buda alcançou a iluminação. Por meio de um de seus frutos, o da árvore do conhecimento do bem e do mal, Adão e Eva foram expulsos do Paraíso.

Podemos permanecer nesse exercício de mitologia comparada e buscar outras importantes representações, mas voltemos à nossa metáfora. Quando o homem se traduz em árvore, a consciência poderia ser revelada como a copa com seus frutos e suas flores, que devem ser colhidos. Uma copa que carrega os princípios racionais, sociais, civilizatórios da humanidade. Uma copa frondosa, que deseja alcançar o céu. Uma copa formada pelo Logos, pelo Ego. Uma copa onde repousam pequenos grilos falantes, que se confundem com suas folhas verdes.

Nosso corpo, receptáculo da alma, seria o tronco que a sustenta. Um tronco sólido, firme, com algumas ranhuras e cicatrizes próprias do tempo que o atinge. Mas também um tronco alimentado pelas raízes que vivem em contato com o solo, com a terra, nossa mãe original.

As raízes funcionam, dessa forma, como nosso mundo inconsciente. Aquelas mais fáceis de ser vistas ou arranca-

das corresponderiam às nossas memórias, ao inconsciente pessoal, à parcela marcada por experiências próprias, características de cada um de nós.

Entretanto, se cavarmos mais profundamente, encontraremos o outro alimento desse tronco. Raízes que se prendem com tanta força à terra, que se conectam com as raízes de outras árvores. Estas podem simbolizar o nosso inconsciente coletivo, a nossa Fada Azul, a parcela da psique que se interliga com toda a humanidade. A parte que nos une, que nos faz iguais. As mesmas histórias, os mesmos heróis, as mesmas jornadas, as mesmas experiências, o mesmo início e o mesmo fim.

E o diálogo?

Ora, as raízes devem alimentar esse tronco e essa copa, que também alimenta o tronco e as raízes. A Fada Azul precisa do Grilo Falante, assim como ele necessita da Fada. O inconsciente envia suas mensagens para o consciente, que responde ao inconsciente. O *Self* comunica ao Ego, que interage com o *Self*. A Fada Madrinha ajuda a princesa a encontrar o príncipe (que é, em essência, uma de suas próprias facetas). O Velho Sábio auxilia o herói a enfrentar o dragão (talvez a sombra do próprio herói). Um sonho nos revela uma importante mensagem. E nós saberemos ouvir, humildemente e desprovidos de preconceitos, a sua solicitação.

Dialogar não é simples. Mas é um dos exercícios mais desafiadores, necessários e encantadores que temos pela frente. Se não o fizermos, seremos apenas troncos ociosos, troncos vazios. Troncos que jamais serão humanos.

A Fada e o Grilo, as raízes e a copa, o inconsciente e o consciente existem em todos nós. Nos preenchem com sua magia. Nos tornam reais.

O conto nasce das raízes e encontra sua expressão nas palavras, divinas, “buberianas”, ouvidas pela copa e enviadas diretamente às raízes novamente. O lugar em que a mágica acontece. E em que somos iguais. Antes bonecos. Agora menino(a)s. Plenos. Integrados. Unidos com todos os outros troncos, com todas as outras copas, com todas as outras almas.

E também com o mundo inteiro.

### Referências

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2010.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

---

**Carolina Chamizo Henrique Babo** é formada em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e é especialista em Teorias e Práticas da Comunicação na Faculdade Cásper Líbero. Atualmente, cursa Mestrado em Comunicação, também pela Cásper Líbero, onde investiga a retomada e a reinvenção dos contos de fada pela mídia. Nessa pesquisa, a autora tenta compreender

os motivos dessa retomada e os modos como se processa essa reinvenção, estudando os contos de fada em sua forma mais ancestral e comparando-os às novas histórias oferecidas pela mídia, desde o início deste século, por meio de filmes, animações e seriados televisivos.



# Andança mágica em outra História: uma conversa sobre a narrativa do mito

Cremilda Medina  
Dimas A. Künsch

*O mytho é o nada que é tudo.*

Fernando Pessoa

Quando se fala das andanças e das histórias cotidianas dos peregrinos, não se deve omitir o voo transcendente da linguagem mítica. Para além do duro chão do asfalto, das viagens aéreas, do circuito fechado do shopping center, das redes planetárias das infovias, a inteligência humana transgride os limites do presente e do espaço contíguo e navega na memória e na imaginação. Os diários de bordo dão conta de fatos e emoções – da transcendência desses fatos e emoções nascem metáforas poéticas que alimentam a escrita mítica. É sobre essa andança mágica que vamos dialogar e, por certo, triangular com você, estimado leitor.

Nos cursos de graduação e de pós-graduação, em seminários e encontros interdisciplinares vem à tona, a par de noções científicas, a recorrente interpretação da linguagem mítica, segundo a compreensão que os mitólogos do século 20 nos oferecem. O senso comum repete à exaustão o signi-

ficado manipulatório e deformante de mito: *mitificação* da realidade se confunde com *mistificação* dos fatos. Um simples *s* faz a diferença. Assim como a noção de produção simbólica – a realidade dita concreta ou objetiva se transforma, em qualquer narrativa, em realidade simbólica –, a noção da dinâmica mítica também passa ao largo dos discursos opinativos e de grande parte dos discursos conceituais.

O mito, como consciência do absoluto, concentra sua energia na narrativa mítica, segundo Cassirer. Narrativa essa que se constitui coletivamente. Por isso mesmo, Bergson atribui à função do mito a virtualidade de se contrapor à força antissocial e individualizadora. Na compreensão dos mitólogos, a criação de símbolos se expressa numa linguagem produtiva, não reprodutiva – no nível mítico, traduz emoções; no nível metafísico, sistematiza a relação com o mundo; no nível pragmático, intervém na coesão sociocultural.

A linguagem mítica não se manifesta de forma estática, pois, na interpretação de Mircea Eliade, representa um processo em que se dá o conflito entre forças criativas que reelaboram a cosmologia de determinada cultura, reinauguram o mundo num ato de liberdade. Martín Sagrera analisa a dialética do mito: quando essa força criativa e identitária é capturada pelo poder (em qualquer instância que ele se estruture), a linguagem libertária, transcendente, se volta para a mistificação a serviço de forças repressivas. O mito desliza para o dogma. Na comunicação social, na publicidade, no marketing político, são frequentes as situações em que a linguagem mítica se transmuta em linguagem coercitiva, persuasiva, autoritária.

Um povo se afirma historicamente pelo espaço sagrado que cria nas narrativas míticas. São as imagens desse espa-

ço simbólico que imprimem a identidade cultural. Esta, por sua vez, promove a unidade e a memória de um centro de mundo que lhe dá significados. Mircea Eliade propõe que a única maneira de tornar válida a tomada de posse de um território se realiza na formulação de uma cosmogonia. Nenhuma “modernização” histórica apaga radicalmente os mitos ancestrais. Martín Sagrera refere-se à contínua atualização dos núcleos míticos pela História. A linguagem poética da arte e da religiosidade atesta esse processo criativo, permanentemente apropriado pela manipulação ideológica. O ciclo de mito a dogma nunca se esgota. Os mitólogos preservam a arte como celeiro da atualização mítica. Compreender o domínio sagrado de uma cultura é, portanto, mergulhar na arte de um povo, no gesto solidário do artista.

No ambiente acadêmico, impregnado pela razão científica, essa compreensão oferece ricas oportunidades para desmontar preconceitos enraizados sobre a “mitificação”. E as discussões de grupo em aula ou auditórios se mostram muito receptivas ao tema que, afinal, caracteriza a vocação humana para a transcendência do real imediato, para as *andanças* mágicas no universo dos símbolos.

Um desses momentos pedagógicos, agora publicado, nasceu de um diálogo gravado na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo entre uma jornalista e professora titular da USP e um filósofo, professor da Faculdade Cásper Líbero, à época (2001) doutorando, hoje coordenador da pós-graduação da primeira faculdade de jornalismo do Brasil. Ao desenvolverem a troca de ideias, ambos prepararam este conteúdo para apresentar em um seminário interdisciplinar sobre arte, comunicação e mito que, curiosamente, foi sediado na Faculdade de Economia

e Administração da Universidade de São Paulo, lugar por excelência dos estudos sobre a materialidade das relações sociais. O texto, inédito, tem sido lido e comentado por estudantes universitários, e os autores o revisaram para a presente publicação.

**Cremilda Medina:** É muito oportuno dialogar com Dimas Künsch. Mito e razão é um tema que ele, como filósofo e como doutor em Comunicação Social, desenvolve com propriedade e rigor na sua oficina conceitual. No meu caso, não há como negar que a linguagem mítica comparece seguidamente à pesquisa de Comunicação Social, bem como à metodologia interdisciplinar que caracteriza o Projeto Plural e a Crise de Paradigmas, implantado na ECA em 1990 e hoje com onze livros publicados, em que cientistas, criadores das diferentes expressões artísticas e teólogos partilham suas visões de mundo em seminários e ensaios. Há tempo, nós não lidamos com a dicotomia mito e razão. Mito e razão são esferas da expressão humana e das linguagens humanas que se completam, e não que entram em conflito uma com a outra.

A respeito da razão se faz seguidamente a seguinte confusão: o mito nasceria da esfera da irracionalidade, enquanto a razão constituiria a grande aspiração humana de poder regular todos os instintos agressivos do ser humano. No entanto, preferimos compreender que racionalidade e irracionalidade são duas faces da mesma moeda. Quer dizer, ou se usa a razão complexa ou não se usa, e isto é o que gera comportamentos irracionais, preconceitos e explicações reducionistas. Agora, o mito vem de outra esfera humana, e essa expressão não é, de forma alguma, irracional. Gostaria

que você expusesse sua concepção, já que você também não se vale dessa dicotomia.

**Dimas A. Künsch:** É bem interessante isso que você diz: há tempo já não trabalhamos com a dicotomia mito e razão. Essa dicotomia, no entanto, se enraizou nas mentalidades e continua sendo cultivada, na academia e fora dela, com muita naturalidade. O tema mito e razão, por exemplo, é um dos mais tradicionais de qualquer livro de História da Filosofia, e a coisa é sempre apresentada como se a filosofia ou o pensamento de tipo conceitual, racional, tivesse nascido, no mundo grego, de uma briga de foice, faca e machado contra o mito, o que não é verdade. Trata-se, é claro, de uma visão muito ingênua, simplificadora, reducionista da história do pensamento.

Essa dicotomia, no entanto, possui uma origem mais ou menos palpável no tempo. Ela resulta de um modelo de pensamento que vem, em grande medida, do Iluminismo e de todo o movimento positivista dos séculos 17, 18 e, com força total, 19, atravessando depois o século 20 e alcançando, com bastante saúde e força, a despeito de toda a crise pela qual passa, os nossos dias. Criou-se uma ruptura absurda entre essas duas linguagens, essas diferentes narrativas, esses dois modos de expressão, mais que ordinários, da espécie humana, ao lado e junto com outras narrativas possíveis. Uma segunda coisa importante a ser dita é que, dialogando como estamos fazendo neste momento sobre o mito, não estamos conversando exclusivamente sobre um tema recorrente em livros de história da filosofia e, mais apropriadamente, nas obras dos grandes estudiosos do mito, e pronto. Estamos, sim, trazendo para a roda de conversa algo muito real e con-

creto, que possui a cara e as cores do mundo em que a gente vive, dos fatos que estamos vivenciando. Expressão vigorosa e ancestral de como o ser humano busca compreender e se arranjar com o mundo e a própria vida, o mito não morre nunca, para desespero daqueles que imaginam que a narrativa científica é a única detentora da condição da verdade.

**Cremilda:** Nesse sentido, eu gosto muito de certa compreensão que diz que o mito representa a transcendência da História. A linguagem da transcendência traz consigo uma energia comunicativa, o que se constata na arte e nas religiões. Por isso gosto muito, Dimas, da noção de que o mito representa o desejo coletivo de outra História e que, portanto, é a transcendência da História. Ora, em qualquer momento em que vivemos, estamos às voltas com uma insatisfação, às vezes até uma revolta profunda, como a que nos invadiu na tragédia de 11 de setembro de 2001. A transcendência de situações que nos deixam impotentes perante a realidade imediata é proporcionada pela poética do mito, inspiração que, ao contrário de ser irracional, potencializa a racionalidade operacional. Dessa energia, surgem decisões históricas que representam o desejo de superação.

**Dimas:** O erro está naquilo que você, Cremilda, citando Martín Sagera, lembra muitas vezes: a dogmatização do mito, a apropriação das linguagens, dos símbolos míticos, pelo poder. No entanto, dizer que o mito pode e costuma com frequência ser apropriado pelo poder não é nem de longe dizer tudo sobre o mito. Aliás, é muito fácil dividir e classificar as coisas como pertencendo, umas, ao universo da razão e, outras – o mito incluído –, ao universo da irra-

cionalidade. É bom que se diga que a irracionalidade, no sentido negativo do termo, pode estar presente em qualquer tipo de narrativa ou ação humana dela derivada, em qualquer tipo de esforço humano, o racional, científico e tecnológico inclusive. Infelizmente, como resultado de uma visão não complexa do mundo e do ser humano, costuma-se considerar que o elemento da irracionalidade, entendida como algo ruim, é intrínseco à natureza do mito, da religião, das paixões humanas. Dificilmente se considera, por exemplo, que também a ciência pode tantas vezes ser irracional.

Vivemos neste momento (setembro de 2001) sob o impacto feroz de um ato terrorista que ceifou a vida de tanta gente nos Estados Unidos, e a emoção é forte. O irracional parece se mostrar ali com todo o seu peso, espanto e horror. Mas, ainda que em momentos como este o convite a pensar e a refletir direito sobre os acontecimentos possa parecer a muitos uma espécie de covardia, é aconselhável, mesmo assim, nunca esquecer que ao longo de sua história a própria ciência não tem as mãos muito limpas de sangue. A tecnologia, como menina dos olhos da ciência, *idem*. Essa afirmação não representa, em absoluto, uma atitude de desprezo à ciência e ao melhor de toda tecnologia. Foi a falsa racionalidade, ensina Morin, que relegou o mito ao território da pura irracionalidade.

Outro, e muito digno tanto quanto complexo, é o universo amplo, colorido e diverso da não-racionalidade. Nele cabe o mito, tão próximo sempre às expressões artísticas e religiosas da humanidade. Nele cabe o melhor dos nossos sentimentos, a esperança, a utopia, tanto quanto pode caber também o irracional, no sentido negativo como o estamos entendendo aqui. A irracionalidade, de novo, pode fazer

parte de qualquer um desses domínios, tanto do racional quanto do não-racional. Trata-se, no fundo, de uma das facetas mais intrigantes da velha e boa briga entre caos e cosmo, briga essa eterna e absolutamente humana. Um problema sério surge quando alguém, do alto de uma posição de poder, arrogância e desprezo, se arvora no direito de se afirmar como filho dileto e defensor do cosmo, e o outro, um grupo social, um povo, um modo de pensar o mundo, uma religião ou uma cultura inteira são identificados como caos. Aí, vira o velho dualismo dos bons contra os maus, dos escolhidos para a salvação eterna contra os renegados, dos civilizados contra os primitivos... O fim dessa postura histórica e cultural é sempre a violência, a guerra, a morte. Pode virar, sim, fanatismo religioso. Pode virar uma ideologia abominável, não interessa se sob a batuta da religião, do mito, da filosofia, da ciência, da tecnologia. Tanto faz.

**Cremilda:** Exatamente. Você falou da dogmatização do desejo humano, e eu vejo hoje um símbolo muito forte disso aí, quando a operação bélica, ou, enfim, a operação de guerra promovida pelos Estados Unidos neste momento assume a bandeira da chamada justiça infinita. É um exemplo radical e, até certo ponto, trágico de como se dogmatiza o mito. Ainda que a gente reconheça que alguma coisa tem que ser feita diante dessa trágica situação de terrorismo que nos afeta tão profundamente, transformar uma operação de poder bélico numa cruzada denominada justiça infinita é fazer um uso dogmático, um uso manipulado de um grande desejo coletivo, mítico. Os arquétipos humanos da justiça e do infinito – da atemporalidade, que, inclusive, transcende a própria morte – passam ao largo da irracionalidade des-

trutiva da guerra. Quando se produz simbolicamente na nossa esfera de comunicação social, com recursos de marketing, o combate pela justiça infinita por meio da guerra, nós estamos transformando o processo de *mitificação* num processo de *mistificação*.

**Dimas:** Esse tremendo erro de construção de hierarquias, que vê a história como etapas sempre mais avançadas aniquilando outras etapas, consideradas mais primitivas, essa visão linear e reducionista da aventura humana remete o mito, impreterivelmente, a um passado longínquo da humanidade, primitivo e selvagem, bem no estilo iluminista, ou do historicismo hegeliano ou, ainda e muito fortemente, do positivismo de um Augusto Comte, com sua famosa lei dos três estágios, sendo o mito e a religião, na visão dele, o estágio mais atrasado (o segundo estágio, “da adolescência” da Humanidade, seria a Filosofia, e o terceiro, o estágio “adulto”, claro, seria o da Ciência Positiva). Você insiste tanto, Cremilda, nessa visão mais complexa de que o mito busca uma ordem possível de sentidos. É uma narrativa que organiza um cosmos no meio de um caos que perpassa todo o processo histórico da humanidade, em seus mais distintos momentos.

Uma enorme limitação da nossa cultura, me parece, é o vício de pensar e viver a racionalidade não no sentido do diálogo e da compreensão, mas da dominação sobre o outro, da desqualificação de outras leituras, num verdadeiro jogo de vencedores e vencidos, de perde e de ganha. Pensamos de modo dualista, como se o dualismo fosse algo natural. Excluímos, não incluímos. Pensamos contra, não junto com. Um dos resultados desse modo de pensar é que, o mais das

vezes, não estamos preparados para o ato de contemplação do mistério, de consideração do imponderável, de trânsito com o rico e amplo universo do não-racional. Buscamos o tempo todo explicações para tudo. Ocorre, no entanto, que há coisas que simplesmente não estão aí para ser explicadas. E o mito sempre representou essa tentativa, às vezes muito colorida, mas às vezes também com uma boa dose quase de desespero, de se buscar ordem no meio de um caos de sentidos, de falta de sentido, de sem-sentidos. Um esforço humano coletivo de se narrar uma história que nos ajude a viver e a conviver, num mundo grávido de tantos mistérios, de tantos encantos, mas também de tantos horrores. Acho essa dimensão do mito muito importante. Por isso, o mito sempre se deu muito bem com a arte, parceira nessa busca de compreensão.

**Cremilda:** Eu ia nomear a arte, Dimas, falar da sua virtude ao tocar o mundo pela sensibilidade. Do mergulho da intuição humana no poço mais fundo da humanidade emerge a poética emancipatória. A linguagem artística se abre para a ambiguidade, a compreensão humana sutil, contraditória. Ela aceita o inexplicável, enquanto muitas vezes a ciência, pela sua gramática dogmatizada, com a necessidade de ser precisa, rigorosa, de dar respostas fechadas, cai no equívoco de uma explicação que, enfim, é desmentida pelos fatos no dia seguinte. A economia, por exemplo, seguidamente incorre nesse erro...

**Dimas:** A associação entre mito, poder e dogma é muito comum, também, no âmbito das religiões institucionalizadas. Se, por exemplo, abrimos a Bíblia em suas primeiras

páginas, vemos que ali se fala de um dos temas mais importantes para o mito, que é o da origem de todas as coisas. Um mito belíssimo. Uma verdadeira poesia. Um segundo mito, logo em seguida, conta uma história diferente: fala de jardim, rios, animais, frutas... Ora, nos perguntamos, a partir do interior de uma visão complexa e fértil do mito: que verdade é essa ali tão plasticamente enunciada? É a verdade do mito, ponto. Não é e nem pretende ser a verdade da ciência, da razão, da consciência lógica. Também porque o mundo e a vida possuem muito pouco, quase nada de... lógico.

Ali, mais uma vez, temos, bem no comecinho, um grande poema de criação. Os estudiosos descobriram onde essa narrativa nasceu: no tempo do exílio do povo judeu na Babilônia, tempo de dor e de sofrimento, de saudade da pátria distante, de risco de perder a fé e a esperança, de ver morrer a utopia. Na segunda página, então, temos a famosa história de Adão e Eva, Homem e Mulher, que, em suas origens, nasce de uma cerimônia de casamento: “Você é osso dos meus ossos”, dizia o noivo para a noiva. Relembrando Joseph Campbell, em sua obra *O herói de mil faces*, para nos aproximarmos do mito precisamos entender a gramática dos símbolos. Os símbolos falam. Os símbolos significam. O símbolo é de significado aberto, não fechado. Porém, no momento em que uma narrativa como essa é absorvida pelo poder religioso na tentativa de se fechar um conceito sobre a criação do mundo, temos a mistificação, a morte do mito. Desaparece o mito e surge o dogma: “É assim que o mundo foi criado”, se afirma. A não-temporalidade do mito e sua transcendência são negadas em favor da afirmação de tipo histórico. Fecha-se o símbolo, dogmatiza-se o mito. E se você disser outra coisa, se você não aceitar e não souber

conviver com esse fechamento dos sentidos, você não faz mais parte da tribo. É excluído.

**Cremilda:** Você vem salientando uma face fundamental da expressão mítica, que é a narrativa. Essa narrativa se configura como mítica na arte, nas lendas ou na oratura dos povos, como na literatura e na narrativa religiosa. Ela se configura como mítica na medida em que admite um grau de ambiguidade. Justamente, o que dá carga poética à linguagem mítica é a sua ambiguidade, que é uma maneira altamente inteligente de lidar com o mundo. Quando lidamos com o mundo com a pretensão e a arrogância de enquadrá-lo em respostas, em certezas, nós estamos, efetivamente, empobrecendo a nossa razão e sendo irracionais.

**Dimas:** Eu gosto sempre de lembrar o comentário de Edgar Morin de que a verdadeira racionalidade sempre foi aberta ao diálogo com o diferente, o não-racional, a religião, a arte, o mito. É o lado irracional da racionalidade humana que se fecha ao diálogo, se fecha às tentativas, muitas vezes desesperadas, de compreensão que vêm da arte, do mito, da religião, da filosofia, do senso comum, como nos vem hoje em boa medida inclusive da ciência. Some-se a todas essas visões o lado, digamos, misterioso, inefável das coisas, e então percebemos melhor como a compreensão se adequa melhor à complexidade do mundo do que a explicação. A compreensão dialoga. Ao contrário, o dogma expressa o ato autoritário: “Não aceito você porque você não cabe no meu esquema”. O outro tem que ser reduzido ao que eu e a minha cultura somos, proclamamos, defendemos. Com a força das armas, quando necessário. Justiça infinita!

**Cremilda:** Por isso, sou levada a pensar que a aspiração do momento é a interrogação, não o ponto final ou a afirmação. No dia a dia, nos momentos cruciais ou na pesquisa científica, a atitude epistemológica desliza para o diálogo interrogante. Nada melhor, para abrir e não fechar este diálogo, que invocar Fernando Pessoa, em *Mensagem II, Os castelos, Primeiro/Ulysses*:

O mytho é o nada que é tudo  
O mesmo sol que abre os céus  
É um mytho brilhante e mudo.  
O corpo morto de Deus  
Vivo e desnudo.  
Este, que aqui aportou,  
Foi por não ser existindo.  
Sem existir nos bastou.  
Por não ter vindo foi vindo  
E nos criou.

Assim a lenda se escorre  
A entrar na realidade.  
E a fecundá-la decorre.  
Embaixo, a vida, metade  
De nada morre.

### Referências

BAKHTIN (Volochinov), Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 3ª. edição. São Paulo: Martins Fonte, 2012.

ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**. Lisboa: Edições 70, 1985.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ELIADE, Mircea. **Imágenes y símbolos**. Madri: Taurus, 1983.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2000.

KÜNSCH, Dimas A. Compreendo ergo sum: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communicare**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 43-54, 2005.

KÜNSCH, Dimas A. Aquém, em e além do conceito: comunicação, epistemologia e compreensão. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, p. 63-69, 2009.

KÜNSCH, Dimas A. Mais interrogações e vírgulas, menos pontos finais: pensamento compreensivo e comunicação. **Líbero**, São Paulo, v. 12, p. 41-50, 2009.

KÜNSCH, Dimas A. e MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010.

KÜNSCH, Dimas A. Do conceito de um Deus perfeito e único a teorias que não dialogam: comunicação, epistemologia e compreensão. In: CHIACHIRI, Roberto e BUITONI, Dulcília (Orgs.). **Comunicação, cultura de rede e jornalismo**. São Paulo: Almedina, 2012, p. 91-105.

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas, RS: Editora da Ulbra, 1996.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Atravessagem**: reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

SAGRERA, Martín. **Mitos y sociedad**. Barcelona: Labor, 1967.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

---

**Cremilda Medina**, jornalista, pesquisadora e professora titular sênior da Universidade de São Paulo, é autora de 15 livros e organizadora de 52 coletâneas. Sua mais recente obra, *Atravessagem, reflexos e reflexões na memória de repórter* (2014), registra a trajetória em que o ensaio acadêmico e a prática profissional atestam sua visão comprometida com as *narrativas da contemporaneidade*. Tanto nas coleções interdisciplinares que coordenou (*Série Novo Pacto da Ciência*), quanto nos livros-reportagem de

seus alunos de graduação (*Série São Paulo de Perfil*) e na própria produção de 50 anos de jornalismo, deixa expressivas digitais da entrega às mediações autorais na dialogia social.

**Dimas A. Künsch**, doutor em Ciências da Comunicação, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Cásper Líbero, fez mestrado e doutorado na USP sob a orientação de Cremilda Medina. Lidera o grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão”, ao qual esteve desde o início vinculado o projeto “Conversando a gente se entende”, concluído em 2014. Em 2015 dá início a um novo projeto de pesquisa, “A compreensão como método”. O assunto da compreensão frequente há anos suas preocupações, atravessando temas, como pensamento complexo, narrativas, mitos, comunicação e jornalismo. É autor de livros e artigos sobre essas temáticas.

# El dólar que venera “Tirofijo”: una historia de amor e indisciplina guerrillera

Gonzalo Medina Pérez

*Y también me dije: ese hombre muerto y descompuesto en gusanos voladores no era don Manuel, porque cuando matan a don Manuel, compadre, yo no creo que lo han matado... Al poco tiempo me di cuenta, compadre, que don Manuel vivo asaltaba los chulos y en el pueblo corrieron a esconder las fotos suyas con el anuncio de la recompensa por su captura. En definitiva, es hombre que no tiene que morir... Cuento “Las muertes de Tirofijo”, de Arturo Alape.*

La guerrilla colombiana es tan antigua que no faltan jefes insurgentes que fallecen de viejos, en vez de morir en combate. Es el caso de Manuel Marulanda Vélez, o Pedro Antonio Marín, o “Tirofijo”, quien después de más de 60 años de lucha insurgente, dejó de existir, al igual que su compañero de lucha, Jacobo Arenas, de un infarto cardíaco, cuando ambos dirigían las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc) – el primero en 2008 y el segundo en 1990.

A pesar de que otros líderes guerrilleros han muerto recientemente enfrentando a las tropas gubernamentales –

ello como reflejo de un cierto debilitamiento de las Farc –, no es menos cierto que las actuales conversaciones de paz que se adelantan en La Habana evidencian, del lado gubernamental, el reconocimiento de esta organización como un actor legítimo del conflicto armado colombiano.

A continuación, el resultado de nuestra experiencia de conocer la historia del legendario “Tirofijo” y su perro *Dólar*, en un diálogo más que humano, cuando guerrilla y Farc hacían otro intento por acabar con doscientos años de guerra en Colombia.

Viajar a La Uribe, municipio del Meta, queriendo llegar a ese corazón del proceso de paz en Colombia, y encontrarse con que el perro del jefe máximo de las Farc se llama *Dólar*, símbolo del enemigo contra el cual lucha la guerrilla hace 40 años, es descubrir por sus propios medios que el absurdo galopa aquí y allá, incluyendo ese entorno forjado en décadas por la razón y que los adultos llaman guerra.

También en los años sesentas aparecen las recompensas que el gobierno ofrece por los jefes subversivos; el periódico *Voz Proletaria*, en su edición del 28 de mayo de 1964, página 12, incluye un afiche distribuido por el Ejército ofreciendo 50 mil pesos de recompensa por la cabeza de “Tirofijo”. Después fueron 2 millones de dólares los que estaba dispuesto a entregar, a finales de los años noventas, el gobierno del entonces presidente Andrés Pastrana, por cada uno de los miembros del Secretariado de las Farc.

## GUERRILLA: ¿UNA CULTURA?

En toda esta región colombiana, la guerrilla, en las distintas modalidades manifestadas desde la campaña de Simón Bolívar, es algo más que una simple forma de lucha

contra el Estado. Distintos estudios realizados sobre el fenómeno muestran cómo ser guerrillero es seguir una tradición centenaria iniciada o seguida por el tatarabuelo; es pensar en "hacer justicia" por el asesinato del papá, de la mamá, del hermano mayor o de la tía; es protegerse, como antes de "los pájaros" o chulavitas, ahora de los paramilitares de turno; significa también "hacerse hombre" o seguir hasta el monte a aquel que se ama, aunque de pronto no se tenga claro el porqué de la lucha.

Pero hay quienes desde hace más de 40 años saben por qué están en la guerrilla: uno de ellos es Manuel Marulanda, quien encarna al típico campesino paisa y malicioso, con su mirada en permanente movimiento, con la disposición corporal de quien ya se va y con la infaltable compañía de *Dólar*, un perro pastor alemán que no lo abandona ni en sueños porque mientras Marulanda duerme, él está cuidando a los vigilantes de su amo. Cuando uno de ellos comienza a cabecear, de inmediato despierta a su jefe y le informa de la novedad. En la vida militar, una de las infracciones más delicadas es quedarse dormido cuando se está de centinela; las sanciones son mucho más rigurosas, si la falta se produce custodiando a un superior. En ese sentido, la fidelidad de *Dólar* con su amo está garantizada.

La tranquilidad que *Dólar* le proporciona a Manuel Marulanda – o Pedro Antonio Marín – le sirve para que en sus sueños reaparezca su infancia en Génova – en el departamento de Quindío – en donde nace el 12 de mayo de 1930, en una familia de colonizadores antioqueños con raíces en la Guerra de los Mil Días. Además de que le gusta escuchar historias de brujas y espantos, al pequeño Pedro Antonio – o Manuel – le encanta también elevar cometas, jugar a las bolas y domar su trompo en la palma de la mano.

Como buen paisa, o montañero, Manuel Marulanda tiene sus mitos y leyendas, producto de la tradición oral. Uno de ellos es el duende, a quien define como un ser de un metro de alto, de pelo largo, nariz puntiaguda y ojos profundos para que no le adivinen la mirada; “resulta que en esa época, porque yo no creo en espantos, cada hombre crea sus espantos, se dice que confundía a los aserradores escondiéndoles la madera que tenían lista para embarcar por el río; a los campesinos les ocultaba el machete en el momento de estar rozando la maleza; a otros el canasto en que recogían el café; a otros el hacha cuando la necesitaban para partir la leña”.

El infante Pedro Antonio disfruta también escuchando las historias de su abuelo Ángel Marín sobre la Guerra de los Mil Días; en medio del horror de tantos muertos, él se desempeña como corneta de las fuerzas liberales dando paso al inicio de la batalla con los conservadores. Cuenta además de las tácticas de penetración en territorios del enemigo, sobre todo en horas de la noche para caerle a éste por sorpresa.

Por eso no es de extrañar entonces que Marín – o Marulanda – tenga una andariega juventud y una familiaridad temprana con las armas; a los 16 años se establece en Ceilán, un corregimiento que es arrasado por los conservadores en 1948, por lo cual tiene que aprender a disparar para estar en el grupo de “Charronegro”, el jefe liberal que dirige la resistencia contra los llamados “pájaros”.

En ese mismo año Manuel Marulanda – o Pedro Antonio Marín – llega a municipios del norte del Valle, como por ejemplo El Dovio, en pleno auge de la violencia, luego del asesinato de Jorge Eliécer Gaitán. Pero más que sueño, el de Pedro Antonio Marín – o de Manuel Marulanda – se con-

vierte en pesadilla por todo lo que empieza a pasar por su mente después de más de 50 años de haberlo vivido. Recuerda cuando El Dovio es ocupado "por bandas conservadoras de El Águila y no sé qué otros pueblos de Apía, Caldas.

"Aparecieron sin contemplación los muertos en el camino... Detrás de mí como sombra maligna, la violencia. Llegaba a un pueblo, a otro y ahí estaba esperándome como queriendo desterrarme, y si no había llegado por tardanzas en el camino, a la semana siguiente aparecía. Me arrastraba en sus aguas, la arrastraba en su corriente como si fuera una cita que debía cumplirse."

Y así como Marulanda empieza a convivir con la muerte, también comienza a hacerse célebre por sus acciones armadas y por su capacidad para escabullírsele al Ejército y a la Policía. Pareciera que el poder de los mitos antioqueños y la destreza en el manejo de armas se hayan puesto de acuerdo para hacer de este hombre una suerte de leyenda montaraz. Cada vez más son mayores los titulares de prensa que registran el nombre y la presencia simultánea de Pedro Antonio Marín en distintos combates y en distintos lugares:

"Tirofijo trata de salir del país con rumbo a Cuba"; "Activa la persecución contra Tirofijo"; "Tirofijo habría huido a Los Llanos"; "Cercos a Tirofijo activa la persecución".

## ¡AMOR PERRO!

Después de cuatro días de camino, en los que el frío y el calor se reparten la jornada, llegamos al campamento del Secretariado de las Farc. Árboles altos, frondosos, alojamientos contruidos con madera, cordones de seguridad concéntricos constituyen el decorado con el cual nos reciben los miembros de la dirección máxima de la guerrilla

más poderosa de Colombia y de América Latina, además de contar con el jefe guerrillero más antiguo del mundo.

Allí están Alfonso Cano, siempre con su barba espesa, sus lentes gruesos y su hablar pausado; Raúl Reyes, pequeño de estatura, para entonces más delgado y sin las gafas con que es visto luego; Jacobo Arenas, con su bigote blanco y sus acostumbradas camisas de flores coloridas. El dirigente posa feliz con un sombrero de campesino panameño, de esos que tienen el ala delantera doblada hacia arriba.

Aprovecho para preguntarle a Manuel Marulanda – o Pedro Antonio Marín – por qué no usa esta prenda:

“Me gusta más la cachucha porque ayuda a que no le corra a uno el sudor.”

Tiempo después me preguntaba si había sido obra de sus asesores de imagen que en su reunión con el entonces candidato Andrés Pastrana, Marulanda se deja convencer y se enfunda un sombrero parecido al de Jacobo Arenas.

Se improvisa una reunión con algunos de los jefes de las Farc y en ella desfilan temas varios, mientras Jacobo destapa una botella de whisky en homenaje a los recién llegados. Comienzo a observar a Marulanda, quien ese día está de camisa blanca y pantalón gris, como cualquier paisano, además de las infaltables botas de caucho. Curiosamente ese día no lleva cachucha ni sombrero.

Me quedo pensando en ese hombre callado, de mirada desconfiada, más bien solo, que vive aparte de sus demás compañeros de Secretariado y que sigue fiel a su origen campesino. Personas allegadas a él, me cuentan que Marulanda – o Marín – lleva más de 45 años sin visitar un pueblo, además de que no sabe lo que es estar en una ciudad. En cierta reunión, hablando de la actividad guerrillera en

las ciudades, alguien destacó la importancia de sabotear los semáforos. Marulanda lo interrumpió y con ingenuidad de infante preguntó:

“Perdón camarada, ¿y qué es un semáforo?”

Sin embargo, la certeza sobre esa desconexión de Marín – o Marulanda – respecto de la ciudad, la pone en entredicho el escritor Jota Mario Arbeláez, cuando asegura que “Tirofijo” arriba a Bogotá en 1952. Para ello se apoya en el testimonio del siquiatra y también escritor José Gutiérrez, quien afirma haber dialogado con él varias veces “prestándole servicios profesionales”.

Agrega Arbeláez que Marín se aloja en la vivienda de un primo suyo; allí también llega un abogado izquierdista recién graduado, de nombre Manuel Marulanda Vélez. El Ejército allana la casa y se encuentra con Marín y Marulanda, el primero más pequeño y delicado, mientras el segundo es corpulento y de facciones indígenas algo hoscas, por lo cual los militares se llevan a Marulanda. Éste es torturado y asesinado, sin que revele que el hombre a quien buscaban era aquel que se había quedado en la casa. Desde ese momento, Pedro Antonio Marín, en homenaje a su amigo sacrificado, decide asumir como propio el nombre de Manuel Marulanda Vélez. Al mismo tiempo determina perderse de Bogotá e incluso olvidarse de que alguna vez ha estado en la capital.

Ese aislamiento de Pedro Antonio Marín – o Manuel Marulanda – respecto de la ciudad se ha extendido por décadas y con sus inevitables consecuencias políticas. Por eso, el jefe de las Farc, en medio de la dureza de la confrontación armada, se dirige a los habitantes de la ciudad y en tono reflexivo les dice:

“Ya son muchos los años que llevamos gateando en esta lucha... pero yo creo que hemos tenido un enemigo, el peor de todos los enemigos. ¿Saben cuál ha sido? Hablo del aislamiento de esta lucha, que es peor que aguantar hambre por una semana seguida. Entre ustedes, los de la ciudad, y nosotros que hemos estado enmontados, hay de por medio una gran montaña. Las voces de ustedes, las voces de nosotros, no se escuchan, pocas veces se hablan. No es una distancia de tierras y de ríos, de obstáculos naturales, no es la montaña atravesada. De nosotros es poco lo que se sabe entre ustedes, de ustedes es poca la historia que conocemos por aquí”.

Días después de estar alojado en el campamento del Secretariado en La Uribe, volví a saber del guerrillero más antiguo de América Latina. Estaba malhumorado porque su perro no aparecía desde hacía más de 24 horas. Sus escoltas le decían que habían visto a *Dólar* coqueteando con una perrita criolla que andaba con una comisión guerrillera recién llegada de Córdoba.

Al otro día reapareció el pastor *Dólar*, quien por primera vez había faltado a la misión de cuidar a su amo. Estaba enlodado hasta la cola y se le veía cansado, como si hubiera pasado una noche intensa, totalmente distinta a aquellas en las que hace de custodio de Marulanda – o de Marín – y de quienes están a cargo de cuidar el sueño de uno de los guerrilleros más buscados del mundo.

*Dólar*, como consciente de su indisciplina, se acercó a Marulanda y con su mirada huidiza reconocía ante su amo la falta cometida. En cambio éste lo miraba fijamente mientras fruncía el ceño y le hablaba como a un subalterno, que había descuidado sus funciones. El tono fanáticamente pai-

sa de Marulanda – o de Marín – se dejó escuchar, sin des-  
cuidar la mirada sobre su interlocutor:

“Usted dónde andaba, jovencito, hágame el favor y me explica” – preguntó, mientras guardaba silencio como esperando la respuesta.

*Dólar* agachó la cabeza y con ella su mirada.

“Sabe muy bien mi estimado amigo que por reglamento se va a quedar sin comer 24 horas” – volvió a hablar Marulanda, en tanto que su dedo índice derecho subía y bajaba como la aguja de un reloj, que se resiste a perder su carrera con el tiempo.

Cuando *Dólar* se aprestaba a retirarse, como perro regañado, Manuel Marulanda – o Pedro Antonio Marín – volvió a hablarle:

“A ver jovencito, ¿dónde tiene su coca?”<sup>1</sup>

El animal se quedó sin palabras. Sabía que su plato andaba envolatado después de su noche de amor con la perrita criolla. Fue tanta la pasión que hasta se le olvidó que tenía que seguir comiendo. Hasta su amo tan querido fue borrado de su corazón por una larga noche, para darle paso a la imagen de una chica blanca hasta la nieve, de caminado tan rítmico como de reina de belleza y con un pelo crespo tan abundoso que le tapaba los ojos, pero no su mirada de pícara.

*Dólar* reaccionó cuando volvió a escuchar la voz mandona de Marulanda preguntándole de nuevo por su coca. Aquel diálogo atraía cada vez más la atención de guerrilleros y de visitantes del campamento, donde se reúne el Secretariado de las Farc.

---

1 Marmita, em português.

*Dólar* no atinaba a responder, sólo se paseaba nervioso de una esquina a otra del rancho de Manuel – o de Pedro Antonio –, mientras las miradas de hombres jóvenes, de muchachas curiosas y de veteranos de mil combates, seguían pendientes de la respuesta del perro.

### GUAU... QUÉ PERRO

De pronto, como si la fidelidad hubiera vuelto a su memoria, miró de frente a Marulanda y partió carrera en busca de su monte cómplice. Todos quedaron interrogándose: “¿hallará *Dólar* su coca?” o “¿Será tan fuerte la pasión de quien ama que hasta es capaz de aniquilar su memoria?”

No habían transcurrido dos minutos cuando el perro apareció triunfante con su plato en el hocico, tan orgulloso como el soldado que va al combate luego de besar a su novia. La alegría contagió a los presentes, menos a uno. Marulanda se paró frente a su amigo, esta vez más disgustado, casi como quien se siente burlado por el subalterno:

“¿Usted me cree bobo, o qué? Usted sabe muy bien que esa coca no es la suya. ¿Qué pensó, que me iba a gozar así de fácil? Hágame el favor y va por su coca, si tiene que ir por ella hasta el páramo, pues hasta allá va a tener que ir mi estimado amigo”.

Al otro día, cuando apenas el sol comenzaba a despe- rezarse, *Dólar* reapareció con su coca, sólo que tan enlo- dada, como si también hubiera participado del revolcón de su dueño. Y mientras se la entregaba a su amo, para que le suspendiera la sanción, se posesionó de nuevo en su papel de guardián de Manuel Marulanda – o Pedro Antonio Ma-

rín – recordándole la urgencia de empacar pronto, porque la selva y el enemigo no dan tregua.

---

**Luis Gonzalo Medina Pérez** es Comunicador Social-Periodista y Magíster en Ciencia Política. Corresponsal de guerra en Centroamérica. Miembro fundador en 1998 del Grupo de Investigación de Conflictos y Violencias. Autor de libros sobre deporte y sociedad; fútbol y literatura; comunicación-política y opinión pública. Desde hace 24 años es docente de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia. Actualmente realiza su tesis de doctorado en Literatura en la misma universidad, con el título: *Los vaivenes de "Calabar: o elogio da traição"*.



# Residência no meio da compreensão... *Vem falar comigo* para tecer a reportagensaio<sup>1</sup>

Raúl Hernando Osorio Vargas

É melhor conhecer-se no diálogo, já que, como sabemos, o real é contraditório, complexo e plural e, por isso, nenhuma das formas de se expressá-lo é eterna e definitiva. Tanto a natureza quanto a cultura constituem-se de realidades efêmeras e perecíveis, sujeitas à mudança e à contínua transformação. Só as coisas efêmeras são marcantes? A verdade absoluta e definitiva não existe, somos um processo infinito de vir a ser e perecer, somos constantes mudança e transição. E as marcas da transformação do mundo atual, das ideias, dos modos de viver, mudam as maneiras do diálogo, da conversa, do narrar, da compreensão: vão do espaço físico para o espaço vivido, lugar com um dentro (sagrado) e um fora (profano).

No mundo contemporâneo, as reportagensaios<sup>2</sup>

---

1 Producto derivado del proyecto de investigación "El lugar de la oratura en la narrativa del reportaje". Acta 643, Comité para el Desarrollo de la Investigación, Codi. Forma parte de la Estrategia de Sostenibilidad 2014-2015 del Grupo de Estudios Literarios-GEL, en la Universidad de Antioquia - Colombia.

2 Reportagensaio: descobrir, reconstituir e transmitir, ensaiando. Reportagensaio concebida como narração detalhada de situações e conversas da vida cotidiana dos seres humanos que vivem em espaços e tempos. Ela parte do fato verídico, procurando as explicações mais sutis, empreendendo uma viagem de retorno,

são textos em trânsito, em composição, que desafiam a precariedade do jornalismo e que, com suas passagens caleidoscópicas, na colagem de fragmentos (efêmeros?), reafirmam a mobilidade da memória, das conversações em que todos somos autores. Essas narrativas *transdisciplinares* de essencial vocação artística fundam novas formas do saber e suas perspectivas estéticas não giram em torno do conceito de imitação – como na poética de tradição clássica – nem da ideia de imaginação – como no mundo romântico –, mas sim da noção fundamental de compreensão: as mediações são mensagens em processo, em construção, em experiência, em experimentação. O reposicionamento dos sujeitos sociais revitaliza a importância do espaço vivamente narrado como experiência, quer dizer, de aprendizado do mundo como escola da vida.

Em um mundo globalizado, o dentro e o fora não deixam de existir, mas se reconfiguram nas fronteiras e nos comportamentos e novas maneiras de estar junto. Dentro e fora não são divisões permanentes, e o mundo está conectado, mas nem tanto. Todo espaço é um cenário, uma construção, uma esperança da sociedade em processo de transformação, de compreensão, de *transculturação*, que torna as fronteiras porosas. Na aculturação não existem trocas culturais e se apresenta uma hegemonia de uma cultura sobre a outra; na *transculturação*, a preponderância de um povo sobre o outro desaparece, para abrir espaço ao diálogo

---

até encontrar uma composição criativa com suas múltiplas vozes. Como pesquisa, pode ser considerada uma atividade lúdica que apanha diversas perspectivas em contraponto, exacerba dinamicamente os contrastes e nos faz descobrir novas maneiras de ler ou de ver o já visto ou lido." Esse conceito está apresentado, de forma robusta, na minha tese de doutorado, onde propus dito neologismo como uma noção fundamental no jornalismo narrativo (Osorio, 2003).

como encontro com o outro, reincorporando saberes que geram plasticidades culturais e dão sentido às novas formas de expressão. Nesse processo de vivência reduz-se a distância entre o repórter-narrador e seus “entrevistados”, ou seja, entre o oral e o escrito.

– Como fica a oralidade nesse processo? – pergunto a Marcos Bagno (2000).

– As interdições e repressões ao discurso científico por parte dos comandos paragramaticais se evidenciam, por exemplo, nos frequentes e grosseiros ataques de seus sustentadores à atividade dos linguistas profissionais, empenhados em conhecer a realidade linguística do Brasil e em opor esse conhecimento às fantasias míticas e aos esoterismos de uma norma-padrão (equivocadamente chamada de “língua culta”) que há muito tempo já deixou de servir de meio eficaz para a comunicação e a expressão dos brasileiros de todas as classes sociais.

#### SUJEITO FRONTEIRIÇO

É que o repórter, como sujeito fronteiro, mestiço e anfíbio, vive entre essas várias águas. Ele desempenha seu papel de *transculturador* ou *mediador* que colabora com a fundação de uma comunidade por meio da narrativa, na qual é possível a compreensão e o convívio entre os diferentes – e a nova expressão de reportagens tem a potência de revitalizar o oral vivo. Assim, no ato narrativo, vivemos uma relação de cumplicidade e experiência em processo.

A *experiência vivida*, como arqueologia e memória, é transgressora. Que experiência é essa que pode *sentir* o Humano Ser? Ela orienta a construção dos sentidos da vida, marcando presença no cultural e no psicológico, por meio

dos quais sua narrativa se exprime. A experiência é um acontecimento e uma abertura do Humano Ser ao mundo e aos outros. Ao mesmo tempo em que leva aquele que a vive às diversas dimensões do conhecimento, também o confronta consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

O diálogo como experiência humana relaciona. Com ele tentamos a união e o conhecimento da vida pessoal (interior) e social (exterior). A lembrança do instante efêmero e luminoso é recriada a partir da memória, em que se conserva para voltar da experiência revivida nas narrativas de uma possível eternidade.

*O vem falar comigo* é uma espécie de celebração que tem sua expressão maior nas comunidades de diálogos, e que se traduz nos testemunhos e conversas levando as pessoas a eliminar desconfiança, frieza e indiferença na relação com os outros. Diálogo que nos convida a aprofundar nossa intimidade e comunhão com o outro, como a ligação que há entre a árvore com seus ramos, a raiz e a terra: rizoma.

Devemos estar dispostos a viver essa comunhão, que nos reúne na história de vida e nos conduz à viagem, essa forte experiência do encontro que transforma radicalmente nossas vidas em uma herança de narrativas, uma leitura, uma versão que procura juntar-se a outras, para permanecer com elas na fala e na língua. Nesse processo, a narrativa é feita não só de palavras e bate-papo, mas também e fundamentalmente de ações: se consolida e progride para saber quem somos. Por meio da palavra que foi falada, permanecemos no outro e ele em nós, quer dizer, tornamo-nos testemunhas vivas que vão ao encontro, no compromisso concreto do diálogo. Transbordando as várias vozes nós nos fazemos partícipes do mundo e, nes-

se ato experimentado por nós, entrelaçamos e abraçamos livremente a memória coletiva. Lembramos, reunidos no convívio: “De mim se recordou!”

Penetrar nos pensamentos é ver os movimentos das palavras que são imagens do próprio conhecimento, é envolver-se com o saber do outro sem se esconder do olhar para ir ao encontro. A vida que tece o hoje é revivida pelo pensamento feito ações-fala no livro de sua mente, dias contados antecipadamente. Para dizer: “Ainda estou contigo”.

Que é estar contigo? É permanecer junto, olhar, escutar, ver os passos no caminho da antiga, da nova, da futura narrativa que leva e anuncia o nascimento da reportagem, para desvendar as visões de mundo. Proclama: o excluído participa ativamente da nova história, derrubando as barreiras que impedem a partilha e a construção da narrativa eternamente contemporânea e *das pessoas vivas que a falam*.

Face a face, em presença, o ato vivo como relato perene de experiência humana deve ser recapturado e usado como critério dos acontecimentos e das emoções pessoais. Fragmentos das várias experiências são coligidos. O repórter traz valiosas impressões aos companheiros de viagem. Ele mergulha e estabelece o diálogo no fundo da experiência humana, com todos os detalhes possíveis em um esforço de compreensão do viver.

#### ○ QUE É HOJE COMPREENDER-SE

A surpresa, a perplexidade e a dúvida são caminhos do aprendiz, experimentador que vai passando pela lição de vida. Reportamo-nos e no ensaio ganhamos dilatada expressão em forma de torrente, como palavras aprisionadas transformadas em seixos rolados pelo movimento dos lá-

bios e das mãos, já que o tato é a origem de nossos olhos, ouvidos, nariz e boca.

– Concorda, Gaston Bachelard?

– Toda mão é consciência da ação. Assim, com a mais extrema delicadeza, a mão desperta as forças prodigiosas da matéria. Todos os sonhos dinâmicos, dos mais violentos aos mais insidiosos, do sulco metálico aos traços mais finos, vivem na mão humana, síntese da força e da destreza.

As mãos, essas alquimistas que coagulam e dissolvem a matéria, tomam a matéria para ocupar nossas vidas e como testemunha marcar a presença humana no espaço, em um movimento de tempos feitos ações comunicativas, refletindo nossas atitudes interiores. Quando as mãos do Ser Humano tocam para criar, manifesta-se e surge essa outra gramática da vida, que aceita o risco dialético, complexo, de descobrir o nosso poder “interior” no “exterior”, nas probabilidades das conexões rizomáticas.

Caminhemos na procura das instigantes conexões entre mãos, reportagensaios e processos de conhecimento!

## SÍMBOLO DOS TEMPOS

O repórter fica pensando nas mãos, nas falas líquidas como água e fogo, primas de luz, símbolo dos tempos e dos numerosos povos. Fala que abraça as formas que a ela se moldam no imenso território da vivência, no útero do mundo. Pensa na fala, habitação de itinerários, dos aedos que cantam acontecimentos. Pensa na *conversa*, “lugar” ilimitado em que os humanos tecem sua história. Perda ou morte do vivido, contudo troca e passagens possíveis, improvisadas na infinita viagem do conhecimento do outro, por meio da experiência – *que transpassa e transforma minha percepção de repórter transculturador ou mediador.*

Mas continuemos nesse mergulho na vida e na perda, já que somos exumados e nossos ossos viram pó, para dar lugar a novos corpos nos espaços-acumulação desiguais de tempos. Vamos pelo espaço-tempo sagrado. Que representa o presente? Que representa o passado? Que representam as narrativas desse mar-tempo? Quem é o outro? Quem eu sou? Perguntas para essa reportagem sobre o Humano Ser. Perguntas que têm a ver com o sujeito e a realidade, já que ninguém é uma ilha e todo ser humano é parte do mundo.

Não dá para sentir a vida observando você?

Ainda que o mundo nos faça sentir pequenos, e exista uma relação profunda entre ele e nós. Olho no olho, mão na mão, concretudes, concreto, concretismo ou narrativa concreta, outras espécies da reportagem.

*A poesia existe nos fatos*, disse Oswald de Andrade.

Transformação de falas vivas que se desmancham nas mãos (dessacralizadas) e falas cristalizadas, pela mão do humano, em mudanças renovadoras. Pedra, Terra-mãe. Pedra filosófica, símbolo alquímico de sabedoria e caminho de regeneração.

E o repórter pensa que nós humanos, às vezes, falamos em solilóquios como em um roteiro de teatro.

Experimentemos o narrador ensimesmado!

As pessoas falam e eu me calo... O mundo muda mais rápido que a percepção das pessoas, e é um grande desafio pular o abismo, comunicar, permitir que nos sintamos responsáveis. Algumas pessoas não percebem onde estão. A reportagem tem tratos íntimos com nossa percepção do mundo, com o epistêmico, quer dizer, o saber. O colapso da metodologia neopositivista nos leva a rever os procedimen-

tos hermenêuticos e narrativos, para tentar compreender a linguagem do mundo e do humano. As coisas mudam tão rápido nas mãos do homem!

*Se as portas da percepção se abrissem, tudo apareceria como é...*, ecoa a voz de William Blake, poeta e pintor inglês que, com sua obra, foi precursor do Romantismo e mostrou a sua fina sensibilidade.

Então, a vida é um processo de probabilidades e conexões. Tendemos a ver as pessoas como ilhas; mas um sujeito é, essencialmente, um conjunto de relações que se estendem para se comunicar com os outros. Na vida nunca há objetos; a natureza essencial do humano não está nos objetos, mas nas conexões. *Na minha reportagensaio eu não pesquisei objetos, eu dialogo com sujeitos em movimento, que vivem em um mundo em transformação e transculturado.*

## OBSERVADOR OBSERVADO

Na narrativa contemporânea não pode mais ser mantida a nítida divisão cartesiana entre matéria e mente, entre o observado e o observador. Nunca podemos falar do fora sem, ao mesmo tempo, falarmos sobre nós mesmos. Que dizer dessas conexões nas ciências humanas e sociais ou na reportagensaio em que o narrador, observador participante, conta o que extrai da experiência, sua ou aquela contada por outros, por meio dos *sons* da fala!

A propósito de sons, todos sabemos que o acorde é uma 3ª, a mais básica das harmonias. Ele carrega consigo um clima próprio, mas suas notas isoladas não carregam nada. Portanto, a essência do acorde está nas relações, e a relação entre a duração e a frequência compõe a melodia.

As relações formam a narrativa. As conexões conformam a reportagensaio. As relações formam a música. Como mãos compondo histórias musicais. Essa visão do narrado feito de harmonias, de sons, se dissolve em uma série de conexões, como a oratura (relato da oralidade popular), que vai para a escritura (exercício fenomenológico que tem por objeto as relações entre a consciência e a palavra, o eu e o ato de escrever).

No fim das contas, gostemos ou não, somos todos parte de uma teia inseparável de relações. O jornalista contemporâneo precisa ver, sentir, compreender a interdependência, a teia de relações da vida. E como repórter penso naquela questão eterna: o que é a vida? Eu me pergunto e acredito que a vida se sente a si mesma e sentir o universo é um trabalho interior. Penso nos passos silenciosos dos desconhecidos por conhecer. Penso em processos e não em estruturas. Relações ou conexões dos processos vividos pelos seres humanos.

Reportagensaio: como narrativas da transculturação, já que a vida é infinita, e, para narrar o eu, temos de narrar o ser e sua presença no mundo. Pergunto ao geógrafo Milton Santos:

– Como narrar a *formação socioespacial* do indivíduo?

– Na experiência comunicacional intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado em comum. Comunicar (...) etimologicamente significa “pôr em comum”. Esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verda-

deira negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos, “pontos de vista mais ou menos compartilhados” em proporções variáveis (...). Nessa construção, pois, além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens.

Pois é... narração de nosso ser social e individual como aventura da descoberta, da comunicação como texto que se escreve em diálogo com a compreensão na razão exterior e no testemunho interior do coração. No processo de reconhecimento e de fragmentação desencadeado pela ruptura/resgate da memória.

### Referências

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto antropófago e Manifesto da poesia pau-brasil**. Piratininga: 1924-1928.

BACHELARD, Gaston. *Matéria e mão*. In: **Direito de Sonhar**. São Paulo: Difel, 1985, p. 53-54.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

BLAKE, William. **Canções da inocência e da experiência**. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

BOSI, Alfredo. **O narrador ensimesmado**: o foco narrativo em Vergílio Ferreira. São Paulo: Ática, 1978.

OSORIO, Vargas Raúl. **O lugar da fala na pesquisa da reportagem**: “O Homem das Areias”, um flagrante do diálogo oratura-escritura. São Paulo: ECA-USP, 2003.

---

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

---

**Raúl Osorio Vargas** é doutor em Comunicação (ECA-USP), professor associado da Faculdade de Comunicações da Universidade de Antioquia (Medellín-Colômbia). Possui graduação em Comunicação Social pela Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano (1978), revalidada como bacharelado em Jornalismo pela ECA-USP. Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Tem 34 anos de experiência profissional nas áreas de Comunicação e Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: reportagem, crônica, entrevista, narrativa, memória, oratura, transculturação narrativa, livro-reportagem, reportagensaió e história oral. Membro do Grupo de Estudos Literários, GEL.



# papel dialógico do ensaio na contemporaneidade

Rodrigo Volponi

Este texto constitui antes de tudo uma forma de compreender o processo de construção de uma pesquisa em desenvolvimento no programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, que tem por objeto o ensaio, tanto como gênero de expressão do pensamento quanto como método de produção de conhecimento.

Acredito ser importante destacar como cheguei a esse tema. Como todo bom ensaio, aquilo sobre o que se escreve, sujeito ou objeto, precisa de certa forma despertar algum tipo de sentimento no autor. Mexer com as convicções, desejos ou visões da pessoa é um ingrediente fundamental para se produzir um texto ao mesmo tempo profundo, vigoroso e marcante.

## UM INCÔMODO

No caso específico, o que me levou a pesquisar sobre o assunto foi o que denomino incômodo. Utilizo uma frase que me fez entender o que eu estava fazendo ali, na sala de aula da Cásper Líbero, durante a disciplina de Metodologia ministrada pela Profa. Dra. Simonetta Persichetti. Segundo ela, “para se fazer uma pesquisa, é preciso estar incomodado com algo”.

Naquele instante descobri o motivo pelo qual escolheira esse caminho. Tornou-se muito claro para mim que me incomodo profundamente com a forma como em geral se trata o jornalismo contemporâneo. Sinto falta de perceber nexos no emaranhado de notícias. Quanto mais conexões, menos nexos. Menos produção social, orgânica e dinâmica de sentidos. É tudo muito fragmentado.

Foi essa pedra no sapato que me fez pesquisar, buscar e – por que não dizer? – resgatar, pelo menos para mim, um gênero textual mais atual do que nunca, pela forma como pensa e pratica a produção e a expressão do conhecimento. Uma alternativa, talvez. Ou, até, uma rota de fuga do jornalismo raso, impessoal e homogêneo praticado nas redações dos maiores veículos.

Esses veículos, tanto faz se portais, se jornais ou se canais de tevê, vivem hoje o que chamo de “McDonaldização” do jornalismo. Isso pode ser mais bem identificado, se observarmos o processo de seleção, apuração e divulgação das notícias. Na maior parte das vezes, o que aparece é um jornalismo com foco exclusivamente na audiência. Para alcançá-la, opta-se por matérias banais ou de pouca relevância, com uma dose maior ou menor de espetacularização. O que se busca é atingir o maior número de pessoas. Ou de cliques.

O resultado costuma aparecer em forma de notícias tão similares e abordagens tão reducionistas que podemos facilmente prever, por meio da leitura de um único portal, o que será reproduzido pelos demais. Se não fosse pela estética de apresentação – diagramação, tipos de letras e fotos –, facilmente poderíamos brincar de jogo dos sete erros na comparação entre um veículo e outro, tamanha a similaridade.

## REDUÇÃO, SIMPLIFICAÇÃO

Todo tipo de informação, de algum modo, é sempre útil para alguém. A questão, contudo, é a seguinte: será que o jornalismo é *apenas* isso ou é *também* isso? O peso dado a cada uma dessas posições é adequado ou desproporcional?

É possível constatar facilmente, numa rápida leitura nas primeiras páginas dos portais *online*, o desequilíbrio da quantidade de *news* em relação à de *views*. A seleção dos temas e das perspectivas de abordagem é condicionada ao maior número de aprovações possíveis por parte dos leitores ou da audiência. Ao invés de textos que buscam ampliar, contextualizar, compreender e fornecer elementos para uma justa interpretação dos fatos, o que se vê é um esforço enorme de redução, de simplificação do relato sobre o que acontece.

Os veículos aos quais me refiro cultivam essa postura por estarem plenamente convencidos da absoluta preguiça do leitor. Eles acreditam piamente que aqueles que os leem, ouvem ou seguem não se aprofundarão na notícia. Não questionarão as fontes. E, sobretudo, não se revoltarão contra essa falta de comprometimento com os sentidos sociais de toda informação, uma premissa básica para um jornalismo sério e de qualidade. Um jornalismo democrático.

Pautas, edição, títulos etc., a maior parte cai sob o molde da homogeneidade, do reducionismo e do sensacionalismo. Nesse tipo dominante de jornalismo, não há espaço para o diálogo entre diversos pontos de vistas, entre as diversas perspectivas possíveis, os vários lados de uma questão. Vemos os “especialistas de sempre” apresentando as mesmas visões de sempre, em sua maior parte ajustada à linha editorial dos veículos e aos modos como esses veículos pensam o jornalismo e a vida social.

As vozes das pessoas que vivem na pele as consequências dos acontecimentos raramente são ouvidas, quando não são excluídas totalmente. Ou aparecem apenas como caricatura do cidadão comum, sendo exploradas muito mais as suas fragilidades intelectuais do que evidenciada a sua experiência pessoal. As pessoas supostamente gabaritadas pelo seu *know-how*, formação acadêmica ou profissional, ou, simplesmente, pelo poder, essas recebem um espaço digno ou de prestígio nos meios de comunicação. São os olímpicos de sempre.

O conhecimento de tipo comum, nascido da experiência de vida, e a cultura popular quase sempre são deixados de lado e marginalizados, até mesmo por aqueles que supostamente estariam em condições de perceber sua vital importância para a sociedade. No fundo, a gente sabe que todo esse processo e método de construção da notícia nada mais são do que uma forma de manter o *status quo*, em obediência cega às estruturas invisíveis de poder que moldam profissionais e proprietários da área jornalística.

Os textos são produzidos dessa forma para que o maior número de pessoas consiga consumi-los – e não necessariamente para que essas mesmas pessoas possam compreender e se situar diante do que está acontecendo. Ao invés de um jornalismo de tipo compreensivo – como vem sendo proposto pelo grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão” –, temos um jornalismo em grande medida de caráter explicativo. A explicação assume o lugar da reportagem.

A proposta deste texto é, justamente, ressaltar o lugar e a importância do ensaio jornalístico neste momento de crise em que o jornalismo se encontra. Momento de busca de

novas perspectivas. De olhar para trás e para a frente. Um momento necessário.

### MONTAIGNE E AS VOZES QUE FALAM COMIGO

Michel Eyquem, senhor de Montaigne, foi um escritor e ensaísta francês, nascido em 1533 na Dordonha. Aos 38 anos, em 1571, refugiou-se em suas terras em Montaigne para se dedicar à leitura e à reflexão, o que acabou dando início ao seu principal trabalho, os *Ensaio*s (1980).

Montaigne tentava compreender o comportamento humano por meio de anotações sobre suas experiências pessoais, relacionando-as a uma bagagem intelectual adquirida durante a vida. Falava de assuntos tão diferentes, que iam da “embriaguez” à “inconstância de nossas ações”. Seus textos apresentavam reflexões sobre instituições, costumes e dogmas de sua época, utilizando-se de autores clássicos da Antiguidade, entre eles, os gregos. Por meio de seu esforço intelectual, pretendia chegar ao entendimento de fenômenos cotidianos que despertavam sua curiosidade.

Pela autorreflexão, procurava compreender seus próprios medos e desejos e, por tabela, os de seus semelhantes. Mais do que dar respostas, os seus textos elegiam perguntas sobre o comportamento e a complexidade do homem em sua natureza mais íntima.

Montaigne, pode-se dizer, foi o primeiro a escrever de modo leigo sobre temas importantes, muito embora não se dirigisse a um público específico. Como ele mesmo revela, escrevia para si mesmo.

No entanto, talvez pelo sentido de cumplicidade que seus textos despertavam, outras pessoas reconheciam neles o fator humano, o que acabava sendo mais importante

do que o fato de ele não ser especialista em assunto algum. Ou seja, apesar de dizer que escrevia apenas para si mesmo, com o propósito de se autoconhecer, sua narrativa despertava identificação por parte dos leitores, uma vez que tinha como centro a vida do próprio autor, seu cotidiano e, inclusive, a morte, um tema recorrente em seus textos.

Em um capítulo de sua obra intitulado “Sobre a experiência” (1980, p. 515), Montaigne faz uma crítica à falta de autoria e de criação na produção intelectual de sua época. Ele diz:

– Há mais trabalho em interpretar as interpretações do que em interpretar as coisas, e mais livros sobre os livros do que sobre outro assunto: não fazemos mais que glosar uns aos outros. Tudo fervilha de comentários, mas de autores há grande escassez. O principal e mais famoso saber de nossos séculos não é saber compreender os sábios? Não é essa a finalidade comum e última de todos os estudos?

Montaigne reflete sobre seus estudos, deixando explícita a liberdade que o formato ensaio permite, pois, com o auxílio dele, trata de coisas que viveu e experimentou – e esse tema se torna inesgotável, por acabar se revirando sobre si mesmo: é a ideia, a perspectiva, a voz, o pensamento e a reflexão de si mesmo em busca da compreensão.

Por todos esses fatores, somados à amplitude que seus textos tiveram na Europa no século XVI, Montaigne é considerado o pai do ensaio moderno.

E, no meu caso, como não poderia fazê-lo sozinho, comecei a dialogar com vozes que me chamaram a atenção pelo seu timbre autêntico, pertinente e atual. Vozes que ressoam há mais de cinco séculos diretamente de um castelo na Dordonha, na França, como a de Michel de Montaigne (1980), o precursor do ensaio.

Vozes de um alemão (Adorno, 2003), que destacou a importância do ensaio numa época longe de ser favorável à sua prática. Vozes que falam de um pensamento complexo e sobre os saberes necessários à educação do futuro, vindas de um estudioso nascido no século passado, e também francês, Edgar Morin (2011).

Vozes espanholas de um professor e pesquisador que discute a estética do gênero ensaio, Josep Català (2014). Convencido da importância, cada vez mais atual, do ensaio, ele diz, em sua obra mais recente, *Estética del ensayo* (2014, p. 14):

– La forma ensayo es ahora pues la heterodoxia necesaria. Por ello el ensayo, con su elaborada combinación de autobiografía, autorreflexión y estilo seductor, con su alianza, en fin, entre arte y ciencia, se presenta hoy como el modo más adecuado para recuperar para la imaginación compleja una exuberancia ornamental ahora plenamente creativa.

Vozes de um professor colombiano, Raúl Osorio Vargas (2003), que veio ao Brasil estudar e pesquisar a contribuição do ensaio para a reportagem, o que gerou a sua tese de doutorado, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, intitulada O lugar da fala na pesquisa da reportagem: “O Homem das Areias”, um flagrante do diálogo oratura-escritura.

Vozes de um brasileiro de descendência alemã, Dimas A. Künsch (2012), que dissemina entre alunos e colegas a beleza do pensamento compreensivo. E que destaca o lugar e a dignidade do ensaio no seio desse pensamento.

Vozes que, independentemente de suas origens, falam comigo.

Percebi como essa polifonia que me rondava, além de muito me interessar, me apontava um caminho. Um ca-

minho que eu até poderia chamar de resgate, pois nada de novo estava sendo dito, escrito ou pensado. Mas que, por ser tão potente e tão contemporâneo, merecia uma atenção especial de minha parte.

#### UMA REFORMA DE PENSAMENTO

Vivemos em uma época em que as pessoas se amparam muito mais na percepção econômica para resolver problemas de ordem pessoal e também do mundo do que em qualquer outra coisa. Grande parte de nós possui dificuldade ou, simplesmente, não quer assumir que os problemas que atualmente enfrentamos são de natureza universal e deveriam ser considerados e tratados dessa forma, por meio do diálogo de saberes, de modo transdisciplinar, como propõe Morin (2001, 2011).

O jornalismo não foge à regra. Por que o pensamento deve renunciar ao voo livre, à abertura e ao diálogo, para se amparar exclusivamente em dados, números, índices e regras? E as pessoas, os protagonistas, as histórias não contam? Como quantificar sentimentos e sensações?

Tudo o que foge ao cálculo é eliminado nesse tipo de pensamento de recorte tecnicista e cientificista. O resultado é uma visão superficial e reducionista do mundo. A tendência é homogeneizar tudo. O pensamento acaba tendo que se amoldar, restringindo-se à forma. Esquecemos que a forma, em sua essência, é originária do próprio pensamento. É o pensamento que pensa a forma.

Desse modo, na contramão da amplitude a que o ensaio aspira, a simplificação acaba por se tornar uma forma de violência contra o pensamento. A simplificação, no extremo, nada mais é do que uma espécie de barbárie no campo do entendimento da vida.

O ensaio dispõe o indivíduo a uma busca contínua por novas ideias e visões, praticando um pensar que integra disciplinas, saberes, campos de conhecimento. Porque a vida, além de assimétrica, é, em sua essência, também incerta e, conseqüentemente, indefinida. Não cabe em um conceito. Não se prende a uma definição.

É por isso que, dentro dessa visão de matriz ensaística, para conhecer e reconhecer melhor o mundo onde habitamos, sugere Morin (2001), precisamos de uma verdadeira reforma do pensar. Se as ideias são instrumentos conceituais para a construção do conhecimento, ao invés de sermos esmagados por elas, por que não abrir espaço para pensamentos mais amplos e inclusivos? Ao invés de segmentar, por que não buscar a união e o diálogo entre a cultura científica e a cultura humanística, por exemplo?

A prática de narrar histórias, no gênero ensaio jornalístico, está muito mais associada a uma forma de organizar e simbolizar reflexões sobre o entendimento do mundo para nele sobreviver, do que ao simples talento individual de cada autor. A forma como é constituído o raciocínio criativo faz com que o autor reflita sobre o que escreve e procure por sua compreensão, por meio de um diálogo mais amplo sobre o tema. Impacta dessa forma o leitor de uma forma que gera novas reflexões sobre o tema. Não uma explicação. Não uma definição fechada.

São as incertezas que nos movem. A incerteza é constitutiva do mundo e da vida. Como, então, fechar um argumento sobre qualquer coisa? A aceitação dessa realidade pode representar um bom começo para se parar de colocar pontos finais em tudo.

O momento em que vivemos é mágico, em muitos sentidos. Nunca os indivíduos tiveram tantas ferramentas à disposição para se constituir agentes de suas próprias visões e criadores de novas possibilidades de vida e de ação social. Vistas em seu aspecto positivo, as tecnologias atuais permitem que vozes e pensamentos, antes isolados por fatores de ordem geográfica ou econômica, se tornem acessíveis, gerando novos modelos de produção de conhecimento e de disseminação de cultura.

Nesse mundo complexo, de muitos e diferentes sentidos, o ensaio ressurgem em sua força. Está preparado, em essência, para trabalhar com a integração das mídias hoje existentes. É mais que um gênero de expressão do pensamento e da experiência, dentro e fora do jornalismo. É um método inovador e agregador de produção de conhecimento. Assume o caráter de uma verdadeira atitude epistêmica, de natureza compreensiva, dialógica, democrática. Com menos certeza, menos rigor e mais vida. Mais vigor.

Não seria papel do jornalista imergir no tema que se propõe a trabalhar, ouvindo e dialogando com o maior número de vozes possíveis? De cruzar fatos e argumentos sobre a base tão sólida quanto possível da experiência pessoal? De praticar o ato de reportar depois de uma compreensão mais ampla e profunda dos fatos?

Questões.

### Referências

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

CATALÀ, Josep M. **Estética del ensayo**: la forma ensayo, de Montaigne a Godard. València: Universitat de València, 2014.

CARRARO, Renata; KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e pensamento compreensivo: o ensaio como forma de expressão do conhecimento científico. **Líbero** vol. 15, nº 29, jun. 2012, p. 33-42.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª. edição. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

OSORIO, Vargas Raúl. **O lugar da fala na pesquisa da reportagem**: o “Homem das Areias”, um flagrante do diálogo oratura-escritura. Tese de Doutorado (ECA-USP). São Paulo, 2003.

---

**Rodrigo Volponi** é mestrando em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Executivo e empreendedor, trabalha na área da comunicação desde o ano 2000. Sócio-diretor da Volponi Comunicação e do *Portal Clube do Dog*. Consultor de comunicação e marketing. Desenvolveu e implementou campanhas de comunicação para organizações, como Amadeus, Anna Pegova, Avon, Fiat, Fundação Telefônica, Grupo Gafisa, Grupo Pão de Açúcar, Grupo Votorantim, Instituto Ayrton Senna, Pearson, Petrobras, Philip Morris e Sadia. Em sua dissertação de mestrado, estuda o lugar do ensaio no jornalismo contemporâneo.



# E n diálogo con la ancestralidad contemporánea<sup>1</sup>

Selnich Vivas Hurtado

## UNA RÉPLICA SE APODERA DEL AIRE

Replicará altisonante en medio de tantas iglesias modernas que enseñan el culto a las máquinas solicitar un diálogo con la ancestralidad. Replicará así a la vista de todos, en las calles abarrotadas de carros y antenas parabólicas, en los campos floridos de avenidas. Se sentirá como una interferencia que sacude cada una de las regiones y los planos del planeta y del cuerpo. Es la misma madre, es su vientre que se defiende de sus hijos díscolos. Esos que fueron paridos pero olvidaron su origen después del nacimiento. Esos que negaron la ceiba para imponer el proyecto judeocristiano, ilustrado y capitalista (o comunista, da igual). Un proyecto completamente indefendible, si se le mide en número de enfermedades y de masacres. O en número de especies extinguidas y convertidas en papel moneda.

Los pastores del progreso jamás tuvieron la intención de satisfacer las mínimas expectativas de humanidad. Antes al contrario, hicieron de los humanos obsesivos consumis-

---

<sup>1</sup> Este artículo se inscribe en la Estrategia de Sostenibilidad 2013-2014 y es resultado del proyecto "Yuaki rafue: estudio de los géneros poéticos minika", en la Universidad de Antioquia - Colombia.

tas insatisfechos y buenos corazones violentos, cuya fuerza destructora casi siempre se ensaña contra la madre, las mujeres, los niños y los más indefensos. Los dueños del poder les habían prometido a sus feligreses confort, libertad, justicia y Dios, pero a cambio les extirparon amplias zonas del cerebro en donde germinaban la generosidad desinteresada y la convivencia complementaria.

Aquellas alternativas que no se amoldaban al ideal occidental de vida urbana – masificada, mercantil y mecanizada y, por ende, observable – fueron suprimidas del cerebro humano y en su lugar se acoplaron sistemas de conteo y desconfianza. Les prometieron la felicidad y les aseguraron el vasallaje a las drogas y al entretenimiento vacío, a los idiotismos sin disidencias. Levantaron monumentos a la soledad administrada (catedrales, centros comerciales) y demostraron su capacidad para abortar la vida, pues habían olvidado que eran fruto de un vientre, no de una cesárea. Habían roto el vínculo que tenían con la tierra y se habían engolosinado con las cadenas crediticias. Ya no enterraban el cordón umbilical ni la placenta en las entrañas de la madre para activar las energías vitales con el *axis mundi* propio, sino que aumentaban sus lazos financieros con tarjetas de crédito y cajeros automáticos.

Frente al pensamiento ancestral, elaborado por fuera de cualquier sentido de utilidad y rentabilidad y apegado al culto de las especies, los fabricantes y los compradores de fantasías futuristas etiquetadas eran apenas unos niños irresponsables jugando con armas de destrucción masiva. Es fácil darse cuenta del engaño: la sociedad moderna diseña de manera rentable la deshumanización del mundo y la extinción de la vida, a favor del lujo de unos pocos. Se bom-

bardea un país con misiles o con televisores para atemorizar o embrutecer a las poblaciones y así sacarles el petróleo a como dé lugar, no importa que el país entero arda en llamas o que el petróleo contamine las fuentes hídricas. (Ver: *Lektionen in Finsternis*, de Werner Herzog.)

Y lo peor de la sociedad contemporánea: nos inculca el culto a las máquinas, los árboles de plástico y los alumbrados navideños. Es decir, nos deslumbra, nos enceguece y nos hace insensibles y hasta ineptos para la vida. Vivimos destruyéndonos a nosotros mismos. A los tatarabuelos de nuestros abuelos indígenas se les arrancó del vientre de la madre con la llegada de la escritura alfabética occidental. El *Requerimiento* les comunicó la funesta noticia de que su Abya Yala (nombre ancestral de este continente en lengua Gunadule y cuyo sentido literal es “parto de la tierra”) ya no era ni madre ni parto sino propiedad privada del rey de España y de sus hijos *secula seculorum*. El ero biko (o vientre interior, de acuerdo con los minika) dejó de ser fuente de vida y pasó a convertirse en una obsolescencia programada. Hoy respiramos oxígeno sin costo alguno; mañana, contando con algo de cinismo, cargaremos cilindros individuales prepagos y recargables por internet. No se olvide que en 2014 el número de millones de celulares supera el número de seres humanos. No se olvide que antes teníamos varios vientres, el de arriba, el de abajo, el del centro, el de las aguas, el de los aires, el de la tierra, el de los seres alados, el de los seres acuáticos, el de las frutas, el de las palmas de chontaduro<sup>2</sup>, de aguaje y el de la ceiba. Pero hoy los vientres se alquilan, se venden al mejor postor.

---

2 Contaduro é um fruto que dá em ramas em palmeira, com certa aparência de caqui. Ganha fama por suas propriedades e pelo suposto poder afrodisíaco.

El juego del hambre consiste en llamar civilización a lo que es una tumba que acumula puntos de agonía e indignidad. Nos suministran energía eléctrica, pero nos arrebatan el río y nos conectan literalmente el cerebro a cortos circuitos de la estupidez. Preferimos una piscina al mar, el internet a la selva. El crédito de los bancos, lleno de lujos y parafernalias, es miserable, pero la deuda es eterna y eso nos devuelve nuestra fe perdida en lo trascendente. Ya no basta que hablemos una lengua europea para que nos consideren modernos y civilizados o que utilicemos un computador; se mantienen las diferencias entre los contribuyentes de primera y los de tercera.

El planeta era antes nuestra casa, la de todos, sin excepción, ahora ha sido dividido en hoteles seis estrellas, dos estrellas etc. Por supuesto que aquellos hoteles sin estrellas están obligados a vender sus servicios en medio de la basura de los otros hoteles.

Tampoco es deseable que defendamos nuestra lengua nativa para que nos identifiquen como nativos (indígenas, afros, amarillos etc.) o respeten nuestras creencias; siempre nos pedirán una prueba científica, legal, y de cumplirla nos someterán a la exclusión, al racismo y a la pobreza. Oscilamos entre dos polos de represión cognitiva: aprendemos a las patadas las bondades y a la perfección las perversiones de Europa. De otro lado, hablamos del mundo indígena – hay indígenas en todo el planeta, incluso en Europa – desde la ignorancia supina y el prejuicio cristiano. La vergüenza étnica nos impide sentir interés por cualquier cultura que no sea eurocéntrica, letrada. Mejor sentirnos europeos que descubrir una gota de tupí o de yoruba en casa. Si hay algo de indígena en nosotros es mejor silenciarlo para evitar el rechazo social.

## LA PRÁCTICA DE LA COMUNICACIÓN EXTÁTICA

Los predicadores de la inferioridad indígena se indignan cuando una cultura indígena juzga a los guerrilleros asesinos o cuando rechaza la presencia en su territorio del ejército, de los paramilitares, de las iglesias y de las multinacionales. Pensamos que es un capricho infantil descreer de las leyes del Estado democrático, pues se nos antoja que quienes escuchan el canto del jaguar y conversan con la boa no son otra cosa que animales. Ni a un demócrata ni a un anarquista, mucho menos a un cristiano o a un neoliberal, se le ocurrirá aceptar que el árbol sigue creciendo aunque se le corte. Por falta de experiencia con las vivencias ancestrales, a los modernos les es imposible comprender que los danzantes de Atlacomulco, Pucallpa, Guarne y Nofiko<sup>3</sup> sostienen la fecundidad del planeta. Que la *cosmodanza* es más dulce que cualquier cosmovisión; no impone una mirada sino que neutraliza las energías desbordadas. El canto y la danza de la mujer yoruba no son parte de un espectáculo, sino de la fertilidad de las especies. A través del canto la mujer recompone el origen del mundo: “She was instrumental to defining the ethics and aesthetics around which the world operated” (Modupe Kolawole, 2007, 94). Si esa palabra que define la ética y la estética que sostiene el mundo no es aprendida o aprendida a medias, entonces, el humano se vuelve una enfermedad autoinmune para el planeta.

Lo curioso es que no escuchamos cuando el mundo nos habla. Al contrario, nuestra cosmoaudición es reducidísima (Lenkersdorf, 2008) debido a la atrofia de los sentidos. Hay demasiado ruido en el mundo; los mensajes de la madre ya

---

3 Localidades do México, Peru e Colômbia.

no llegan a sus hijos, pues se enredan y distorsionan en la inflación de frecuencias artificiales. El canto de los pájaros ya no es practicado, pues se nos antoja barullo. Cuando la libélula zumba melodiosamente a nuestro oído huimos espantados, sin saber que es ella la que nos aconseja. Rechazamos el jorema que nos guía (Fairinama, 2015) durante el aprendizaje. Del mismo modo, si hay una gota de luz en el entrecejo, y la luna y el ombligo comparten energía y el kirtan del yogi promueve la comunión entre los seres en los eruditos e ilustrados se aviva el deseo de arrasarse con la barbarie.

Aunque el rafue armonice la chagra con los deseos y las necesidades humanas, a nosotros nos parece la expresión del demonio y del mal gusto. Las dos cabezas del cóndor siguen las señales de la cola de un lagarto y la imagen se aparece en las preguntas que organizan el abuelo yagé, el abuelo yopo, el abuelo peyote o en las losas gigantes de San Agustín o de Oaxaca. Los nativos del planeta se han comunicado mutuamente desde siempre y saben que América también es África y que nos bañamos en el mismo río que sostiene Yemanyá gracias a la danza ritual y a la práctica de la comunicación extática. Esa en la que estamos fuera de sí y abrimos el entendimiento y el afecto a los saberes no humanos, para que ellos construyan en nosotros una unidad en la diferencia.

AMUIYIMA BETAYI.

Un ejemplo de la comunicación extática sale de la poesía ancestral miníka. Transcribo y traduzco un *zijina* a partir de dos versiones que he grabado en la selva en 2010 y 2012:

***Amuiyima betaiyi***

*Izoide, izoide. Monifue izoide.*

*Izoide, izoide. Monifue izoide.*

*¡Nui! ¡Yagu beikonii! ¡Jai!*

*Amuiyima betaiyi.*

*Kudiyima betaiyi.*

*Jufubi, jufubi yuaki naima Jitoma Fairinama*

*¡Nui! ¡Yagu beikonii! ¡Jai!*

*Amuiyima betaiyi.*

*Kudiyima betaiyi.*

*Jufubi, jufubi yuaki naingo Jirekuango*

*¡Nui! ¡Yagu beikonii! ¡Jai!*

*Amuiyimo betaiyi.*

*Kudiyimo betaiyi.*

*Izoide, izoide. Monifue izoide.*

*Izoide, izoide. Monifue izoide.*

*Nui, yagu beikonii, jai.*

*Amuiyima betaiyi.*

*Kudiyima betaiyi.*

El *zijiina* es un canto ritual y como tal tiene la función de agradecer a la chagra por la abundancia de frutas y remedios. El *zijiina* posee una gran simpleza en su construcción que obedece, sin duda, al método de enseñanza empleado por los *minika*: se aprende cantando y danzando. De hecho, los teóricos *minika* indican con toda precisión tales componentes. La voz del que canta o lleva ritmo es el *roraima*. Las voces del coro son el *rañua* y sirven para alegrar el canto, es decir, para

elevant la voz. Dentro del coro hay un grupo integrado por mujeres, cuya función es la de *aiáirite*, es decir, responder el canto de los hombres contrastando con sílabas más agudas.

El *zijina* tiene una parte para comenzar, que puede ser repetida varias veces por el cantante principal y se le llama *tainía*. En el ejemplo escuchado es: “Izoide, izoide. Monifue izoide”. Se le podría traducir como: “Así mismo, así mismo. Igual que la abundancia”. Esa parte inicial, repetible por el *roraima*, es traducida por el coro en un acto de festividad y alegría y, en tal caso, se llama *meine rañoka*. Lo que se repite también es el *baima kaimano*, esto es, lo que le da el sabor al canto. A esta idea se suma, por supuesto, la repetición del título, que ayuda a entender el sentido del *zijina*: “Amuiyima”, sabedor de las libélulas. En palabras muy coloquiales el *zijina* dice: Si usted sabe tanto díganos qué pasa cuando la libélula...

Curiosamente, el papel revolucionario (Adorno, 1971) del *rua* consiste en su recuperación de lo ancestral no como algo lejano, sino como algo indispensable para la vida diaria. Se trata de una actualización que reafirma e inventa la tradición. Para los *minika* el autor de un canto es siempre el hilo y aliento de los ancestros y esta defensa de la tradición le atribuye a cada acto individual un carácter político de resistencia cultural frente al orden capitalista hegemónico en Colombia. Su simplicidad posibilita que los *roraimaitai* puedan oponer resistencia a la cultura eurocéntrica, católica y prohispanica colombiana. No es contra la misma sociedad *minika* que debe luchar el *zijina*. No es contra las formas métricas, rítmicas, melódicas establecidas por la tradición del *rua* que debe sublevarse y resistir el *roraima*.

El carácter artístico del *rua* consiste justamente en ex-

presarse en contra de la sociedad invasora que ha despreciado, mutilado y condenado la tradición milenaria de la *anáneko*. Una lucha con cantos y danzas que no se levanta en armas de ningún tipo y sabe alcanzar la paz, vivir sin el conflicto. Apenas emplea el propio *noginua* (el tono de voz) para registrar la paz como experiencia histórica acumulada a lo largo de siglos. El grado de resistencia del arte *minika* radica en su defensa incondicional de saberes y formas de vida de vieja data que aún tienen vigencia para la supervivencia del planeta. No es su grado de experimentación o de ruptura, aunque las hay en la historia del *rafue*, lo que caracteriza la resistencia estética del *roraima*; por el contrario, es su experiencia íntima con las plantas, su apego a sensibilidades y modelos milenarios de representación del mundo circundante lo que permite hablar de un cierto grado de beligerancia en contra del orden invasor urbano.

Vivimos una ancestralidad contemporánea innegable. Exotizada por los mercachifles, es cierto, pero ineludible en la vida cotidiana. No se trata de una vuelta al pasado remoto, sino de un complemento al ritmo de hoy. Lo indígena no ha sido ni es lo prehispánico ni lo superado. Ha pervivido en la especie y es alternativa al progreso devastador, a la esquizofrenia y la depresión. Es medicina y sana sin seguro médico, pues somos hijos del mismo vientre; hermanos de la libélula roja, azul, amarilla. Nadie es mejor o peor por su color o su especie o su lengua.

Hemos venido para aprender a respirar juntos el aire, a sobrellevar la chica del mundo amargo. No estamos solos: “tech tlahlamictia huehuetlacameh” (Hernández, 1994, 34), recibimos consejos de los ancianos, y en este *jágiyi* o aliento de vida aprendemos que la vida es un Dasein plural y no un síntoma de la bolsa de valores.

El diálogo con la ancestralidad contemporánea es el contrapeso al mundo administrado; fiesta de reconciliación entre los hijos extraviados y la madre vilipendiada.

### Referências

ADORNO, Theodor W. **Einleitung in die Musiksoziologie:** zwölf theoretische Vorlesungen. Hamburg: Rowohlt, 1971.

LENKERSDORF, Carlos. **Aprender a escuchar:** enseñanzas maya-tojolabales. México: Plaza y Valdés, 2008.

MODUPE Kolawole, Mary E. Women's oral genres. In: OLANIYAN, Tejumola; QUAYSON, Ato (Orgs.). **African literature:** an anthology of criticism and theory. Victoria: Blackwell Publishing, 2007, p. 92-96.

FAIRINAMA, Jitoma. Jorema jagagi. In: **Jagagiai.** Bogotá: Diente de León, 2015 [En prensa], p. 75-86.

HERNÁNDEZ, Natalio. **Yancuic anahuac cuicatl:** canto nuevo de Anáhuac. México: Escritores en Lenguas Indígenas, 1994.

---

**Selnich Vivas Hurtado** es escritor, ensayista, editor y profesor de literatura alemana y de literatura miníka en la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia. Estudió Literatura en la Universidad Nacional de Colombia, Lengua y Literatura alemanas en la Universidad de Innsbruck, Austria, y se doctoró en la Universidad de Freiburg, Alemania, con la tesis *K. migriert. Mediale Migration der Werke Kafkas in Kolumbien* (2007). Se formó como *yofueraima* entre los miníka del río Igaraparaná, en la selva

amazónica. Entre sus investigaciones se destacan: *Vasallos de la escritura* (2009), *Poetizar, un crimen* (2010), *Kirigaiai: introducción al estudio de los géneros poéticos minika* (2011), *¿Cómo leer la poesía indígena?* (2015). En el 2011 recibió el Premio Nacional de Poesía Universidad de Antioquia por *Déjanos encontrar las palabras* (2012). Sus obras *Stolpersteine* (2008), *Zweistimmige Gedichte* (2013), *Finales para Aluna* (2013) y *Contra editores* (2014) han sido presentadas en varios países de América Latina y Europa.





A PESQUISA  
COMPREENSIVA



# Belo Monte e o projeto de um (velho) Brasil sem diálogo

Juliana Arini

O convite era para participar de uma mesa de debates sobre o tema “Os diálogos de Belo Monte”. Entre os convidados estavam o cacique Megaron Txucarramãe, sobrinho e sucessor do cacique Raoni, uma das mais importantes lideranças indígenas do país e uma das vozes dos povos tradicionais do Xingu contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Megaron foi compartilhar as suas impressões sobre a conversa estabelecida entre os povos tradicionais, o governo e as empresas do consórcio Norte Energia, responsável pela construção de Belo Monte. O foco de “Os diálogos de Belo Monte” eram as negociações com os povos indígenas sobre a hidrelétrica e os seus impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

## AUSÊNCIA DE DIÁLOGO

– Não houve diálogo. Eles nunca nos receberam para nos escutar sobre a obra. Foi tudo imposto. Quando vimos, as máquinas já estavam sendo levadas para o Xingu – afirmou Megaron para o grupo de acadêmicos e estudantes que participavam do encontro.

O povo Kayapó habita a região entre o Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso, e o Sul do Pará, em uma das porções mais preservadas de Floresta Amazônica dessa área do país. O rio Xingu, onde Belo Monte está sendo construída, corta algumas das aldeias dos povos Kayapó e influencia vários rios desse Território Indígena.

Megaron, ou Mekaron-ni, significa para o povo Mebengokrê, autodenominação dos Kayapó, “espírito, ou aquele que veio do buraco do céu”. Segundo o mito de criação dessa etnia indígena, quando um Kayapó olha para cima, ele na verdade está olhando para a sua casa.

Para eles, o surgimento de nosso mundo aconteceu quando um caçador Kayapó olhou para um buraco de tatu, viu a Terra e decidiu descer até aqui. Foi quando um homem mau cortou o cipó e prendeu todos os Kayapó que desceram neste mundo que conhecemos.

– Gostaria de dizer que fomos ouvidos, mas isso não aconteceu.

Com 63 anos, cabelos compridos e o semblante marcado pelo sol, Megaron não usa o tradicional “botoque”, disco de madeira que fica preso a uma incisão no lábio inferior, a marca registrada de seu tio Raoni. Acostumado a ser recebido por chefes de Estado, como o presidente François Hollande, da França, ele não esconde o desapontamento com o governo brasileiro:

– Ela (Dilma Rousseff) nos ignora. Nós sabemos negociar, dialogar e conversar. Tentamos muito, mas desistimos. Ela não queria nos escutar. Foi isso que aconteceu com Belo Monte desde que retomaram a proposta.

## DIPLOMATA INDÍGENA

O discurso é uma das características mais importantes

de um líder Kayapó. Para tornar-se líder, um chefe dessa etnia recebe um intenso e longo treinamento, de anos, recebendo aprendizado oral dos anciões e de outros chefes. Esses ensinamentos abrangem informações políticas e espirituais sobre cantos míticos e as histórias dos espíritos que vivem entre as aldeias.

Para o grupo, os chefes não podem impor a sua vontade pela força. Devem convencer os demais integrantes pelo poder da palavra. Dominar a oratória e o diálogo, portanto, é fundamental para um guerreiro Kayapó.

Apesar de ser um dos mais importantes líderes desse povo, Megaron não cresceu apenas para ser um chefe. Ele também foi um dos primeiros diplomatas indígenas, treinado diretamente pelos sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Bôas, que idealizaram a criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961. Uma das funções dessa espécie de diplomata indígena é fazer a intermediação entre “o mundo dos brancos e o dos indígenas”. Além de estudarem fora das aldeias, muitas vezes são os escolhidos para também representar os indígenas nas negociações com políticos e outras autoridades.

Segundo a cultura Kayapó, os líderes precisam ter uma atitude ao mesmo tempo ambígua e equilibrada. É necessário ser agressivo diante dos estrangeiros e apaziguador no seio da comunidade. Uma difícil tarefa quando se inclui negociar com políticos e empresários brasileiros.

Essa falta de diálogo com os povos tradicionais e do exercício da visão dialógica também aparece quando observamos a cobertura da imprensa sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Em minha pesquisa de Mestrado em Comunicação (2014), que se preocupou em estudar atentamente 25 reportagens publicadas pelas quatro revistas semanais brasileiras

de informação entre os anos de 1989 e 2013, a ausência de diálogo é um elemento nítido.

Se questionarmos quem é o “outro” (Eu-Tu) e o “isso” (Eu-Isso) nessas narrativas, segundo a proposta de Martin Buber (2009) – que afirma ser o diálogo possível apenas por meio do reconhecimento do outro, o encontro e a troca –, verificamos que os personagens das reportagens estudadas exercem papéis muito similares.

As relações são sempre marcadas por um vínculo Tu-Isso, com fragmentação e ação redutora do outro a um “Isso”. O espaço concedido aos povos indígenas também revela essa ausência de igualdade. A fala oficial aparece 47 vezes, mais que o quádruplo do espaço concedido aos moradores locais de Altamira (PA), maior município da região onde o empreendimento está se instalando, e aos indígenas, que ganharam o direito de se manifestar apenas dez vezes ao longo de todas as 25 reportagens.

## A HIDRELÉTRICA E O POVO KAYAPÓ

A trajetória política dos povos indígenas Kayapó está diretamente ligada à hidrelétrica de Belo Monte. Os debates públicos começaram em 1988, quando lideranças indígenas e pesquisadores participaram de um simpósio florestal na Flórida (EUA). Foi quando os caciques Paulinho Paiakan e Kuben-I, acompanhados de Darrell Posey, antropólogo do Museu Emílio Goeldi, no Pará, denunciaram à comunidade internacional que o Banco Mundial estava financiando um projeto que iria alagar 7 milhões de hectares de floresta e desalojar 13 comunidades indígenas.

A revolta dos indígenas com a ideia da construção de barragens no rio Xingu levantou uma série de discussões sobre a

forma como o Brasil promove o suposto desenvolvimento da Amazônia. O auge desse confronto ocorreu durante o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, em 1989, quando Tuíra Caiapó (prima de Megaron) passou um facão, em sinal de ameaça, no rosto de José Antônio Muniz Lopes, engenheiro e diretor da Eletronorte. A cena foi fotografada e registrada pela imprensa nacional e mundial como um símbolo da resistência indígena contra a construção de hidrelétricas na Amazônia.

Em 1999, a Eletronorte decidiu criar uma alternativa para retomar o projeto das barragens no rio Xingu. Para reduzir os impactos denunciados pelos indígenas, foi concebido o que conhecemos como Usina Hidrelétrica de Belo Monte, redesenhada apenas com um grande reservatório e um canal de alteração na região da Volta Grande do rio Xingu. O novo projeto previa sua execução em uma área que abrange os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, todas no Pará.

Nos anos seguintes, o governo federal investiu em estudos de viabilidade para esse novo projeto. No início de 2000, o Brasil já havia conquistado um ambiente de retomada do crescimento econômico, e o projeto da hidrelétrica ganha novo incentivo: uma grave crise energética, batizada como “Apagão”. O país enfrentava, em 2000 e 2001, grandes blecautes de energia e crise na distribuição, como reflexos de secas intensas que deixaram os reservatórios das hidrelétricas muito abaixo da capacidade produtiva. Sem energia e com a economia em ordem, o governo federal voltou a planejar grandes obras para o setor elétrico.

#### FORA DA GAVETA, OUTRA VEZ

Em 2003, a eleição presidencial mudou a plataforma política nacional, e o país passou a ser governado pela (até

então) oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Porém, mesmo antes das eleições, o plano de governo do novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, já revelava que pouca coisa mudaria nos propósitos para o rio Xingu. Um documento, intitulado “O lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil”, demonstrava que o futuro governo também teria como meta a concretização da hidrelétrica de Belo Monte.

Além de desengavetar a obra de Belo Monte, o governo petista consolidou também os planos desenhados há 40 anos, durante o regime militar (1964-85), nos quais os recursos naturais da Amazônia deveriam impulsionar grandes obras de infraestrutura e aumentar o Produto Interno Bruto. Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), elaborado pela Empresa Nacional de Pesquisa Energética (EPE), entre 2006 e 2015, a expansão energética nacional deve ser feita com base na construção de mega-hidrelétricas, como Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará (EPE, 2014, p. 420).

Com altos custos, o novo desafio era superar as tensões com os povos indígenas. Em maio de 2008, uma segunda assembleia foi realizada para se debater a proposta de Belo Monte com as etnias afetadas. E, novamente em Altamira, uma mulher indígena empunhou um facão para um engenheiro da Eletrobras (empresa que substituiu a Eletronorte).

O desfecho da tentativa de reencenar o ato simbólico de Tuíra, de 1989, acabou em uma quase tragédia. Revoltados com a afirmação de Paulo César Rezende, o engenheiro da estatal, que disse que o governo iria construir Belo Monte “custasse o que fosse necessário”, um grupo de índios Kaia-pó começou a dançar e entoar gritos de guerra em volta do

engenheiro, que paralisou sua apresentação. No meio da confusão, um golpe de facão acabou atingindo-o no braço. As cenas dos indígenas pintados para guerra e do representante da Eletrobras coberto de sangue tomaram as manchetes dos veículos de comunicação.

Mesmo com a indisposição dos povos indígenas, uma denúncia na Organização dos Estados Americanos (OEA), por não realizar as oitivas (consultas) às comunidades indígenas afetadas e 14 ações do Ministério Público Federal contra o projeto, em 2010, o governo federal concedeu as licenças de instalação para Belo Monte.

Em julho de 2011, as primeiras estacas da futura hidrelétrica anunciavam o começo da obra em uma das curvas do rio Xingu, em Altamira. Foram atraídos para o projeto 20 mil trabalhadores, mais de 100 mil migrantes e a certeza de que, desta vez, os planos para Belo Monte sairiam das gavetas dos gabinetes de Brasília. A previsão de conclusão das obras da hidrelétrica é janeiro de 2019.

#### QUEM OUVE NAS AUDIÊNCIAS?

As audiências públicas sobre a hidrelétrica são consideradas pelos índios exemplos da ausência de diálogo do governo.

– Chegamos lá e muitos nem puderam entrar. Havia telões de fora onde os índios puderam assistir, mas sem chance de falarmos – relembra Megaron.

A questão do diálogo com as populações tradicionais é considerada um assunto resolvido pelo consórcio Norte Energia, que executa o projeto. O grupo acredita que a realização de audiências públicas, com a participação de 5 mil pessoas, já foi suficiente como mecanismo de comunicação com a população afetada pela hidrelétrica.

Os governos estadual e municipais do Pará vão receber R\$ 160 milhões em *royalties* pela hidrelétrica. A Norte Energia S.A. vai contribuir anualmente com a receita de R\$ 70 milhões para o Estado do Pará e R\$ 88 milhões para os municípios onde estão os canteiros de obras: Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

A Norte Energia não reconhece nenhum impacto ambiental que possa ser gerado pela hidrelétrica às terras indígenas da região. Os empreendedores do projeto também afirmam que consultaram as populações indígenas por meio de reuniões em aldeias daquele território.

#### NOVAS HIDRELÉTRICAS E UM NOVO MUNDO

– O problema é que Belo Monte é a primeira, depois haverá muitas outras. E isso não afeta só a vida do nosso povo, vai afetar toda a floresta, todo o planeta – diz Megaron.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética estão previstas 28 novas hidrelétricas para a Amazônia. Essas obras devem custar R\$ 65 bilhões e gerar 38.292 MW, quase a metade dos 78.909 MW já produzidos pelas 201 usinas em operação, em 2013, no país. Ou seja, o governo vai usar os rios da região Norte para duplicar a geração de energia nacional.

Sete dessas hidrelétricas são em bacias hidrográficas isoladas e ainda intactas, em regiões de rios como o Aripuanã e Roosevelt. Só as obras no Mosaico do Apuí, no sul do Estado do Amazonas, por exemplo, vão impactar 12 unidades de conservação e várias terras indígenas. A hidrelétrica de São Luiz do Tapajós deve gerar 6.133 MW e será a quarta maior do país, atrás de Belo Monte, Tucuruí e Itaipu. Mais da metade dessa energia será distribuída aos grandes centros consumidores (Sudeste) pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

Uma das questões mais alarmantes de todas essas obras é a ausência de consulta às populações atingidas, ou ao próprio povo brasileiro, que paga por esses projetos com seus impostos. As decisões sobre a matriz energética nacional ainda são tomadas a portas fechadas nos gabinetes de Brasília. Lógica percebida pelo pesquisador Carlos Augusto Locatelli como antidemocrática, em seu estudo sobre “O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó” (2011). Segundo o autor, os grandes projetos de energia da Amazônia nunca consideraram nenhuma intenção de consulta pública, e o uso do dinheiro público era o fim maior dessas obras.

Os Kayapó estão entre os povos indígenas mais estudados da Amazônia. Com uma cultura bem preservada, essa sociedade ainda vive sob os ciclos da natureza e o contato com o mundo mítico. Uma das grandes surpresas do nosso encontro com Megaron, em São Paulo, acabou não sendo os relatos de avanços no diálogo entre o governo e as sociedades indígenas brasileiras, mas sim a sua disposição de falar desse mundo indígena pouco conhecido.

O diálogo e o olhar compreensivo que buscávamos surgiram justamente quando Megaron decidiu compartilhar um pouco mais da cosmologia dos Kayapó. A descrição desse mundo quase invisível das sociedades indígenas revelou que a questão da hidrelétrica de Belo Monte é muito maior para os indígenas do que poderíamos supor. Megaron concluiu:

– Os velhos falam com os espíritos e eles nos contam o que eles veem do futuro. Belo Monte vai acontecer, não tem mais volta. E muitas outras coisas vão acontecer também. Essas decisões dos brancos vão de fato afetar o mundo. Vai

ter essa coisa da mudança do clima, falta de chuva. As coisas vão mudar muito. Tudo será muito rápido. Nós indígenas vamos ter que mudar também. O mundo do futuro é muito diferente desse aqui que estamos acostumados a viver.

### Referências

ARINI, Juliana. **De Kararaô a Belo Monte**: um estudo sobre as narrativas das reportagens de revista. Dissertação de Mestrado (Faculdade Cásper Líbero). São Paulo, 2013.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2009.

EMPRESA DE PESQUISAS ENERGÉTICAS (EPE). **Plano Decenal de Energia**. [online] Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/PDEE/20080111\\_2.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20080111_2.pdf)>. Acessado em 10 Dez. 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dicionário dos Povos Indígenas**. [online] Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/193>>. Acessado em 15 Dez. 2014.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **Comunicação e barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). Tese de Doutorado (UFRGS). Porto Alegre, 2011.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

---

**Juliana Arini** é formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Mato Grosso. É

mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Trabalha há quatorze anos como repórter especializada na cobertura ambiental, de ciências e outros temas relacionados à Floresta Amazônica, ao Pantanal, ao Cerrado, à questão do desmatamento, às mudanças climáticas e à legislação ambiental nacional. Atuou profissionalmente em São Paulo, entre 2006 e 2014, onde trabalhou como repórter da revista *Época*, da Editora Globo. Desde 2012 é *freelancer* de veículos de comunicação nacionais, como a revista *National Geographic Brasil*, da Editora Abril. É assessora de imprensa do Projeto Bichos do Pantanal, do Instituto Sustentar, e blogueira do *Planeta Sustentável*, da Editora Abril.



# Díálogo com o outro, ou o não-outro na cobertura da crise do Paraguai

Luciana Pelaes Rossetto

Um sentimento de superioridade domina os brasileiros quando o assunto são nossos vizinhos latino-americanos. No caso do Paraguai, desde os tempos da Guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870), o termo “paraguaio” virou sinônimo de coisa ruim – e isso não tem a ver só com produtos que circulam no mercado. Os estereótipos permeiam ordinariamente os textos da imprensa brasileira, mas a dimensão da falta de contextualização dos acontecimentos, da carência de vozes e de sentidos, do preconceito e do desprezo que emergem na representação do país pela mídia brasileira ficou ainda mais visível quando Fernando Lugo foi derrubado da presidência, em junho de 2012.

O estopim para o *impeachment* foi um confronto entre camponeses e policiais, que resultou em 17 mortos. Um grupo ocupava uma fazenda na cidade de Curuguaty, quando a polícia tentou expulsá-los do local, no dia 15 de junho de 2012. Além da culpa pelas mortes no conflito agrário, Lugo também foi acusado de incapacidade para criar e implantar programas que diminuíssem a criminalidade na cidade e no campo, entre outras denúncias. O processo de *impeachment* foi concluído de forma extremamente rápida na Câmara e

no Senado: durou apenas dois dias. Na mesma tarde em que Lugo foi tirado da presidência, seu vice, Federico Franco, assumiu o poder – para a perplexidade da multidão que acompanhava o julgamento da Plaza Independencia, localizada em frente ao Congresso, no centro de Assunção.

Mesmo avaliado por muitos como o causador da crise, o conflito em Curuguaty não foi um fato isolado. Durante todo o primeiro semestre de 2012 foram registradas numerosas invasões de terras pertencentes principalmente a brasileiros. Esses acontecimentos, entretanto, não mereceram nenhuma atenção das revistas semanais brasileiras. O assunto começou a ganhar algum destaque somente após o *impeachment* de Lugo.

A ausência de referências ao Paraguai nos traz uma mensagem: a de que os problemas que ocorrem no país vizinho e envolvem também nossos compatriotas, donos das terras, possuem menos relevância do que conflitos que acontecem em outros continentes. Decerto, quaisquer fatos que se desenrolassem a ponto de provocar a saída de um presidente, desde que este fosse europeu ou norte-americano, mereceria muito mais atenção da imprensa.

#### AUSÊNCIA QUE REVELA

Por meio do jornalismo, poderíamos ter contato tanto com a realidade dos camponeses paraguaios, que disputam a terra com estrangeiros dentro de seu próprio país, quanto com a de brasiguaios que migraram para esse país e lá fizeram fortuna. Para quem não vive essa realidade, o jornalismo seria um meio privilegiado de tomar contato com ela e conhecer essas histórias. Mas não há muito interesse em retratar a realidade do campo do nosso vizinho.

Na apuração de uma reportagem, o jornalista sempre irá precisar de fontes, ou seja, alguém ligado ao acontecimento ou um especialista que forneça dados para a produção do texto jornalístico. É importante para o leitor de uma narrativa, como ensina Medina (2003, p. 52), ter um grau de identificação com os anônimos e suas histórias, porque a reportagem torna-se mais atraente e dialoga melhor com a vida real quando tem como protagonistas as pessoas ditas comuns, que normalmente não têm voz na imprensa. Os leitores preferem a informação humana, vivida no cotidiano por pessoas comuns.

Dimas Künsch (2000, p. 98), apoiando-se em Medina, ensina que, como mediador social, o jornalista deve assumir uma “mentalidade relacionadora”, tanto com as fontes quanto com os leitores. Essa postura coloca o jornalista em contato com a produção simbólica, articulando os diferentes sentidos dos acontecimentos. A entrevista é um dos instrumentos mais importantes para humanizar a reportagem e captar angústias, expectativas e sentimentos de todos os envolvidos nos fatos. Além da apreensão de tantas emoções, a entrevista também nos possibilita experimentar as sensações do lugar, de como é a vida local.

Para termos uma ideia de como foi a cobertura da crise do governo paraguaio, selecionamos três reportagens, produzidas por jornalistas que viajaram ao Paraguai e escreveram sobre o *impeachment* no início de julho de 2012, sendo dois textos da revista *Época* e um de *Carta Capital*.<sup>1</sup> As ou-

---

1 Em minha dissertação de Mestrado, “Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras entre campesinos paraguaios e brasiguaios”, citada nas referências ao final deste capítulo, foi reunido todo o material relacionado ao Paraguai publicado pelas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*, no período que compreende os primeiros sete meses de 2012, de 1º de janeiro a 31 de julho. Juntei

tras revistas semanais de informação, *Veja e IstoÉ*, também publicaram reportagens, mas não ficou claro se os jornalistas em algum momento estiveram no Paraguai.

Pressupõe-se que, no local dos acontecimentos, os jornalistas teriam liberdade e ousadia para procurar por fontes que diversificassem os pontos de vista, com a chance de se confrontar com mais versões sobre o assunto e mostrar lados e ângulos que não têm espaço na cobertura tradicional, feita muitas vezes por telefone, com especialistas. No entanto, só na reportagem de *Carta Capital* pessoas comuns falam à revista. Nos outros exemplos, é a elite quem ganha espaço, e os brasiguaios são usados para representar o povo paraguaio, quando, na verdade, os camponeses deveriam ter ganhado voz.

### “A LUTA PELO PARAGUAI”

Na reportagem “A luta pelo Paraguai”, de Juliano Machado (Época, edição 737, 2 jul. 2012), o leitor tem inicialmente a impressão de que a disputa de terras estará no centro das preocupações do repórter, com informações sobre a presença de brasileiros na região, a questão agrária do país e os conflitos que teriam contribuído para a queda de um

---

artigos, editoriais, reportagens, notícias, frases, notas, entre outros, que foram classificados e estudados, fornecendo um quadro geral da cobertura. Em seguida, foi realizada uma análise aprofundada de reportagens para o estudo da questão específica, que era compreender o tratamento dado ao Paraguai e à questão agrária nos textos publicados por essas revistas, principalmente nas reportagens. No total, foram encontradas 11 reportagens em que o Paraguai aparece, das quais sete tinham o país como pauta principal. Partimos da hipótese de que os textos tendiam a navegar pelo universo da simplificação, operando de forma reducionista e limitando-se a reproduzir estereótipos e preconceitos. Concluímos que, de modo geral, o que se escreve sobre o país é, de fato, baseado em visões reducionistas e arrogantes. Fica nítido o desprezo pelo povo e suas instituições.

presidente. Juliano Machado viajou à área de fronteira, para a cidade de Santa Rosa del Monday, mas, uma vez lá, ouviu somente brasiguaios, um integrante do Partido Colorado e uma cientista política, além de usar dados encontrados em documentos.

Nenhum campesino e nenhuma organização dos sem-terra são ouvidos, e a análise da cientista política não inclui considerações sobre a situação conflituosa em que se encontra o país. Foi dada voz ao ex-quadro do Partido Colorado Lino Oviedo – morto em 2013 em um acidente de helicóptero e desde 2012 já certo como candidato às eleições seguintes, após fundar o próprio partido, o Unace –, que se expressou muito resumidamente sobre sua atuação no golpe que derrubou o então ditador, Alfredo Stroessner, em 1989. Nenhum parlamentar favorável a Lugo ou à reforma agrária foi citado, e não houve contraponto algum por parte do governo.

O repórter começa a narrativa contando como foi percorrer de jipe estradas de terra que cortam as plantações de um filho de brasileiros nascido no Paraguai. Criado dentro da comunidade de imigrantes, ele conta como a família prosperou e foi vítima da violência dos campesinos que invadiram suas terras e lhe fizeram ameaças com um facão. Além dele, o texto traz como fonte um gaúcho, dono de uma exportadora de grãos no Paraguai, que afirma ter tentado se reunir com o presidente Lugo, mas nunca conseguiu uma audiência – provavelmente, ele também não conseguiria se reunir com a presidente Dilma Rousseff. É notável a arrogância do brasileiro, que achava que deveria ter as queixas ouvidas por ninguém menos que o presidente da República. No entanto, para a revista, a impossibilidade do encontro

com Lugo seria a prova suficiente de que o governo não dialogava com os grandes produtores. Para finalizar, o texto traz outro personagem, filho de imigrantes brasileiros, um paraguaio dono de terras em Santa Rosa del Monday, cidade onde oitenta por cento da população é de origem brasileira.

A historiadora e cientista política paraguaia Milda Rivarola aparece quando se tenta contextualizar a situação da política paraguaia como reflexo da corrupção encontrada no governo Stroessner. Ela nada fala sobre os brasiguaios, a questão agrária ou a vida dos campesinos. A única frase que profere diz respeito à ditadura, mas também não toca na questão da distribuição de terras feita por Stroessner para favorecer os estrangeiros.

A reportagem de *Época* não dá voz a nenhum paraguaio que se enquadra do outro lado dessa disputa: os campesinos. Só são ouvidos proprietários brasileiros e seus descendentes, que dominam as terras da região. A publicação traz apenas um lado do problema, tratando os brasileiros como vítimas das invasões. Não mostra a realidade dos campesinos ou por que eles decidiram lutar por um pedaço de terra dentro de seu próprio país, hoje em grande parte nas mãos dos estrangeiros.

#### “DIPLOMACIA DA CONVENIÊNCIA”

*Época* trouxe outra reportagem de Juliano Machado na mesma edição, em 2 de julho, assinada de Assunção, intitulada “A diplomacia da conveniência” (*Época*, edição 737, 2 jul. 2012). Mais uma vez, apenas um lado é mostrado. Protagonistas que representam a maioria da população paraguaia, os pobres, são completamente ignorados.

O texto afirma que, apesar da mágoa deixada pela guerra contra a Tríplice Aliança, os paraguaios possuem um

bom relacionamento com os brasileiros. No entanto, explica que a elite paraguaia, incluindo aqueles que “produzem e ajudam a construir a economia paraguaia, entre eles os agricultores brasileiros chamados de brasiguaios”, ficaram irritados com as ameaças dos países-membros do Mercosul ao governo que assumiu após a queda de Lugo. Como fonte, traz as declarações do advogado paraguaio José Costas, porta-voz de Tranquilo Favero, brasileiro que está entre os homens mais ricos do Paraguai. Segue com uma descrição heroica do brasiguai que enfrentou desafios e prosperou ao se mudar para o país na década de 1970. Favero nem mesmo foi ouvido na reportagem.

No texto, que tenta desqualificar a ação da diplomacia brasileira, aparece ainda um assessor não identificado de Franco, o novo presidente, explicando que o Brasil deveria ser mais cuidadoso em relação a suas posições diplomáticas, pois havia o risco de sufocar parceiros menores. Para embasar a opinião do assessor, a revista consultou o diplomata Sérgio Amaral, ex-porta-voz do governo de Fernando Henrique Cardoso, que avalia que a democracia foi de fato desrespeitada no Paraguai, mas que o Brasil usa critérios distintos para tratar com diferentes países.

Essa visão já é defendida a partir do título, “A diplomacia da conveniência”. A revista defende a tese de que o Brasil trata de maneira diferente supostos desrespeitos à democracia, conforme sua relação com os líderes desses países. No entanto, a revista apenas dá espaço a quem concorda com essa percepção. São deixadas de lado outras fontes, que pudessem tornar o debate mais equilibrado, de tipo mais compreensivo. Não são ouvidos especialistas nem representantes do antigo governo do Paraguai, muito menos gente

comum – apenas a elite paraguaia tem espaço para expressar seu descontentamento, tanto com o governo Lugo quanto com as sanções do Mercosul.

### “OS NEOGOLPISTAS”

Tal como o repórter de *Época*, a jornalista Cynara Menezes também viajou ao Paraguai para produzir a reportagem “Os Neogolpistas” (Carta Capital, edição 704, 4 jul. 2012). Além de ouvir cidadãos comuns, um sociólogo e o próprio ex-presidente, a revista também conversou com o então alto representante-geral do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, e tentou falar com Horácio Cartes, eleito presidente em 2013 e suspeito de fazer parte do grupo que comandou o golpe. Também colheu informações do documento produzido pelos parlamentares com as acusações que levaram ao *impeachment*, dos veículos de imprensa do grupo ABC Color, opositor de Lugo desde sua posse, e do discurso de posse de Federico Franco.

A narrativa também tem início com a descrição do clima de aparente calma das ruas de Assunção e de perplexidade geral, que deixou até os analistas confusos após a derrubada do presidente. Outros cidadãos de Assunção são ouvidos pela jornalista, que descreve como a população local se sentia em relação à crise política, mostrando um lado que tendeu a ser ignorado, com maior ou menor intensidade, nas outras reportagens.

Por ter tido a oportunidade de conversar com cidadãos que presenciaram a crise política, a jornalista enriqueceu o texto com a percepção deles. Influenciados em grande parte pela imprensa que se opunha a Lugo, temiam que ele seguisse os passos de Hugo Chávez, para “instalar uma ditadura

no país”. Lugo foi ouvido, e Franco também teve espaço na publicação, ainda que o texto tenha utilizado frases de seu discurso de posse. Horácio Cartes, o atual presidente, não falou com a revista brasileira, mas seu depoimento foi colhido de um jornal argentino.

O alto representante-geral do Mercosul, Samuel Pigneiro Guimarães, acusado por outras publicações de influenciar a diplomacia brasileira a rechaçar o *impeachment*, foi finalmente ouvido. Ele negou que se afastou do cargo por falta de uma atitude mais dura do bloco em relação à manobra política e justificou apenas que não tinha apoio para implantar seus projetos. Se realmente foi isso o que aconteceu, os leitores não saberão jamais.

#### PRECONCEITO BRASILEIRO

Quando o assunto é Paraguai, predomina na imprensa brasileira uma visão preconceituosa, estereotipada e reducionista, a serviço da produção de incomunicação entre os dois países. A pauta fica presa puramente ao fato, sem o aprofundamento que a situação exige. As coberturas são passivas. Elas não assumem uma postura de compreensão diante dos diversos atores que compõem a questão agrária paraguaia, questão essa que foi usada como pretexto para a deposição do presidente Lugo. As reportagens acabam por ignorar as múltiplas conexões de sentido entre eventos diferentes. Desse modo, deixam de cumprir a missão de verdadeiramente auxiliar o público a compreender de forma ampla o que acontece no mundo. Limitam-se a relatar fatos, sem buscar contextualizá-los, ampliá-los, aprofundá-los.

A complexidade da realidade da questão agrária é reduzida a versões ingênuas e maniqueístas, de brasileiros tra-

balhadores, do bem, que levam o progresso ao país vizinho, e de campesinos paraguaios, do mal, que fazem arruaça e querem se contrapor à propriedade privada. Sem contar ainda a forma arrogante e estereotipada com que os paraguaios são tratados. As coberturas jornalísticas da imprensa brasileira ficam reduzidas às aparências. São incapazes de considerar a natureza geral dos acontecimentos e suas origens históricas.

Evidencia-se, ainda, que não há profundidade na busca por fontes e por personagens variados, que possam falar de diferentes aspectos da questão, sobre a realidade de quem vive na fronteira e sobre as relações entre os diversos personagens envolvidos na história. A abordagem superficial e reducionista não dá conta de transmitir a complexidade das relações na região.

Falta aos jornalistas a libertação da influência cultural e dos estereótipos negativos, que nós próprios criamos, para se colocarem no lugar do outro, enxergá-lo como semelhante, assumindo uma postura compreensiva e não reducionista. Também falta a compreensão da cultura campesina, que não encontra similar no Brasil e tem como base uma visão diferente da exploração da terra e dos recursos naturais. Além dos objetivos econômicos, há também outros aspectos ligados à terra, até mais importantes para essas populações, como o social e cultural.

Resta a esperança de que, no futuro, os jornalistas consigam se apropriar de um pensamento complexo, que não fragmenta nem mutila a realidade. Um pensamento que, na linha do que propõe Morin (2011, p. 15), ajude a perceber a interdependência do conjunto sempre muito variado de elementos que compõem a realidade social.

## Referências

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

MACHADO, Juliano. A luta pelo Paraguai. **Época**, São Paulo, número 737, p. 32-35, 2 Jul. 2012.

MACHADO, Juliano. A diplomacia da conveniência. **Época**, São Paulo número 737, p. 36- 37, de 2 Jul. 2012.

MENEZES, Cynara. Os neogolpistas. **Carta Capital**, São Paulo, número 704, p. 30-35, 4 Jul. 2012.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROSSETTO, Luciana Pelaes. **Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras entre camponeses paraguaios e brasiguaios**. Dissertação de Mestrado. (Faculdade Cásper Líbero). São Paulo, 2014.

---

**Luciana Pelaes Rossetto** é mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, onde também cursou graduação em Jornalismo. Tem experiência no jornalismo impresso e *online*. Estuda principalmente temas relacionados à história e cultura

do Paraguai, incluindo os problemas causados pela dominação econômica exercida pelos brasileiros no país. Em sua dissertação, investigou a cobertura pelas revistas semanais de informação dos conflitos de terras envolvendo fazendeiros brasileiros e camponeses paraguaios na região de fronteira do Paraguai com o Brasil. Tem como maior ambição para o futuro aprender o idioma guarani.

# s (diversos) diálogos possíveis nas organizações

Viviane Regina Mansi

Quando imaginamos que uma organização se define pelo conjunto de pessoas que trabalham unidas em torno de um objetivo comum, imaginamos também que este pode ser um terreno fértil onde encontrar boas práticas de diálogo. Afinal de contas, o pressuposto é que todos estão juntos para fazer dar certo algo em que se acredita.

Nesta conversa, à qual eu vou aqui dar início esperando que cada leitor a continue a partir de sua própria experiência, ampliando o debate, pretendo explorar alguns dos elementos que precisam existir para que o diálogo se estabeleça como prática. Em seguida, vou listar alguns entraves para esse mesmo diálogo e, por fim, apontar caminhos para que essa prática aconteça de forma mais intensa nas organizações. O foco é bastante específico: diálogos com empregados.

Nesse percurso, vou recorrer mais de uma vez às ideias que meus colegas de projeto de pesquisa e eu trocamos com Arnaldo Bassioli e Lamara Bassoli, ambos fundadores da Escola de Diálogo, por ocasião de uma das rodas de conversa promovida pelo grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão”. Sediada em

São Paulo, capital, a Escola do Diálogo tem como propósito apoiar, fomentar e desenvolver o diálogo em suas múltiplas formas de expressão. Consultores de diferentes formações – médicos, psicólogos, arquitetos, biólogos e jornalistas, entre outros – contribuem para que organizações aprendam com o diálogo a superar seus conflitos, inovar e criar novos níveis de consciência.

Também me sirvo de um estudo recente que fiz como parte da minha dissertação de mestrado, defendida na Faculdade Cásper Líbero em 2014, sob o título “Comunicação, diálogo e compreensão nas organizações: as narrativas de liderança”.

## SOBRE O DIÁLOGO

Diálogo vem se tornando uma palavra recorrente no universo dos negócios e nas organizações. É preciso dialogar com os empregados para entender suas expectativas e deixar claras as posições da empresa. Espera-se que o exemplo venha dos líderes, tanto aqueles que estão à frente da organização, a quem também chamamos de alta liderança, como dos chefes imediatos, mas o diálogo não se limita a eles. Podemos dizer que todos usam, ou deveriam usar, práticas de diálogo com seus clientes e com o conjunto de seus interlocutores para fazer as coisas acontecerem: aumentar as vendas, esclarecer problemas, buscar compromisso, cultivar o sentido do trabalho, compartilhar experiências, aprender, inovar...

Quando perguntamos aos empregados (gestores ou não) o que eles entendem por diálogo, muitos dizem que se trata de uma ação que tem a ver com o falar e o ouvir. É que, quando falamos alguma coisa e alguém se dispõe a nos ouvir, nos sentimos respeitados. É, pois, importante perceber

que, de fato, dizemos que houve diálogo toda vez que a nossa opinião foi respeitada, ou quando algo que propusemos foi acolhido e implementado. Quando algo dito não se converte em nenhuma ação prática, o sentimento que fica é que não houve diálogo. Isso que estamos dizendo faz parte do que poderíamos chamar de senso comum. Tecnicamente, eu prefiro fazer uma distinção entre comunicação e diálogo.

Comunicação é uma via de mão dupla, de troca, de compartilhamento. Diálogo, por sua vez, é um espaço de transformação, de criação de sentidos, de reinterpretação da realidade a partir da convivência. Comunicação e diálogo não são princípios opostos, mas manifestam diferentes graus de profundidade. O caminho do diálogo passa pela comunicação, como uma primeira etapa. Nela os indivíduos se conhecem, convivem, estabelecem confiança para, num segundo momento, alcançar um estágio mais profundo de interação.

Há muitos não-diálogos nas organizações, também. São aqueles pensamentos que acabam presos em nossa boca, na ponta da língua, porque nos falta coragem de verbalizá-los. Medo de retaliação. Medo de não sermos aceitos como parte do grupo. Medo de sermos enquadrados em algum estereótipo que, como todo estereótipo, deixa uma parte grande de nós de fora e nos rotula por uma pequena parte do que somos. O reducionismo sempre incomoda. Há alguma paixão envolvida nesse processo, o que é bom. Queremos “fazer parte”, ser amados, respeitados, ouvidos em relação a algo que nos toca, que nos afeta. Em alguns casos, piores, não dialogamos por apatia. É quando nada mais importa, porque não encontramos mais sentido no trabalho e na relação com os colegas.

Há ainda os diálogos que não dependem de palavras. Esses são muito fortes e nos marcam a vida toda. São diálogos porque nos atravessam e mudam a forma como pensamos e agimos, porque somos afetados por eles. Saímos deles transformados. Se convivemos em ambientes que permitem o estar-junto, a troca de ideias e o respeito pelos outros, partilhar desse convívio provavelmente criará em nós o desejo de perpetuar momentos como esses, em que podemos trafegar, interagir, dividir, multiplicar. São as histórias que ficam para contar. São os exemplos dos nossos heróis, que inspiram para o hoje e o amanhã.

Por outro lado, também podemos viver “incivildades” no ambiente organizacional. O termo foi cunhado pela dupla Christine Pearson e Christine Porath (2009), que se dedicaram a estudar o impacto desses atos nas empresas. Incivildades são definidas pelas autoras como comportamentos tais como levar crédito pelo esforço de outra pessoa, acusar alguém por erros que cometemos, dar atenção a *e-mails* ou mensagens de celular durante reuniões, dar más notícias por *e-mail* para evitar conversas difíceis, espalhar fofoca, dispensar gentilezas como “por favor” e “obrigado”, deixar bagunça para outros arrumarem, evitar pessoas, deixar alguém de fora do grupo, fofocar, entre outros.

Os dados de extensas pesquisas são chocantes: um em cada cinco empregados diz sofrer incivildades por colegas de trabalho pelo menos uma vez por semana. Dois terços dizem que veem incivildades acontecendo com colegas pelo menos uma vez ao mês. Três em cada quatro participantes dizem não reportar essas incivildades por medo de retaliação ou problemas com a própria carreira. Outro dado, que seria cômico se não fosse trágico, é que metade dos entre-

vistados diz não ter tempo de ser legal no trabalho. A pressão do dia a dia aperta e esmaga também os corações...

### HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL?

Alguns autores contemporâneos, especialmente aqueles que tratam das questões de identidade e trabalho, veem o ambiente organizacional com preocupação e lamento. São tempos sombrios, como diria Bendassoli (2007). Afirmam não existir equilíbrio de forças entre o dono do capital e o empregado, e que este último, vítima do sistema, se desumaniza e é explorado.

Sem fechar os olhos para exemplos infelizmente reais sobre brutalidades emocionais e físicas às quais ainda alguns grupos são expostos, prefiro pensar, de forma complexa, que a empresa também oferece espaços de reconhecimento e realização, e que onde está o humano há a capacidade contínua de aprendizado e mudança.

Lidar com esse ambiente, como eu dizia, requer de nós um pensamento de tipo complexo. Esses atos – incivilidades – não são isolados. Dependem de um entrelaçamento de mudanças que acontecem na sociedade, na cultura da empresa e nas relações do indivíduo com seu trabalho e com seus colegas. A vida nos escritórios está mais estressante, e as pessoas têm menos tempo de conversar e de estar juntas. Se não convivem, terão mais dificuldade de construir confiança. Porque a confiança se dá a partir de pequenos gestos diários, que constroem uma experiência tal que nos traz um certo conforto, uma previsibilidade na qual apostamos.

Com a pressão por produtividade, que faz com que os empregados sejam cobrados para entregar cada vez mais resultado, o senso de grupo se torna frágil. Podemos somar a

essa situação o fato de perdermos o espaço de reflexão sobre o sentido do trabalho. Distante do produto que entrega, e muitas vezes sem entender o significado daquilo que produz, o homem pode se alienar.

O diálogo é um espaço de construção de confiança pleno de possibilidades para o resgate dessas questões, tão úteis para que o trabalho deixe de ser um peso e se transforme num lugar de querer-estar. Como diz Arnaldo Bassoli, o diálogo tem muito a ver com atenção. Num diálogo, abrimos a oportunidade de refletirmos com profundidade sobre as opiniões e os pressupostos que nos movem. Assim, examinando atentamente uma questão que nos toca, podemos compreendê-la melhor e criar soluções para os problemas que nos parecem importantes.

O diálogo compreensivo tem a ver com a nossa disposição de ouvir o outro, de incluí-lo. Por isso, eu tomo emprestadas as palavras de Morin (2011) para dizer que diálogo exige simpatia, abertura e generosidade. Compreendemos alguém quando conhecemos essa pessoa. O diálogo proporciona um espaço de saberes que não encontra limites nas delimitações da ciência ou em regras preestabelecidas. Aliás, sequer depende de momentos formais, pré-formatados. Para além de acontecer nos espaços que, cada vez mais, as organizações criam formalmente, o diálogo se dá no miúdo, no dia a dia, sem hora marcada. Nesse momento, ele é grande.

#### POR ONDE COMEÇAR

Ter abertura é um ato de coragem. Numa sociedade de aparências, em que é preciso parecer para ser, lançar-se ao incerto de uma conversa aberta, franca e compreensiva numa empresa não é tarefa fácil. Mas é tão compensadora

quanto aparentemente difícil. Digo “aparentemente” porque falar e ouvir é da nossa natureza, é do humano. É uma competência que fomos deixando de lado, mas que está em nós. Precisamos trazê-la de volta à mesa, experimentá-la.

Um bom jeito de começar esse movimento a favor do diálogo é pela liderança, pelo chefe imediato. Ele pode, por meio de suas palavras e atitudes, criar um ambiente aberto à participação e fala do seu time. Esse movimento pode significar o início de uma onda, que ganha a força de outros gestores e depois acaba se manifestando em toda a empresa, tornando-se um traço da cultura organizacional. Como somos parte de um todo, também podemos ver a expressão dessa boa prática no nosso dia a dia com a família e com os amigos. Inicia-se, desse modo, um círculo virtuoso, capaz de impactar dezenas ou centenas de pessoas.

O Quadro 1 reúne um conjunto de comportamentos que podem incentivar gestores a adotar a prática dialógica e compreensiva. A primeira coluna informa sobre alguns comportamentos típicos da comunicação com a qual lidamos no dia a dia, para efeito de comparação.

**QUADRO 1** – Comparação entre compartilhamento de informação e diálogo compreensivo

<b>Líder em comunicação focada no compartilhamento de informações</b>	<b>Líder em práticas de diálogo compreensivo</b>
Preocupa-se em saber se a audiência entendeu o que foi dito	Leva em consideração as necessidades do indivíduo

Líder em comunicação focada no compartilhamento de informações	Líder em práticas de diálogo compreensivo
Mantém-se distante emocionalmente da reação dos indivíduos	Está aberto a transformar-se
Não se abala com as mudanças do ambiente e com características dos indivíduos do grupo	É adaptativo às circunstâncias que se colocam, tanto do ambiente quanto das pessoas com as quais interage
É cuidadoso com a forma de dizer e atento com o que dizer, mas o foco se centra nas questões práticas do trabalho	Trata tanto de questões da ordem do trabalho em si quanto do significado do trabalho, numa perspectiva mais ampla
Foca nos elementos concretos da realidade	Trafega entre o concreto e o abstrato, ou simbólico, presente no cotidiano e no imaginário dos indivíduos
Foca na razão e nos dados comprováveis pela ciência, que trazem produtividade ao ambiente organizacional	Não exclui, ao contrário, se alimenta dos afetos e emoções do indivíduo e do grupo, entendendo esses elementos como constituintes do humano
Dá mais ênfase ao meio em si do que ao discurso e ao relacionamento na hora de se comunicar	Torna a experiência do contato relevante, independentemente do suporte que ele tem à disposição para se comunicar
Está atento à tecnologia como forma de alcançar a sua audiência	Está atento às narrativas e ao impacto delas, independentemente do meio usado para facilitar a comunicação

Esta lista não pretende ser exaustiva nem prescritiva. Ela serve de referencial para aqueles que desejam se aventurar.

## PARA AMPLIAR A DISCUSSÃO

Nas palavras de Arnaldo e Lamara Bassoli, o diálogo é o pensamento complexo colocado em prática. Ele soma, multiplica pontos de vista e os faz interagir. É uma maneira de entender a realidade e também uma maneira de lidar com ela. Künsch (2010) compartilha dessa mesma opinião, adicionando que a atitude compreensiva se anuncia em toda a sua força na proposta do estabelecimento de relações cada vez mais densas com outros saberes, incluindo aí a experiência comum, possível a todos na organização, independentemente de sua posição hierárquica.

As empresas, sempre em busca de soluções para enfrentar os desafios do mercado, e na corrida pela liderança em seus setores de atuação, estão diminuindo o tempo de convívio e de diálogo.

Precisamos, aqui, evitar que a culpa recaia ou seja jogada sobre “o outro”. Estamos falando de uma atitude das pessoas que compõem a empresa e, como foi dito desde o início, estão juntas em torno de um objetivo comum. É preciso assumir a responsabilidade. O diálogo tem início a partir da disposição, é fortalecido pela prática e alimentado pelo contínuo interesse pelas questões do cotidiano da empresa e das pessoas.

Questões, como a importância do trabalho que cada um realiza, a contribuição da empresa para a sociedade, os valores que ela prega, o *feedback* sobre o desempenho e o pensamento aberto às novas ideias, podem ser pontos de partida, mas a trajetória quem faz é o grupo. Não podemos prever o que cada um considerará mais relevante. E não é necessário. O controle nada tem a ver com o diálogo, e é isso que faz do diálogo algo tão poderoso nas organizações.

O diálogo – entendido verdadeiramente como momento de troca, do qual podemos sair transformados pelos outros, compreendendo esses outros que convivem conosco – é um elemento vital para que as organizações encontrem um meio de operar e se tornem um espaço de realização pessoal, ao mesmo tempo em que produzam resultados consistentes para seus *stakeholders* e benefício para toda a sociedade.

Trata-se de uma equação bastante difícil de fechar, mas uma missão que nós não podemos perder de vista.

### Referências

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. São Paulo: Ideias & Letra, 2007.

ESCOLA DE DIÁLOGO. [online] Disponível em: <[www.escoladedialogo.com.br](http://www.escoladedialogo.com.br)>. Acessado em 10 Dez.2014.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. In: KÜNSCH, Dimas A. e MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010, p. 13-47.

MANSI, Viviane Regina. **Comunicação, diálogo e compreensão nas organizações**: as narrativas de liderança. Dissertação de Mestrado (Faculdade Cásper Líbero). São Paulo, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011.

---

PEARSON, Christine; PORATH, Christine. **The cost of bad behavior: how incivility is damaging your business and what to do about it.** London: Penguin Books, 2009.

---

**Viviane Regina Mansi**, formada em Relações Públicas, é mestre em Comunicação pela Cásper Líbero, em que dá aulas na graduação e na pós-graduação. Integra os grupos de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão” e “Grupo de Estudos de Novas Narrativas”. É gerente de Comunicação e *Public Affairs* na GE para o Brasil. Publicou, junto com Tatiana Cappellano e Bruno Carramenha, em 2013, a obra *Comunicação com empregados: a comunicação interna sem fronteira*. O seu trabalho de mestrado foi transformado no livro *Comunicação, diálogo e compreensão: as narrativas da liderança*, publicado em 2014. Seus principais temas de estudo e pesquisa são comunicação com empregados, diálogo e comunicação de liderança.



# Rueda de conversaciones sobre memoria histórica: aprendizajes desde Alemania para Colombia y Guatemala

Ximena Forero Arango

Diciembre de 2014: un grupo de 15 periodistas y docentes de periodismo colombianos y guatemaltecos, llegamos a Berlín, invitados por la Deutsche Welle Akademie, para conocer experiencias sobre Memoria Histórica. ¿Cómo confrontar el pasado? Pregunta que orienta el recorrido por los lugares de memoria y las conversaciones con las personas participantes con estos actos de comprensión.

Alemania, un país del llamado “primer mundo”, protagonista de las dos guerras mundiales, con millones de víctimas, dispuesto a colaborar con Colombia; un país que busca pistas para salir de un conflicto de décadas, con múltiples actores armados, un tejido social muy afectado y también millones de víctimas. En este caso la pregunta orientadora se hace más compleja, pues los hechos no han terminado. No se trata de confrontar el pasado, sino también el presente. ¿Cómo hacerlo en medio de un contexto tan doloroso?

UNA CONVERSACIÓN SOBRE “NUNCA MÁS”

Michael Parak, representante de la organización Contra el Olvido y la Democracia, menciona en la primera conver-

sación la importancia que tiene la voluntad política, para la construcción de la Memoria Histórica, y cómo, en el caso alemán, había sido un error priorizar el elemento político, por encima de las víctimas. Habla de la importancia de visibilizar, de la participación de la sociedad civil y el uso del espacio público; tema que en Berlín es evidente en muchas partes de la ciudad, llena de sitios de memoria, placas conmemorativas, y recorridos históricos. Todos ellos contruidos con base en investigaciones en las que participaron las víctimas.

Parak indica durante la conversación un punto de partida importante para el inicio de la construcción de Memoria Histórica. Habla de la “banca rota moral de Alemania”, una manera de tocar fondo, para iniciar una reconstrucción histórica que permita elaborar la realidad, asimilar el pasado para entender el presente y planear el futuro. Desde esa mirada, allí se decide empezar a hablar de las dos dictaduras sufridas en el siglo XX por Alemania, en los currículos escolares, en la literatura, en los medios, en las políticas sociales. Y todo esto, con el apoyo del Estado. ¿El objetivo? Crear una cultura de la memoria.

Durante uno de los recorridos por Berlín, en un taxi, Lucy Weller, una de nuestras guías, le pide al conductor que nos lleve a la cárcel de la Stasi. Un señor de aproximadamente 70 años, no para de hablar sobre cómo vivió él la época de la República Democrática Alemana, la división del muro, su familia, los cambios que ha sufrido Berlín desde entonces. Al prender la televisión, en un noticiero, dos noticias del día resaltan: la muerte del periodista y escritor dedicado al tema del holocausto nazi y las reacciones de líderes políticos por el nombramiento de un ex miembro del gobierno de la

RDA como líder de Turingia. En Alemania la cultura política se respira por doquier.

¿Qué hemos aprendido de la historia? ¿Cómo la historia nos puede dar elementos para el desarrollo de la sociedad?, se pregunta Parak. Fomentando discusiones en torno a los sitios de memoria, visibilizando el sufrimiento de las víctimas de diferentes tipos; tanto las que murieron o perdieron a alguien durante el holocausto, como aquellas que fueron perseguidas o torturadas durante el régimen socialista. La formación del público a través de la exposición al tema permite el entendimiento de una historia completa. Visibilizar las víctimas es el primer paso del camino hacia su dignificación y reconciliación. Termina Parak resaltando la importancia de contar las historias de las víctimas desde su cotidianidad, para contar lo macro desde lo micro, para lograr abstracciones desde lo concreto.

La recuperación de la memoria individual es un reto que también permite aclarar quiénes participaron y cómo lo hicieron. Información importante para armar el rompecabezas de una realidad compleja, con millones de fichas, cuya conclusión debe ser “Nunca más debe repetirse”, pero no debe ser una conclusión forzada, sin a la que se llegue a través de la reflexión colectiva.

## LOS MEDIOS COMO ESPEJO

El veterano periodista e historiador Michael Sontheimer nos cuenta sobre su experiencia de 38 años en los medios, y su participación en *Der Spiegel*, una de las revistas más importantes de Alemania. Sontheimer menciona cómo, cuanto más lejos está el acontecimiento en el tiempo, más fácil es hablar de él. Explica cómo a pesar del paso del tiempo,

ni Alemania ni sus habitantes pueden dejar de hablar de lo que les ha pasado, pues es una pieza fundamental de lo que son, de su desarrollo. Y es por eso que su participación en el escenario político internacional, en conflictos como el de Israel y Palestina, su posición es tan delicada; porque la historia personal de cada familia alemana tiene que ver con el pasado de dos dictaduras, así que no es un tema que pueda dejarse atrás.

Para Sontheimer, la documentación sobre lo que pasó es muy importante, y es una gran ventaja para Alemania conservar archivos de cada época para entender en detalle lo que ocurrió. Son conflictos documentados por los mismos perpetradores, y complementados por los relatos de los protagonistas, principalmente las víctimas. En Colombia esta documentación es apenas incipiente y han sido los periodistas, con sus investigaciones, los encargados de ella. Es por esto que al archivo de la Universidad de Antioquia, que cuenta con la colección más completa de archivo de prensa de la región, llegan cada semana decenas de personas para buscar el registro periodístico de sus casos. Pues desafortunadamente necesitan esa evidencia, para ser reconocidos por el Estado como víctimas.

Recomienda Sontheimer escribir de manera desapasionada, dar mucha información, siempre muy precisa, evidenciando las fuentes, con cifras, hechos, documentos. Sugiere que si algún hecho no está claro, se presenten las versiones al respecto. Concluye que solo se puede entender el presente conociendo el pasado, y solo se puede planear el futuro partiendo del presente. ¿Cómo hacerlo mejor o peor? Una tarea importante para los periodistas.

## LA IMPORTANCIA DEL ARCHIVO

Durante a la visita al archivo de la Stasi, antigua policía secreta de la pasada República Socialista, Margret Steffen, encargada de las comunicaciones, cuenta cómo se conservan y administran los documentos encontrados en cientos de estantes y bolsas llenas de papeles con información personal de miles de habitantes de la Alemania socialista, que fueron descubiertos tras la caída del muro. Explica cómo estos expedientes se nutrían con los seguimientos a los ciudadanos, y cómo para conseguir privilegios en la vida diaria – como un trabajo o un cupo para estudiar –, muchas personas aceptaron espiar a sus propias familias, vecinos o amigos, que pudieran ser considerados como peligrosos para el régimen.

Científicos y periodistas tienen en este archivo una fuente interesante de información, aunque también los ciudadanos del común, quienes pueden pedir sus propios expedientes, si son mayores de 30 años; dado que existe una ley de protección a los datos personales. Y aquí aparece otra tarea importante para la memoria: trabajar sobre la información y contarle al público sobre los hallazgos, para seguir entendiendo lo que ocurrió. Cómo fueron destruidas las vidas de cientos de personas, por intromisión del Estado, porque alguien cercano dio información que hizo que lo encarcelaran, que perdiera a su pareja o que lo echaran de su trabajo.

Cuenta Steffen cómo se descubrió en ese momento del régimen, que era más efectivo destruirles la vida a los opositores, que agredirlos físicamente, aunque también se hizo. Y suena muy familiar. Casos colombianos como las chuzadas<sup>1</sup> del DAS

---

1 Escutas, em português.

a políticos y periodistas, o las intervenciones del hacker Juan Carlos Rodríguez en la última campaña presidencial muestran la eficiencia del método, que sigue siendo aplicado en Colombia.

La señora Steffen cuenta cómo miles de personas han accedido a sus archivos personales para entender finalmente quién los seguía y espiaba y por qué les ocurrieron muchas cosas. En la organización y cuidado del archivo se invierte cada año alrededor de 30 millones de dólares, y allí trabajan 1.500 personas. Esto es prueba de un compromiso estatal con la recuperación de la memoria.

Jöeg Drieselmann, defensor de los derechos humanos y empleado del museo de la Stasi, cuenta cómo, por su afición a la música rock, a los 19 años fue considerado como un peligro para el régimen, que lo llevó a estar un año en prisión preventiva en 1976. En los años 70 ya no se trataba de “cazar” a los enemigos, sino de controlar a la población, espiándola. Para él, iniciar un proceso de memoria implica abrir lugares de debate que muevan la sensibilidad de las personas y fomenten la cultura política.

“EL HORROR HA ACOMPAÑADO AL SER HUMANO DURANTE TODA SU HISTORIA”

En un recorrido por Sachsenhausen, uno de los campos de concentración del régimen Nazi, la guía explica cómo todo empezaba con un arresto preventivo para los oponentes al régimen en 1933. Y luego se convirtió en una gran ciudadela del terror, que en 1945 alcanzó las 388 hectáreas, en las que fueron esclavizados y humillados judíos, gitanos, homosexuales, entre los 300 mil prisioneros que, se calcula, pasaron por este campo. Gracias a investigaciones, ya se tienen los registros de 22 mil de ellos.

Ella, quien lleva dos años trabajando en el lugar, ahora convertido en un espacio para la construcción de Memoria Histórica, cuenta como no puede hacer visitas durante más de dos días a la semana, pues su humor cambia porque la carga emocional es muy fuerte.

Hörst Seferens, comunicador del lugar y Martin Schellenberg, encargado del Departamento de Pedagogía de Sachsenhausen, cuentan como en 2013 vinieron 520 mil personas. Sin contar a los que participaron en seminarios y talleres, que duran desde algunas horas, hasta varios días. Incluso existe la posibilidad de que los universitarios hagan voluntariado allí durante sus vacaciones. Todas estas son formas de incentivar la exposición de las nuevas generaciones a un tema que hace parte de su historia.

El objetivo de espacios como el memorial de Sachsenhausen es aprender, entender, conmemorar a las víctimas y transmitir emociones. El aspecto humanitario es muy importante en este tipo de lugares, por respeto por el dolor del otro. ¿Cuáles serían espacios memoriales en Colombia? Es inevitable pensarlo. Muchos y muy pocos. No es una decisión fácil, por lo complejo del conflicto colombiano.

En el tren de regreso a Berlín, una periodista de la *Deutsche Welle* le pregunta a una de las compañeras de Guatemala sobre su experiencia hasta el momento. Su conclusión es demoledora: “El horror ha acompañado al ser humano a lo largo de toda su historia”.

## ESTAR DEL LADO DE LOS DERECHOS HUMANOS

Tom Koenigs es diputado del Parlamento alemán y miembro de la Comisión de derechos humanos y ayuda humanitaria. Para él, la Memoria Histórica se construye con el

impulso de las víctimas, porque si ellas no presionan y no se organizan, a los demás no les interesa decir nada.

En su opinión, el primer paso en el proceso consiste en oír a las víctimas, publicar sus historias, ponerse del lado de ellas y recuperar su dignidad. Luego viene la reparación y, finalmente, los juicios. Dice que cada cual puede rescatar un poquito de memoria, pues cada historia de vida es un fragmento de memoria colectiva. El trabajo con víctimas es muy importante por el lado humano, pero también es de vital importancia que haya justicia, pues para él hasta que no pase algo con los responsables de los crímenes no termina la labor de memoria.

Koenigs destaca la tarea del periodismo como bisagra<sup>2</sup> entre los asuntos públicos y la sociedad civil, que puede permitir que la conmemoración de lo ocurrido, sumado a la información, redunde en el conocimiento de la historia.

## CONVERSANDO EN SILENCIO CON LA MEMORIA

En Lindestrasse 9-14 de Berlín se encuentra ubicado el museo judío, un edificio construido como una escultura “recorrible” por dentro, en varios niveles, con puertas de salida a espacios simbólicos como el jardín de exilio, o la torre del holocausto – que representan el recorrido del pueblo judío a través de la historia, con investigaciones profundas respecto a cuándo, dónde y cómo nacieron los primeros judíos, quiénes han sido y su influencia en diversos aspectos de la vida social, hasta llegar al holocausto y los años que han transcurrido después de él. Este edificio de tres niveles mezcla los objetos originales con investi-

---

2 Dobradiça, em português.

gaciones familiares profundas y personales, acompañadas de instalaciones interactivas que le permiten al visitante recorrer cada sala y corredor.

La idea, polémica por cómo y dónde debería hacerse, contó con la participación de las víctimas y los grupos de ciudadanos, en cooperación con el Estado. A finales de los noventa se inició la construcción – y hubo quienes dijeron que para qué una obra física sin información. De allí surgió el concepto de hacer en la superficie una “escultura interactiva” a manera de laberinto, con más de 2 mil bloques de piedra rectangulares, de diferentes tamaños, que buscan que los visitantes del sector turístico de Berlín se sientan tocados frente a la sensación de estar en un recorrido sin salida. Y para fomentar el debate y poner a la mano de las personas la información que acompaña el memorial, se construyó un centro de documentación subterráneo. Ambos espacios administrados por una fundación del Estado.

Ulrich Baumann, uno de los historiadores que trabaja desde hace más de diez años en la fundación, cuenta cómo, a raíz de la construcción de este memorial, se hicieron otros 3 en Berlín, a todas las víctimas de los Nazis. En 2008, para los homosexuales perseguidos; en 2012, para los gitanos; y en 2014, para los discapacitados asesinados.

Este ejemplo muestra como una iniciativa ciudadana se transformó en un proyecto estatal, que hoy en día recibe alrededor de 430 mil visitantes cada año. Por lo menos los que se pueden registrar en la parte subterránea del centro de documentación. Aun así, la ciudadanía también tiene la opción de aportar dinero para la búsqueda de nuevas biografías de las víctimas en diferentes países del mundo – y continuar así con la investigación.

Para Baumann, Alemania estaba en una situación más sen-

cilla que Colombia, debido a que necesitó entre 30 y 40 años para enfrentar su pasado, sin que los participantes del conflicto estuvieran allí; dado que este conflicto ya había pasado. En el caso colombiano, hasta hace apenas unos años se empiezan a conocer las organizaciones de víctimas e iniciativas estatales como la creación del Centro Nacional de Memoria Histórica, con su informe “Basta ya”, publicado en 2013, o la Casa Museo de la Memoria de Medellín. También en municipios que han sufrido ataques violentos por el conflicto, como Granada o San Carlos en Antioquia, se han creado espacios para reconstruir historias personales, que permitan visibilizar cada uno de los casos.

Con todo, el cómo, dónde y con quiénes, son preguntas que están por resolver, para enfrentar el pasado, a través de la memoria. Lo que sí es claro es que los periodistas juegan un papel muy importante en este proceso.

### Referencias

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. **Informe Basta ya**. Colombia: memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013.

BETANCUR, Jorge Mario; NIETO, Patricia. **No hubo tiempo para la tristeza**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013.

ECHAVARRÍA, Jenny; FORONDA, Juan Fernando. **Aquí me quedé.**, Medellín: Universidad de Antioquia, 2014.

---

**Ximena Forero Arango**, comunicadora social - periodista, de la Universidad de Antioquia. Magíster en Comunicaciones por la

Pontificia Universidad Javeriana. Docente de Periodismo de la Universidad de Antioquia, con especialidad en Periodismo de Opinión. Actualmente vicedecana de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia.





A PRÁTICA  
DA COMPREENSÃO



# Díálogo nos cenários de riscos de desastres

Cilene Victor

Até alguns anos atrás, falar sobre mudanças climáticas atingia um grupo restrito de pessoas, a maioria delas alocadas em gabinetes políticos ou científicos. A visibilidade midiática alcançada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), durante a divulgação do seu Quarto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas do planeta, denominado IPCC-AR4, em 2007, porém, foi o marco responsável pela popularização dessa temática, que hoje faz parte da pauta de muitos cidadãos, direta ou indiretamente afetados pelos impactos das mudanças climáticas.

O documento, cujo Grupo de Trabalho I liderado por Alley (2007) produziu o sumário para formuladores de políticas públicas, fazia o alerta sobre o aumento médio das temperaturas globais entre 1,8°C e 4,0°C até 2100. Mas, sobretudo, divulgava, com mais de 90% de confiabilidade, que o aumento da temperatura deve-se ao impacto das atividades humanas, especialmente as emissões de gases do efeito estufa.

Ao longo de alguns anos, esforços e energias foram gastos na controvérsia científica acerca das causas das mudan-

ças climáticas: estamos diante de um fenômeno natural ou antropogênico?

No campo do jornalismo e da comunicação científica, a controvérsia é uma velha conhecida, que deve ser sempre respeitada. Mas as divergências entre os cientistas, que a imprensa equivocadamente passou a chamar de céticos, e os pesquisadores do IPCC retardaram, por exemplo, debates sobre as ferramentas e os instrumentos aos quais o poder público, a comunidade científica e a sociedade de um modo geral poderiam recorrer para reduzir os impactos de um fenômeno cada vez mais presente em nossas vidas.

De 2007 para o último relatório, o AR5, cujos primeiros resultados foram divulgados em setembro de 2013, subiu para 95% a certeza do IPCC em relação à influência do homem sobre o clima, causando mais da metade do aumento da temperatura observado entre 1951 e 2010. E, na mesma medida, aumentou a certeza do outro grupo de cientistas em relação às causas naturais das mudanças climáticas.

A frequência e a intensidade dos desastres relacionados a extremos climáticos, por sua vez, impuseram uma urgente mudança de foco, trazendo novamente o homem para o centro do debate, mas desta vez para mitigar os impactos do aumento da temperatura do planeta. Aqui, como no olhar de Veyret (2007), o homem é a vítima e ao mesmo tempo o agressor do meio ambiente. E a mitigação dos impactos dos desastres associados a extremos climáticos, como enchentes, inundações, deslizamentos de terra, seca e estiagem – os mais comuns no Brasil –, depende de uma ferramenta ainda pouco explorada, ou melhor, não legitimada no país: a comunicação de riscos.

### DESASTRES NATURAIS OU AMBIENTAIS?

Antes de abordar o papel do diálogo no contexto dos riscos de desastres, tema central deste ensaio, vale resgatar uma discussão que, aparentemente, parecia ser apenas semântica, mas que pode, definitivamente, prejudicar a compreensão entre os diversos interlocutores: os desastres são naturais ou ambientais?

Uma resposta apressada poderia vir acompanhada de outra pergunta: o que isso importa, se o problema maior são as consequências, a situação de anormalidade imposta a uma comunidade, as perdas humanas e os prejuízos econômicos?

Estudos iniciados e liderados por Slovic (2000) revelam que as pessoas percebem os desastres naturais diferentemente da forma como percebem os desastres provocados pelo homem, chamados de ambientais. Essa diferença tem relação direta com o nível de tolerância dos indivíduos, grupos ou comunidades, o que, mais tarde, definirá sua atitude em um contexto comunicacional.

A tolerância, ou seja, a aceitação da ocorrência de um desastre natural e de seus impactos é maior se comparada à de um desastre ambiental. Isso porque, assinala Slovic (2010), o primeiro é majoritariamente traduzido como inevitável e o segundo, como evitável.

No contexto de riscos ou de desastres, a discussão, inicialmente semântica, ganha outros contornos, sobretudo ao atingir a percepção das comunidades e, conseqüentemente, dificultar o diálogo e a compreensão entre os diversos interlocutores.

Se, na percepção de uma dada comunidade, o desastre for considerado ambiental, o que significa para ela um fenômeno evitável, isso fará com que as autoridades compe-

tentes sejam percebidas com desconfiança, colocando em xeque a credibilidade dos responsáveis pelo gerenciamento dos riscos e principais interlocutores de um processo comunicacional.

E é exatamente a partir da credibilidade e da confiança como os interlocutores são percebidos que a comunicação de riscos pode dar origem a um diálogo amparado na compreensão e na comunhão de ideias – condição primária para fazer da comunicação uma ferramenta capaz de aumentar a resiliência das comunidades e, por consequência, preservar a vida das pessoas mais vulneráveis aos desastres.

Entre os cenários de riscos e os de desastres, não há dúvida de que os primeiros são os mais favoráveis ao diálogo e à compreensão, embora ainda estejamos diante de um dos maiores desafios do gerenciamento dos desastres, a comunicação entre as partes.

## DESASTRES *VERSUS* RISCOS

Se a problemática das mudanças climáticas viria a fazer parte da agenda de outros setores da sociedade, excedendo os gabinetes políticos e científicos, somente depois de muito apelo e vulto midiático, com os desastres não foi diferente.

No Brasil, cultural e historicamente, assim como em muitos outros países da América Latina, o foco sempre esteve na gestão dos desastres, ou seja, esperava-se quase que passivamente pela chegada do fenômeno e de seus impactos para depois agir. Assim, erroneamente, o país passou a se autoconsiderar preparado para gerenciar os desastres e reconstruir as cidades atingidas.

A frequência e a intensidade dos desastres, no entanto, obrigaram o país a rever suas políticas públicas voltadas à

Redução de Riscos de Desastres (RRD), nomenclatura internacionalmente usada para traduzir todos os programas, iniciativas e ações de prevenção ou gerenciamento de riscos.

Durante a 2ª Conferência Mundial para a Redução de Riscos de Desastres, realizada em janeiro de 2005 no Japão, o Brasil e mais de 160 países aprovaram e assinaram o Quadro de Ação de Hyogo para o período 2005-2015, cuja meta era aumentar a resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres cada vez mais frequentes e intensos, reduzindo com isso os seus impactos.

Para se ter uma ideia, ao longo de 2014, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, reconheceu a ocorrência de 2.666 desastres, envolvendo 1.866 municípios. Do total, 21 ocorrências demandaram decretação de estado de calamidade pública e os demais 2.645, decretação de situação de emergência.

Reconhecimento de desastre é um procedimento adotado pelas autoridades competentes, por meio do qual se pode, por exemplo, legitimar a decretação de anormalidade por parte do município.

Embora as estatísticas sejam pouco seguras, uma vez que os desastres de menor intensidade muitas vezes não são contemplados na soma total de ocorrências, estima-se que, nas duas últimas décadas, foram registrados, no país, mais de 23 mil desastres. Segundo relatório do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISRD, na sigla em inglês), entre 1990 e 2011, foram registrados 83 mil desastres na América Latina, causando cerca de 40 mil mortes e afetando mais de 120 milhões de pessoas.

Passados dez anos, a ONU realizará, em Sendai, Japão, em março de 2015, a 3ª Conferência Mundial para a Redução de Riscos de Desastres, momento em que discutirá um marco substituto a Hyogo e promoverá, entre os países-membros, a troca de conhecimento, impressões, experiências e iniciativas necessárias para a construção de comunidades resilientes.

Embora modestos, não há como deixar de reconhecer os esforços em todo o mundo para reduzir os impactos dos desastres nas populações. A comunidade científica tem assumido papel de destaque na concepção de soluções integradas, considerando o caráter multifacetado do problema. E, ainda que num ritmo mais lento, a comunicação começa a ser reconhecida também como um dos campos científicos da RRD.

Fora do contexto da ciência, a comunicação, aos poucos, ganha vulto e impõe-se como uma das mais importantes ferramentas de redução de riscos. É por meio da comunicação, do diálogo e da compreensão entre os diversos atores sociais que as tomadas de decisão são balizadas.

### QUE COMUNICAÇÃO É ESSA?

Os primeiros registros oficiais de ações ou iniciativas no campo da comunicação de riscos datam da década de 1980, quando as autoridades estadunidenses identificaram uma demanda do público por informações sobre riscos relacionados ao meio ambiente e à saúde pública. Além de manterem-se atentas a essa demanda, as autoridades perceberam a necessidade de fornecer ou disseminar informações, papel muitas vezes desempenhado pelos meios de comunicação de massa, e ainda de criar

mecanismos para orientar o público diante de situações de riscos ambientais e de saúde, surgindo aí o conceito de comunicação de riscos.

Para alguns autores, a noção de comunicação de riscos deve estar diretamente associada a instrumentos e meios de persuasão, sobretudo porque ela deve fazer apelo ao medo, como ocorre em campanhas antitabagistas. Já outros estudos sugerem que a comunicação de riscos deva orientar as decisões do público, fomentando-o com informações necessárias para a sua tomada de decisão.

Se considerarmos o contexto dos desastres, a primeira vertente citada apelaria para campanhas de incitação ao medo, provocando pânico nas populações expostas. Ora, o cenário dos riscos e dos desastres já aumenta a ansiedade das comunidades, sobretudo diante de tantas incertezas. Assim, o medo e o pânico têm apenas a função de ampliar socialmente o desastre. Por esta razão, no campo da comunicação de riscos, o avanço dos estudos coincidiu com o surgimento de outras correntes teóricas, que rejeitam essa linha de pensamento.

Até mesmo quando a imprensa, no cenário dos riscos dos desastres, por exemplo, faz apelo ao medo e fomenta a ansiedade e o temor nas populações, as ações de comunicação de riscos, geralmente as formatadas pelas autoridades competentes, devem assumir o papel de reparar os possíveis impactos comunicacionais dessa prática.

Na definição mais clássica de comunicação de riscos, Stern e Fineberg (1997) sugerem tratar-se de um processo interativo de troca de informação e de opiniões entre indivíduos, grupos e instituições. Esse processo envolve múltiplas mensagens sobre a natureza do risco e outras mensagens,

não estritamente sobre riscos, que expressam preocupações, opiniões ou reações às mensagens ou a planos legais e institucionais de gerenciamento de riscos.

Nessa visão, a comunicação é um processo social muito maior que a simples transmissão de informação. O seu papel deve sempre estar associado a programas e iniciativas capazes de reduzir o medo, a ansiedade das comunidades atingidas pelo risco, inibindo assim a formação e a propagação de rumores que interferem e atrasam os esforços de redução de riscos.

Uma comunicação de riscos efetiva deve-se afastar não apenas de técnicas de persuasão, mas também de manipulação das informações. Ela deve ser norteadas pela transparência, pela confiança e pela credibilidade, ajudando a viabilizar o diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos com os riscos.

Esse processo interativo busca a horizontalidade, sobretudo por contemplar e atentar-se à percepção das pessoas, envolvendo-as ao longo do seu curso. Nele, o clássico modelo, amparado em um emissor ativo e um receptor meramente passivo, é definitivamente enterrado.

O diálogo demanda essa horizontalidade, a sensação de pertencimento e de protagonismo por parte das comunidades afetadas ou expostas aos riscos de desastres.

A efetiva comunicação de riscos exige algumas condições. A primeira delas, como já mencionado, é a relação de confiança e credibilidade entre as diversas instituições e atores envolvidos. No contexto dos riscos, confiar nas mensagens significa primeiro confiar em quem as transmite. Assim, confiabilidade é o norte de uma comunicação bem-sucedida.

Outra condição primária é a compreensão entre os interlocutores, mas isso não significa reduzir as ações de comunicação de riscos a meras traduções de termos técnicos para um público não especialista – o que durante décadas foi a grande preocupação das autoridades e de parte da comunidade científica.

Na comunicação de riscos, o alerta de Penteadó (1982) sobre a confusão entre compreender e aceitar ganha uma dimensão infinitamente mais preocupante. As comunidades afetadas ou expostas aos riscos de desastres podem compreender uma determinada mensagem, seja ela de teor mais técnico ou não. Mas compreender é apenas o começo de um processo longo e custoso que culminará com o diálogo necessário para reduzir os impactos dos desastres.

#### QUATRO MODELOS, VÁRIOS DESAFIOS

Há alguns anos, concebi quatro modelos de comunicação de riscos de desastres (CRD), um para cada grupo de interlocutores: *Intrainstitucional*, *Interinstitucional*, *Midiático* e *Direto/Comunitário*. Como, no Brasil, a Defesa Civil é a instituição à frente dos programas e ações de redução de riscos de desastres (RRD), ela aparecerá nos quatro modelos como um dos interlocutores.

No *Modelo Intrainstitucional*, a comunicação de riscos ocorre dentro da estrutura da Defesa Civil. Independentemente dos interesses e diferenças políticas latentes nos níveis municipal, estadual e federal, este modelo considera as defesas civis uma única instituição. Assim, todos, do agente de campo aos dirigentes, dentro de sua estrutura, devem estar em sintonia.

A comunicação constante e efetiva entre os interlocutores do modelo de CRD *Intrainstitucional* contribui para

uniformizar as mensagens, para inibir a propagação de rumores e, especialmente, para conferir transparência ao processo que fomentará a tomada de decisão das comunidades localizadas em áreas de riscos.

O *Modelo Interinstitucional* deve contemplar a participação de todas as instituições ligadas direta ou indiretamente aos programas e ações de RRD. Neste modelo, os interlocutores que dialogam com a Defesa Civil estão alocados em órgãos executivos e legislativos, em instituições técnicas, científicas, educacionais, religiosas, de saúde e segurança.

O modelo de CRD Interinstitucional ocorre mesmo quando o desastre ou o risco de desastre está restrito ao limite de um município, ou seja, quando a Defesa Civil municipal precisa manter o diálogo com as diversas instituições locais, afinando o discurso entre elas e evitando informações conflitantes.

Imaginemos um cenário de risco de inundação em uma área escolar. A Defesa Civil municipal deve estar em comunicação direta com a Secretaria de Educação, encarregada de levar as informações à direção da escola que, por sua vez, comunicará aos estudantes e seus familiares. Essa comunicação efetiva entre as diversas instituições reduz as incertezas das pessoas mais expostas aos riscos.

No *Modelo Midiático*, a Defesa Civil recorre ao alcance, ao poder de ubiquidade, à velocidade e à credibilidade dos meios de comunicação de massa para disseminar informações a um público mais amplo, heterogêneo, no entanto ligado pela mesma preocupação: o risco de desastre. E o processo inverso também ocorre, ou seja, a mídia recorre à Defesa Civil para cobrar informação e esclarecer um determinado risco à população.

No modelo de CRD Midiático, as brechas de informação tendem a favorecer a propagação de rumores – informações desconstruídas ou não apuradas que prejudicam as tomadas de decisão das comunidades mais afetadas.

Com o fenômeno das mídias sociais, o ciclo de vida de uma informação inicialmente disseminada pelas mídias tradicionais (TV, rádio, jornais e revistas) torna-se um grande desafio para as instituições competentes, especialmente quando distorcidas ou veiculadas fora do contexto inicial.

O *Modelo Direto/Comunitário* é aquele no qual a Defesa Civil, além de produzir as informações, é também responsável pela sua disseminação, neste caso, em escala mais restrita e pontual. A comunicação ocorre de uma forma primária, por meio do contato direto entre os interlocutores, por exemplo, a Defesa Civil e a comunidade e suas lideranças. É neste modelo que o olho no olho, a respiração, as tensões corporais, linguísticas, ideológicas e intelectuais vão interferir e condicionar os resultados de um processo cujo objetivo é preservar vidas.

O diálogo, a compreensão e a boa comunicação entre sujeitos predispostos ao mesmo propósito, ao menos teoricamente, não poderiam ser um dos maiores desafios da RRD, mas o são porque a comunicação de riscos, como campo científico e profissional, ainda não foi reconhecida e legitimada em muitos países, inclusive no Brasil.

A ausência do diálogo e da compreensão favorece a ampliação social dos riscos de desastres, mas um pequeno e importante passo pode vir de Sendai, quando um novo marco substituto de Hyogo reiterar, dez anos mais tarde, a importância da comunicação de riscos na construção de comunidades resilientes.

## Referências

ALLEY, R.; et alli. **Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima**: Sumário para os Formuladores de Políticas. [online] Disponível em: <[http://www.cptec.inpe.br/mudancas\\_climaticas/](http://www.cptec.inpe.br/mudancas_climaticas/)>. Acessado em 26 Nov. 2014.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. **A técnica da comunicação humana**. 8ª edição. São Paulo: Pioneira, 1982.

SLOVIC, Paul. **The perception of risk**. London and New York: Routledge, 2000.

SLOVIC, Paul. **The feeling of risk**: new perspective on risk perception. London and New York: Routledge, 2010.

STERN, Paul; FINEBERG, Harvey. **Understanding risk**: informing decision in a democratic society. Washington: National Research Council, 1997.

VEYRET, Yvette. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

---

**Cilene Victor**, formada em Jornalismo, especialista em Comunicação Aplicada à Saúde Pública, mestre em Comunicação Científica e Tecnológica pela Universidade Metodista e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, é professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero, em que também coordena o Centro Interdisciplinar de Pesquisa. Como jornalista, atua nas áreas de ciência e meio ambiente, incluindo a concepção e a edição de revistas especializadas.

---

Como consultora, tem atuado em instituições e organismos internacionais, com projetos e atividades de comunicação de riscos. Entre os trabalhos, destaca-se a atuação como consultora no Projeto Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, uma cooperação entre o Fundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).



# Criança, o grande motivo de uma narrativa de muitas vozes

Dulcilia Schroeder Buitoni

Olhar crianças brincando num quintal de terra batida, cheio de plantas. Perceber o brincar como a principal atividade da criança. A liberdade temporal de poder escolher ficar olhando um bichinho, tocar um tambor, fazer formas na areia ou no barro, comer uma fruta, martelar um prego na madeira, cantar, correr, mexer na água ou dançar em volta de uma fogueira.

Tudo isso parece tão corriqueiro e tão mítico ao mesmo tempo. Não é uma infância feliz imaginada – é uma possibilidade que ocorre todos os dias no bairro do Butantã, na cidade de São Paulo, de acordo com uma proposta pedagógica de mais de 40 anos. Uma proposta que me atraiu como professora e jornalista, que buscava formas de contar o real de um jeito mais sensível. Perceber como as crianças brincavam naquele ambiente resultou num trabalho de pesquisa na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), numa tese de livre-docência, em apresentações em congressos, em dois livros publicados e, por último, num documentário de longa-metragem dirigido por uma ex-aluna dessa escola de educação infantil.

A observação da escola de educação infantil Te-Arte foi fundada no diálogo, tendo como atitude principal deixar aparecer o Outro em diferentes vozes. Resultou em expressão autoral, mas sempre dando muito espaço para a fala das pessoas que conviviam nesse quintal criativo e afetivo. Essa postura de observação participante, considerada como fundamental para o relato jornalístico, tornou-se um dos eixos de minha vida acadêmica como docente, pesquisadora e orientadora. Também permitiu compartilhar as mesmas aspirações com colegas da universidade e jornalistas que acreditavam em outras maneiras de apresentar cenas do real.

Jornalista e professora de jornalismo, com três filhos que estiveram na Te-Arte, senti uma necessidade irresistível de relatar a riquíssima experiência pedagógica que vivenciei. Minha primeira filha começou a frequentar a Te-Arte nas Perdizes (bairro da Zona Oeste de São Paulo), em 1977. Meu “instinto jornalístico” me fez começar a recolher depoimentos de professores, conversar com os pais, acompanhar os trabalhos de dias comuns e de festas, fotografar, observar, gravar, anotar. Queria ouvir muitas vozes. Acreditava que dar espaço às pessoas que participavam do dia a dia da escola era fundamental para o relato que iria construir.

Fui estagiária, repórter, adulta atendendo a uma criança, fotógrafa amadora, às vezes mãe, o tempo todo precisando participar do que acontecia: na Te-Arte não dá para ser só observadora. Vivi cenas simples e complexas. Reuni depoimentos belos e fortes e alguns textos escritos por educadores que diziam quanto um olhar, uma palavra ou um gesto de uma criança havia tocado seu coração e sua mente. Uma antropóloga, transitando como professora entre a Te-Arte e uma aldeia indígena, estimulou comparações que fazem

pensar sobre nossos princípios civilizados. Muitos adultos descobriram seus talentos pedagógicos dentro do tanque de areia, debaixo do pé de goiaba ou tocando um tambor.

Tive a ideia de registrar o que vivenciava porque sentia que aquele tipo de experiência pedagógica tinha de ser passada para mais gente. Todo aquele trabalho de sensibilidade e de cuidado com o ser criança e, mais ainda, ser criança no Brasil, não podia ficar só entre aqueles muros de uma casa comum com um grande quintal. Pensava em escrever uma matéria para alguma revista, mas o volume do material ia me encaminhando para um livro-reportagem. Paralelamente, realizava na ECA um projeto de pesquisa que trabalhava com as relações entre o real e o jornalismo – reflexões sobre o que a grande mídia fazia na época – e buscava em várias áreas de conhecimento maneiras de se construir narrativas jornalísticas mais cheias de vida.

Antropologia, etnografia, observação participante, fotografia, documentário cinematográfico, teorias da literatura, teorias do jornalismo, filosofia forneciam elementos para construir modelos possíveis de narrativas vivenciais. A fenomenologia de Gaston Bachelard, autor não muito valorizado numa época em que predominava a escola de Frankfurt, foi muito inspiradora. Roland Barthes, com seus olhares sobre fotografia, narrativa, cultura de massa, também se articulava muito com minhas reflexões. Porém, a grande influência foi das teorias visuais, especialmente reflexões sobre a feitura de documentários. Autores, como Dziga Vertov, Ismail Xavier e Arlindo Machado, trouxeram contribuições. O uso de procedimentos ficcionais foi incluído, no sentido de que a ficção também poderia contribuir para mostrar diferentes facetas do caráter referencial. Acre-

dito que o real e a ficção não se contrapõem; afinal, todos os textos são uma representação construída.

#### TEXTO-DOCUMENTÁRIO: OUVINDO ADULTOS E CRIANÇAS

A pesquisa de livre-docência tentou formular a noção de texto-documentário, uma escrita jornalística que se aproximava do real com palavra e imagem. Pensava-se em utilizar o texto verbal e imagens fotográficas e não fotográficas; do mesmo modo, vídeo e cinema eram possibilidades. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira, de discussão teórica, e a segunda, com um texto-documentário sobre a vivência pedagógica da Te-Arte. O texto da tese se apresentava em formato não convencional, com as palavras iniciais de parágrafo em letras maiúsculas, deslocadas para a esquerda; na coluna ao lado direito ficavam as referências bibliográficas ao lado da frase correspondente. Se fosse uma citação, a referência correspondente. Além disso, o nome do autor também aparecia nessa lateral quando era apenas uma inspiração para a argumentação em curso.

Muitas das inquietações sobre o jornalismo praticado na década de 1980 persistem até nossos dias. A seguir, relembro pontuações, dentro da formatação do texto da tese:

O MUNDO diante de nós. Enquanto a ciência se contenta em explicar partes do mundo, ou descrever suas leis mais gerais, o jornalismo quer mostrar todo o mundo. Ambição de exaustividade não lhe falta. O jornalismo quer dizer tudo a respeito de um acontecimento ou de uma questão. Também persegue a diversidade: quer falar de tudo, seja abrangendo nações, cidades,

culturas, classes, idades, seja explorando o microcosmo escolhido ao fornecer um número enorme de detalhes, como horários, locais, falas redundantes, expressões faciais, descrições de cenas – principalmente no jornalismo impresso, sempre em busca da ilusão de realidade. Ilusão?

É A REALIDADE que se pretende. Realidade que foi até nome de revista, realidade buscada, desejo de demonstrar. Para representá-la (re-presentá-la), textos verbais imitam um ritmo de filme, tentando causar a impressão de que o acontecimento está se desenrolando no momento em que é lido: mágico recurso, como se o leitor tivesse o poder de fazer a cena repetir-se novamente, só para ele. O rádio, a foto, o jornalismo televisivo, os vídeos e filmes jornalísticos dispõem de mais varinhas de condão para apresentar (a-presentar) a realidade. A voz do entrevistado, ao vivo, é algo sendo vivido, ao mesmo tempo, no rádio ou na TV. As imagens das fotos e dos vídeos mostram o referente “real”. Em todos, a valorização do instante em que se vive, do agora – a aparência do acontecer em curso –, numa simultaneidade um tanto atemporal, em detrimento do instante conhecido. De qualquer modo, uma ficção.

DIFERENTES tempos vividos são juntados e justapostos no jornal impresso, na revista, no telejornal, cada

um como se estivesse acontecendo diante de nossos olhos. Coexistência forçada de tempos, de espaços, de viveres que parecem tão naturais. O jornalismo no mundo todo é assim, e a gente esquece a rotina industrial que determina esse formato e esse aparato. Tanto trabalho para conseguir, entre outros, um objetivo óbvio, de o público reter alguma coisa. No meio de milhares de informações e deformações que se somam, que se fundem, que se confundem, alguma coisa fica. Mas, parodiando Caetano Veloso, quem lê tanta notícia? Pra que tanta notícia?

O FLUXO INFORMATIVO aumentou exponencialmente; vivemos cercados de imagens, as imagens nos acompanham, as imagens nos perseguem em todos os espaços urbanos, as imagens estão acessíveis a qualquer instante em nossos dispositivos móveis. Somos receptores, retransmissores e produtores de imagens, numa espiral infinita. Ao mesmo tempo, os dispositivos que tanto auxiliam o registro e a memória de acontecimentos e dados – bem como sistemas de busca universais – contribuem para a duração efêmera e para o esquecimento, acelerado pela enorme quantidade de informações que passaram a fazer parte do acervo pessoal de cada um. Desde a década de 1980, a análise das linguagens das mídias é central em nossas pesquisas. Buscas teóricas e metodológicas fo-

ram sendo desenvolvidas para a compreensão de texto e imagem nos meios impressos e eletrônicos. Estruturas narrativas e a relação com o real articularam a reflexão. Os processos digitalizados aceleraram as interações.

Essa pesquisa do livro-reportagem sobre a Te-Arte acabou sendo parte da tese “Texto-documentário: espaço e sentidos” (1986) – escrita com a finalidade de obter o título de livre-docente em Jornalismo na ECA-USP – e teve ajuda de minha orientanda, a fotógrafa Vera Simonetti, que fez as fotos que apareciam em meio ao texto, assim como realizou um audiovisual experimental apresentado como complemento à defesa.

O audiovisual não fazia necessariamente parte da tese, embora fosse de vital importância, porque não tinha sido realizado por mim. Eu apenas havia orientado a captação dos *slides* (cromos) e codirigido a edição final. Esse processo mostra as peculiaridades de um trabalho científico na área de comunicação, em que dificilmente uma mesma pessoa pode fazer todas as etapas de uma produção.

O audiovisual usou uma técnica de colagem inspirada no documentário “Ó Xente pois não”, de Joaquim Assis (produção: Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e Zodíaco Filmes), em que a vida de uma comunidade rural no Nordeste era mostrada numa série de cenas cotidianas, acompanhadas de vozes dialogando ou comentando, ora mulher, ora homem, sem nenhuma identificação de quem estava falando.

Um documentário convencional teria caracteres nomeando e qualificando de quem era a voz. O recurso uti-

lizado permitia uma grande aproximação com os personagens, sem a racionalização despertada por nome, profissão ou outro dado. A dissertação de Vera Simonetti, “Além das recordações: fotografia e velhice explícita”, defendida na ECA-USP, em 1989, utilizou a mesma forma de edição, sendo que o audiovisual foi a parte principal do trabalho; e foi acompanhado de uma espécie de diário de campo em que a autora discutia as relações fotógrafo/fotografados. Vera fotografou durante alguns anos festas promovidas por um grupo de senhoras idosas da cidade de Ibitinga (SP), que se reuniam num “Clube da (sic) Saudades”; a trilha sonora era uma colagem de falas, sem identificação de qual personagem. Inclusive, as falas não correspondiam às mulheres que apareciam nesta ou naquela cena.

A defesa da tese de livre-docência incluiu um experimento em sua apresentação inicial. O audiovisual produzido por mim e por Vera Simonetti foi exibido em duas versões: primeiramente, uma sequência acompanhada de trilha sonora musical que não reforçava determinados climas, e outra com uma colagem de falas de Thereza Soares Pagani, a Therezita, criadora da Te-Arte. Depois da defesa, um dos membros da banca veio me perguntar se os dois audiovisuais tinham a mesma sequência de imagens. Ao receber a resposta de que era exatamente a mesma sequência, o comentário foi de que as imagens eram mais fortes na versão com fundo musical; na versão com a fala, prestar atenção nas palavras mudava a percepção das imagens. Dessa forma, podemos especular o quanto a relação verbal/visual interfere na compreensão de um produto de comunicação.

Ao longo dos anos, estreitava-se a convivência com militantes da reportagem e da escritura jornalística, como

Cremilda Medina e Edvaldo Pereira Lima, meus colegas na ECA. Muitos anos depois, reencontro com alunos queridos, como o colombiano Raúl Osorio Vargas, agora professor na Universidade de Antioquia, em Medellín.

#### É A TESE-REPORTAGEM VIROU LIVRO

A tese de livre-docência foi oferecida a editoras; a editora Brasiliense propôs publicar apenas o livro-reportagem, que saiu em 1988 com o título *Quintal mágico: a educação-arte na pré-escola*. Na capa, uma foto de Vera Simonetti mostrava meninos bordando ponto-cruz. No interior, suas fotos registravam o dia a dia da Te-Arte.

As mães e pais dos anos 1970 e 1980 se perguntavam muito a respeito de qual seria o tipo de pedagogia mais apropriado para as crianças pequenas. Creche? Parquinho? Jardim de infância? Pedagogia mais tradicional, visando à alfabetização, ou só um lugar para brincar? Ou era melhor deixar em casa com a avó ou a babá? Ou fazer uma cooperativa, abrir uma escolinha e poder decidir tudo sobre a educação dos filhos? Quando fui à Te-Arte, procurava um lugar no qual minha filha de dois anos encontrasse bastante espaço para explorar, um lugar com área verde, um lugar em que pudesse experimentar diferentes linguagens artísticas.

Por indicação de uma amiga, Pessia Grywac, cheguei à Te-Arte, no bairro paulistano das Perdizes: um sobradinho antigo, um grande quintal em declive, árvores frutíferas, galinheiro, crianças pelos cômodos ou nas áreas externas. Atividade principal: brincar. A Te-Arte fora fundada pela capixaba Therezita, uma educadora com formação em música que sempre gostou de cultivar várias formas de arte. Iniciava-se uma viagem de pedagogia, sentimento e sensibi-

lidade que dura até hoje e se reacende em mim cada vez que passo por aquele portão de madeira.

A edição esgotou-se rapidamente porque havia poucos livros sobre pedagogia de educação infantil praticada em solo brasileiro. A editora Brasiliense iria fazer uma segunda edição, quando seu dono, Caio Graco, morreu em acidente de moto; durante muitos anos, a Brasiliense não editou nem reeditou nenhuma obra.

Os contatos com a Te-Arte continuaram, mesmo depois de minha terceira filha ir para o Ensino Fundamental, em 1990. Eu ia às festas juninas, ao aniversário da Therezita, às comemorações de fim de ano. Sempre era muito enriquecedor entrar naquele ambiente e acompanhar as crianças na música, na areia, olhando os patos, desenhando, comendo frutas, jogando bola, fazendo judô. Os anos passavam, mas os sorrisos e a alegria eram os mesmos. Muitas vezes eu reconhecia nas novas gerações crianças muito parecidas fisicamente com os coleguinhas dos meus filhos. Therezita tem uma concepção de que de 0 a 6 anos há uma “criança universal” mesmo que se considerem as diversidades culturais existentes.

No começo dos anos 2000, um grupo de mães com os filhos ainda na escola começou a se reunir com a ideia de produzir alguns textos sobre a pedagogia da Te-Arte. Eu participava desse grupo, e quando Therezita fez 70 anos, em 2001, produzi um livrinho “infantil” com diagramação de Massumi Guibu: *Teretetê: relato de uma infância*, que contava sobre a vivência da menina Therezita, nascida e criada em Colatina, no Espírito Santo.

Nessa mesma época, surgiu um convite para reeditar o *Quintal Mágico*, feito por Edith Elek, mãe de dois ex-alunos

da Te-Arte; ela dirigia o selo *Ágora*, da editora Summus. A edição da Brasiliense já estava esgotada havia muito tempo: não poderia ser simplesmente uma segunda edição. Decidi ir a campo, fazer entrevistas com as pessoas que estavam trabalhando naquele momento na escola; a equipe havia se modificado bastante.

Voltei ao quintal mágico trazendo novamente as vivências das pessoas daquele tempo combinadas aos olhares mais recentes, que só vêm reforçar a adequação desse trabalho em favorecer o desenvolvimento das potencialidades da criança. O primeiro livro foi escrito em máquina de escrever – elétrica, é verdade; viramos o século devidamente informatizados, plugados ao mundo, mas nossos filhos continuam tendo necessidade de pisar na terra, na areia, de mexer com água, cantar, tocar tambor, dançar.

A criança precisa de um ambiente o mais “natural” possível. Natural, aqui, não é uma nostalgia de natureza, o recriar de uma chácara para que a criança tenha contato com plantas e animais. Natural é não ter atividades prefixadas, é não ser obrigado a sentar numa carteira durante duas horas, é poder ficar só olhando, é não precisar ficar dentro da “linha” pintada no piso da sala de aula, natural é brincar com o amigo de 2 anos e a amiga de 4 anos a manhã inteira, é poder seguir o próprio ritmo.

Voltei ao quintal mágico porque acredito que essa pedagogia pode ser multiplicada pelo Brasil afora. Não é apenas o registro jornalístico que me mobiliza. Vivi a experiência com meus três filhos, acompanhei a trajetória de dezenas de outras crianças e comprovei como essa união de natureza, arte, cultura popular e olhar afetivo e atento contribui para uma formação mais humana.

## ESCOLA DA PONTE: APROXIMAÇÃO

Nesse período de re-vivência na Te-Arte, conheci José Pacheco, importante educador português, criador de uma pedagogia inovadora na Escola da Ponte, em Vila das Aves, perto da cidade do Porto, Portugal. Ele prestava assessoria à Escola Municipal de Educação Fundamental Amorim Lima (também no Butantã), que começava a introduzir a pedagogia portuguesa em sua estrutura. Hoje, a Amorim Lima é uma experiência-modelo, pois dentro da escola pública conseguiu derrubar as paredes das salas de aula, trabalhando com faixas etárias diferentes num sistema de projetos.

José Pacheco conhecera o trabalho da Te-Arte e havia se entusiasmado muito, ainda mais que a Escola da Ponte, em Portugal, não tinha educação infantil e começava a partir da primeira série. Ele até imaginava propor algo parecido para lá. Após algumas reuniões muito estimulantes, convidei-o para escrever o prefácio do novo texto-documentário sobre a Te-Arte.

O livro, com o título *De volta ao quintal mágico: a educação infantil na Te-Arte*, publicado pela editora Ágora, foi lançado na própria escola, em 2006. No prefácio, Pacheco diz que “o Brasil não poderá continuar no desconhecimento do que tem de melhor” e que “educadoras como a Therezita são razão de esperança num Brasil condenado a acreditar que, pela Educação, há de chegar ao exercício de uma cidadania plena”. Ele acentua a simplicidade da pedagogia: “enquanto muitas escolas se convertem ao digital e se vão transformando na vanguarda tecnológica do atraso pedagógico, a Te-Arte permanece pioneira e determinada no recurso à simplicidade. Ali, tudo tem a medida da infância”.

Ao lado das fotos feitas por Vera Simonetti, houve uma

nova documentação fotográfica feita por meu filho, Lucas Schroeder Buitoni. O antigo aluno fotografava então a nova geração; porém, a não ser pelos créditos, dificilmente se percebe que algumas fotografias foram feitas quase 20 anos atrás. As atividades da infância no espaço da Te-Arte continuam as mesmas.

### ○ BRINCAR FOI PARA O CINEMA

Mais vozes foram se juntando. Uma aluna dos anos 1970, Fernanda Heinz Figueiredo, que havia feito um curso de Ciências Ambientais em Barcelona, estava começando a trabalhar com cinema e vídeo e resolveu fazer um projeto de documentário sobre o cotidiano da escola. Entrou em contato comigo, pois imaginava escrever um roteiro de cenas apontadas no livro. Reuniões muito prazerosas, o início das filmagens, compartilhar as primeiras edições de imagem: o projeto ia ganhando vida. Foi incorporada uma roteirista, Renata Meirelles, educadora que havia trabalhado durante alguns anos com Therezita.

As filmagens estenderam-se por quase dois anos, com cinegrafistas e equipamentos altamente profissionais, resultando em mais de 100 horas de gravação. A diretora e roteirista Fernanda Heinz optou por uma edição sem entrevistas, sem locução em *off*: vemos apenas como as crianças estão no ambiente da Te-Arte. Assim, não há uma interpretação *a priori* que induz o entendimento do público: esse é um diferencial estético da obra. Houve captação de recursos e o filme, *Sementes do Nosso Quintal*, um longa-metragem de 115 minutos, foi selecionado para a 36ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, em outubro de 2012, tendo recebido o prêmio de melhor documentário pelo público.

O documentário tem sido exibido em outros festivais nacionais e em instituições escolares. Em 2014, motivou a criação da Ciranda de Filmes, primeira mostra com foco em infância, aprendizagem e transformação, realizada em abril no Cine Livraria Cultura, no Conjunto Nacional, em São Paulo. Foi também a um festival de cinema e educação realizado na França em 2014, em que alcançou grande repercussão.

Durante todo esse tempo, iniciado na primeira metade dos anos 1980, a ideia documental foi um dos eixos das minhas pesquisas sobre jornalismo e comunicação. Desde a tese de livre-docência, a imagem foi incorporada, como reflexão sobre fotografia e a aproximação visceral com o cinema. A investigação teórica e metodológica para compreender processos e produtos jornalísticos também levou à proposta de novos formatos e de novas utilizações das linguagens, concretizadas em algumas dissertações e teses orientadas, que se traduziram em discurso principalmente visual.

Nos últimos 15 anos, minhas pesquisas voltaram-se para as questões imagéticas da comunicação contemporânea; daí vir acompanhando o trabalho do pesquisador e professor Josep M. Català, da Universidad Autònoma de Barcelona, que conheço pessoalmente desde 2000. Seu conceito de imagem complexa é altamente aplicável ao estudo das imagens nos diversos suportes, analógicos ou digitais. Sua obra *La imagen compleja: la fenomenología de las imágenes en la era de la cultura visual* (2005) propõe a concepção de complexidade dentro de uma longa reflexão que abarca a fenomenologia da imagem na história humana, chegando ao cinema experimental, ao filme-ensaio e às formulações dos fluxos na internet e nas redes.

Vários sistemas de codificação que operam sobre uma ou mais ordens sensoriais são utilizados no jornalismo e na comunicação. Linguagem escrita, linguagem falada, grafismos, imagens paradas ou em movimento solicitam a visão e a audição. Encontramos conjuntos de meios e técnicas ordenadas de acordo com normas convencionais. Porém, sabemos que nosso conhecimento do mundo exterior depende dos nossos modos de percepção – alguns previamente determinados; outros, talvez a maior parte, culturalmente moldados. O fazer documental, a escuta de diferentes vozes, as narrativas ancestrais, o espaço para o outro, as imagens complexas precisam estar presentes para que a comunicação não se limite a essa produção industrial tão desumana. A obsessão narrativa do ser humano acompanha-o desde as cavernas até o mais vanguardista dos filmes. Narrativa e produção de imagens, características humanas.

### Referências

BUITONI, Dulcilia S. **De volta ao quintal mágico**: a educação infantil na Te-Arte. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

BUITONI, Dulcilia S. **Quintal mágico**: educação-arte na pré-escola. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BUITONI, Dulcilia S. **Teretetê**: relato de uma infância. São Paulo: Edições Te-Arte, 2001.

BUITONI, Dulcilia S. **Texto-documentário**: espaço e sentidos. 2 vol. Tese de livre-docência (ECA-USP. Departamento de Jornalismo e Editoração). São Paulo, 1986.

CATALÀ, Josep M. **La imagen compleja**: la fenomenología de las imágenes en la era de la cultura visual. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions, 2005.

FIGUEIREDO, Fernanda Heinz (direção e produção executiva). **Sementes do nosso quintal**. Documentário longa-metragem sobre a Te-Arte. Produtora Aiuê, 2012.

LIMA, Edvaldo P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri/SP: Manole, 2008.

PEARCE, Joseph C. **A criança mágica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

---

**Dulcilia Helena Schroeder Buitoni** é jornalista formada pela ECA-USP. Fez mestrado e doutorado na FFLCH-USP e foi professora da ECA de 1972 a 2005, tornando-se livre-docente em 1986 e professora titular em 1991. Desde 2006 é docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Em todas as suas pesquisas sempre procurou trabalhar novas formas narrativas, buscando a multiplicidade de vozes e a compreensão do Outro. O trabalho aqui descrito, um texto-documentário sobre a escola de educação infantil Te-Arte, é um exemplo dessa prática compreensiva, ao trazer muitas vozes para dizer de uma pedagogia. Vem estudando a fenomenologia das imagens para melhor representação da convivência humana.

# universo do palhaço, o diálogo e a compreensão na comunicação humana

Felipe Domingos de Mello

Antes de tudo, especialmente antes de quaisquer palavras derivadas do desafio de escrever um texto bem escrito, rendo-me a uma vontade anterior. Vontade – que está na origem da palavra voluntário (do latim *voluntas*) – de reconhecimento, de gratidão, de homenagem, tudo misturado no precioso lugar da *co-moção*, do mover-se junto.

Além de considerações conectadas ao conjunto de experiências pessoais, este texto conta também a história do encontro com dois personagens que, entre tantos que felizmente já cruzaram a minha ponte para trocas reciprocamente nutritivas, foram escolhidos com muito carinho para comigo compor algumas notas de reverência ao poder do diálogo e da compreensão. Personagens com os quais exercitei a musculatura desafiadora proposta por Michel Maffesoli (1988), quando nos lembra do valor da disposição para se ouvir o mato crescer.

Como a história do segundo personagem, o menino Robson, será contada com mais riqueza de detalhes, é para já que trago a minha reverência à dona Rachel, funcionária da copa de um dos muitos andares do maior complexo hos-

pitalar da América Latina, o Hospital das Clínicas, em São Paulo. Foi lá que, no segundo semestre de 2014, se deu o nosso encontro. Breve. Singelo. Potente.

OBRIGADO, DONA RACHEL!

Naquela noite de novembro eu acompanhava um grupo de seis novos integrantes do Doutores Cidadãos, um programa social que, desde 2001, prepara voluntários para visitar hospitais públicos e filantrópicos, valendo-se da figura do palhaço como passaporte de conexão com o outro – pacientes, acompanhantes ou profissionais da saúde. Faço parte da iniciativa desde o início, pois foi com um parceiro de jornada que fundei a ONG Canto Cidadão, responsável por este programa social, e dei os primeiros passos de uma caminhada que já beneficiou mais de três milhões de pessoas, em mais de 200 hospitais brasileiros e de outros cinco países.

Diferentemente do que pode pensar o senso comum, o objetivo principal dos palhaços hospitalares do nosso grupo não é o sorriso do interlocutor, mas sim a proposição de interações que valorizem a vida. Como missão maior que nos inspira, a busca pela construção e proteção da alegria coletiva, por meio da reunião de pessoas talentosas que se colocam à disposição da tessitura de bons encontros. Acreditamos, sim, no poder do sorriso, desde que ele venha como consequência, ou seja, como parte da colheita. Mas não como causa, uma vez que o nosso plantio primordial visa espalhar sementes diretamente relacionadas ao que propõe Martin Buber (2001), ou seja, a celebração da fundação do Eu por meio da interação com o Tu.

Volto ao encontro com dona Rachel. Às 19h30 daquela noite, saímos do local de preparação dos personagens e co-

meçamos a circular pelo hospital. Entrando em uma determinada ala, percebi dentro da copa uma senhora executando as suas tarefas. Ela preparava a distribuição do jantar dos pacientes de forma tranquila. Quando se virou para a porta, encontrou sete palhaços à sua frente. Prontamente, seu rosto ruborizou, contrastando com os cabelos *mezzo* brancos (nas raízes) *mezzo* louros. Então, deu-se a mágica.

Eu, de mãos dadas com o meu palhaço, Dr. Raviolli Bem-te-Vi, fiz as saudações de praxe, apresentei os demais colegas e parti para o néctar do encontro: a valorização do outro. Fitando diretamente os olhos daquela senhora, manifestei meu agradecimento pelas tarefas executadas, diariamente, por ela. Sem rodeios, coloquei uma lente de aumento no valor do que ela fazia no miúdo de sua vida profissional. Instantes depois, ela começou a chorar. Diante das lágrimas tímidas de dona Rachel, aguardei. Os outros voluntários ficaram inquietos. Teria o palhaço avançado algum sinal vermelho? A resposta não tardou. Ela, generosamente, revelou que suas lágrimas eram de alegria, pois eram raros os momentos em que alguém se dispunha a com ela interagir. Contou-nos ainda que aquele serviço fazia parte de sua rotina havia 33 anos, e poucas foram as vezes que alguém se dirigira a ela de forma tão explicitamente carinhosa. Impossível registrar a mágica de um momento como aquele, quando a invisibilidade é rompida, quando os crachás e as hierarquias ficam de lado, permitindo o florescimento do diálogo humano.

#### MEU ENCONTRO COM O PALHAÇO

Em 2001, o universo do palhaço invadiu definitivamente a minha vida. Desde menino, aquela figura me intrigava,

em especial a sua essencial busca pela graça. E olha que eu ainda nem conhecia, àquela época, o triste poder da desgraça, ou ainda, da falta de graça. Causava-me coceira na alma e, confesso, certa carga de medo ver aquele punhado de cores reunidas em uma única pessoa, assim como a manifestação de sua potência de viver. Mais tarde eu entendi que o palhaço era a minha Medusa, aquilo que nos espanta, que nos causa paúra, e que só pode ser observada de forma qualificada, indiretamente, pela reflexão, pois de outra forma pode nos petrificar. O meu menino digeriu o palhaço a partir de impactos embrionários, muito mais próximos às impressões sensoriais que a quaisquer outras reflexões elaboradas. Algo me dizia que chegaria o momento em que eu mergulharia naquele mar de mil matizes e reflexos.

No mês de agosto de 2001, decidi iniciar a gênese do meu palhaço. Após intenso trabalho de parto, surgiu o protótipo do Dr. Raviolli Bem-te-Vi, que começou a visitar o Hospital Estadual Brigadeiro, na cidade de São Paulo, primeiro de dezenas de unidades de saúde pelas quais o personagem besteirologista já circulou, em busca de tesouros relacionais. Antes de trazer uma das tantas histórias vividas naquele local, cuja maior missão é auxiliar as pessoas no tratamento da leucemia, compartilho mais impressões sobre a descoberta do meu palhaço.

## PIRUETAS NO MEU CORETO

As piruetas dessa escolha bagunçaram o meu coreto e me fizeram questionar o mundo “pé no chão”, levando-me a perceber que não existe uma única resposta para cada desafio da vida, assim como alimentaram, e ainda alimentam, a contagias, a disposição para o caminho da coragem de ser, do di-

reito inalienável que me foi dado, quando nasci, de seguir em busca do meu destino a cumprir. Lindas piruetas para grandes desafios. Elas me deixaram e me deixam cada vez mais tonto, colocando o meu mundo de cabeça para baixo, pernas ao vento, frio no estômago. Também pelas piruetas torci meu corpo como nunca, descobri a delícia de expandir horizontes, sonhar alto, fundar mundos e desafiar o tempo cronológico.

Apesar da primeira pessoa empregada amiúde neste texto, quero lembrar que, talvez, essas experiências sejam possíveis e necessárias a todos, até porque não se trata de representar o que não se é, mas sim de encarar honestamente a jornada idiossincrática. Para tanto há de se *des-formar*. Atenção, pois eu não escrevi deformar. Eu escrevi *des-formar*. Eu brinquei de Lego comigo mesmo, desmontando-me peça a peça a partir do momento em que a música do palhaço invadiu o local sensível da minha alma, onde, segundo Rubem Alves (2014), moram a nossa bondade e espontaneidade. Não é disso que trata, ou deveria tratar, primordialmente, a educação humana: construção de bondade e permissão para a explosão da espontaneidade singular por meio dos talentos?

Os gritos de fora, opiniões, conselhos e críticas alheias eram provas do quanto me amavam. Gostavam tanto de mim que não entendiam os porquês de meus questionamentos, propostas de mudança e piruetas. Tudo o que diziam ou deixavam de dizer era por amor, especialmente ao que eu já era, como fato e forma dados. Os outros não sabiam o que eu poderia vir a ser, o que naturalmente lhes causava certa apreensão. Felizmente, a oxigenação ampliada que as reviravoltas causaram em mim me apontou o caminho. A conta deveria ser paga por mim, pois o cardápio estava à minha mão e eu estava sentado na principal cadeira de minha própria mesa.

O palhaço vem me ensinando a arte de temperar melhor meus ingredientes, ampliando o sabor e a estética daquilo que engolirei. Hoje, até na hora de engolir sapos, tenho muito mais prazer. Sei que aquilo que não me destrói me eleva, porque a minha escolha me faz a cada dia um perdedor feliz, como provoca Angela de Castro e compartilha amiúde Ana Wuo (2001). Até porque, reforça Wuo, para nos tornarmos palhaços, precisamos romper os paradigmas que classificam vencedores e bem-sucedidos, já que o palhaço é um campeão do fracasso. Quando nos julgamos péssimos, o público adora, porque isso faz parte do ser humano. Algo como uma linguagem silenciosa que comunica a lógica particular de cada pessoa, com a incorporação do fracasso sendo o pilar do processo de reaprendizagem, de renascimento.

Até hoje, o brilho das possibilidades que a escolha pelo universo do palhaço me trouxe ofusca a minha visão. Até hoje, as cores que eu passei a enxergar inundam a minha retina com uma explosão de fogos de artifício que queimam preconceitos e generalizações. Até hoje, e oxalá esta sensação se prolongue por muito tempo, sofro e comemo-ro o acréscimo crescente de sensibilidade que experimento desde os primeiros dias de minha nova maneira de caminhar. Choro muito mais, especialmente de emoção frente ao belo. Lágrimas humanas, demasiadamente humanas. Percebo-me cada vez mais rico em interações nutritivas e gostosas com o mundo. Amplio aos poucos, em especial a cada tropeço, a capacidade de entender que o importante não é buscar desesperadamente e a qualquer custo todas as respostas. Talvez o maior desafio seja mesmo melhorar a qualidade das dúvidas, até porque as perguntas enlatadas parecem gerar respostas frias e que não nos espantam. Que-

ro manter os meus olhos interessados, até por perceber que assim multiplicam-se as chances de me tornar interessante, de alguma maneira, a mim e aos outros. O interessado se torna interessante. Será esta a frase do para-choque do meu caminhão. Afinal, quem não sonha em ter um caminhão?

### MENINO ROBSON, MEU TIMONEIRO

Se Joseph Campbell (2010) me trouxe tantas considerações sobre a Jornada do Herói, peço licença para contar mais um episódio de minha Jornada do Palhaço. Como prometido, compartilho a história vivida com o menino Robson, lá nos primeiros meses de 2002, também no Hospital Estadual Brigadeiro, em São Paulo. O substrato desse capítulo de minha vida me trouxe uma reflexão perigosa e essencial: quem disse que os caminhos do Paraíso não existem ou estão longe de nosso alcance? Perigosa porque, quando não qualificada, pode se tornar presa fácil das impressões superficiais e, ainda pior, das generalizações de qualquer sorte. Essencial por fortalecer o apreço pelas interrogações, vírgulas, pontos e vírgulas e reticências, exorcizando o dogmatismo e abrindo o terreno à compreensão, como tanto Dimas Künsch (2009) nos convida a fazer.

Os encontros com o menino Robson me permitiram testemunhar a possibilidade de içar velas e fazer soprar o vento suave e justo do bem-estar subjetivo. À época, o comandante que me inspirou era um garoto de aproximadamente 12 anos. Rebento de palavras ágeis e mãos coordenadas para o desenho, conquistou a minha atenção e admiração durante o tempo em que o visitei no hospital. Ele, com motivação e fome de vida transbordantes. Eu, saudável e disposto a ajudar, naquilo que possível, a amenizar as dores, angústias e

indefinições dos seus lúdicos pensamentos. Ele, potência de existir, lutando contra um câncer poderoso.

Durante meses, visitei o quarto do jovem mestre, sempre na torcida e expectativa de uma resolução positiva de seu problema. Não acompanhei clinicamente o seu estado de saúde, mas baseei-me em sua disposição e nos tímidos esboços de sorriso de sua benevolente e apaixonada mãe. Podia ver nos olhos daquela senhora a melhoria ou a estagnação da condição do garoto. E que olhos! Olhos de amor, esperança, carinho, ternamente dispostos a fitar seu filho por anos, caso o destino assim decidisse. Em algumas visitas, tive a certeza de que ele estava se apresentando melhor, dando golpes de vida em seu adversário, cadafalso de um futuro cheio de possibilidades. Mas, em uma tarde, a minha certeza desmoronou.

Transitando pelos corredores e leitos hospitalares, percebi que estava à porta do quarto do Robson. Mas o quarto estava vazio. Onde estaria ele? Aonde teria ido? As perguntas se repetiam, castigando a minha crença em sua recuperação. Eu não busquei informações sobre o seu paradeiro, e passei alguns dias na dúvida: teria o meu timoneiro perdido a batalha para as revoltas águas do câncer?

## NOS CAMINHOS DO PARAÍSO

Dois dias se passaram.

Eu retornava de uma reunião de trabalho pelas ruas do Paraíso – um bairro da capital paulista – para chegar ao meu destino. Fazia muito calor e o trânsito, alto escalão da tirania metropolitana, contribuía para que a minha paciência se esvaísse sem dó. Era impossível estancar a ansiedade por chegar ao próximo porto, livrando-me de buzinas, se-

máforos e potenciais desafetos. O trânsito da cidade de São Paulo muitas vezes não parece ser terreno fértil para o cultivo dos valiosos e necessários sentimentos de solidariedade e fraternidade.

Seria só isso mesmo?

Balela! Os fatos que se sucederam provaram que a minha irritação provavelmente vinha de alguma insatisfação de marca menor, mas que me aborrecia um bocado e apenava o meu dia. Foi preciso um choque inspirador para que eu reconhecesse e avaliasse, como sempre parece ser possível fazer, aquilo que realmente merece o nosso irre recuperável desgaste.

Num dos intermináveis semáforos (acredite, eles são infinitos), olhei para o lado. Vi um garoto careca, uma senhora de meia-idade e um jovem senhor, rindo em alto e bom som. Risadas que criavam um cenário paradoxal: dezenas de pessoas, naquele quarteirão, dentro de seus automóveis, lutando incessantemente pela conquista de alguns metros de asfalto, desafiando quem ousasse ocupar parte de seu caminho.

Olhei novamente para o grupo que passava. Era o Robson!, sua mãe! e padraсто! puxa vida!

Um misto de alegria e preocupação confundiu meus pensamentos. Movido pela dúvida, gritei seu nome. Pude perceber que ele olhou em minha direção. Naquele exato momento, o semáforo acionou a sua luz verde. Não coloquei o meu carro em movimento. Queria fazer contato visual com o garoto. Passaram-se dois segundos e veio a primeira leva de buzinas. Como ele caminhava na direção contrária, pelo retrovisor vi que ele se afastava. Decidi fazer a volta, ignorando os gestos de reprovação, e rapidamente alcancei

o grupo que continuava a caminhada. Encostei o carro e fui ao seu encontro. Postei-me à frente deles com um sorriso explícito, pois via renascer aquela certeza da evolução do tratamento do garoto, perdida dias antes ao visualizar o seu leito vazio no hospital. Senti uma grande decepção ao perceber que eles não tinham me reconhecido. Seria possível que não se lembrassem de mim? Meses de visitas divertidas e prazerosas, ao menos para mim, que não reluto em dizer o quanto aprendo em meu trabalho voluntário. Será que a recíproca não era verdadeira? Será que eu tinha sido um estorvo sem “desconfiômetro” durante todo aquele tempo?

Novamente, meus sentimentos se confundiram. Lembrei-me de que eles poderiam ter dificuldades em me reconhecer, pois eu estava sem o meu figurino especial. Ufa! Só poderia ser aquilo. Interrompi o turbilhão de considerações imaginárias e perguntei se eles se lembravam de mim. A resposta foi a melhor retribuição pelos meses dedicados às visitas ao garoto. Percebi que ele fitava grave e densamente os meus olhos. De um salto, ele me deu um abraço e exclamou:

– Dr. Raviolli!

Pronto! Estava liquidada, com o sincero sorriso do garoto, a minha angústia. Após um fraternal abraço, quis saber das novidades e o motivo da ausência no hospital. Atropelando as perguntas, indaguei como eles tinham me reconhecido sem o figurino. A mãe do garoto, econômica em palavras, adiantou-se, respondendo que os meus olhos e a expressão de meu sorriso evidenciaram a minha identidade.

Não podia imaginar que aquele breve papo, travado em plena calçada, com o meu carro estacionado em local proibido, com o pisca-pisca ligado, me presentearia com tamanho aprendizado. O garoto conseguira alta do hospital, uma

vez que conquistara uma sonhada vaga em uma organização sem fins lucrativos, extremamente competente em seu objetivo social de atender às crianças com câncer. A saída do hospital representava enorme conquista para aquele garoto, embora todos soubessem que a batalha ainda seria longa, de resultado indefinido. Mas que importava o crepúsculo, se os olhos daquela criança só conseguiam enxergar o raiar do sol, após meses num leito hospitalar?

Raiar de vida, um dia após o outro.

A motivação de meu pequeno mestre para viver me fez e ainda me faz refletir, do alto de minha condição física, se eu tenho realmente motivos para intoxicar os meus dias.

Após reflexões, concluí e continuo concluindo que, felizmente, tenho poucos. O menino Robson me presenteou com mais evidências sobre a importância da diferenciação entre contratempos, problemas e tragédias.

Confesso que às vezes empreendo esforços para transformar contratempos em tragédias. Quando isso acontece, trago à memória a inesquecível imagem de meu jovem capitão, caminhando de cabeça erguida, abastecido de esperança, pelos caminhos do Paraíso.

### Referências

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 5ª Edição. São Paulo: Centauro, 2001.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2010.

KÜNSCH, Dimas A. Aquém, em e além do conceito: comunicação, epistemologia e compreensão. **Revista Famecos**, n. 39, agosto de 2009, p. 63-69.

LAGO, Samuel R. (Org.). **O melhor de Rubem Alves**. 3ª edição. Curitiba: Nossa Cultura, 2014.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: compêndio de sociologia compreensiva. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WUO, A. E. **Caderno de notas do Curso de Clown**: Arte da Bobagem, ministrado por Angela de Castro. João Pessoa, Paraíba, 2001.

---

**Felipe Domingos de Mello** é bacharel em Comunicação Social pela ESPM e mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, com um estudo intitulado “Ética e encantamento na preparação do jornalista: contribuições da Paideia”. Ator formado pelo Teatro Escola Célia Helena, com 12 montagens teatrais em seu currículo. Escreveu quatro espetáculos infantis, vistos gratuitamente por 50 mil crianças de escolas públicas. Desde 2002, é diretor-fundador do Canto Cidadão, ONG que já beneficiou mais de 5 milhões de pessoas pela arte, comunicação e voluntariado. O principal programa social da organização é o Doutores Cidadãos, palhaços hospitalares presentes em 20 hospitais públicos da Grande São Paulo.

# Díálogo entre docentes e discentes mediado por tecnologias

Gabriel Lage Neto

*Ensinar exige risco, aceitação do novo e  
rejeição a qualquer forma de discriminação*

Paulo Freire

Ao educador contemporâneo cabe uma série de desafios. Ele não pode ser aquele profissional cuja única preocupação é fazer com que os alunos compreendam o conteúdo das disciplinas que ministra. Hoje, o papel do docente deve ir muito além, ele deve ser o mediador entre o conhecimento, a experiência de vida, o mundo em geral e os seus discentes. O seu múnus, entretanto, não o impede de estar constantemente aprendendo com a troca de sabedorias realizada diariamente em sala de aula.

O docente que utiliza a internet como ferramenta em benefício da educação estará, mesmo sem perceber, estreitando os laços de interação com os discentes, tornando-se, assim, cada vez mais, uma figura de referência para eles. É necessário, contudo, que o professor entenda que o uso das novas tecnologias combinado com a educação deve ser visto apenas como um veículo, e não como destino final.

Percebe-se, assim, que a responsabilidade do docente hoje é muito maior do que era há quinze ou vinte anos.

Um dos motivos do crescimento dessa responsabilidade são as novas tecnologias, em especial a internet. No entanto, para falar sobre o uso das redes sociais virtuais associado à educação, e sobre o lado positivo desse diálogo com o aluno mediado por computadores, *tablets* e celulares, se faz necessário apontar pequenas observações sobre o seu posicionamento em sala de aula.

#### INTERAGIR, ESTIMULANDO A CURIOSIDADE

Paulo Freire (1982) afirmou que “o educador há que viver como um ser molhado de seu tempo”, ou seja, ele precisa estar sempre muito bem informado, atualizado do que acontece no mundo. É necessário que esteja atento a tudo, pois adquire informações para si e também para repassar aos alunos. O docente que tem essa preocupação dificilmente será alguém cujas aulas são enfadonhas, repetitivas e não acrescentam nada de novo ao repertório dos discentes.

Há também, obviamente, o outro lado da questão. Os alunos devem sempre ter em mente que, ao propor para estudo um autor, um livro ou até mesmo um breve texto, o professor espera que seus educandos vão além, pesquisem temas relacionados, procurem outras obras, não se prendam somente àquele conteúdo. O educador não precisa ou, pelo menos, não deveria precisar enfatizar sempre de novo como é importante que o aluno tenha a curiosidade de aprender, de pesquisar por si mesmo, sem que tudo tenha de lhe ser sempre minuciosamente detalhado.

O educador, em sala de aula, deve conduzir as interações buscando sempre estimular a curiosidade dos discen-

tes, deixando a cargo deles o passo seguinte, rumo à compreensão dos temas estudados.

#### BUSCAR A CRIATIVIDADE NO ENSINO

Não existem fórmulas mágicas para fazer a turma interagir, participar de debates, expor suas opiniões, se interessar pela aula. Aquilo que funciona bem em uma classe às vezes resulta em experiência negativa em outra. Em alguns casos, por exemplo, uma simples conversa sobre uma notícia do jornal do dia, que pode ser relacionada ao conteúdo da disciplina ou ao mercado de trabalho que futuramente os alunos irão integrar, pode ser mais proveitosa do que uma explicação tradicional.

Como muito bem afirmou Paulo Freire (1996), quem ensina não transfere conhecimentos, e formar não é dar forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há passividade nesse contato. É certo que o aluno precisa do professor, mas a recíproca também é verdadeira: os dois constroem uma relação de interdependência, na qual “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 23). Por isso, o educador precisa aprender a ler as mensagens que seus alunos enviam, nem sempre de forma muito clara ou explícita, e assim conseguir construir, sempre com a ajuda destes, um relacionamento de ensino-aprendizagem, e aprendizagem-ensino, mais eficaz.

São muitos os instrumentos que auxiliam tanto a prática docente quanto o desenvolvimento intelectual dos discentes. Os educadores devem aproveitar a condição de referência para seus alunos, a fim de estimulá-los a participar de eventos como palestras, rodas acadêmicas de bate-papo e seminários, como ouvintes e também como palestrantes;

a produzir artigos de opinião e científicos, resenhas e textos em geral, como forma de aprimoramento da produção textual, e também para publicação; fazer pesquisas em bibliotecas; entre outras atividades que auxiliarão a evolução do educando e também a percepção que este tem do comprometimento do professor com a sua educação.

### SABER SE RELACIONAR COM OS DISCENTES

O docente que atua em instituições de ensino superior frequentemente se vê diante de turmas bastante heterogêneas em vários aspectos, como condição socioeconômica, nível cultural e faixa etária. Em relação a este último aspecto, é comum, em uma mesma sala de aula, encontrar alunos bastante jovens, recém-saídos do ensino médio, e outros que se encontram afastados dos estudos há certo tempo, cujas idades se aproximam da do professor, e algumas vezes até a ultrapassam.

Essa aproximação de faixa etária entre docentes e discentes pode ser positiva ou negativa, de acordo com o posicionamento de ambos. O educador deve compreender que, por mais que exista a identificação, e a troca de aprendizagem exposta acima, com seus discentes, o seu papel em sala de aula é o de um profissional, que precisa prezar pelo aprendizado dos alunos, sem interferência alguma do seu lado pessoal. Assim como os alunos precisam respeitar a figura do professor, tenha ele a idade que tiver.

Outro fator fundamental é que o professor tenha a percepção que cada aluno tem o seu próprio ritmo de aprendizado, conhecimento de informática, acesso a tecnologias, bagagem cultural, entre outros. Cabe ao docente identificar as competências e limitações apresentadas e tentar traba-

lhar com elas da melhor maneira possível, eventualmente conseguindo que estas últimas sejam superadas.

#### UTILIZAR TECNOLOGIA, A INTERNET E SEUS RECURSOS

De acordo com uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, atualmente existem dois computadores para cada três habitantes no Brasil<sup>1</sup>. O número de linhas de celulares ativas é ainda maior, são mais de 270 milhões<sup>2</sup>. Com o acesso facilitado à internet, é possível dizer que, apesar do imenso número de famílias que vivem em situações precárias, a vida *online* já é uma realidade no Brasil. Estes números são importantíssimos para entender a dimensão de usuários conectados e perceber que, se for utilizada em benefício da educação, a rede pode ter grande utilidade para a relação entre docentes e discentes.

A realidade que se percebe diariamente é que um número considerável de pessoas que acessa a rede acaba se afastando daqueles com quem convivem. É cena comum, em qualquer lugar, indivíduos que não interagem com quem os rodeiam por estarem totalmente entretidos com um aparelho celular ou um *tablet*. Duas perguntas podem ser lançadas aqui: “Como, então, utilizar os recursos da internet de maneira positiva?” e “Será possível utilizar a internet com fins educacionais?”.

Enquanto a primeira resposta será respondida ao longo do texto, a segunda tem uma solução bem mais simples: sim, “a sinergia entre cultura, tecnologia e

---

1 Dados retirados do site *Meio & Mensagem* [online]. Disponível em: <<http://meioemensagem.com.br>>. Acessado em 13 Dez. 2014.

2 Dados do mês de agosto do ano de 2014, fornecidos pela Anatel [online]. Disponível em <<http://tecmundo.com.br>>. Acessado em 13 Dez. 2014.

educação é uma realidade cada vez mais presente no cotidiano” (Merije, 2012). Ou seja, a combinação da educação com a tecnologia pode resultar em grandes oportunidades para o ensino e o aprendizado, tanto para discentes quanto para docentes, desde que os dois grupos apliquem aqui a mesma relação colaborativa que mantêm em sala de aula.

Apesar desse novo mundo, moderno, rápido, fluido, cheio de aparatos “provocar reações variadas nas gerações anteriores ao advento tecnológico e também aos educadores” (Merije, 2012, p. 41), o professor, contrariamente à opinião de alguns, não tem o que temer com a utilização das novas tecnologias com fins educativos. É certo que o acesso à informação está cada vez mais ao alcance de todos, todavia, o educador continua sendo o mediador nesta situação. É ele que vai auxiliar o discente na verificação da veracidade das informações, na descoberta de quem é o autor de determinada teoria, na avaliação de se uma informação é confiável ou não.

Assim como já faz em sala de aula, em relação à disciplina que leciona, o docente continuará a auxiliar os seus educandos no entendimento do conteúdo disponível na internet. Pois a sua vivência, na maior parte das vezes, lhe dá uma facilidade maior de compreensão de certas informações, capacitando-o assim a guiar os seus alunos no caminho do aprendizado. Esta situação ratifica os ensinamentos de Freire, aqui citados anteriormente, ao se ver na obrigação de utilizar as novas tecnologias em benefício do trabalho, o professor segue em um contínuo ato de aprendizado.

## Aproveitar as Ferramentas Virtuais

O docente precisa selecionar o conteúdo que disponibiliza na internet. Na posição de educador, ele tem condições de utilizar as redes sociais virtuais, como *Facebook* e *Twitter*, para disseminar mensagens de uma forma consideravelmente mais rápida e abrangente do que em sala de aula. Por que não tirar proveito disto em benefício da educação?

A internet está repleta de conteúdo que pode ser utilizado em sala de aula. Um incontável número de artigos, crônicas, revistas, jornais e livros estão disponíveis em grandes portais e até mesmo em pequenas páginas pessoais. Procurando atentamente, é relativamente fácil encontrar material relacionado ao que está sendo discutido com a turma, e, em questão de segundos, indicar a sua leitura, que pode servir de tema para uma futura conversa em sala de aula.

Outra opção, já bastante popular, é a criação de *e-mails* grupais, através dos quais os alunos se comunicam entre si e também recebem informações e materiais dos professores. Uma versão mais recente destes grupos de comunicação virtual são aqueles que podem ser criados no *Facebook*. Nestes, a comunicação é bem mais dinâmica e uma notificação é enviada a todos os seus integrantes no momento em que a informação é publicada.

Mas será que o professor sempre vai encontrar turmas onde todos os alunos tenham acesso à internet? Provavelmente não. Conforme exposto anteriormente, a realidade da sala de aula sempre será heterogênea, e o educador tem que estar preparado para isso. O ideal seria que todos os alunos pudessem ter acesso ao conteúdo disponibilizado *online*, contudo, em certas ocasiões, alguns deles não terão. Ou por ausência de familiaridade com a tecnologia, ou fal-

ta de condições financeiras para adquirir um computador com acesso à internet, entre outros motivos.

Como então continuar utilizando a internet e as redes sociais sem prejudicar o aprendizado dos alunos que estão alheios às novas tecnologias? Existem várias maneiras. Um aluno, monitor ou representante de turma, pode ser responsável pelo repasse do material *online* em versão impressa para os que não têm acesso, ou o próprio docente pode disponibilizar o material impresso na sala de reprografia da instituição, para aqueles que optarem por essa versão ao invés da *online*.

O comportamento do docente nas redes sociais virtuais pode muito bem ser uma extensão daquele que ele mantém em sala de aula. De acordo com o jornalista e cientista político Harry Pross, “para a comunicação nenhuma lei é mais importante que a tolerância” (Pross *apud* Menezes, 2005, p. 25). O educador deve sempre cultivar essa tolerância, essa compreensão, essa afetividade com os seus alunos, tanto na interação presencial, quanto na virtual.

#### ENTENDER QUE POR TRÁS DA TECNOLOGIA HÁ GENTE

Sabemos que Pross estabeleceu os conceitos de mídia primária, na qual o homem constitui vínculos utilizando o próprio corpo. A sua postura, expressão corporal e fala fazem a ligação com indivíduos que estão mais próximos; mídia secundária, que supre a necessidade de comunicação com uma quantidade de pessoas mais extensa, por meio do uso de instrumentos: a pintura, a escrita, os impressos, etc., os meios utilizados ampliam o alcance da mensagem em um menor espaço de tempo; e mídia terciária: que são as mídias eletrônicas, como o rádio, a TV e a internet. Nela

tanto os emissores quanto os receptores precisam de algum aparato para enviar e receber suas mensagens. O seu ponto mais forte é a capacidade imensurável de alcance em um espaço de tempo absurdamente menor.

Obviamente, hoje a comunicação não é possível sem nenhum dos tipos de mídia citados. Porém, mesmo reconhecendo a fundamental importância e a possível maior efetividade das mídias secundárias e terciárias, o indivíduo precisa se lembrar de que tudo parte da mídia primária e a ela também tudo se destina. Ou seja, a comunicação, assim como a educação, não é feita do homem para a máquina, nem da máquina para o homem. Elas nascem dos seres humanos e a eles são destinadas.

Assim, é importante frisar que a tecnologia não é o destino, e sim o veículo. Por trás de todas as telas há gente de carne e osso, de sentidos e afetos. É necessário que o educador não restrinja a sua atuação e interação somente aos meios tecnológicos, antes de tudo ele é um ser físico que precisa entender a importância da interação presencial, quando ela é possível. Antes de investir no conhecimento tecnológico e no manuseio de todos os aparatos que têm o poder de conectá-lo ao mundo, o docente deve possuir o tato para ser um profissional que inspire aqueles que confiam nele para obter o aprendizado.

Para Künsch (2005), a ação de compreender pode ser entendida de duas maneiras: abraçar, juntar, integrar conhecimentos, e também ser compreensivo com o diferente, o outro. Percebemos que os dois significados deste que é um dos verbos mais importantes para a relação humana são fundamentais para o relacionamento entre docentes e discentes, seja ele em sala de aula ou mediado pelas redes sociais virtuais.

## Referências

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KÜNSCH, Dimas A. Compreendendo ergo sum: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communi-care**, vol. 5, nº 1, 1º semestre 2005, p. 43-54.

MENEZES, José Eugênio de Oliveira. Incomunicação e mídia. In: BAITELLO JUNIOR, Norval; CONTRERA, Malena S.; MENEZES, José Eugênio de Oliveira. (Orgs.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume; Cisc, 2005.

MERIJE, Wagner. **Mobimento: educação e comunicação móbile**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

---

**Gabriel Lage Neto** é professor universitário. Doutorando em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e especialista em Gestão da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Seu livro *Mito e comunicação: a importância da mitologia e sua presença na mídia* (São Paulo: Plêiade, 2011) foi publicado a partir de sua dissertação de Mestrado, defendida em 2010, com o título: "Mídia e narrativas míticas brasileiras: o caso do programa 'Catalendas' da TV Cultura do Pará".

# C canção do caminho: itinerário lírico de uma busca por conhecimento e compreensão

Guilherme Azevedo

*Um dia lá no morro, pobre de mim  
Queriam minha pele para tamborim  
Apavorado desapareci no mato  
Eu sou o negro gato*  
“Negro gato”, Getúlio Francisco Côrtes<sup>1</sup>

Alguém assovia ao portão? Parece aquela canção antiga, mais uma vez. Será que ouço demais, e me confundo?

Escrevo num domingo ensolarado, quente, em que o aroma do churrasco da casa vizinha acaricia minhas narinas e o som que agora vai subindo de volume, misturado ao vozerio da gente, música sertaneja dos novos tempos, não incomoda meus ouvidos. Não tenho do que me queixar. Estou só, em casa. Acordei bem tarde, depois da esticada na madrugada com um antigo, novo amigo, companheiro de trabalhos antigos, novos trabalhos.

---

<sup>1</sup> A música “Negro gato”, sucesso da Jovem Guarda, foi composta pelo carioca Getúlio Francisco Côrtes e se inspira na canção estadunidense “Three cool cats”. Foi gravada pela primeira vez em 1963, pelo conjunto Renato e seus Blue Caps. Roberto Carlos a gravaria também, em 1966.

Escutar, acolher a fala, a história de quem encontrei pela vida: foi assim desde o princípio. Às vezes fico cismando, com lágrimas nos olhos, se essa disposição ao encontro é uma dádiva, ou uma maldição. Ouço com muito gosto, sorrindo, às vezes também chovendo e de repente vou me esquecendo de mim, vou crescendo de mim, descobrindo que estou em muito mais parte do que imaginava e estão também em mim. É decerto forma de aprendizagem, de valorização e aproveitamento da experiência compartilhada, um caminho para mim, também, uma aresta, uma fenda, um portão amarelo-ouro, como o da minha casa, recém-pintado, aberto largamente.

Foi sempre assim, desde eu menino. Ouvia meu pai, as histórias maravilhosas que ele contava, e todas as histórias que ele contava eram maravilhosas, o menino que amava o seu pai; gostava de ficar ouvindo os adultos em silêncio, sem dizer palavra, olhos vivos, ouvidos atentos. E gostava da mesma forma das histórias das gentes simples que sempre se fizeram presentes para mim: a do caseiro, da Dina, a empregada que adorava ouvir o programa radiofônico do Zé Bértio, “um beijinho para as empregadas domésticas”, e que um dia me entremostrou os seios na praia do Tombo e eu não pude dormir depois de tanto sonhar com os seios da Dina. E tantos e tantos pedreiros, pintores, eletricitas, encanadores, jardineiros, babás, cozinheiras, costureiras, faxineiras etc. etc., gente crescida e formada na vida, longe da escola, a me formar, eu menino que gostava de ouvir, na cozinha, no tanque, no quintal, no jardim, ao portão, na rua, a história de cada um. Adorava.

Talvez por isso, só por isso, aliás, é que anos depois seguiria para a área de Comunicação e Literatura, mais ouvindo

do e escrevendo que falando. Se tivesse de situar lugares ou atividades que de certo modo constituiriam a minha sensibilidade e a minha insensibilidade (ah, Marcos Faerman<sup>2</sup>, quanta coisa ruim há na gente, não é?, a gente erra de tanta forma, entende tudo errado tantas vezes, que triste), eu incluiria o futebol e a escola Mutirão.

### ○ FUTEBOL, MEU PRIMEIRO AMOR

O futebol foi a primeira grande paixão, como a paixão pela Karla, eu um tanto precoce, lá pelos três anos de idade, ela vindo pegar na minha mão na brincadeira de roda no terreiro que emoção eu todo rubro de vergonha que feliz. *Corre cotia, na casa da tia, corre cipó, na casa da vó* e eu amando a Karla loucamente e não conseguindo me aproximar dela por timidez, a mesma que me acompanha até hoje. O futebol: eu morando na rua Los Angeles, 60, no Brooklin, Zona Sul de São Paulo. Ficava olhando de longe, os olhos ávidos, os ouvidos sedentos, a molecada na algazarra de bola, do jogo na rua. Àquela época eu nunca tinha brincado na rua, tinha 6, 7 anos. Foi minha mãe quem intercedeu,

---

2 Marcos Faerman (1944-1990) foi um dos principais repórteres da imprensa brasileira. Atuando a maior parte da vida no agora finado *Jornal da Tarde*, de São Paulo, projetou-se pela qualidade literária do seu texto. Sempre acreditou no jornalismo como forma de conhecimento, compreensão e transformação do mundo, mas nunca deixou de reconhecer a fragilidade e a insuficiência da profissão e do jornalista para essa tarefa. Suas reportagens, portanto, continham o reconhecimento desse limite e lançavam muito mais perguntas que respostas. A obra do jornalista foi estudada por mim no Mestrado da Faculdade Cásper Líbero e resultou na dissertação “Jornalismo é poesia: uma viagem compreensiva pela obra do jornalista Marcos Faerman” (2014). Parte significativa de textos do autor pode ser lida na coletânea *Com as mãos sujas de sangue*, lançada em 1979.

muito à minha revelia, e pediu aos meninos que me integrassem à brincadeira, que vergonha eu senti. Mas, antes de me liberar para a rua, minha mãe advertiu, estranhamente: “Cuidado para ninguém passar a mão na sua bunda”. Como? Passar a mão na minha bunda? Por quê? Para quê? Eu era um menino muito inocente e aquela recomendação um tanto desconcertante teve o poder de me envelhecer muitos anos. Acho que já não era mais criança depois dali.

O futebol me apresentou uma realidade que eu, menino branco e bem-nascido num país pobre e racista, desconhecia. Foi o aprendizado eloquente da alteridade. Eram meninos como eu, mas que tinham nascido sem a minha mesma sorte, meninos de favela, negros, pobres, meninos brancos também e pobres. Era o tempo dos Pequeninos do Jockey, time comandado com rigor e justiça por Guimarães, nas bandas da Vila Sônia, na Zona Oeste da capital paulista. Eu era do time dos nascidos em 1971 e fui jogar no ataque, como centroavante. Hoje, olhando para trás, não sei se era a posição adequada para mim, talvez devesse ter sido defensor, um lateral-direito. E agora recorro que pulei uma fase bem importante da minha vida no futebol: a escolinha de futebol de salão do São Paulo Futebol Clube. Sim, é verdade: comecei jogando no São Paulo, há foto com a camisa listrada tricolor de prova e até sei o hino de cor. Afinal, ninguém é perfeito.

Da escolinha coleciono o título mais importante de toda a minha carreira não muito vitoriosa no futebol: o de campeão interno invicto com o nosso Ceará. Apenas empatamos uma partida, com o nosso arquirrival, o Pará. Formava uma boa dupla de defensores com o Esquerdinha, que foi meu primeiro ídolo. Ele tinha um chute potentíssimo de

canhota e foi meu primeiro alumbramento, quando fomos conhecer as instalações do clube do São Paulo, eu e minha mãe, para possível adesão como sócios (o que aconteceria pouco depois): o Esquerdinha, numa partida do fraldinha do São Paulo, fazendo muitos gols chutando de longe. Sim, era uma honra para mim jogar ao lado dele. Sem me gabar, formamos uma dupla aguerrida e entrosada como poucas já vistas na história do futebol mundial: corríamos o tempo todo, atirávamo-nos ao chão com habilidade e precisão, roubando muitas bolas do adversário, e dávamos bons e inteligentes passes. Mas o craque desse time era mesmo o Marcelo, fez dezenas e dezenas de gols, artilheiro disparado da competição, era um grande atacante, moleque bom e sério mas que desde pequeno não fazia média com ninguém e talvez por isso tenha sido preterido na hora de subir para as demais categorias de base do clube. O futebol perdeu um grande jogador, tenho certeza.

E agora me chamaram para comer churrasco. Que vontade de parar esse texto e comer essa carninha tão airosa, quando se mora sozinho, se se quer comer, vai pro fogão ou passa fome. Disse ao vizinho simpático – já um coroa de seus cinquenta e tantos anos, eu coroa também, já vou para os 44 do segundo tempo, mas vai ter prorrogação e pênaltis e talvez um terceiro jogo para decidir o título –, disse a ele que talvez fosse mais tarde, confesso que hoje não estou lá para muitos amigos, o Wlad, amigo antigo, ligou também mas ainda não liguei de volta. Tem hora que é preciso repensar a vida, repensar o que sou, para onde vou, com quem, de que jeito, sem nenhuma garantia de encontrar o que procuro. Ando meio pensativo, esses dias, um tanto melancólico, algumas vezes, mas menos que já fui, o que é

um alento e um ganho. Já andei muito nesta vida, Senhor, já ouvi muito nesta vida, já vi muita coisa também, o que inunda o peito de uma emoção tão grande que transborda pelos olhos, sempre. O que será isso, Senhor, essa capacidade, essa vontade de compreender<sup>3</sup> e acolher tanta coisa no peito, esse gostar de tanta gente, de tanto jeito, essa também incompreensão tantas vezes, tanta ignorância, apesar de tudo? Acho que acordei meio emocionado e ficar lembrando tudo isso, esse caminho até aqui, me deixa comovido como o diabo. Que homem sou eu, Senhor? Se existe um propósito para tanta faina debaixo do sol, uma tarefa maior, quem sabe uma missão, qual será a minha, Senhor? Talvez não espere resposta para essas perguntas todas, pois talvez não sejam respostas estanques, mas fluidas, mutáveis, abertas, sempre renovadas com o caminho que se abre, o caminho que dobra à esquerda, à direita, com cachoeira, com paisagem adusta de permeio. É um caminho em busca de

---

3 A compreensão, como aprendemos durante o Mestrado na Faculdade Cásper Líbero e discutimos ao longo dos meses no grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão”, é um modo de estar e atuar no mundo com uma disposição bem clara: de “abraçar junto”, conforme mostra a etimologia latina da palavra “compreensão”, “cumprehendere”. No colo generoso e materno da compreensão, estamos dispostos a fazer dialogar, a colocar em relação o que a razão racionalista, tantas vezes mutiladora, nos ensinou a separar e a compartimentar. Estamos mais preocupados em construir relações entre temas e gentes que só aparentemente se excluem ou contradizem do que em buscar explicações para tudo. Pela compreensão reconhecemos a capacidade de ampliar as possibilidades de conhecimento. Ou, nas palavras de Dimas A. Künsch, coordenador do nosso grupo de pesquisa e orientador do meu Mestrado: “O Signo da Compreensão, compreensivamente, não condena nem renuncia a toda explicação. Inclusive porque sem explicações não se vive. Rejeita, isso sim – aliás, como um tributo de respeito ao melhor de todo esforço explicativo –, a vã ideia de que tudo se explica, de que os sentidos se fecham, de que o mundo é, de que a vida é. Nas sendas da compreensão, há lugar também para o inefável, o mistério, as entrelinhas e as dobras que ajudam a tecer e a entretecer os sentidos reais e presumidos das coisas. Há um lugar de honra reservado ao princípio da incerteza” (Künsch, 2010, p. 20-21).

sabedoria e compreensão, sem dúvida, não quero morrer sem paz, sem sapiência, sem ter amado meus irmãos de coração completo e desarmado, sem ter deixado o campo arado, preparado, a verdura sob o sol, o gadinho gordo, simples, o caminho que me leve até a mim percorrido do início ao fim, até o meu semelhante, de igual para igual, de irmão para irmão, eu-tu, eu-tu, à Martin Buber<sup>4</sup>.

Eu falava de futebol. E foi o futebol que me abriu para o mundo. Foi pelo futebol que aprendi que precisamos uns dos outros, que somos um. No futebol tive companheiros que viviam uma vida muito diferente da minha e aprendi que as chances às vezes diferem entre os homens. Para muitos que conheci, o futebol talvez fosse a única chance de ser alguém, de ser um cidadão respeitado. A chance de sair da pobreza, subir na vida e ter uma casa, algum dinheiro que fosse, alguma dignidade. Vi muitos, craques de bola, gênios do futebol se perderem pelo caminho. Lembro do Rui, ponta-esquerda do nosso Pequeninos do Jockey. Corria e driblava como ninguém, mas, um dia, foi correndo menos, depois menos ainda e um dia não correu mais. O menino, mulato, foi desaparecendo, cada vez mais mirrado, até que

---

4 Martin Buber (1878-1965) é um dos principais estudiosos do diálogo e autor de clássicos do tema, como *Eu e tu* e *Do diálogo e do dialógico*. Ele acreditava que o ser humano só se constituiria como tal por meio da relação. Jamais sozinho. Ele dizia haver dois tipos de relação: a relação Eu-Tu e a relação Eu-Isso. A relação Eu-Tu é uma relação integral, presencial, que considera o interlocutor por inteiro, sem dividi-lo em partes. Ao passo que a de tipo Eu-Isso, quando pensada no campo da intersubjetividade, tende a uma reificação do homem, a uma mutilação, a uma instrumentalização com algum fim. As relações Eu-Tu nos colocam num mesmo plano, numa posição de abertura e acolhimento, capaz de nos formar e transformar com o outro, não apesar ou contra o outro. Martin Buber foi um dos autores mais lidos e estudados durante o Mestrado na Cápsper e em nossas discussões do grupo de pesquisa "Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão". Nos ensinou e confirmou nossa disposição a ser atravessado pela vida bem no meio do peito.

um dia desapareceu de vez. Estará vivo, ainda? Um dia, naquele campeonato brasileiro em Porto Alegre, para onde viajamos de ônibus, o time todo feito de discórdia, afastamentos de jogadores, intrigas, brigas e o resultado, óbvio, pífilo. Naquele batalhão da Brigada Militar gaúcha onde nos hospedamos, ele um dia me ofereceu para cheirar o que devia ser éter ou substância semelhante, algo novo para mim. Foi ele quem me ensinou como se fazia e cheirei um pouco com ele. O Rui, um ponta-esquerda driblador, inventivo. Ele nasceu pobre, numa favela. O Rui, um bom amigo. Um entre tantos talentosos desse Brasil gastador de gente, desde a Colônia. Se aproveitássemos essa gente tão boa, como tudo seria tão diferente, haveria mais paz e prazer no mundo, mais conhecimento, sairia ao portão desarmado, sem medo. Dessa época guardo também uma memória boa: a única vitória de nossa equipe no campeonato foi por 1 a 0, sobre o São José gaúcho, e o gol foi meu, em pleno Estádio Olímpico. Que alegria!

#### COM TIO NANDO NA PENEIRA DO CORINTHIANS

Quando logo depois tentei a sorte no Corinthians, meu time do coração, descobri também que podia ser uma ameaça ao futuro de outros. Ingressei no time depois de fazer duas peneiras. O meu tio Nando, marido da tia Amélia, duas figuras muito importantes na minha vida, foi quem me incentivou. Moravam numa casa bem arrumada mas sombria e mórbida no bairro do Pari, na Zona Norte de São Paulo (a casa vivia quase sempre fechada, pontuada por imagens de santos e santas, fotos de gente antiga morta, velas de sete dias bruxuleando lugubrememente nos quartos). Com o tio Nando aprendi muito da gentileza masculina, do

respeito à mulher. Quando em casa, era ele quem cuidava de toda a louça, inclinado sobre a pia, homem caprichoso, trabalhava como peixeiro na feira.

Na véspera do dia da peneira do Corinthians, dormi na casa deles, porque ficava mais perto do clube, no Tatuapé. Fui sozinho, de ônibus. As peneiras se realizavam nas manhãs de terça-feira nos campos da parte detrás do clube, em terrenos quase baldios, duros, arenosos, difíceis de jogar. Eram dezenas e dezenas de moleques como eu atrás do sonho maior de ser jogador de futebol. Quem comandava então a seleção era o ex-jogador Ditão, zagueiro alto e forte, duro, e de técnica pouco refinada, que entrou para a história por motivos tortos: foi ele quem desferiu o chute na bola que descolaria a retina do craque Tostão, numa partida entre Corinthians e Cruzeiro, em São Paulo, acidente que encerraria, um tempo depois, de forma precoce, a carreira do grande jogador, tricampeão do mundo com a seleção brasileira, em 1970, no México.

Nesse dia, na peneira, joguei pouco tempo, talvez dez minutos, no máximo, e pude pouco fazer. Não fiquei entre os escolhidos daquele dia e voltei triste demais para a casa do tio Nando, com ar de derrota e uma vontade enorme de desistir. “Na semana que vem você volta e faz o teste de novo”, não hesitou meu tio. “Mas não pode”, chorei. “Claro que pode, semana que vem você volta e eu vou contigo desta vez.” Tio Nando arrumou uma coleção de cabos de vassoura, os fixou de pé e os enfileirou pelo corredor estreito da casa. “Vamos treinar.” Eu passava horas e horas seguidas driblando com bola adversários imaginários, de cá para lá, de lá para cá, serpeando seguidamente.

E na terça-feira seguinte lá estava de novo, do lado de fora do campo de terra, esperando a minha vez de ser chamado, com o tio Nando por perto. Formaram-se dois times e este dia foi tudo diferente. Caí num time com um meia-esquerda que tinha vindo do Rio, onde tentara a sorte no Vasco da Gama (que lástima ter esquecido o nome desse grande amigo, até alguns anos atrás eu sabia o nome dele). Era um garoto de baixa estatura, um ano mais velho, cabelo escuro, farto e ondulado que vinha até o ombro. E, naquele dia, formamos uma dupla de ataque em estado de graça. Sabe quando parece haver uma junção mágica da vida, que tudo se encaixa tranquila e perfeitamente, os deuses parecem estar do nosso lado, prontos a nos ajudar, a soprar um conselho, a mover os nossos membros com apuro e talento, um dia em que tudo, mesmo, dá certo?

Pois foi esse dia! Eu joguei como nunca jogara e fiz cinco gols. Nunca marcara tantos gols numa partida. Mesmo quando errava um passe ou um chute, o passe ou o chute saíam perfeitos, na medida. Fiz gol de cabeça (nunca gostei muito de cabecear bola, uma dor danada, sempre meio perigosa a disputa pelo alto na área, violenta, até) e gol de canela, encobrendo com toque sutil e certo o goleiro, pobre goleiro deste dia. Sim, eu passei! eu passei! Eu e meu companheiro daquele dia de glória fomos selecionados para jogar no Corinthians!

Não era ainda o time oficial, vencêramos apenas a primeira etapa do processo seletivo: éramos agora do time da seleção da peneira. Treinávamos duas vezes por semana, nas tardes de terças e quintas, sob o inclemente sol das duas, num daqueles campos tão ruins dos fundos do Parque São Jorge. Nosso técnico era o Souza, sujeito moreno, de esta-

tura mediana e levemente atarracado, ventre ligeiramente bojudado, de boné, hoje pensando bem ele lembrava um pouco a figura do Lima Barreto<sup>5</sup>, o grande escritor. E ali fomos seguindo, à espera de uma chance. Admirava, de longe, meio envergonhado, o time oficial dos juvenis treinando, com uniformes e equipamentos melhores que os nossos; e havia certa empáfia naqueles moleques que nos olhavam com olhar de superioridade. Nós aspirávamos ao que eles já tinham conseguido.

Um dia o Souza veio falar comigo: estava de partida para treinar o Nacional Atlético Clube, um time então da primeira divisão do campeonato paulista, mas já um tanto decadente à época, o clube ficava na Barra Funda. Perguntou se eu não queria acompanhá-lo e me transferir para o Nacional. Fiquei na dúvida pouco tempo: os treinos no Nacional eram de manhã e conflitavam por isso com o horário do co-

---

5 Lima Barreto (1881-1922) é um dos grandes nomes da história da literatura brasileira. Seu livro mais festejado é o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Lima foi um dos pioneiros, talvez o pioneiro, a deslocar o foco dos bairros mais ricos para retratar os subúrbios da cidade, no caso dele, da cidade do Rio de Janeiro. Pequenos burocratas, militares de baixa patente, músicos fora do sistema cultural, donas de casa, personagens, enfim, dos bairros mais distantes e pobres, se tornaram protagonistas de suas histórias. Uma linguagem mais coloquial emergia assim também. Como expresso em "O destino da literatura", Lima Barreto acreditava que a literatura tinha um destino, uma missão: a de mostrar a todos os seres humanos a nossa base comum, a nossa semelhança. Revelando nossas semelhanças, Lima acreditava que o preconceito, de múltiplas naturezas, poderia chegar ao fim e, com isso, nos entenderíamos e nos amariamos mais sobre a Terra. Ele escrevia assim em "O destino da literatura": "Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim. O Amor sabe governar com sabedoria e acerto, e não é à toa que Dante diz que ele move o Céu e a alta Estrela". Eu estou com o Lima.

légio onde estudava, o Friburgo, em Santo Amaro, na Zona Sul. Não podia sair da escola. O Souza então perguntou se eu queria continuar no Corinthians e eu disse que sim. Ele se comprometeu ali a falar com o Ado, ex-goleiro famoso do Corinthians e da seleção brasileira, o treinador do time oficial dos juvenis. E assim ele fez: intercedeu por mim, me apresentou ao Ado e desse modo ingressei no time. Uma conquista e tanto. Eu era agora um daqueles moleques com uniforme bacana no corpo! Treinava entre os reservas, naturalmente, como iniciante que chegava. Não foi o melhor agrupamento de gente que vi reunida na vida, na verdade talvez um dos piores. Mal falavam comigo, a bola dificilmente chegava aos meus pés, mesmo nos treinos. Eu agora era aquela ameaça branca aos sonhos de moleques pobres, alguns negros, sonhando em subir na vida pelo futebol. Era uma solidão futebolística, a minha. Lugar triste de conviver.

Certo dia fomos enfrentar a Portuguesa de Desportos, no estádio do Canindé. Time um ano mais velho que o nosso e levamos a maior surra. Eu joguei poucos minutos no segundo tempo, o suficiente para a antiga e sempre confessada arritmia, tormento desde os tempos de eu menino se manifestar, com dramaticidade. Senti-me mal, muito pior do que nas outras vezes, quando a arritmia vinha, escurecia os olhos, na vertigem, e eu fingia uma contusão e saía de lado, esperando passar o mal-estar, que geralmente ia embora em alguns minutos. Nesse dia, não. Fiquei ali, estatelado na beira do gramado, achando que fosse morrer, longos e longos minutos. Abri o jogo para o médico do clube, explicando o caso. E o pior veio a seguir: me comunicou que eu só poderia voltar a treinar no Corinthians depois de fazer exames completos que atestassem a minha capa-

cidade física de jogar futebol. Meses e meses se passaram, eu de cardiologista em cardiologista, de exame em exame à procura do que me afligia o coração. E não encontrava. Veio depois um diagnóstico meio mal explicado, de prolapso da válvula mitral e medicação para o controle do ritmo de batimento cardíaco, Atenol todos os dias. Reduzia a quantidade de produção de adrenalina e assim me tornei um sujeito meio sorumbático, meio apático, com batimento cardíaco reduzido, quando no auge da minha disposição física. Mas podia voltar ao futebol, podia voltar! E fui de regresso ao Corinthians, de posse da liberação médica em mãos, para retomar o sonho. A recepção, outra vez, foi a pior: agora era motivo de chacota dos garotos do time, “olha o cara aí do coração doente de volta”, riam, para me humilhar. E assim fui me desgostando de tudo e não muito depois abandonei o clube, profundamente desanimado e triste. De qualquer forma todo o vivido no futebol foi lição, tantas vezes dura, é verdade, para a vida que deveria seguir, e seguiria. O sonho de jogador de futebol ia chegando ao fim, mas eu não tinha morrido, embora tantas vezes quisesse mesmo morrer.

#### NA ESCOLA MUTIRÃO, LIÇÕES COM A NATUREZA

A escola Mutirão foi onde vim ao mundo, praticamente, antes de tudo. Fez parte de mim e eu dela desde o ano de 1972, quando eu tinha um ano e meio de vida. Foi o soninho mais gostoso da vida, aquele das salas de soninho da escola, eu bem menino, um bebê. O Mutirão tinha proposta pedagógica um tanto diferente, meio contracultural. Erguia-se num amplo terreno arborizado na altura do quilômetro 21 da rodovia Raposo Tavares, na Estrada do Espigão, já no município de Cotia (SP).

Vivíamos ao ar livre, com a roupa toda suja de terra, nos dias de sol, e de barro, nos dias de chuva. As salas de aula eram abrigos sem porta e sem janela, abertos; quando ventava, um vento na face; quando fazia frio, brrrrrrr, que frio; e quando chovia era puxar as mesas e bancos de madeira mais para o centro da sala, para fugir da água. Não havia salas fixas, a gente passava o dia de sala em sala, de aula em aula, subindo e descendo pelo terreno íngreme, em meio às folhas, frutos e flores e pássaros e patos e galinhas e marrecos e gansos e perus. A sala de História, do professor Homero, ficava embaixo, e a de matemática (o sétimo círculo do Inferno), do professor Zé Carlos, lá em cima, uma caminhada e tanto.

Era uma escola de período integral, passávamos o dia todo ali, das nove horas da manhã até às três e meia da tarde. Almoçávamos lá, portanto. E a comida é algo de que nós, pobres alunos, nunca pudemos nos esquecer: a partir de certa altura tornou-se macrobiótica, sem carne de nenhum tipo, exceto aquela detestável de soja. E note bem: eu não comia verdura, salada de jeito nenhum (depois melhorei isso); frutas, até hoje não como, não tem jeito, a imagem de uma manga lambuzando os dedos e babujando as faces e os lábios é a emulação de satanás para mim. Foram anos, assim, de jejum ao meio-dia ou de tráfico de complementos alimentares pelos bosques da escola (era proibido levar lanche de casa).

Do Mutirão ficou, sobretudo, o amor pela natureza e pela liberdade. Andávamos livres, como índios de uma mata pré-cabralina, e o Paraíso existia, ele tinha endereço e tudo: um amplo bosque ao lado do refeitório, por onde corríamos feito loucos, aprendendo nos silêncios e nas sombras das

árvores e nos úmidos do solo que o mundo era mais bonito, mais conforme, mais ameno. As aulas de Respeito, Solidariedade e Amor, incluídas no currículo, deixaram algo mais humanista para a gente viver e poder suportar e sorrir num mundo tantas vezes doente, cheio de desamor. Quando deixei a escola, na antiga oitava série, e ingressei em outra, no antigo colegial, levei meses para me recuperar do choque. Era tudo tão diferente... No Mutirão, afinal, eu vivera toda a minha infância e parte da adolescência e ali me fizera gente.

#### OUVIR, OUVIR, OUVIR; COMPREENDER

Depois de já muito andar e muito ouvir, me sinto hoje capaz de ouvir todas as histórias, de poder conhecer as verdades, que são tantas, e de poder conviver com elas, com as gentes, de um modo até ingênuo (a ingenuidade me salvou tantas vezes da morte) e fantasioso (a fantasia me salvou outras tantas vezes da morte), do mesmo modo que ouvia meu pai contar as histórias dele, com a capacidade agora de, enfim, ver o amor tão intenso que a minha mãe derramava daquele jeito mais duro, mais tosco até, mas que era o amor mais puro do mundo.

Não é o “Negro gato” que assoviam ao portão, é uma música intensa, tocada alta, meio massificada, de batidas fortes, e que não me incomoda, contudo; conversam por sob o ruído, aqui do lado de casa, o churrasco para o qual me convidaram. Não é o “Negro gato”, a canção que meu pai assoviava todas as noites para anunciar a sua chegada quando eu menino, mas ainda a ouço dentro de mim, como antes.

Foi mais ou menos assim, da escola e da bola à comunicação da compreensão, o que trago de melhor em mim.

E, claro que sim, como não?, eu sou o negro gato, eu sou o negro gato, ainda e sempre. As sete vidas que tive, as sete vidas que terei, sete e sete são quatorze, com mais sete, vinte e um...

### Referências

AZEVEDO, Guilherme. **Jornalismo é poesia: uma viagem compreensiva pela obra do jornalista Marcos Faerman**. Dissertação de Mestrado (Faculdade Cásper Líbero). São Paulo, 2014.

BARRETO, Lima. O destino da literatura. **Revista Souza Cruz**, ns. 58-59, outubro e novembro de 1921, p. 58-59.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2012.

FAERMAN, Marcos. **Com as mãos sujas de sangue**. São Paulo: Global, 1979.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. In: KÜNSCH, Dimas A. e MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010, p. 13-47.

NEGRO gato. Composição: Getúlio Francisco Côrtes. Ano: 1963. Intérprete: Renato e seus Blue Caps. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mYvfKKTd5iI>>. Acessado em 21 Dez. 2014.

---

**Guilherme Azevedo** é mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, com a dissertação "Jornalismo é poesia: uma

---

viagem compreensiva pela obra do jornalista Marcos Faerman". Formou-se em Jornalismo pela Cásper Líbero e estudou Letras (Português) na Universidade de São Paulo. Escreveu os livros *As Aventuras de Alencar Almeida, o repórter* (Casa Amarela), ficção bem-humorada, e *Propaganda popular brasileira* (Editora Senac São Paulo), de entrevistas. É editor do portal de comunicação *Jornalirismo* ([www.jornalirismo.com.br](http://www.jornalirismo.com.br)), publicação que combina linguagens e procura adotar, no exercício diário do jornalismo, as noções de compreensão e diálogo. Comunicar para compreender, compreender para comunicar.



# Guerra e paz: as narrativas do jornalismo em conflito

Júlio César Degl'Esposti

Correspondentes que estiveram no *front* cobrindo eventos de grande impacto para a civilização, como a II Guerra Mundial ou a guerra do Vietnã – e mais recentemente no Iraque, no Afeganistão e em outras regiões em conflito –, sempre foram lembrados como heróis e despertaram admiração. Por meio de seu olhar, principalmente quando ainda não havia transmissões ao vivo, milhões de pessoas recebiam mensagens e análises sobre distantes territórios onde a vida quase nada valia. Hoje, os enviados por grandes jornais e emissoras continuam a cobrir esses eventos e a retratar atrocidades com muito maior potencial de fogo envolvido.

Lembro-me de ter realizado, como repórter, uma cobertura numa praia isolada em que duas companhias de artilharia do Exército faziam manobras, disparando contra um suposto inimigo. Tratava-se de um exercício de guerra. A cada projétil detonado pelos canhões antiaéreos contra um alvo em alto-mar, meus tímpanos pareciam explodir. Havia muita fumaça na praia. Eu tinha que reportar no jornal o que vira. Dirigi-me ao comandante das operações e manifestei minha indignação.

– Que chance teria o inimigo diante desse poder de fogo avassalador? – perguntei.

– É a guerra! – disse ele. – Ninguém deve ter chance alguma.

Anos mais tarde, minhas reflexões não tinham ainda cessado. Analisando as imagens que chegam pela televisão, em coberturas de guerra, me pergunto se é possível compreender a real dimensão desses conflitos. Haveria espaço para um cessar-fogo ou para relatos humanizados?

Muitas histórias jamais foram contadas. Durante a guerra contra o Iraque, nos primeiros meses de 2003, cenas de explosões dominaram as transmissões ao vivo nas emissoras de televisão, enquanto conteúdos e ideias sucumbiam ao calor das explosões. Logo, os combates se estenderam por vilas e cidades em ruínas, mas sempre narrados sob o ponto de vista dos vencedores. No Brasil, o telejornalismo não foi diferente, priorizando as cores da tragédia.

Desde pelo menos as últimas décadas, esse tipo de narrativa, e como os espectadores a percebem, vem mudando a representação das guerras e da maneira como elas são travadas. Mas esse padrão de jornalismo, baseado na velocidade e na instantaneidade da informação, parece já não dar conta de atender às inquietações, num mundo em constantes transformações.

## UM PRODUTO PARA SER CONSUMIDO

Por que as guerras mexem tanto com o imaginário?, alguém poderia questionar. É certo que os meios de comunicação obtêm larga vantagem frente ao “espetáculo” que as batalhas propiciam. Uma espécie de linguagem olimpiana, que exalta os feitos dos vencedores, funciona como um condutor para uma catarse final.

Outra corrente, contudo, representada pelo Grupo de Jornalismo de Paz do Instituto Toda para Paz Global e Pesquisa Política – que tem como foco o diálogo na resolução de conflitos –, com sede no Japão, é contrária a essa lógica. O *Peace Journalism*, como é conhecido em inglês, ou Jornalismo de Paz (JP), propõe um modo de responsabilidade e de consciência midiática que pode contribuir para a pacificação e a manutenção da paz, com a mudança de atitudes dos proprietários, anunciantes e executivos de mídia, além dos próprios profissionais que atuam nos cenários de guerra.

Em conversa com o professor Dov Shinar, que coordena o Centro de Estudos de Conflitos de Guerra e Paz da Escola de Comunicação da Faculdade de Netanya, em Israel, muitos aspirantes a correspondentes de guerra formados nessa e em outras instituições acabam desmontando a ideia corrente de que esse é um campo de trabalho que vale a pena na profissão. Em uma de suas visitas ao Brasil, em 2013, Shinar (2013), que é brasileiro de nascimento, falou durante o seminário “Paz em tempos de conflitos”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, voltando a defender mudanças na cobertura da mídia.

Segundo a visão tradicional, tem-se estabelecido preferência de longa data da mídia pela guerra, na imprensa escrita, no rádio e na televisão. Combates, dramas pessoais, dualismos de toda espécie e preocupação com resultados predominam nos noticiários. Já assuntos que tratam de acordos ou que acenam para o fim das hostilidades quase sempre não são valorizados. Não possuem valor de notícia.

Ainda segundo Shinar, por trás da lógica que carrega nas tintas da violência e do heroísmo, exaltando a conquista

dos vencedores e sem nenhum respeito pelos perdedores, está a questão da audiência, como um dos fortes fatores que se contrapõem a um possível cessar-fogo. É o lado mercadológico que faz das guerras um produto para ser consumido dentro da melhor roupagem, com efeitos especiais.

No dizer de Shinar, no campo das relações internacionais, a cultura da mídia “tende a enfatizar as partes em combate, a violência manifesta e atitudes ‘nós-contra-eles’, como nos esportes, destacando eventos e resultados visíveis, vencedores e derrotados, em vez de processos mais complexos” (2013, p. 12). As narrativas de guerra – prossegue – continuam dando o tom na cobertura desses conflitos e, apesar de seus esforços, o JP pouco avançou no sentido de contribuir para mudar essa tendência. Para os proprietários dos meios de comunicação, a cobertura de guerra “parece uma galinha que bota ovos de ouro”.

Um episódio narrado por Shinar ilustra bem o que ele está dizendo. Segundo ele, o fotojornalista Frederic Remington, já em fins do século 19, enviado pelo *New York Journal* a Cuba pouco antes da eclosão da guerra hispano-norte-americana, sem perceber nenhum indício de guerra, mandou um telegrama a seu chefe, dizendo:

– Não há guerra, permissão para retornar.

O patrão, o magnata da imprensa Willian Randolph Hearst, respondeu:

– Permissão negada. Por favor, permaneça. Você fornece as fotos, eu vou fornecer a guerra (2009, p. 10).

#### INTERFACE COM OUTROS SABERES

O Jornalismo de Paz, corrente que defende o diálogo na cobertura de conflitos, surgiu como alternativa frente

ao jornalismo de guerra. Acompanhando uma evolução no campo das Relações Internacionais, a partir da clara percepção sobre os limites e a incapacidade de se explicar as complicadas e inúmeras problemáticas da realidade política, social e econômica contemporânea, os estudos pioneiros de Johan Galtung<sup>1</sup> acabaram por conformar a base conceitual do JP, desenvolvendo-se como uma teoria de mediação de conflitos.

Segundo esses ensinamentos – que lembram os estudos da jornalista e pesquisadora brasileira Cremilda Medina, em *O signo da relação* (2006) e em várias outras de suas obras, ou, ainda, a linguagem da compreensão a que se refere o pensador francês Edgar Morin (1984), no sentido de abraçar, unir, do latim *comprehendere* –, o processo dialógico pode abrir novas perspectivas de ação e cultivar atitudes proativas pela paz. Esses saberes já eram defendidos pelo filósofo Martin Buber (2007), cuja obra fala do encontro entre um Eu e um Tu como condição para a verdade entre duas pessoas, sejam vencedores ou derrotados.

Estudiosa do assunto, a jornalista Annabel McGoldrick, que participou de várias coberturas de guerra, afirma que o Jornalismo de Paz é uma maneira mais ampla, justa e apurada de contar histórias, na medida em que se propõe a compreender os processos, a origem, o entendimento e a transformação dos conflitos.

---

1 Johan Galtung nasceu em Oslo, Noruega, e fundou o primeiro centro de pesquisa acadêmica do mundo focado em estudos sobre a paz – a Internacional Peace Research Institute, em 1959. Professor de diversas universidades, ajudou a formular as teorias sobre essa corrente de não-violência e reconciliação. Além disso, vem atuando como mediador em mais de uma centena de conflitos entre estados, nações, religiões, comunidades e pessoas, desde 1957. [online]. Disponível em: <<http://www.tanscend.org/galtung>>. Acessado em 15 Dez. 2014.

O JP cria uma cultura de não-violência e de criatividade, quando aplicado ao trabalho diário de informar. Mas, na mídia, a maior parte das histórias lida apenas com a superficialidade, ressalva McGoldrick (2006):

– O importante a destacar aqui é que, sem alguma explicação sobre as causas subjacentes dos conflitos, a violência não pode deixar de aparecer como a única resposta que faz sentido.

Ela diz, ainda, que as conclusões das pesquisas sobre paz e conflitos fornecem evidências de que o modelo dualista (nós-contra-eles) fornece raramente, ou nunca, uma imagem completa dos acontecimentos. McGoldrick (2006) comenta:

– Há sempre partes da história que podem revelar outros aspectos envolvidos. E mesmo diante dessa possibilidade, existem fatores subjacentes que permitem uma abordagem mais criativa dos fenômenos observados.

Durante dois anos, em conjunto com organizações humanitárias e universidades, o Instituto Toda acolheu contribuições para um projeto que definisse estratégias e métodos de atuação do JP. Foi considerada fundamental a troca de experiências com cidades como Budapeste e Madri, por meio de trabalhos acadêmicos, filosóficos e empíricos entre seus membros.

Hoje, essa produção se destina a atividades práticas com professores de ensino superior e estudantes, com o intuito de promover a aprendizagem e a reflexão, dar treinamento para profissionais sobre como enfrentar as dificuldades em coberturas e promover um jornalismo mais equilibrado, voltado para a paz. As propostas vêm sendo disseminadas por meio de intercâmbio, conferências e *workshops* sobre a atuação da mídia nesses confrontos.

## MUDANÇA DE CONCEPÇÃO NA COBERTURA DE GUERRAS

No pós-guerra, a experiência pioneira do JP tem trazido resultados. Há casos de emissoras de rádio e televisão que, após o cessar-fogo, adotaram uma atitude mais construtiva, voltada à comunidade e suas demandas. Em Serra Leoa, por exemplo, como informa o Instituto Toda, onde a guerra civil de 1991 a 2002, também conhecida como “Guerra dos Diamantes de Sangue”, custou a vida de mais de 250 mil pessoas – e outros milhares ainda sofrem com os traumas da guerra, anos depois –, um programa de uma emissora local, o “Talk Drum Studio”, atingiu 85% da população logo após o fim das hostilidades. No formato *talk-show*, vai ao ar apresentado em conjunto por antigos combatentes, veteranos que foram grandes inimigos (Shinar, 2008, p. 45).

A partir daí, observaram-se mudanças nessa mentalidade, que não mais atende aos interesses mercadológicos. Hoje, os estudos nessa área têm consciência de que, baseada em gestão de mídia e progresso tecnológico, a guerra é travada de outra maneira, por meio de outra representação dos fenômenos.

A mídia transformou as coberturas num *show* de entretenimento. A maior parte das matérias não é contextualizada, explora figuras de heróis, dramas, polaridades, resultados, e pouco aprofunda o significado da guerra. Já o JP dá voz aos rivais e rompe com a informação que se nutre dos conceitos da objetividade. E vai além: essa corrente abre canais de entendimento entre líderes beligerantes, instituindo e propagando novos saberes nesse campo e desconstruindo, ao mesmo tempo, antigos paradigmas na abordagem dos conflitos bélicos.

Mas o problema não se encerra aí, adverte o professor israelense. Profissionalmente, a cobertura de conflitos é muito valorizada na cultura midiática. É uma fonte de prestígio para jornalistas e os estimula a representar cenários em cores vívidas, polaridades definidas. Na visão de Shinar (2013, p. 12), a dramatização exige violência, crise, conflito, extremismo, perigos, divisões internas e grandes avanços tecnológicos – em vez de calma, ausência de crise, cooperação, moderação, oportunidades, consenso interno e progresso gradativo.

Dentro dessa estratégia, o JP também quer alcançar o público, pois acredita que a experiência tecida por essa perspectiva chame a atenção para o impacto e as ameaças dos conflitos, incentivando uma atitude mais solidária. As avaliações da atual cobertura de conflitos, segundo o Instituto Toda, criticam várias preferências da mídia. São algumas delas:

- 1) Por violência, sensacionalismo, personalização, patriotismo;
- 2) Por simples descrições, em vez de análises referentes às complexas origens, causas e contextos dos conflitos;
- 3) Combater os partidarismos, em vez de amplitude humana e outras dimensões conflituosas;
- 4) Realizar coberturas de conflitos apenas quando ocorrem;
- 5) Por valor inferior às notícias com tópicos relacionados à paz.

O JP, por outro lado, promove esforços para explorar contextos e experiências de formação de conflitos e apresentar causas e alternativas de todos os lados. Dar voz aos pontos de vista de todas as partes rivais. Oferecer ideias criativas para a resolução de conflitos. Expor mentiras, revelando excessos cometidos, entre outros procedimentos.

Há esperança de que essas concepções alimentem uma consciência nos profissionais de mídia, que pode interferir para minimizar os efeitos nefastos da guerra, dando impulso a valores da paz.

Um trabalho que vem se destacando para a construção de uma nova perspectiva na cobertura de guerra, e que ainda carece de estudos mais aprofundados, é o dos *warblogs*, reportados por profissionais independentes, que, por isso, podem realizar uma imersão nos locais de conflitos, com abordagens de tipo humano e mais independentes. Os temas tratados nesse “jornalismo cibernético” vão desde o comportamento das populações afligidas pela guerra em situações de emergência, como procedimentos para escapar de um bombardeio, até rotinas das vítimas, normalmente excluídas das cenas transmitidas pelas redes de televisão.

#### RELATOS DA VIDA QUE A IMPRENSA NÃO COBRE

Em sua tese de doutorado, defendida em 2004 na Escola de Comunicações e Artes da USP – “O Eixo da Incompreensão: a guerra contra o Iraque nas revistas semanais brasileiras de informação” –, Dimas Künsch faz várias descobertas sobre a narrativa de guerra nas páginas desses órgãos, reforçando argumentos que criticam os referenciais da imprensa ocidental.

A pesquisa, feita no período de março/abril de 2003, nas três maiores revistas brasileiras (*Veja*, *IstoÉ* e *Época*), teve como foco principal noções no âmbito de uma epistemologia complexo-compreensiva, que, segundo o autor, “revela os limites e entraves de uma prática jornalística de tipo reducionista, moldada na forma do chamado ‘grande paradigma do Ocidente’” (Künsch, 2010, p. 27).

Nesse estudo, constatou-se um forte alinhamento dos profissionais, com louváveis exceções, ao lado dos Estados Unidos. Na quase totalidade das matérias analisadas, prevalecia uma visão de um jornalismo guerreiro, que arregimenta vozes legitimadoras dos sentidos estabelecidos. No rastro dessa guerra que nunca terminou, Künsch incursiona pelos territórios onde pulsam a vida e a morte ao mesmo tempo, se deparando, por meio dos relatos midiáticos instantâneos, redutores, com uma narrativa guerreira, que mais instiga do que apazigua os ânimos.

Diz o autor, nas conclusões (2004, p. 204):

– Nas páginas multicoloridas dessas revistas, em que o texto escrito se faz acompanhar de uma profusão de fotos e infográficos de última geração, o leitor é desafiado, antes de tudo, a empunhar o fuzil e a entrar também na guerra; veja, eu coloco a guerra bem aí, à sua frente, e o que você está esperando para vestir o uniforme e se transformar em soldado. Escolha o lado e comece a atirar.

E não para por aí. Em mais de 244 reportagens estudadas – tendo como referência o período de um ano após os atentados de 11 de Setembro com a guerra do Iraque pelo meio –, observa Künsch, muito raramente se encontra uma história narrada sobre o cotidiano das cidades e dos personagens, uma história de vida. O autor observa (2004:119):

– No jornalismo de guerra do jornalista ilustrado, brilham a todo instante as luzes da explosão tonitruante de bombas certas, caindo sobre alvos certos. E viva a guerra e viva a tecnologia!

Diante desse quadro, parece claro, para muitos autores, que a cobertura de guerra que segue o paradigma da chamada “objetividade jornalística”, de matriz reducionista, se

prende a uma série de convenções às quais a imprensa se moldou ao longo de décadas, reproduzindo os discursos oficiais e noticiando o que julga ser mais importante dentro de um cenário de guerra, misturando notícias com opiniões e ignorando fatos e contextos.

Mas não há como negar que, na contramão dessa realidade, vários outros autores apontam haver uma tendência de “jornalismo contextual”, mesmo em meios de comunicação tradicionais.

Conversando com o jornalismo literário, que usa procedimentos e técnicas de ficção numa abordagem multifacetada, o JP colabora para uma imersão nos cenários de guerra que permite a humanização do conflito. Em vez de cenas de explosões, mortes e destruição que servem para conquistar audiência em programas de entretenimento, a cobertura de paz permite abrir perspectivas para o entendimento e a compreensão entre os povos.

Para muitos, uma utopia num mundo onde a guerra não conhece fronteiras. Outros a têm como importante ferramenta no combate à barbárie tão disseminada em pleno século XXI.

### Referências

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KÜNSCH, Dimas A. **O Eixo da Incompreensão: a guerra contra o Iraque nas revistas semanais brasileiras de informação**. Tese de doutorado (Universidade de São Paulo). São Paulo, 2004.

KÜNSCH, Dimas A. MARTINO SÁ, Luiz Mauro (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010.

MCGOLDRICK, Annabel. Guerra, jornalismo e objetividade. **Conflito e Comunicação On Line** vol. 5, nº 2, 2006. [online]. Disponível em: <<http://www.cco.regener-on>>. Acessado em 15 Dez. 2014.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**. São Paulo: Paulus, 2006.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicação Europa-América, 1984.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. **Líbero**, v. 11, n. 21, junho 2008, p. 39-48.

SHINAR, Dov. Jornalismo de guerra e de paz no Oriente Médio. **Líbero**, v. 12, n. 24, dez. 2009, p. 9-20.

SHINAR, Dov. Epílogo – Jornalismo de Paz: o estado da arte. In: CHIACHIRI, Roberto e BUITONI, Dulcilia (Orgs). **Comunicação, cultura de rede e jornalismo**. São Paulo: Almedina, 2012, p. 127-143.

SHINAR, Dov. Reflexões sobre coberturas de guerras pela mídia, dissonâncias, dilemas e a necessidade de melhorar. **Líbero**, São Paulo, v. 16, nº 32, p. 9-28, Jul./Dez., 2013.

---

**Júlio César Degl Iesposti** é formado em Comunicação Social pela Universidade de Santos (Unisantos), com pós-graduação *Latu Sensu* pela mesma instituição e mestrado em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, com a dissertação “A Grande-reportagem na televisão brasileira: um estudo do Globo Rural”, em que analisa esse gênero pela perspectiva da complexidade.

---

Na área profissional, atuou como repórter na *Revista Afinal* e foi chefe de sucursal do jornal *A Tribuna de Santos*. Atualmente, trabalha na comunicação corporativa. Na Cásper Líbero, integra o Grupo de Pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão”, que desenvolve atividades no âmbito do Programa de Pós-graduação da Faculdade.



# Mediação: o amadurecimento do Direito

Lúcia Cristina Guimarães Deccache

## PARADIGMA DO GANHAR-PERDER

1997

Era o meu sétimo cliente após um ano e meio de formação. Me especializei em divórcios e quanto mais guerra entre casais, mais eu me armava... E amava! Meu trabalho consistia nesse anagrama antagônico das palavras amar e arma, sem esquecer a palavra-chave que pautava qualquer disputa de meu escritório: vingança! Quando acabava o amor, me contratavam como arma para se vingarem e, nesse ciclo vicioso da advocacia imatura, muitos diálogos eram evitados como técnica do êxito judicial.

– Doutora, ele me traiu e está doando um apartamento para a amante.

– Isso é grave. Precisamos propor uma medida judicial de urgência para evitar que ele continue extraviando seus bens.

– Mas eu pensei em conversar com ele primeiro.

– Conversar? Pra quê! É preciso pegá-lo de surpresa!

– Doutora, eu tenho três filhos. Não pretendo me separar assim, da noite para o dia.

Conversar? Onde já se viu? Direito e terapia não se confundem... Pelo menos, era no que eu acreditava, em 1997.

Eu e a lei da época andávamos de mãos dadas na infância do Direito brasileiro. Pulávamos a fase da tentativa de conciliação e dávamos logo o primeiro passo através de uma ação judicial litigiosa. “Advogado que é bom, não espera, faz!” E assim comecei a atrair os clientes que espumavam por brigas, unindo os dois lados da mesma moeda.

– Viu? Te falei. Bloqueamos boa parte dos bens de seu marido e agora a sua partilha está segura para a ação de divórcio.

– Ah, que bom. Mas então agora terei que me divorciar?

– Sim, foi o que pensei. A não ser que você pretenda ficar casada com um homem que te trai.

– É verdade. Mas eu ainda amo este homem, doutora...

Foi a primeira vez que perdi a causa antes mesmo de ela começar. Aquela frase foi essencial para que eu comesse a pensar em outra estratégia para trabalhar em conflitos familiares. O verdadeiro interesse da minha cliente não estava sendo atendido... tirei dela a simples oportunidade de conversar. Sim, normalmente, quando um dos lados do casal procura o advogado é porque o diálogo já acabou. E o desatento profissional, em vez de proporcionar essa troca de angústias, erros e acertos, antes de propor a ação judicial, acaba optando pelo plano que, no fundo, vai se afastar cada vez mais do verdadeiro êxito da causa: a paz familiar.

É verdade que Direito não se confunde com terapia, mas, muito menos, com matemática. O Direito cartesiano que aponta o certo ou o errado, o sim ou o não, o culpado ou o inocente, o procedente ou o improcedente, vem deixando esse perfil binário para transformar-se em ternário, na medida em que a comunicação humana realiza-se em três pessoas: eu, tu, ele, e, na forma plural, nós, vós, eles. O pensamento ternário, ao incluir um terceiro, abre tempo-

espaço que contempla a discussão, fundamentando-a no reconhecimento do valor do outro, que se encontrava encoberto pela ausência do diálogo (Barbosa, 2003, p. 35).

Com isso, passei a questionar a atitude da advogada que não espera, ao bloquear os bens do marido, deixando-o sem ter como pagar a escola dos filhos, o aluguel, o supermercado... um verdadeiro caos. A esposa não quer se divorciar, mas se vingar pela traição. O marido não quer se divorciar, mas precisa preencher uma lacuna sexual deixada pela esposa. Será mesmo que a ação de divórcio vai resolver a questão familiar? Não seria melhor ouvir do casal qual seria a melhor solução para o conflito criado por eles?

O processo judicial faz calar!

As palavras passam a ser estratégicas. Uma frase mal dita ou escrita pode servir de prova contra o outro. O processo se torna um campo de batalha e o advogado, a arma para lutar até o fim para seu cliente ganhar a causa e a parte contrária perder... A mãe ganhar e o pai perder ou vice-versa; o pai ganhar e o filho perder ou vice-versa; o neto ganhar e a avó perder ou vice-versa; o irmão ganhar e o outro perder ou vice-versa. Será mesmo que esse paradigma do ganhar-perder pacifica as questões familiares?

Há que se buscar, juntamente com os próprios criadores do conflito, a melhor solução para aquela família, que certamente não será a mesma para a minha nem para a do leitor.

Amadureci.

O Direito amadureceu.

Passamos a priorizar o diálogo.

A fase da conciliação passou a integrar o processo judicial de família.

Entramos na adolescência...

## PARADIGMA DO GANHAR MENOS PARA PERDER MENOS

2006

Pego o lenço de papel e deixo na mesa para as lágrimas da consulta da cliente da tarde. Ela entra na minha sala decidida pelo rompimento da relação, firme de que não ama mais seu companheiro e quer partilhar uma casa que ajudou a construir. Aparentemente, o lenço não seria usado. A questão era patrimonial, ao menos, era o que parecia.

– Doutora, sei que tenho direito à metade da casa.

– Pelo tempo que estão juntos, sim.

– Doutora, quero logo resolver isso judicialmente.

– Calma, não seria melhor conversar com ele para tentar um acordo?

– Conversar? Não temos mais diálogo. Mesmo nas relações sexuais me limito a três gemidos e ponto final!

Há vezes em que a minha curiosidade de mulher invade o lado profissional. No caso, queria entender como se transa com alguém com quem não se conversa.

– A doutora vai conhecê-lo. Ele é arrogante, tem o rei na barriga e disse que eu não tenho direito à casa, pois o terreno foi comprado antes de me conhecer...

– Talvez ele não saiba o que diz a lei. Ele já tem advogado? Posso conversar com ele antes.

– Doutora, eu vim aqui porque sei que é uma advogada agressiva. Mas se achar melhor tentar o acordo, tudo bem. Só não pode amolecer, pois ele engole qualquer um.

– Conheço bem esse perfil. Deixa comigo.

Contactei o advogado e consegui convocar o “arrogante” para uma tentativa de conciliação. Optei pelo escritório do meu marido por ser mais imponente do que o meu. Para uma advogada em eterna fase de amadurecimento, homens

com aquele perfil precisavam de algumas “técnicas de conciliação” em busca do equilíbrio, a começar pela escolha do local. Depois escolhi a sala de reunião cujas cadeiras são ajustáveis e, assim, pude abaixar aquela na qual o “arrogante” se sentaria, o que, na minha jovem concepção, poderia reduzir o seu grau de superioridade.

De fato, já havia dado um grande passo ao insistir para um diálogo, mas a má-fé consciente para equilibrar as partes prejudica qualquer processo sério de conciliação. Então, o homem afundado na cadeira falou:

– Doutora, a senhora deve saber que essa mulher não contribuiu em nada para a construção da minha casa. Tudo lá é meu. Comprei com meu suor. Não é justo que agora ela leve a metade na mão grande.

O advogado explicou a questão jurídica, reservadamente, ao seu cliente, me poupando de maiores desgastes. Tentei explicar que a minha cliente não queria a metade do valor da casa, mas os 50% do valor gasto para construir a casa durante a relação. O advogado se manifestou:

– Doutora, entendo o interesse de sua cliente, mas nunca existiu união estável entre eles. Não há nenhum motivo para partilhar os bens do casal.

Opa! Isso era uma novidade para mim. Para ela. Para ele. É claro que preenchiam os requisitos da união estável (união pública, contínua e duradoura, com a intenção de constituir família). Eu tinha provas suficientes e já estava com a ação semipronta, só que agora tinha o conhecimento dos argumentos da defesa. Resolvi perguntar, ao invés de atirar:

– E o que te faz afirmar isso?

Esse foi o segundo aprendizado no período de amadurecimento... usar perguntas para o fortalecimento do diálogo.

go. Mostrar as armas, logo de cara, afasta qualquer possibilidade de conversar e se entender.

– Ora, eles nunca tiveram intenção de constituir família. Meu cliente fez vasectomia... não poderiam ter filhos.

Tive que me segurar. Acabava de conhecer a tese de que homens vasectomizados não podem constituir união estável! Que aberração! Já comecei a desconfiar de que aquela conciliação não iria para frente. Quando a discussão é jurídica entre advogados, sem permitir o diálogo entre o casal, fica difícil conciliar as partes.

Minha cliente baixou a cabeça. Percebi que o lenço deixado em cima da mesa seria brevemente usado... Parti para a fase das opções, pois conciliação é um acordo entre as opções oferecidas, o que difere da mediação, a que pretendo chegar na minha fase profissional adulta. Na mediação, as pessoas que vivem o conflito são estimuladas pelo mediador a criar suas próprias soluções. Quem cria o problema sabe resolvê-lo. A dificuldade é identificar a profundidade do conflito, muitas vezes mascarado por questões aparentemente simples e de fácil solução. Logo, me manifestei:

– Então, o que estamos fazendo aqui, não é mesmo?

– Tentando chegar a um acordo – disse o advogado.

– Qual a sua proposta, doutor?

– A proposta do meu cliente é dar uma ajuda de custo de mil reais por três meses para ela voltar ao mercado de trabalho e depois ela se vira. É pegar ou largar.

Pegar ou largar? Aquele foi o termo mais grosseiro que ouvi na minha vida profissional. Foi suficiente para a cliente acabar com a minha caixa de lenços de papel. Tirei um documento de adoção a que o casal tinha dado entrada havia dois anos. Então, falei:

– Vasectomizado pode ser pai adotivo, doutor. Nos vemos no Tribunal!

Me levantei, estendi a mão para me despedir e o afundado não se levantou. Não sabia se estava entalado ou acuada. Ele próprio se manifestou:

– Doutora, qual a sua proposta?

– Tenho os documentos do valor da construção da casa. Faltam alguns, claro, mas calculo cerca de cento e oitenta mil reais em obras. Minha cliente se satisfaz com noventa, mesmo sabendo que ainda falta o valor da obra da piscina e garagem.

– Fechado. Pagaria quase isso de honorários para ir ao Tribunal. Como posso pagar?

– Bom, farei um termo agora, vou imprimir e vocês assinam.

O advogado concordou, sem muita alternativa. Saí da sala para chamar um estagiário e escanear os documentos. Minha cliente veio atrás. Olhei para ela e dei-lhe um forte abraço, feliz pelo acordo! Fiquei surpresa com a sua reação em prantos... já não havia mais lenços.

– Não, doutora, a senhora não entende... a senhora fez o seu melhor, mas isso não é o que eu realmente queria. No fundo, eu queria estar casada, com filhos, realizada no casamento. Mas fracassei. Fracassamos. Não há motivo para comemarmos, doutora, não há!

Essa foi a maior experiência para o meu amadurecimento profissional. De adolescente passei à fase adulta e a lei me acompanhou... Conciliar é melhor do que brigar, mas em processo de família precisamos encontrar a justa medida entre a razão e o afeto, o que me faz lembrar da recente leitura de Leonardo Boff (2008, p. 3):

– A razão é a rainha e tem por tarefa disciplinar os afeitos. Mas não de qualquer jeito. O controle não pode ser nem demais, senão eles se rebelam, nem de menos, senão eles predominam. Deve ser feito na justa medida que é o ótimo relativo. Encontrar esta justa medida é a obra da razão sábia transformada em sabedoria prática.

Através das técnicas da mediação, passei a procurar a justa medida.

Mediação é a nova fase do Direito. A nova era do diálogo que deixou de existir dentro dos lares. Mediar é saber ouvir, é não prejudicar, é ser ouvido, ser compreendido, compreender, entender o porquê do conflito e criar a solução com estímulos dos facilitadores. Amadureci. O Direito amadureceu.

A mediação já existe em muitos países.<sup>1</sup>

Entramos na fase adulta...

---

1 Os Estados Unidos são precursores da mediação. No início, visava à paz industrial entre patrões e empregados em negociações coletivas, evoluindo depois para uma das formas alternativas de resolução de conflitos para ampliar o acesso à Justiça. Canadá, França, Portugal, Bélgica e Argentina também se destacam pela legislação específica sobre o tema há mais de dez anos, diferentemente do Brasil, que regulará a mediação junto com a reforma do Código de Processo Civil. Atualmente é regulamentada pela Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. O foco da legislação brasileira é a mediação judicial, durante o processo, apesar de não impedir a extrajudicial, antes do processo. A dificuldade é convocar as partes, já que no Brasil a mediação prévia não é obrigatória, como em países como a Argentina e os Estados Unidos. A mediação é a bola da vez para desafogar o Judiciário. De acordo com o ministro Ricardo Lewandowsky, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em seu discurso de posse, “16,5 mil juízes têm, atualmente, a difícil tarefa de julgar cerca de 100 milhões de processos que tramitam nas várias instâncias da Justiça. (...) Procuraremos estimular formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida, que, afinal, é de todos os seus integrantes. Referimo-nos à intensificação do uso da conciliação, da mediação e da arbitragem, procedimentos que se mostram particularmente apropriados para a resolução de litígios que envolvam direitos disponíveis, empregáveis, com vantagem, no âmbito extrajudicial”.

## PARADIGMA GANHAR-GANHAR

2014

Meu escritório já não é mais o mesmo. A sala de reunião virou sala de estar. Troquei a mesa que me separava de meus clientes por um confortável sofá e poltronas, sem a preocupação de desequilibrar as pessoas ali sentadas. O local virou, simplesmente, um ambiente apropriado para conversar.

– Doutora, vim aqui porque quero me divorciar sem brigas.

Esse era o perfil do cliente que passei a atrair. Era a minha medalha de ouro da profissão. É claro que mesmo em casos de pessoas que não querem conflitos, sempre existem pontos de confronto que devem ser cautelosamente trabalhados. Parece fácil, mas não é. A esposa se manifestou:

– Eu também não quero brigar, mas se ele vier com esse papo de guarda compartilhada o pau vai quebrar!

Pronto. As aparências enganam... pelo menos a vontade de brigar não foi convidada para aquela conversa. Sim, não chamo mais de consulta meus atendimentos profissionais, são conversas. Passei a ser uma facilitadora para adoçar um diálogo amargo do fim de um casamento. A guarda compartilhada era o ponto controvertido visível e palpável, suficiente para uma boa causa judicial, que, em outros tempos, seria o meu primeiro passo.

Boa causa? Para um advogado, talvez, não para a família. Demoraria anos e anos em que a mãe apresentaria provas de conduta desapropriada do pai para cuidar dos filhos, campo minado para a criança ficar contra um dos pais como fantoche de palavras do outro e, nessa disputa, a família se desfaz, os filhos entristecem, as mães enlouquecem e os pais se afastam. Mas sempre vai existir um vencedor na decisão judicial. Vencedor?

Expliquei ao casal sobre a mediação e o método que eu adotaria. Ambos concordaram e tiveram a oportunidade de manifestar suas intenções no divórcio. Ela não pretendia afastar os filhos do pai, mas não estava disposta a dividir a guarda. Perguntei:

– Qual seria uma boa forma de manter o convívio com o pai sem dividir a guarda?

– Ele pode visitar quando quiser, e sem ninguém... agora, dormir? Só de quinze em quinze.

Sem ninguém... Duas palavrinhas-chave para que eu pudesse traçar o conflito. “É precisamente nos sistemas complexos – como as relações humanas, em que, em condições distantes do equilíbrio, pequenas perturbações ou flutuações podem ampliar-se e derivar em eventos e oportunidades imprevistas – que podem operar como plataformas para resolver conflitos, construir novas possibilidades, mudar a relação ou a organização do sistema” (Schnitman, 1999, p. 18).

– Doutora, explica pra ela que só o que eu quero é poder tomar decisões na vida de meus filhos. Afinal, me parece que isso é que se chama guarda compartilhada, né?

Expliquei conforme solicitado. Mas as duas palavrinhas, “sem ninguém”, continuavam pulsando e eu não conseguiria prosseguir sem desatar este nó:

– Bom, e se ele pegar as crianças quinzenalmente na sua casa, sozinho ou não. Tudo bem?

– Como assim, sozinho ou não? Tem que estar só! Sozinho!

Opa! A presença de alguém incomodava muito aquela mulher... Insisti no assunto. Perguntei ao pai:

– Você concorda em buscar as crianças sozinho?

- Sim, claro.
- De quinze em quinze com um pernoite durante a semana?
- Sim, sem problema. Prefiro os pernoites na quarta.
- Novamente, tive a impressão de que não estava tão difícil para criarem uma boa solução.
- Só vou deixar bem claro que se você levar aquela vagabunda, eu te mato!
- Agora, três palavras se destacaram... Eu te mato.
- Três palavras com vontade de serem ditas... Eu te amo.
- Entre amo e mato, sobra um T.
- Entre ela e ele, sobra alguém.
- Quem sobra?
- O conflito não era mais sobre a guarda, as visitas, o convívio do pai...
- O conflito era sobre amor.
- Um amor que agride e se fantasia para enganar o infantil processo judicial no campo familiar.
- Esse era o ponto a ser trabalhado.
- Amadureci.
- O Direito amadureceu.

### Referências

BARBOSA, Águida Arruda. Mediação familiar: instrumento para a reforma do Judiciário. In: CUNHA, Pereira Rodrigo da (Org.). **Afeto, ética, família e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003, p. 29-39.

BOFF, Leonardo. Justiça e cuidado: opostos ou complementares?. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de (Orgs.).

**O cuidado como valor jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 1-12.

SCHNITMAN, Dora Fried. Novos paradigmas na resolução de conflitos. In: SCHNITMAN, Dora Fried e LITTLEJOHN, Stephen (Orgs.). **Novos paradigmas em mediação.** Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 18-27.

---

**Lúcia Cristina Guimarães Deccache**, advogada, mediadora, especialista em Direito de Família pela Escola Superior da Advocacia de São Paulo e pela Escola Paulista da Magistratura e em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é membro da Comissão de Direito de Família da OAB-SP e do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM-SP). Pós-graduanda em Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, é autora e editora do *site acontecenasmelhoresfamilias.com* e da página *youtube/melhoresfamilias.com.br*. Palestrante em clubes e entidades religiosas sobre temas de direito de família, palestrante no Congresso Internacional de Direito de Família em 2014, participou do programa *Mulheres* na TV Gazeta, no quadro “Direito no Mundo dos Famosos”.

# uvir bem para se viver bem: as experiências das Casas de Mediação e da Comunicação Não-Violenta

Pedro Debs Brito

Um dos textos de Rubem Alves, “Escutatória”, em seu livro *O amor que acende a Lua* (2002), nos traz a seguinte reflexão: “Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir”. O questionamento do autor surge da observação da quantidade avassaladora de cursos voltados para a oratória e da inexistência de cursos que tratem o tema da escutatória.

Pode ser que não haja mesmo nenhum curso que se debruce sobre o tema da escutatória, mas projetos com a preocupação de ouvir o outro e tentar compreender sua fala ou seu ponto de vista, estes, sim, existem. É sobre algumas das experiências focadas nessa atitude que tratam as próximas páginas.

São duas as experiências relatadas, com as quais o projeto “Conversando a gente se entende” dialogou. A primeira, originária da área jurídica, é conhecida com o nome de Justiça Restaurativa. A segunda é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, organizada pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, por meio da Guarda Civil Metropolitana (GCM): as chamadas Casas de Mediação.

Nos dois casos, organizamos o que nós do projeto de pesquisa chamamos de Rodas de Conversa, um ambiente em que os convidados e os participantes entram em contato próximo para dialogar sobre um tema específico, de modo informal e aberto. A Roda de Conversa é uma das metodologias aplicadas pelo grupo de pesquisa “Comunicação, jornalismo e epistemologia da compreensão”, grupo esse que deu origem ao projeto “Conversando a gente se entende”.

No caso da Justiça Restaurativa, o convidado foi Dodi Leal, no mês de dezembro de 2013. Doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Dodi é mestre pela Faculdade de Economia da mesma universidade, tendo trabalhado em sua dissertação com o tema do Teatro do Oprimido,<sup>1</sup> ligado ao programa de Orçamento Participativo da Prefeitura de Santo André, uma das cidades do ABC Paulista. É licenciado em Artes Cênicas pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

Já no caso das Casas de Mediação, nossa Roda de Conversa foi realizada na sede da GCM, em agosto de 2013. Fomos recebidos por Ângela Almeida e Sara Freitas (ambas mediadoras da Casa de Mediação do Campo Limpo, um bairro da Zona Sul de São Paulo), Valério Ramos (assistente técnico-operacional da assim chamada Inspeção do Campo Limpo) e pela jornalista e assessora-chefe da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Ingrid Alfaya.

---

<sup>1</sup> Em meados da década de 1960, o teatrólogo brasileiro Augusto Boal (1931-2009) elaborou uma prática teatral chamada Teatro do Oprimido (TO). Essa prática tinha como intuito a democratização da produção teatral, além de possibilitar o acesso ao teatro para sujeitos de camadas mais pobres da população. Seu método é de cunho político e social, pois dá subsídios para a intervenção social por parte daqueles que dele participam.

## JUSTIÇA RESTAURATIVA E COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Esse viés da Justiça teve seu nascimento na década de 1950 com Albert Eglash, psicólogo estadunidense que trabalhou com adultos e crianças com passagem pelo sistema de justiça criminal. Foi então que o projeto de Restauração Criativa (*Creative Restitution*, em inglês) lhe veio à mente: um agressor, sob supervisão apropriada, é auxiliado a fazer as pazes com aqueles que ele agrediu e, num segundo momento, ajuda outros agressores a fazerem o mesmo.

A ideia é a de uma restituição da moral, da empatia e das relações interpessoais tanto daquele que agride como de quem foi agredido. A prática da Justiça Restaurativa, entretanto, só recebe esse nome em um artigo publicado por Eglash em 1977, intitulado “Beyond restitution: creative restitution”. Nesse trabalho, o autor defende que existem três formas de se responder ao crime: a) retributiva, baseada na punição; b) distributiva, preocupa-se com a reeducação do infrator; e c) restaurativa, fundamentada na ideia de reparação entre as partes envolvidas.

No Brasil, essa prática começa a ganhar contornos mais nítidos no começo dos anos 1990, quando o britânico Dominique Barter passa a trabalhar com esse tema em comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Barter se envolve em projetos e cursos de capacitação no Brasil e em outros países para diversos setores sociais: empresas, governos e ONGs que utilizam a Justiça Restaurativa. Mais tarde, em meados dos anos 2000, atuou como supervisor na implementação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), também no Rio de Janeiro.

Trata-se de uma proposta alternativa de entendimento do que é crime e da resolução do problema: ao invés de,

simplesmente, compreender o crime como desvio de leis e de tomar medidas punitivas contra o sujeito que deixou de cumpri-las, a Justiça Restaurativa propõe à sociedade uma restauração das relações interpessoais e sociais entre aqueles que sofreram com o delito e aquele que o praticou. Dessa forma, a Justiça Restaurativa vai se encarregar de agir, onde possível, convidando a vítima, o ofensor e a comunidade para um diálogo, e, a partir daí, tentar ressignificar o atentado e as necessidades de cada uma das partes envolvidas.

No final de 2009, duas alunas da Graduação em Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero elaboraram como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) um documentário sobre o tema da Justiça Restaurativa, com o título “Direito ao diálogo”. O trabalho traz entrevistas e reportagens que ajudam a entender e contextualizar o funcionamento e a dimensão desse movimento no Brasil. Focaliza principalmente a região Sul, onde há mais advogados e juízes fazendo parte de ações de Justiça Restaurativa que em outras partes do Brasil.<sup>2</sup> O projeto das alunas Juliana Kunc Dantas e Gabriela Ferreira Forte, hoje jornalistas formadas, assumiu importância para os estudos do grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão” no decorrer do desenvolvimento do projeto “Conversando a gente se entende”. Serviu de estímulo para buscarmos outros espaços onde a comunicação pode ser entendida como um caminho para a resolução de conflitos.

A participação de Dodi Leal nos abriu ainda mais para essa dimensão, ao apontar para o universo da Comunica-

---

<sup>2</sup> Porto Alegre foi a primeira capital brasileira a implantar um projeto de Justiça Restaurativa.

ção Não-Violenta (CNV), uma prática fortemente ligada, principalmente, ao psicólogo estadunidense Marshall Rosenberg (1934)<sup>3</sup>, que trata do tema em seu livro homônimo, lançado no Brasil em 2006. Segundo Dodi, a principal ideia da CNV<sup>4</sup> é melhorar nossas relações interpessoais, sistêmicas e intrapessoais, com grande ênfase sobre a relação que temos com nós mesmos, em nosso interior:

– Pensar nas relações sistêmicas de comunidade é também pensar na qualidade da relação que a gente tem com a gente mesmo.

Dodi salienta a importância de reconhecermos, em primeiro lugar, a agressividade que mora dentro de nós quando estamos empenhados na resolução de conflitos.

Tanto Justiça Restaurativa quanto Comunicação Não-Violenta indicam um caminho de conciliação do sujeito com diversas esferas de suas relações: interpessoais, intrapessoais, comunitárias. E também deixam clara a preocupação de se estar consciente de si mesmo, das próprias preocupações, angústias e desejos, esse poço caótico e egótico de onde nasce toda espécie de conflitos.

---

3 PHD em Psicologia Clínica pela Universidade de Wisconsin - Madison, durante os anos 1960 atuou em escolas e colégios que experimentavam uma transformação cultural profunda: com o abandono da característica de segregação social, o processo de convergência de pessoas brancas e negras para os mesmos ambientes não foi nada pacífico. Rosenberg agiu como mediador desses conflitos nos ambientes escolares. Essa experiência foi fecunda para a construção de seu método de Comunicação Não-Violenta.

4 As raízes do que Rosenberg entende por Comunicação Não-Violenta remetem ao que Gandhi (1869-1948) chamou de "Satyagraha", que pode ser traduzido, literalmente, por Insistência (satya) na Verdade (agraha). Essa postura frente ao mundo ficou famosa por consistir de abdicar à violência em caso de protestos e lutas sociais, como ficou claro na prática do próprio Gandhi no processo que culminou na independência da Índia, em 15 de agosto de 1947. "A CNV se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas" (Rosenberg, 2006, p. 21).

Nosso caos interno pode se encontrar nesse estado por conta da falta de conversas sinceras com nós mesmos e/ou com os outros. Conversas sinceras que constituam algum tipo de narrativa, ou seja, que possuam sentidos e significados para os nossos atos e nossas angústias. Essas narrativas ajudam a organizar esse caos em um cosmo. Não apenas ao expor o que nos incomoda, mas também ouvindo a fala do outro. Na dialogicidade, as narrativas que tecemos com o outro agregam sentidos capazes de orientar as perturbações internas, o que nos auxilia em nosso existir e agir no mundo.

A próxima parada é no campo de atuação das Casas de Mediação.

### CASAS DE MEDIAÇÃO

O projeto, no município de São Paulo, nasceu no final de 2011. Em dezembro de 2014, somam 213 os mediadores da Guarda Civil Metropolitana, distribuídos em 31 Casas de Mediação de Conflitos. Um dos resultados diretos da mediação é a prevenção de crimes. No caso específico desse projeto, não há mediação para casos em que algum crime tenha sido praticado.

Para aqueles que gostam dos números, segundo um recente Boletim Informativo elaborado pela GCM, em 94% dos conflitos acolhidos pelas Casas de Mediação as partes entraram em acordo. Cerca de 55% dos casos se referem a conflitos de vizinhança, seguidos por 16% de conflitos familiares, conforme Evian Elias (2013, p.16) apurou em uma pesquisa de mestrado realizada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Os tipos de atendimentos feitos pela GCM são diversos: perturbação do sossego, relações de consumo, interpessoais, ambiente escolar, regularização de terras e loteamento, desres-

peito a idosos, conflitos trabalhistas, violação dos direitos da criança e do adolescente e maus-tratos a animais, entre outros.

O processo funciona da seguinte maneira: uma das partes procura a GCM em alguma Casa de Mediação, solicitando a ajuda dos guardas municipais na mediação de algum conflito. Após uma primeira conversa entre a parte e o mediador, a GCM procura a outra parte para saber se há interesse numa conversa mediada. A mediação só acontece com o interesse e a disposição de todos os envolvidos.

A mediação constitui um espaço em que o diálogo e a comunicação são fatores decisivos para o entendimento entre as pessoas. É por meio das palavras que os conflitos são resolvidos. A mediação, muitas vezes, se desenrola muito próxima da dinâmica de uma psicoterapia: num primeiro momento cada parte conta a sua história. Depois se fala a respeito dos efeitos que ambos os lados sofrem. Os mediadores são os responsáveis por organizar essa conversa para que se mantenha a paz e todos consigam falar e ouvir.

Algumas histórias ajudam a ilustrar melhor o que apareceu com força durante a nossa Roda de Conversa. Uma delas é a de dois irmãos, Victor Romano e Kátia Romano, 37 e 46 anos, respectivamente, que moram em casas separadas, mas em um mesmo terreno. O depoimento de Victor nos diz mais e melhor sobre seu problema:

– Cheguei à Casa de Mediação de Campo Limpo chorando, pois já não aguentava as agressões verbais entre eu e minha irmã. Estava desesperado e fui buscar ajuda. Estava deprimido, triste e, além disso, desempregado.<sup>5</sup>

---

5 Todos os depoimentos foram retirados do Boletim Informativo fornecido pela própria GCM. [online]. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acessado em 9 Dez. 2014.

A mãe deles tinha morrido, e a situação se tornara insustentável. A própria GCM destaca o fato de que foi Victor quem solicitou apoio. Normalmente são mulheres as primeiras a buscar esse tipo de ajuda. E o caso entrou para a lista de conflitos resolvidos. Conversando, Victor e Kátia acertaram as contas e conseguiram melhorar sua relação familiar.

Outra história é a da Larissa Medrado, 14 anos, a mãe Elaine Rocha Medrado, 30, e a avó Maria Lucia Medrado, 56, que se encontravam numa relação familiar instável e conflituosa. O que também impactava no rendimento escolar da jovem. Foi Elaine, a mãe, quem procurou a ajuda da Casa de Mediação. Ela conta:

– Após a mediação, nós três voltamos a nos entender, e a minha filha Larissa inclusive está se dedicando mais na escola. Esse serviço é muito importante. Tudo foi resolvido graças à conversa que tivemos aqui. Após a mediação recebemos até encaminhamento social e psicológico.

A terceira história é a da aposentada Mara Eliza Jorge Raad, de 60 anos, que foi acordada diversas vezes às 6h30 da manhã por conta do movimento de uma escola infantil, vizinha à casa dela. O barulho era das vizinhas chegando ao trabalho. Com a intervenção da GCM, a diretora do colégio assinou um termo consensual em que se comprometia a não fazer mais tanto barulho até às 9h da manhã. Mara assume:

– Meu sono hoje é bem mais tranquilo. Se eu entrasse na Justiça, estaria ainda esperando por uma solução.

É importante ressaltar a importância desse tipo de ação. Observa-se uma tentativa de aproximação entre Estado e sociedade civil, ponto de destaque para a resolução de conflitos antes de eles gerarem crimes. Parece, mesmo que tímida, uma ação tentando resgatar a humanidade das

relações entre os aparelhos do Estado e os cidadãos. Uma comunicação não-violenta numa sociedade de tanta violência. A cidade agradece.

### A ESCUTATÓRIA, BUBER E MORIN

As experiências que comentamos até aqui reforçam a nossa fé no diálogo e no ser dialógico. Uma aposta em nossa capacidade de resolver conflitos e desavenças de todos os tipos quando nos abrimos ao outro, humildes em reconhecer que nós mesmos também erramos. E mais humildes ainda em ouvir o outro e saber reconhecê-lo como igual.

Se faltam cursos de escutatória, existem aí, pelo menos, dois caminhos de mediação e resolução de conflitos que têm dado certo, baseados na arte da fala e da escuta.

Dos ventos dessas experiências nos chega a inspiração para conseguir afirmar que conversando a gente se entende. É no momento dos diálogos mais abertos e verdadeiros, tanto com nós mesmos quanto com os outros, que organizamos o caos em cosmo.

Estar aberto a um diálogo – sabemos – não é simples. Assumir o próprio quinhão muitas vezes não é fácil, ainda mais em situações já de conflito. Contudo, importante lembrar que o processo para se chegar a uma cultura de paz depende da nossa cooperação.

O mundo é tão parte do Eu, quanto o Eu é parte do mundo. As palavras são de Martin Buber (2011, p. 113):

– Sem dúvida, o mundo “habita” em mim enquanto representação do mesmo modo que habito nele enquanto coisa. Mas isso não implica que ele esteja em mim, assim como eu não estou realmente nele. Ele e eu nos incluímos mutuamente.

É essa a ideia: o mundo, os outros e eu estamos todos interligados e conectados em alguma medida.

Conversar para compreender o outro. Conversar para seguir a ética da compreensão, como a chamou Edgar Morin (2011, p. 87), indicando que essa ética pede até mesmo “que se compreenda a incompreensão”.

Está aí a lição dessas experiências: compreender a incompreensão para construirmos relações cada vez mais humanas.

### Referências

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. Campinas: Papirus, 2002.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2011.

DANTAS, Juliana Kunc e FORTE, Gabriela Ferreira. **Direito ao diálogo**. Videodocumentário. dur. 50min: São Paulo, 2009.

ELIAS, Evian. **A política pública de mediação de conflitos no município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado (FGV. Escola de Administração de Empresas de São Paulo). São Paulo, 2013.

GUARDA CIVIL METROPOLITANA. **Boletim informativo**. [online]. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/10\\_1411060712.\\_cultivando\\_a\\_cultura\\_de\\_paz](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/10_1411060712._cultivando_a_cultura_de_paz)>. Acessado em 9 Dez. 2014.

MIRSKY, Laura. Albert Eglash and Creative Restitution: a precursor to restorative practices. In: **Eforum Restorative Practices**, 2003. [online]. Disponível em: <[http://www.iirp.edu/iirpWebsites/web/uploads/article\\_pdfs/eglash.pdf](http://www.iirp.edu/iirpWebsites/web/uploads/article_pdfs/eglash.pdf)>. Acessado em 8 Dez. 2014.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição revisada. São Paulo: Cortez Editora e Unesco, 2011.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

---

**Pedro Debs Brito**, mestrando em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, é graduado pela mesma instituição em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda. Em 2011 começou a fazer parte do grupo de pesquisas "Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão" e iniciou os estudos na área de educomunicação com sua Iniciação Científica, "O campo da educomunicação no Brasil e sua configuração no ciberespaço". Em 2012, seu TCC: "Fundamentos teóricos da educomunicação: a contribuição de Paulo Freire e Martin Buber". Trabalha desde 2011 na área de Mídia em *Business Intelligence* da Unilever, analisando as campanhas publicitárias de todas as marcas da companhia.



# (In) Sustentável

Pedro Ortiz

*Há um claro sentimento em um número crescente de pessoas de que chegou a hora de nós todos tentarmos mudar nosso modo de vida, nos esforçarmos para viver uma vida mais cuidadosa.*

Jeremy Irons – *Trashed* (2012)

As cenas iniciais são impressionantes e estarrecedoras. O ator britânico Jeremy Irons caminha por uma praia – ou o que restou dela – na periferia da cidade libanesa de Sidon, em meio a montanhas de lixo de todos os tipos. O que outrora era um refúgio em frente ao Mediterrâneo se converteu em pouco mais de trinta anos em um lixão de grandes proporções. O desastre parece ser irreversível. Caminhões não param de despejar diariamente toneladas de dejetos à beira-mar, e a paisagem de terra arrasada lembra muitas cidades do Líbano destruídas, há décadas, pelos sucessivos conflitos armados que cindiram o país e marcaram profundamente o seu povo. Visivelmente abalado, Irons murmura: “Isso é espantoso”.

O documentário *Trashed: para onde vai o nosso lixo?* (2012), da diretora inglesa Candida Brady, tem Jeremy Irons como um dos produtores executivos e cicerone, em uma viagem documental e jornalística ao redor do planeta, mostrando os graves impactos da poluição causada pelo descontrole da superprodução, a exploração desenfreada dos recursos naturais, o desperdício e descuido com os seres humanos, animais e demais formas de vida.

A trilha sonora do premiado compositor Vangelis acompanha Irons, diretora e equipe de filmagem por paisagens desoladoras da China, rios cheios de detritos na Indonésia e, mais impressionante, gigantes correntes marítimas e depósitos (“ilhas”) formados por fragmentos de plástico no norte do Oceano Pacífico, com seus efeitos devastadores na vida marinha. A cada ano, usamos e jogamos fora 58 bilhões de copos descartáveis, 200 bilhões de garrafas “pet” e mais outros bilhões de sacos plásticos, alerta o documentário.

É um soco no estômago e um convite urgente à reflexão. No geral, consumimos mais do que precisamos, produzimos lixo em grande escala, descartamos, reciclamos uma parcela ainda pequena, enterramos, incineramos e, com poucas exceções, não nos preocupamos para onde vão todos esses detritos e no que eles se transformam, qual o impacto nas nossas vidas, na dos animais e plantas, rios e oceanos, lençóis freáticos, no solo, na atmosfera, enfim, no planeta que habitamos: no ar que respiramos, na água que bebemos, nos alimentos que comemos.

#### DO GLOBAL PARA O LOCAL

A cidade californiana de San Francisco (EUA) consegue reciclar atualmente mais de 77% de todo o lixo produzido

por seus habitantes, comércios e indústrias, com um forte e constante trabalho de conscientização e uma lei municipal específica. Na Holanda, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente e a agência ambiental dos países baixos (NL Agency), 80% do lixo produzido é reciclado, 16% são incinerados e somente 4% vão para aterros sanitários. Há mais de quatro décadas, governo, empresas e cidadãos holandeses investem para que sua política nacional de reciclagem e destinação de resíduos se mantenha e seja constantemente aperfeiçoada.

Mas não existe “almoço grátis”, diz o ditado popular: a sociedade holandesa paga algo em torno de 250 euros por ano, por residência, para que se mantenha esse sistema adequado e eficaz de coleta e destinação do lixo. Em vários outros países, cidadãos individualmente, pequenos comércios, empresas, ONGs, governos também investem na mudança de hábitos, criando alternativas de consumo consciente, redução da produção de lixo e ampliação dos sistemas de reciclagem.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela lei federal 12.305/2010 e alcançada após muitos anos de discussões e debates dentro e fora do Parlamento, mobilizando diversos atores sociais, se baseia no princípio da responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo, cidadãos e empresas. Uma das metas principais estabelecidas é a de que todos os municípios do país eliminassem até agosto de 2014 os seus lixões, substituindo-os por aterros sanitários e implantando a coleta seletiva. Infelizmente, ainda há cerca de 2 mil lixões funcionando nas cidades brasileiras e três capitais, Brasília, Belém e Porto Velho, não conseguiram cumprir a meta da PNRS,

de extingui-los. O caso mais emblemático e grave é o da capital federal, onde o chamado Lixão da Estrutural continua ativo, em uma área equivalente a 170 campos de futebol e montanhas de lixo que chegam a 50 metros de altura, onde catadores trabalham dia e noite.

A diferença básica entre um lixão e um aterro sanitário é que a primeira modalidade apenas recebe os dejetos, empilhando-os em montanhas de detritos a céu aberto e enterrando-os em parte, sem nenhum tratamento ambiental, o que gera contaminação das águas subterrâneas e da superfície ao redor pelo chorume, líquido tóxico resultante da decomposição do lixo orgânico. Além da proliferação de insetos transmissores de doenças, gases poluentes como o metano e condições sub-humanas para as famílias de catadores, que sobrevivem dos dejetos. Um estudo da Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais aponta que mais de 40% de todo o lixo produzido no Brasil ainda tem destinação inadequada pelos padrões ambientais internacionais e metade dos municípios ainda não se adequou à legislação específica. Temos, portanto, um longo caminho pela frente, um desafio e tanto.

#### LIXO EXTRAORDINÁRIO

Dados compilados pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial são reveladores das dimensões da chamada “civilização do lixo” nesta virada de século e de milênio: nas últimas três décadas a produção de resíduos sólidos urbanos cresceu três vezes mais rápido que a população do planeta, chegando a 1,4 bilhão de toneladas de lixo. Mais de 80% desses resíduos são produzidos por 20% da população mundial. O Brasil já figura, na quinta colocação, entre os maiores

produtores de lixo, com 78 milhões de toneladas em 2014. Diariamente, a cidade de São Paulo gera 18 mil toneladas de resíduos, um volume que encheria um estádio de futebol do porte do Pacaembu. Comparativamente, Nova Iorque produz quase 25 mil toneladas. No total dos países, os Estados Unidos produzem mais de 600 mil toneladas diárias de lixo, e o Brasil gera uma cifra de mais de 180 mil toneladas diárias. Ou, futebolisticamente falando, o equivalente a dez estádios abarrotados de lixo. Todos os dias.

Ainda segundo o Banco Mundial, se os quase 42% de lixo descartado no Brasil de forma inadequada fosse para aterros sanitários, onde o chorume e o metano pudessem ser aproveitados na produção de compostagem (adubo) e biogás, para geração térmica de energia elétrica, em menos de duas décadas poderiam ser criados 110 mil novos empregos só com a gestão ambiental desses resíduos, com acréscimo de US\$ 35 bilhões na economia e suprimento de 1% da demanda nacional de eletricidade. A simples queima do gás metano (CH<sub>4</sub>) produzido nos aterros, mesmo que não gerando energia, já prestaria um serviço ambiental relevante, pois o subproduto dessa queima, o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), é vinte vezes menos prejudicial à atmosfera.

À margem da rodovia de mesmo nome, em uma das saídas da capital paulista no bairro paulistano de Perus, o aterro sanitário Bandeirantes gera desde 2004 energia elétrica com a queima do metano produzido no local, hoje já desativado como destino de resíduos. É a primeira usina de biogás do país. Junto com a segunda, no aterro São João, na Zona Sul da cidade e também já desativado, produzem 2% da energia elétrica consumida em São Paulo. Ainda é pouco? Talvez, mas é um começo, ambientalmente responsável

e economicamente rentável. Leilões realizados para venda de créditos de carbono da queima do metano e geração de energia já renderam mais de R\$ 70 milhões, divididos entre a empresa geradora e a Prefeitura de São Paulo, segundo o jornalista André Trigueiro, especialista em questões ambientais.

“Na lógica do empreendedor, o retorno do capital investido se dá por duas vias: a emissão de créditos de carbono (quando uma certificadora da ONU mede a quantidade de metano queimado e converte esse número em papel com valor de mercado para os países ricos signatários do Protocolo de Kyoto que assumiram o compromisso de reduzirem suas emissões) e a venda de energia elétrica” (Trigueiro, 2013, p. 2).

Aqui também, a exemplo de documentários impactantes, como *Trashed*, realizadores brasileiros têm produzido filmes que trazem à tona essa realidade ainda pouco conhecida por parcela significativa da população, mostrando aspectos humanos, econômicos e sociais da cadeia de produção e descarte dos resíduos urbanos nas grandes metrópoles, seus impasses e possíveis soluções, em busca da sustentabilidade no processo. Eduardo Coutinho realizou em 1992 *Boca de Lixo* e Marcos Prado dirigiu *Estamira* (2004). Em 2009, o fotógrafo e artista plástico brasileiro Vik Muniz, internacionalmente reconhecido e premiado por seu trabalho sempre original e provocativo, produziu, com a colaboração de Fabio Ghivelder, direção da cineasta britânica Lucy Walker e codireção dos documentaristas brasileiros João Jardim e Karen Harley, *Lixo Extraordinário*. O documentário mostra o dia a dia dos moradores do Jardim Gramacho, suas agruras cotidianas e seus sonhos, em paralelo com a dinâmica e funcionamento do então maior aterro sanitário da América Latina, fechado em 2012.

Arte e lixo. Lixo que vira arte. Pessoas e suas histórias de vida, sonhos, desejos. Sensibilidade do artista e dos seus personagens, em um diálogo profundo e humano, digno. Lixo também pode ser arte, pessoas comuns também podem ser artistas, protagonistas da sua história. Além de exibido em circuito nacional, *Lixo Extraordinário* girou também o mundo e foi premiado em diversos festivais internacionais. As fotografias de Vik Muniz produzidas com os moradores foram leiloadas e parte do dinheiro arrecadado foi doada à associação de catadores do Jardim Gramacho.

#### INCERTEZAS E TENTATIVAS DE COMPREENSÃO

Em 1992, tive o privilégio pessoal e profissional de participar da cobertura jornalística da Eco 92, a primeira de uma sequência de grandes conferências mundiais da ONU sobre meio ambiente, realizada com a presença de mais de 180 chefes de Estado e de governo no Riocentro, em Jacarepaguá (RJ), em paralelo ao Fórum Global, que reuniu ONGs ambientalistas, movimentos sociais e milhares de pessoas do mundo todo, de várias nacionalidades, etnias e culturas, no Aterro do Flamengo. Em duas semanas de trabalho intenso entre os dois fóruns, comecei a ter contato mais aprofundado com as principais questões socioambientais, em debates e discussões reunindo governantes, diplomatas, cientistas, empresários, ambientalistas, pesquisadores, os mais diversos segmentos da sociedade planetária, repercutidas pela mídia e que resultaram em muitos textos, compilados na Agenda 21, um compromisso mundial das nações para um futuro sustentável do planeta e dos seus habitantes, e no documento final *O futuro que queremos*.

Em uma daquelas tardes de trabalho no RioCentro pude assistir a uma conferência e participar em seguida de uma entrevista coletiva com o oceanógrafo e documentarista francês Jacques Cousteau, que pediu aos representantes dos países presentes à Rio 92 que redigissem declarações originais, que não ficassem apenas no papel. Essa frase foi lembrada duas décadas depois por seu neto Phillipe, mediador da sessão de encerramento dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, na Rio+20.

Já são mais de 20 anos entre as duas conferências, com a Rio+10 em Johannesburgo no meio, mais o Protocolo de Kyoto, as dezenas de conferências das partes do Clima (COPs), conferências sobre a água, créditos de carbono, desmatamento, as várias rodadas do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e seus relatórios de centenas de cientistas sobre os cenários dessas mudanças, as edições do Fórum Social, enfim, numerosas iniciativas da sociedade, da comunidade científica e dos governos para tentar compreender as causas e consequências das mudanças que a Terra vive, em boa parte relacionadas à aceleração da exploração dos recursos naturais pós-Revolução Industrial, aumento da poluição e degradação ambiental de proporções nunca vividas pela civilização humana, como secas devastadoras e a atual crise hídrica.

Uma luta incansável por soluções socioambientais minimamente sustentáveis, desde o conceito de Desenvolvimento Sustentável, “oficializado” como senso comum na Eco 92. “Entre a Eco 92 e a Rio+20, em apenas duas décadas, acrescentamos mais 1,6 bilhão de novos habitantes/consumidores e mais US\$ 50 trilhões em PIB, ao planeta. Como civilização, continuamos a crescer a um ritmo acelerado de

80 milhões de novos habitantes por ano, pressionando os sistemas naturais que sustentam a ‘eco-nomia’. A cada dia, 219 mil novos habitantes sentam-se à mesa do almoço global, e um terço desses seres humanos não terá o que comer” (Assadourian e Prugh, 2013, p. 8).

Um dos conceitos fundamentais na busca pela sustentabilidade, transformado em *slogan*, envolve a ideia de redução do consumo, menor produção de lixo e reaproveitamento máximo dos detritos, seja na geração de renda para as cooperativas de catadores e de reciclagem, seja na transformação industrial do lixo em outros produtos, seja na geração de energia etc. Aos 3 Rs de *Reduzir, Reutilizar e Reciclar*, presentes inclusive na PNRS, o sociólogo e autor do livro *Lixo: cenários e desafios* (2011), Mauricio Waldman, sugere “agregar outro ‘R’ ainda mais essencial: o de *Repensar* as modalidades de produzir, consumir e descartar. Por definição, lixo não se resume ao saquinho que colocamos na calçada. Sua gênese encontra primeiramente abrigo em noções culturalmente aceitas de *status* e de consumo, acepções que solicitam revisão urgente” (Waldman, 2011, p. 10).

Ainda que algumas ideias possam parecer utópicas, a compreensão de que outro modo de vida é possível, com menos exploração das pessoas e do planeta, consumo reduzido e mais consciente, visão crítica e propositiva, participação cidadã, solidariedade, iniciativas colaborativas e sustentáveis vai conquistando adeptos em várias partes do mundo. Em 1990, por exemplo, a ONG canadense *Adbusters Media Foundation* lançou a proposta do *Dia Internacional do Não-Consumo / Buy Nothing Day*, o 24 de novembro, data próxima ao Dia de Ação de Graças celebrado nos Estados Unidos e Canadá, seguido pela sexta-feira das megaliquidações no

comércio (*Black Friday*), hoje uma tendência até no Brasil. “Pare de comprar, comece a viver!”, é um dos *slogans* dos anticonsumistas, que a cada ano se manifestam em diversos países, de acordo com o historiador brasileiro Nicolau Sevcenko, em seu livro *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa* (Sevcenko, 2001, p. 48-49).

Entre tantos desafios, nos colocamos diante da necessidade de uma profunda mudança de mentalidade, de atitude, com visões de mundo mais inclusivas, tolerantes, abertas ao novo e ao desconhecido, com menos verdades e mais incertezas. Uma visão complexa, menos cientificista ou dogmática, não determinista ou simplificadora, que busque na dialogia entre os vários saberes, científicos e não científicos, uma relação menos hierárquica e mais democrática entre ciência, conhecimento, poder e sociedade, como há décadas preconiza Edgar Morin, ao propor as noções e os caminhos possíveis para uma epistemologia da complexidade, uma ciência com consciência, um caos organizador (Morin, 2010, p. 9-10).

Nesse momento em que afloram novos paradigmas, em que a consciência planetária se transforma e novas relações vão sendo tecidas no interior das sociedades, essa mudança de mentalidade também é cultural, política, econômica e social e envolve esforços em vários segmentos, dos governos, das empresas, do terceiro setor e dos cidadãos, individualmente ou em iniciativas coletivas. Não precisamos mais pensar em “dominar” a natureza e continuar no velho paradigma da exploração dos recursos naturais até a sua exaustão, mas mudar de atitude e contribuir, cada um a partir do seu local de atuação, para a efetiva sustentabilidade do planeta e de todos os seus habitantes, de todas as espécies.

## Referências

ASSADOURIAN, Erik; PRUGH, Tom (Orgs.). **Estado do Mundo 2013**: a sustentabilidade ainda é possível? AKATU Consumo Consciente, Universidade Livre da Mata Atlântica e The World-watch Institute. Salvador: Uma Edições, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TRIGUEIRO, André. **Energia**: a saudável opção do lixo. [online]. Disponível em: <[www.envolverde.com.br](http://www.envolverde.com.br)>. Acessado em 13 Nov. 2014.

WALDMAN, Maurício. **Caminhos para deixar a Era do Lixo**. [online]. Disponível em: <<http://outras-palavras.net>>. Acessado em 13 Nov. 2014.

---

**Pedro Ortiz** é jornalista formado pela ECA- USP, documentarista e diretor de TV. Mestre e Doutor em Integração da América Latina - Comunicação e Cultura, pelo Prolam-USP. Diretor-geral da TV USP e do Canal Universitário de São Paulo. Vice-presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária. Professor da Graduação e Pós-Graduação em Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e integrante do grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão”. Coordenador do Módulo Amazônia do Projeto Repórter do Futuro. Pesquisador em TVs públicas e universitárias, telejornalismo, documentário, reportagem multimídia, internet e movimentos sociais, América Latina, Amazônia, meio ambiente, povos indígenas.



# L a universidad en la calle: el recorrido urbano como descubrimiento

Ramón Darío Pineda Cardona

## PRIMER RECORRIDO

Jueves, 8 de la noche. El salón Aguadas, en pleno pasaje Carabobo con San Juan está a medio llenar. Allí van llegando los seis estudiantes de Periodismo que han decidido caminar de noche por el centro de Medellín. Una cerveza o un refresco en ese salón de billares y tragamonedas es la manera de romper el hielo. En principio, el profesor será quien les abra las puertas del inframundo y los guíe por esas calles de vagabundos, de trasnochados, de hedonistas. Pero paso a paso él se irá convirtiendo en un compañero más del viaje, alguien que les cuenta historias, secretos, a la vez que canta, ríe, baila, bebe, come y junto a ellos sorteas las vicisitudes, las sorpresas que trae el recorrido.

Que tranquila y misteriosa es la Plaza Cisneros a las nueve de la noche. La transitada Cundinamarca de las horas pico es a esta ahora una calle peatonal, un campo de picnic, de recogimiento y juego para los vagabundos. El salón Málaga, en Bolívar, parece un lugar estrato seis, con su gente elegante, con su cuidadosa atención, con sus cientos de fotografías de la vieja Medellín, con sus cantantes de tangos, de boleros, de baladas invitados de los jueves.

Que solos están los bajos del viaducto del Tren Metropolitano; que poco acogedor es el Parque Berrío cuando no tiene gente; que edificios tan bonitos tiene la estrecha calle Boyacá ahora que la ausencia de vendedores ambulantes permite mirarla despacio. Que bella, que clara es la Plaza Botero – sin duda, mucho más que de día, en soledad –, las gordas y los gordos parecen más grandes de lo que son.

Un salón de tango; un club de striptease; una esquina desde donde se ve el movimiento de travestis, ladrones, prostitutas, expendedores de droga; una iluminada y concurrida calle para la diversidad sexual; una avenida, La Oriental, larga, ancha, silenciosa, apacible; un puesto de buñuelos a 200 pesos, asediado por taxistas... Un Centro sin aceleres y cientos de habitantes de la noche pasan por los ojos, por los sentimientos, por los oídos, por la piel de estos aprendices. La ciudad, su centro, su noche, los abraza y a cada paso los estructura y desestructura. Son las tres de la mañana, se quieren quedar, pero ya es hora de ir pensando en el regreso. Algunos escribirán la experiencia, otros la asimilarán contándola a sus amigos, otros guardarán silencio. La evaluación, la confrontación, no es ante el profesor, es con ellos mismos.

#### LA CIUDAD VA CON UNO

Con sus calles oscuras, sus laberintos, sus edificios colmena, con sus balcones coloreados por las telas – los tapetes y ropas que cuelgan sin pudor –, con sus ruinas de esfinges egipcias y bibliotecas griegas, con ese Mediterráneo frío que no ha dejado de traer viento y polvo, Alejandría marcó la vida de Constantino Kaváfis, allí nació, allí murió y aun cuando se fue de ella por muchos años, nunca la dejó del

todo como lo expresa en *La ciudad*, ese poema que ya es un referente de los emigrantes, de los viajeros, de los que se van de su terruño en busca de “otros mares”, de un lugar mejor del que les tocó al nacer.

Pero la ciudad va con uno, va a dónde uno esté, va en nuestro pensamiento con sus condiciones físicas – tanto naturales o construidas –; va con sus imaginarios, con sus modos de expresión; va con lo que conforma su mentalidad, su forma de ser; va con las marcas, las huellas de sus escenarios, de sus encuentros; va con el tipo especial de hombre que la habita, con sus tragicomedias.

“La ciudad es una escritura”, nos dice el semiólogo Roland Barthes, “y quien se desplaza por ella, quien la usa, quien la vive es una especie de lector que asimila ese texto en su memoria, en sus sentidos, en su piel.”

Sí, la ciudad está escrita en el cuerpo y lo que hace a la nuestra diferente de otras no es solo su geografía, sus edificios sino la red de símbolos que vamos construyendo quienes la habitamos. Medellín no es un valle, ni un montón de comunas y habitantes pujantes; ni un edificio Coltejer<sup>1</sup>, ni un parque con las gordas esculturas de Fernando Botero; no es un río, ni un viaducto por dónde se desliza la serpiente del Metro, tampoco es una feria adornada con cargadores de flores. Dentro de esa imagen plana, lisa, que registra una panorámica, una postal, hay miles de pliegues, miles de historias, de relaciones, de prácticas personales, íntimas, sentidas por quienes la habitan y que son lo que configura

---

1 Construído entre 1968 e 1972 (e concluído em 1977) pela Coltejer, maior empresa têxtil da América Latina, esse edifício é o maior de Medellín – e quarto maior da Colômbia. Tem 175 metros de altura, 36 andares, e o projeto foi assinado pelos arquitetos Raúl Fajardo, Aníbal Saldarriaga, Germán Samper e Jorge Manjarres.

nuestro imaginario de la ciudad, nuestra Medellín aprehendida, vivida.

Hay ciudades invisibles y visibles, hay ciudades históricas y míticas, hay ciudades emblemáticas y simbólicas. A veces basta con pocas palabras para definir las. Y así la vieja Atenas se vuelve cultura y democracia; Roma es la única cuyo nombre contiene todo un imperio; París es la luz de la ilustración, de la revolución contra los reyes; Londres es la industria, el progreso; Nueva York es la capital del mundo, la múltiple, la diversa; Calcuta es el caos, la pobreza; Jerusalén es lo sagrado, lo intocable... y la lista podría hacerla cada uno con Barranquilla, Pereira, Cali, Cartagena, Bogotá o Medellín.

Pero las ciudades son más que un momento histórico, más que un monumento, más que una generalidad, las ciudades son quienes la habitan, quienes fluyen como un elemento líquido por entre la solidez de sus edificios. Aunque la piedra permanece y multiplica sus formas para volverse puente, viaducto, centro comercial, urbanización, rascacielos, avenida, columnas de Metro Cable, no es nada, está muerta si no hay quien le cree una historia, la interprete, la use, le deje marcas, la haga suya. Es el transeúnte, el usuario, el ciudadano y, claro, entre ellos el reportero, quien tiene ese poder, quien hace que lo urbano sea dinámico y abierto, que sea un escenario en constante cambio.

El antropólogo español Manuel Delgado recuerda que de un lado tenemos la ciudad geométrica, geográfica, hecha de construcciones visuales, planificada, legible, y del otro lado tenemos la ciudad de la otredad, la poética, la ciega, la opaca, la trashumante, la metafórica, que mantiene con sus usuarios –por quienes la viven– una relación parecida a la

del cuerpo a cuerpo amoroso.

“Allí se registran prácticas microbianas, singulares y al tiempo plurales, que pululan lejos del control panóptico, que proliferan muchas veces ilegítimamente, que escapan a toda disciplina, de toda clasificación, de toda jerarquización.”

Un beso, una mirada furtiva, un apretón de manos, una decisión, una lágrima, un olor, una voz, una canción, un sabor, un dolor, una textura, una declaración de amor – o de odio – una despedida, una sorpresa, una primera vez, un miedo, una confesión, un roce, una sonrisa, un imprevisto, un evento, un tropezón, un afán, un suspiro... a cada movimiento, en cada calle, en cada puerta, en cada escalón, en cada balcón, en cada mirador, en cada tránsito se produce la revelación y la ciudad trasciende sus fronteras físicas, deja de ser un logotipo que homogeniza – una “raza pujante”, un seseo en la voz, una feria de flores, dos equipos de fútbol, una tacita de plata – y se hace real, única. En el año 330 antes de Cristo, Aristóteles nos advirtió:

“Una ciudad está compuesta de diferentes clases de hombres; personas similares no pueden crear una ciudad”.

En los recorridos urbanos, cada uno de los participantes construye su propia ciudad, la que imagina, la que vive, la que se tatúa en su memoria y que al igual que Kaváfis con su amada Alejandría, va con uno, con sus fragmentos, a todas partes.

## SEGUNDO RECORRIDO

Miércoles, 12 del día. Los tres jóvenes están parados en la entrada del Paraninfo de la Universidad de Antioquia<sup>2</sup>.

---

2 Mesmo não sendo hoje a sede principal da Universidade de Antioquia, fica no Edifício São Inácio, de 1803, o local da Aula Máxima, ou Paraninfo, com 350 lugares.

Su objetivo: tener el primero de muchos acercamientos que deberán hacer a la Plazuela San Ignacio. Al final, un mes después, habrán estado tan inmersos en ese lugar que podrán escribir sobre quienes lo habitan, quienes lo transitan y así entregar un reportaje evaluable en la disciplina Narrativas Urbanas.

Sabían de la existencia de esa Plazuela, en uno de sus edificios reciben clases de radio, y tal vez, en algunas ocasiones, la atravesaron, pero esta es de las pocas veces que se detienen a verla, a contemplarla. Previamente han ido a libros, a archivos históricos para conocer la historia de este complejo arquitectónico – conformado por una universidad, una iglesia y un claustro religioso – y construido en 1803. Ahora que están parados frente a tantos años de historia, quieren entender por que en una ciudad como Medellín, que derrumba todo lo viejo, han podido mantenerse en pie estas viejas estructuras.

Con ellos está el profesor y su propósito esta vez no es taparles los ojos para que vean con otros sentidos, sino incentivarlos a que los abran más y que junto con el oído, el tacto, el gusto, el olfato miren con profundidad de campo y les surjan preguntas que antes no se habían hecho sobre este pequeño rectángulo urbano que parece de pelea con la modernidad. Dos horas recorriendo una plazuela que se puede atravesar en un minuto, son el abrebocas para comenzar a descubrir – como si andaran con una lupa gigante – los pequeños universos, las sinuosidades de un territorio aparentemente plano.

El profesor sabe mucho de lo que pasa allí, pero también aprenderá de los estudiantes, de lo que descubrirán con sus propias formas de mirar. También se cuida de no decirles todo lo que sabe, solo les entrega indicios – los viejitos

borrachos, los jugadores de ajedrez, los que esperan el bus en la calle Ayacucho, los que esperan a alguien en la calle Bomboná –, para que ellos ya solos, en las próximas visitas, emprendan su propio viaje.

## EL FLÂNEUR

Existe una palabra para definir a ese habitante de la urbe que se pasa caminando la ciudad para experimentarla, para vivirla. Se le dice *flâneur* y su comportamiento ha inspirado estudios sociológicos, filosóficos y literarios. Charles Baudelaire y Walter Benjamin le dedicaron poemas y ensayos. El poeta francés se refería a él como el enamorado de la vida universal, que entra en la multitud, la de las ciudades, como si lo hiciera a un inmenso depósito de electricidad. El filósofo alemán catalogaba a este personaje como un héroe que se resiste a la alineación, a perder su individualidad en medio de la multitud.

Ciudadano, caminante, observador y lector al mismo tiempo, el *flâneur* es un traductor de los paisajes, de los acontecimientos y procesos de la ciudad, del entorno en que habita. Su curiosidad no se sacia hasta que no ha mirado, aprendido y comprendido lo suficiente sobre lo que lo rodea, sobre los lugares públicos y secretos que lo conforman como parte de una historia colectiva.

Miguel Garrido Muñoz, en *Erotología de los sentidos: el flâneur y la embriaguez de la calle*, escribe que el *flâneur* entiende las formas de recorrido de la urbe como un texto a interpretar, como un espacio de lectura toponímica convertido en objeto de investigación y una interpretación simbólica:

“El caminante abandona, renuncia, reniega de la mirada de Gran Hermano, de la mirada panóptica – la que es posi-

ble desde los miradores urbanos, la de los CAI (Centros de Atención Inmediata) periféricos construidos por los organismos de control, la de cámaras de seguridad en espacios públicos, la de la terraza del Alcalde y del Gerente, la de la garita del vigilante – para imbuirse en un lectura fractal, la de las prácticas microbianas, la del detalle, la de la multiplicidad de pliegues que conforman lo liso”.

Miguel Garrido evoca “el caminante como un hijo del fragmento... toda ciudad es una estructura sensorial que los transeúntes debieran poder traducir, descifrar, interpretar”.

### TERCER RECORRIDO

Lunes, 4 de la tarde. Los veinte jóvenes están en la entrada principal de La Minorista, la plaza de mercado al menudeo más importante de Medellín. Conversan, sonríen, están algo nerviosos. Han aceptado con curiosidad, pero también con escepticismo, el ejercicio propuesto para esa tarde en el curso de Narrativas Urbanas: caminar con los ojos cerrados por sus laberínticos corredores poblados de frutas, verduras, granos, hierbas, carnes, utensilios, ropa, animales, restaurantes, bares.

Cada uno escoge su pareja. Eso es fundamental. Está en juego la confianza. Uno de los dos, durante 40 minutos, será el lazarillo<sup>3</sup>. Luego, invertirán los roles. No todos logran hacer dúo con quien conocen, y el azar los lleva a ponerse en las manos de un compañero del que sólo saben que estudia Periodismo, y que está en la misma clase.

Diez de los veinte se ponen los parches<sup>4</sup> oculares y con ellos su posición corporal cambia: inclinan la cabeza, los

---

3 Guia, em português.

4 Vendas (para cobrir os olhos), em português.

pasos se vuelven lentos, torpes, las manos no encuentran que hacer. Adentro les espera la incertidumbre, un aula a oscuras, en la que el aprendizaje es una experiencia íntima, una apuesta personal, que no está mediada por el saber hegemónico del profesor. Cada pareja hace su propio recorrido. Cada lazarillo encuentra su propia manera de guiar al “invidente”. Es una misma clase, pero cada uno de los 20 estudiantes la está viviendo como quiere, aprehendiendo a su manera.

Tocan, huelen, prueban, escuchan, se aventuran a dar sus primeros pasos sin que los tomen del brazo. Parecen niños. Se descubren así mismos al darse cuenta que nada les huele a nada – ni siquiera un queso o un pescado – que no distinguen un banano de una zanahoria, que un melocotón les sabe a mango, que hay tantos sonidos que no pueden sacar uno en claro. O al contrario, se dan cuenta que tienen buen olfato y reconocen a lo lejos el olor del eucalipto, que pueden identificar una ahuyama con solo tocarla, que no suena lo mismo la caída de una moneda de 500 que una de 100 pesos.

Están dispuestos a aprender, a ponerse en los zapatos de otro. Es extraño, atrevido, curioso ir por ahí sin ver con los ojos para hacerlo con otros sentidos. Es una novedad ser responsable del otro, ser el guía de quien tiene los ojos vendados. ¿Y el profesor? ¿Dónde está? Anda por ahí, es un usuario más de la Minorista – como los muchos que las diez parejas se encuentran a lo largo del laberinto – que los observa y que de vez en cuando interactúa con ellos, les pone pruebas, juega con sus miedos y sus osadías, con sus desconfianzas y certezas.

## SALIR DE LA (J)AULA

Cuando a los muchachos se les menciona calle, ya tienen un pie fuera del aula. Desaparece el tablero, el marcador, las incómodas sillas, las cuatro paredes. Desaparece el profesor. Afuera, el conocimiento deja de ser unidimensional: afuera el estudiante deja de mirar solo al frente y se ve estimulado para mirar también hacia los lados, hacia afuera y hacia adentro.

## Referencias

BARTHES, Roland. **La aventura semiológica**. Barcelona: Paidós, 2009.

DELGADO, Ruiz Manuel. **Ciudad líquida, ciudad interrumpida**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 1999.

MUÑOZ, Garrido Miguel. Erotología de los sentidos: el flâneur y la embriaguez de la calle. **Revista de Filología Románica**, año V-7, Universidad Complutense de Madrid. [online] Disponible en: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/viewFile/RFRM0707330177A/9710>>. Consultado em 15 Dez. 2014.

---

**Ramón Pineda** es comunicador social-periodista, con una maestría en Estudios Socioespaciales. Durante 20 años fue redactor y editor de *La Patria* y *La Hoja*, entre otros periódicos, semanarios y revistas de algunas ciudades de Colombia -Barrancabermeja, Manizales, Armenia y Medellín-. Escritor de crónicas, reportajes, perfiles e informes sobre temas relacionados con la cultura y con los procesos urbanos. Actualmente es docente de diversos cursos

---

de periodismo narrativo en la Universidad de Antioquia y la Universidad Pontificia Bolivariana. En ellos incentiva los recorridos por la urbe, con sus dinámicas, su historia, sus lecturas desde los cinco sentidos, como estrategia pedagógica para la enseñanza del periodismo.



Dividido em três partes –  
“O pensamento da compreensão”,  
“A pesquisa compreensiva” e “A prática da  
compreensão” –, este livro reúne textos, os mais  
diversos, de diferentes gêneros e estilos de escrita,  
numa tentativa de trazer para o campo da expressão  
do pensamento comunicacional o melhor de uma atitude  
compreensiva, que abraça sentidos, inclui, integra,  
faz dialogar. **Comunicação, diálogo e compreensão**  
foi gerado pelo projeto de pesquisa “Conversando a  
gente se entende”, do Mestrado  
em Comunicação da Faculdade  
Cásper Líbero.



**FACULDADE  
CÁSPER LÍBERO**



editora  
**Plêiade**